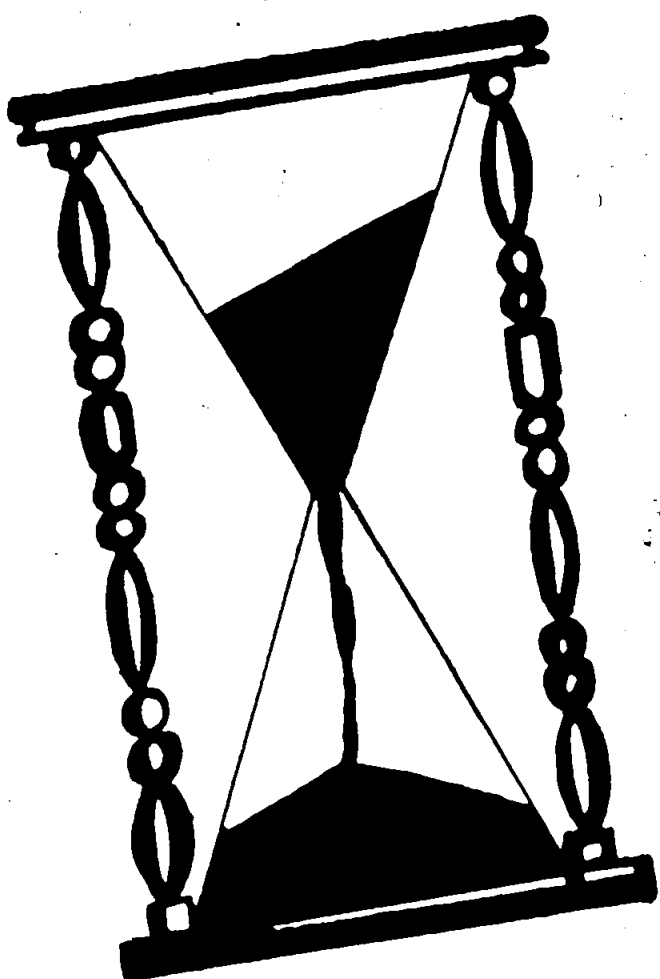


LUIZ DO NASCIMENTO



SEGARREGA

Brasão de Armas do Brasil
São Paulo 10 de Dezembro

Uma direção de
... pública, limitar-
... deposedos de
... chas re-
... sem
... Heide Public
... terminado em b
... de existir seguen-
... tar com, resce-
... trado pelas
... trabalhos
... Congr

PERA

... de sabios de Escripura
... de mtes de natural
... 17 DE MARÇO.
... 10 de Dezembro
... e facto, etc

DA IMPRENSA DE

De uma carta do eminente escritor paulista Osmar Pimentel, datada de 14.10.1968, a propósito da 2.^a edição, Vol. I, da "História da Imprensa de Pernambuco":

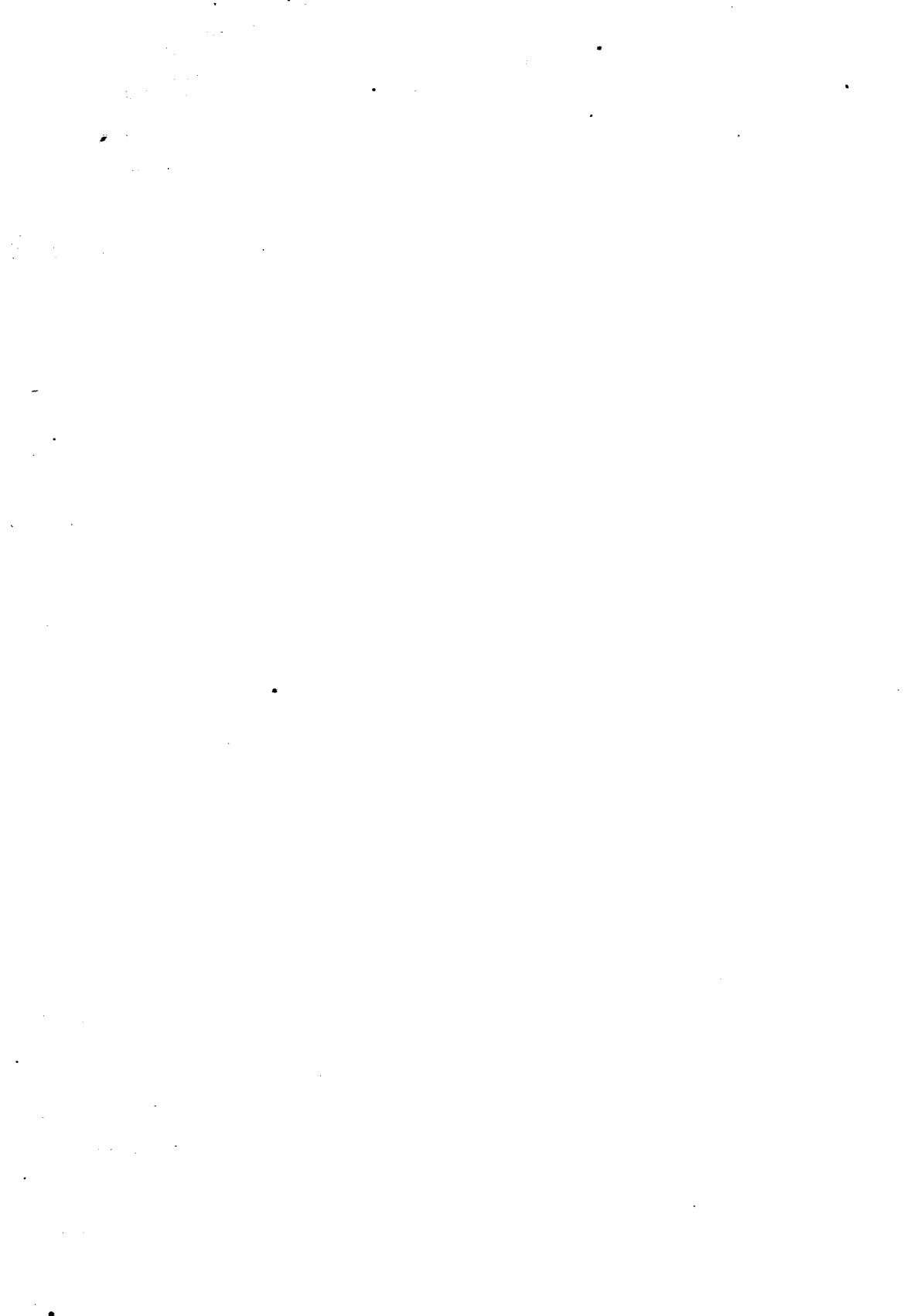
"É livro da maior importância para quem aprende o Brasil. Talvez v. não calcule exatamente o valor dele para os estudiosos sulinos. É pena que nada tenhamos de parecido aqui em São Paulo. A obra do meu bom amigo Freitas Nobre é pioneira, mas como princípio de conversa. E dizer-se que v. escreveu as suas Histórias sem ajudante e sem ajuda! Seria façanha incrível, se eu não soubesse do que é capaz a fibra pernambucana, especialmente da dos sertanejos aculturados no Recife, como v., o Silvio Rabelo e outros. Posso dizer-lhe, honestamente, meu caro Luiz do Nascimento, que a leitura refletida dos seus livros tem-me ensinado coisas essenciais ao conhecimento *legítimo* do Nordeste e, portanto, do Brasil. A Imprensa de hoje é, praticamente, empresa industrial. Tem pouca liberdade legitimamente jornalística. A de ontem, não. Ela escrevia a vida — suas paixões, suas grandezas e, como é inevitável, suas misérias também. E só interessa, realmente, o que é vida — vivida ou impressa. Parabéns sinceros por seu livro".

Noutra carta (2.9.1968) manifestou-se o pernambucano da velha guarda Morais Coutinho:

"Estou percorrendo, estupefato, a densa floresta da "História da Imprensa de Pernambuco", obra de uma importância singular, que uma história geral da cultura nordestina será forçada a consultar.

No seu profundo sentido humano, a sua obra é a consagração épica de uma classe dilacerada nas suas lutas pessoais, mas unificada em uma incoercível vocação, os padeiros, que, em suores noturnos, fabricam o pão cotidiano da informação, que nutre a mente de uma coletividade".

C 1206



História da Imprensa de Pernambuco

(1821 - 1954)

*Ao boníssimo,
amabilíssimo
amiciíssimo
José Crespo,
abraço
velho*

*afetuosíssimo
Mig. Nazareth*

22.8.69



LUIZ DO NASCIMENTO

História da Imprensa de Pernambuco

(1821 - 1954)

VOL. IV

PERIÓDICOS DO RECIFE - 1821 - 1850

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
RECIFE — 1969

HISTÓRIA DA IMPRENSA DE PERNAMBUCO

(1821/1954)

Publicados:

Vol. I — “**Diário de Pernambuco**”. Arquivo Público/Imprensa Oficial, 1962. 2.ª Edição; Imprensa Universitária, 1968.

Vol. II — “Diários do Recife — 1829/1900”. Imprensa Universitária, Recife, 1966.

Vol. III — “Diários do Recife — 1901/1954”. Imprensa Universitária, Recife, 1967.

Vol. IV — “Periódicos do Recife — 1821/1850”. Imprensa Universitária, Recife, 1969.

A publicar:

Vols. V ao X — “Periódicos do Recife”...

Vols. XI ao XIV — ...dos Municípios.

Outros trabalhos do Autor, publicados:

“Imprensa Periódica Pitoresca de Pernambuco”.

“Grandeza e Misérias do Jornalismo em Pernambuco”.

“Periódicos do Recife no Século XIX”.

“O Jornal por Dentro e por Fora”.

“Três Mestres de Direito no **Batente** do Jornal”.

“A Imprensa Vitoriana no Século XIX”.

“Um Decênio de Imprensa e Vida”.

“Roteiro Jornalístico de Manuel Caitano”.

A publicar:

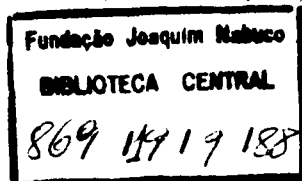
“História da Imprensa de Olinda — 1831/1954”.

“Martirólogo do Jornalista Borges da Fonseca”.

“O admirável Nascimento Feitosa”.

“Roteiros de Jornalistas Pernambucanos”.

“Dicionário Pernambucano de Pseudônimos”.



Í N D I C E

<i>Apresentação</i>	13
<i>Abelha Pernambucana</i>	67
<i>Academico (O)</i>	324
<i>Advogado do Povo</i>	296
<i>Agua Catolica (A)</i>	310
<i>Almanack da Villa de Santo Antonio do Recife</i>	61
<i>Alva</i>	325
<i>Amigo do Povo (O)</i>	70
<i>Amigo dos Homens (O)</i>	198
<i>Annaes da Medicina Pernambucana</i>	170
<i>Anti-Regressista (O)</i>	144
<i>Arara (O)</i>	234
<i>Argos Pernambucano (O) — 1824</i>	63
<i>Argos Pernambucano (O) — 1850</i>	337
<i>Aristarco (O)</i>	132
<i>Artilheiro (O)</i>	172
<i>Artista (O)</i>	262
<i>Artista Brasileiro</i>	355
<i>Athleta (O)</i>	193
<i>Aurora Pernambucana — 1821</i>	19
<i>Aurora Pernambucana — 1841</i>	169
<i>Azorrhague (O)</i>	221
<i>Bandeira de Retalhos</i>	90
<i>Barca de São Pedro (A)</i>	284
<i>Barca de Vigia (A)</i>	264
<i>Beija Flor (O)</i>	309
<i>Bello Sexo (O)</i>	330
<i>Bezerra de Pêra (O)</i>	242
<i>Bom Senso (O)</i>	283
<i>Brado da Indignação (O)</i>	350
<i>Brado da Razão (O)</i>	304
<i>Brasileiro (O)</i>	280
<i>Brinco das Damas (O)</i>	306
<i>Bussola da Liberdade</i>	82
<i>Bussola da Liberdade em Pernambuco (A)</i>	132
<i>Cagalume (O)</i>	140

<i>Caheté (O)</i>	61
<i>Caixa de Guerra (A)</i>	148
<i>Calendario Ecclesiastico, Politico e Geographico</i>	62
<i>Camarão (O)</i>	283
<i>Candeia (O)</i>	112
<i>Çapateiro (O)</i>	119
<i>Capibaribe (O)</i>	290
<i>Carapuceiro (O)</i>	92
<i>Carcundão (O)</i>	81
<i>Carranca (A)</i>	223
<i>Catholico (O)</i>	194
<i>Censor Brasileiro (O)</i>	125
<i>Chora-Menino (O)</i>	192
<i>Clamor Publico (O)</i>	217
<i>Clamor Publico Monstro (O)</i>	235
<i>Cometa (O)</i>	189
<i>Conciliador (O)</i>	325
<i>Conciliador Nacional (O)</i>	31
<i>Confluente do Capibaribe (O)</i>	297
<i>Consequente (O)</i>	151
<i>Constitucional (O)</i>	73
<i>Constituição e Pedro 2.^o</i>	141
<i>Correio do Norte</i>	166
<i>Cova da Onça</i>	140
<i>Democrata Pernambucano (O)</i>	124
<i>Dezengano aos Brasileiros</i>	64
<i>Despertador da União e da Ordem (O)</i>	147
<i>Diabo (O)</i>	149
<i>Diario da Junta do Governo</i>	41
<i>Diario do Conselho Geral da Provincia de Pernambuco</i> ..	75
<i>Diario do Governo de Pernambuco</i>	66
<i>Echo da Religião e do Imperio (O)</i>	152
<i>Echo da Verdade (O)</i>	229
<i>Echo Pernambucano (O)</i>	340
<i>Eclectico (O)</i>	292
<i>Eleitor (O)</i>	245
<i>Eleitor Pernambucano (O)</i>	260
<i>Epaminondas (O)</i>	111
<i>Equixonial (O)</i>	107
<i>Escudo da Liberdade do Brazil</i>	51
<i>Escudo da Monarquia Constitucional</i>	141
<i>Esforço (O)</i>	315
<i>Esmeralda (A)</i>	347
<i>Espelho das Bellas</i>	170
<i>Espelho das Brasileiras</i>	79
<i>Esqueleto (O)</i>	238

<i>Estrella (A)</i>	195
<i>Estudante (O)</i>	125
<i>Fada (A)</i>	350
<i>Federalista (O)</i>	89
<i>Fiscal (O)</i>	313
<i>Foguete (O)</i>	227
<i>Folhinha d'Algibeira ou Diario Civil e Ecclesiastico</i>	159 ✓
<i>Formigão (O)</i>	348
<i>Forquilha (A)</i>	161
<i>Gallego (O)</i>	320
<i>Gamenha (A)</i>	113
<i>Gamenho Politico (O)</i>	149
<i>Gazeta do Governo Provisorio</i>	40
<i>Gazeta do Governo Temporario</i>	39
<i>Gazeta do Povo — 1844</i>	200
<i>Gazeta do Povo — 1849</i>	318
<i>Gazeta Extraordinaria do Governo</i>	31
<i>Gazeta Extraordinaria Pernambucana</i>	40
<i>Gazeta Pernambucana</i>	35
<i>Graccho (O)</i>	109
<i>Grande Tempestade (A)</i>	270
<i>Grande Tempestade (A) — reimpressão</i>	271
<i>Grinalda (A)</i>	321
<i>Grito da Patria (O)</i>	287
<i>Guararapes (O)</i>	202
<i>Guarda Avançada do Norte (A)</i>	137
<i>Guarda Nacional (O)</i>	176
<i>Harmonisador (O)</i>	87
<i>Homem do Povo (O) — 1847, maio</i>	253
<i>Homem do Povo (O) — 1847, agosto</i>	265
<i>Hum dos Cinco Mil</i>	266
<i>Indigena (O) — 1836</i>	146
<i>Indigena (O) — 1843</i>	186
<i>Jan Bixente (O)</i>	356
<i>Jasmin (O)</i>	329
<i>João Pobre (O) — 1833</i>	118
<i>João Pobre (O) — 1844</i>	199
<i>Jornal de Variedades</i>	137
<i>Kalendario Ecclesiastico e Civil</i>	158
<i>Liberal (O) — 1824</i>	62
<i>Liberal (O) — 1847</i>	269
<i>Liberal Afogadense (O)</i>	233
<i>Liberalão (O)</i>	80
<i>Liberdade (A)</i>	355
<i>Lidador (O)</i>	210
<i>Lidador Monstro (O)</i>	229

<i>Lidador Monstro (O)</i>	229
<i>Maccabêo (O)</i>	306
<i>Marciana (A)</i>	164
<i>Maribondo (O)</i>	33
<i>Marmota (A)</i>	201
<i>Marmota Pernambucana (A)</i>	321
<i>Médico do Povo em Pernambuco (O)</i>	351
<i>Mentira (A)</i>	293
<i>Mentor Pernambucano (O)</i>	113
<i>Mercurio (O)</i>	123
<i>Mesquita de Capote (O)</i>	141
<i>Mesquita Junior (O)</i>	145
<i>Miscelanea Periodiqueira (A)</i>	119
<i>Nicoláo (O)</i>	165
<i>Noticias de Portugal</i>	111
<i>Nova Luz Brasileira</i>	87
<i>Novo Mesquita de Capote (O)</i>	252
<i>Ordem (A)</i>	163
<i>Paisano (O)</i>	185
<i>Palmatoria dos Toleiroens</i>	116
<i>Papa-Angu (O)</i>	244
<i>Paquete do Norte</i>	151
<i>Parlamentar (O)</i>	289
<i>Patuléa (O)</i>	327
<i>Patusco Interessante (O)</i>	147
<i>Pernambucano (O) — 1831</i>	87
<i>Pernambucano (O) — 1844</i>	206
<i>Ponte da Boa Vista (A)</i>	135
<i>Popular (O)</i>	75
<i>Postilhão (O)</i>	240
<i>Praieiro (O)</i>	236
<i>Profecia Politica</i>	91
<i>Progresso (O)</i>	247
<i>Proletario (O)</i>	261
<i>Publicador Paraibano (O)</i>	115
<i>Raio (O)</i>	242
<i>Ratoeira (A)</i>	268
<i>Razão e a Verdade (A)</i>	128
<i>Recopilador Pernambucano (O)</i>	119
<i>Recreativo (O)</i>	353
<i>Recreio das Bellas (O)</i>	313
<i>Reforma (A)</i>	295
<i>Regenerador Brasileiro (O)</i>	203
<i>Registo Oficial do Governo de Pernambuco</i>	66
<i>Relator Verdadeiro</i>	28

<i>Republicano Federativo (O)</i>	138
<i>Republico Eistraordinario (O)</i>	111
<i>Revista Theatral (A)</i>	337
<i>Revolução de Novembro (A)</i>	333
<i>Rolha (O)</i>	319
<i>Saquarema (O)</i>	246
<i>Saudade (A)</i>	325
<i>Segarrega</i>	24
<i>Semanario Civil (O)</i>	144
<i>Sentinella da Liberdade — Alerta! (A)</i>	277
<i>Sentinella da Liberdade à Beira-Mar da Praia Grande</i> ...	53
<i>Sentinella da Liberdade Extraordinaria</i>	130
<i>Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco</i>	44
<i>Sentinella da Liberdade na sua Primeira Guarita, a de Pernambuco, onde hoje brada: Alerta!</i>	126
<i>Sete de Setembro (O)</i>	231
<i>Simplicio Moço (O)</i>	149
<i>Simplicio Pernambucano (O)</i>	91
<i>Tanjasno (O)</i>	331
<i>Telegrapho (O)</i>	331
<i>Tempestade (A)</i>	267
<i>Tentativa Feliz (A)</i>	317
<i>Tolerancia (A)</i>	108
<i>Topinambá (O)</i>	110
<i>Tribuno (O)</i>	255
<i>Triumpho da Verdade (O)</i>	138
<i>Trombeta (A)</i>	316
<i>Typhis Pernambucano (O)</i>	53
<i>União (A)</i>	298
<i>Vapor da California (O)</i>	311
<i>Velho de 1817 (O)</i>	120
<i>Velho Pernambucano (O)</i>	120
<i>Verdade (A) — 1848, agôsto</i>	302
<i>Verdade (A) — 1848, novembro</i>	303
<i>Verdadeiro (O)</i>	230
<i>Verdadeiro Regenerador (O)</i>	207
<i>Violeta (A)</i>	319
<i>Volcão (O)</i>	254
<i>Votante de São José (O)</i>	265
<i>Voz da Religião (A)</i>	237
<i>Voz do Bebiribi (A)</i>	130
<i>Voz do Brasil (A)</i>	271
<i>Voz do Povo Pernambucano</i>	114
<i>Zoilo (O)</i>	335

APRESENTAÇÃO

É chegada a vez das publicações periódicas da capital pernambucana.

Trata-se de um manancial imenso, colhido em numerosas bibliotecas e arquivos públicos e particulares.

São jornais do mais diferente feitio, maiores e menores, bons e maus, políticos ou noticiosos, literários ou de orientação religiosa e educativa; recreativos e caricatos.

São revistas, álbuns, almanaques, anuários, poliantéias, livros de sortes, tôda a família da imprensa, com seus altos e baixos, suas peculiaridades, glórias e deficiências.

Nestas páginas, assim como nos volumes a seguir, há um pouco da história de Pernambuco, de que a imprensa é o veículo natural, qualquer que seja a sua periodicidade, sua meta, seus desígnios.

A literatura e as artes tiveram lugar saliente nas pequenas fôlhas acadêmicas tão do gôsto da gente môça, idealista, desde os primórdios dos cursos jurídicos em Pernambuco.

A política do Século XIX, por sua vez, representada pelos partidos Conservador, Liberal e Republicano, viveu intensamente nas colunas dos numerosas vêzes efêmeros órgãos de facção, através da doutrina e da polémica, da crítica desordenada, dos doestos e apodos saídos da pena assanhada dos chamados “escritores públicos”.

Grandes nomes deixaram a marca do seu talento, ou de sua periculosidade, nas páginas manuseadas pelo modesto pesquisador, o que aqui se retrata, com a possível fidelidade, para que os pôsteros, além dos estudiosos de hoje, tenham uma impressão, não tanto passageira, do jornalismo de antanho.

Figuram neste volume os três primeiros decênios da imprensa periódica do Recife, compreendendo 27 publicações entre 1821 e 1830; 67 entre 1831 e 1840, e 122 entre 1841 e 1850, algarismos que aquilatam — a par da apreciável quantidade de órgãos diários, analisados em volumes anteriores — o desenvolvimento da letra de fôrma, através dos anos, na terra pernambucana.

Foram tôdas estudadas quanto me foi possível fazê-lo, nas mais difefrentes fontes, não sòmente locais, acima de tudo a Biblioteca Pública do Estado, seguida do Arquivo Público Estadual, biblioteca do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e Biblioteca Nacional.

Destaco o magnífico acervo da Biblioteca Nacional e o da Biblioteca Pública de Sergipe, em Aracaju; a contribuição dos colecionadores particulares recifenses, entre outros o escritor Fernando Pio dos Santos e o economista Leopoldo Luiz dos Santos, e em Fortaleza, Ceará, a do extraordinário Osvaldo Araújo, especializado em juntar primeiros números de jornais de todo o país, tarefa beneditina e arrojada.

Outros diversos volumes focalizarão o período de 1851 a 1954, ano-limite desta obra, esperando o autor que sejam mínimas as falhas a serem nela apontadas, em menor quantidade do que as existentes nos “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821/1908”, do historiador Alfredo de Carvalho.

Acertar foi o meu objetivo, sem a pretensão estulta de sobrepor-me à contingência humana do êrro.

L. do N.

*Rua Coronel João José de Figueiredo,
72, Sítio Nôvo — Olinda —
Pernambuco*

**PERIÓDICOS DO RECIFE
(1821-1850)**

AURORA PERNAMBUCANA (1) — O n.º 1, ano I, circulou no dia 27 de março de 1821, em formato de 25 x 17, com quatro páginas, utilizando papel de linho. Sobre o título, pequena vinheta, cujo desenho mostra montanhas, um trecho de praia e, ao fundo, o nascer do sol. Abaixo, a seguinte quadra de Camões:

“Depois de procelosa tempestade,
Noturna sombra, e sibilante vento,
Traz a manhã serena claridade,
Esperança de pôrto e salvamento”.

Fundado pelo Governador Luiz do Rêgo Barreto e redigido pelo seu secretário, Rodrigo da Fonseca Magalhães, imprimia-se na Oficina do Trem Nacional de Pernambuco (2), “com licença do Ministro da Polícia”.

Foi o seguinte o editorial de abertura, sob o título “Introdução”, composto em tipo corpo 10: “Depois das medidas tomadas no congresso de 5 do corrente, quis o Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão-General que, por meio de um periódico, se instruisse o público de tudo quanto se fizesse a favor da causa d’El-Rei e da Nação, predis-

(1) A partir da *Aurora Pernambucana*, os títulos de todos os jornais, maiores ou menores, acompanhavam-se de ponto final (.), quando não de uma vírgula (,), caso em que precedia a indicação-programa. Essa prática estendeu-se até as proximidades de 1870. Expurguei-os nestas bibliografias, por desnecessários.

Com igual objetivo de uniformização, evitei, nas transcrições, a ortografia das primeiras décadas do século, às vêzes arrevezadas, respeitadas, porém, os títulos.

(2) Ricardo Fernandes Catanho mandara vir da Inglaterra, em fins de 1815, uma tipografia. Um ano após, obteve licença para fazê-la funcionar, tendo sido montada pelo inglês James Pinches.

Em 1817, sob a denominação de Oficina Tipográfica da 2.ª Restauração de Per-

pondo os povos do Brasil a abraçarem as novas instituições que a Augusta Assembléia Nacional está formando em Lisboa, para estabelecer-se a nossa liberdade política, e assegurando sôbre inabaláveis fundamentos os Direitos da Majestade e os direitos da Nação.

“Estas medidas, que mereceram geral aprovação pelo modo honesto e ordem com que foram tomadas (graças ao bom espírito que reina em tôdas as autoridades e habitantes de Pernambuco), deviam desde logo publicar-se para esclarecimento dos moradores distantes desta capital e dos das Capitánias vizinhas, em algumas das quais tem havido falsas notícias assás prejudiciais.

“Mas, por desgraça nossa, achamo-nos destituídos de imprensa, de tipos, de impressores, de tudo.

“O desejo constante e a diligência venceu grandes obstáculos: alguns se não superado. Homens amantes da causa pública ambicionando cumprir com o gôsto do general, têm feito os maiores esforços. Já se há visto algum resultado dos primeiros ensaios, e com perseverança se há de conseguir o fim desejado.”

nambuco, ou Oficina Tipográfica da República de Pernambuco 2.^a vez Restaurada, nela foi impresso, a 28 de março, mas datado do dia 10, com a assinatura do advogado José Luiz de Mendonça, o *Preciso dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima e gloriosíssima revolução operada felizmente na praça do Recife, aos 6 do corrente mês de março, em que o generoso esforço dos nossos patriotas exterminou daquela parte do Brasil o monstro da tirania real!*”.

Seguiram-se outras publicações avulsas.

Domínada a Revolução de 1817, um Aviso Imperial fechava as portas da tipografia, ordenando a remessa dos “seus caracteres para a oficina régia da Côte”. Diante do que, o Governador Luiz do Rêgo mandou recolher ao Trem Real ou Nacional de Pernambuco o material então existente numa casa do subúrbio do Poço da Panela. Só em 1819 efetuou-se a remessa solicitada, mas não total.

Dois anos depois, Luiz do Rêgo mandou confeccionar um prelo de madeira e, com as fontes de tipos que restavam, fêz imprimir a *Aurora Pernambucana*. (Notas colhidas em “Gênese e progressos da Arte Tipográfica em Pernambuco, de Alfredo de Carvalho, 1.^a parte do volume “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821/1908”).

O prédio do Trem Nacional de Pernambuco localizava-se nas imediações do atual Grande Hotel.

Coube, incontestavelmente, ao capitão-general Luiz do Rêgo Barreto e ao jornalista Rodrigo da Fonseca Magalhães, ambos portugueses, o título de pioneiros da imprensa em Pernambuco.

“Não é possível por agora publicar êste jornal de dois em dois dias, ou diàriamente, como se deseja. Sairá quando puder ser, para o que não se forrará trabalho e diligência. O Redator, na publicação dêste papel, não tem outro fim mais que a utilidade pública. Cheio de sentimentos de amizade e gratidão para com os habitantes desta capital, nenhum outro fruto quer das suas tarefas do que poderosamente concorrer para dar à opinião pública a direção que ela deve ter.

“O produto da impressão é aplicado para aumentar o fundo de que se sustentam êsses 53 meninos indigentes que se educam no Trem Real, dedicando-se às artes e ofícios que escolhem. Dão-se desta sorte à Nação 53 cidadãos daquela classe donde, por causas desconhecidas, costumam sair os criminosos e os desgraçados”.

A restante matéria ficou assim dividida: detalhada notícia, em tipo corpo 8, da reunião de 2 de março, convocada por Luiz do Rêgo, da qual participaram a Câmara da Vila (3), altas autoridades militares e “homens conspícuos, para examinar a situação do país em face da aprovação da Constituição de Lisboa”; o decreto que aprovou a referida carta magna, e louvaminheira “Correspondência”, na qual **Um Amigo da Verdade** defendeu o capitão-general-governador da acusação de traidor, feita por “um mal intencionado que quis perturbar a paz dêste povo”, “um zoi’o”... Tôda a matéria ocupou três páginas, em coluna larga. A quarta ficou em branco.

Passando a ser composto em duas colunas de 12 ciceiros, o n.º 3 saiu no dia 7 de abril, lendo-se ao alto: “Custa 80 réis”. Abriu o texto um editorial, em que dizia estar “chegando o momento de ver a bela Província de Pernambuco a sua representação para as Côrtes Constituintes”. Seguiram-se atos oficiais, correspondência de Lisboa e uma proc’amação de Luiz do Rêgo, assim iniciada: “Habitantes de Pernambuco: Alguns homens mal intencionados e cheios de ambição de governar quiseram perturbar o vosso sossêgo. Chamaram a si alguma inesperta mocidade e pretendiam arrastá-la ao crime de rebelião”. Mais adiante, adver-

(3) O Recife só veio a tornar-se cidade em dezembro de 1823 e capital da Província em fevereiro de 1827.

tiu: “Eu mando os julgados cúmplices perante o Augusto Tribunal da Nação; lá se defendam, se puderem; lá exponham as razões que tinham para serem perturbadores”. Terminou conselheiral: “Permanecei obedientes às Leis; eu farei por vós os mais arrojados sacrifícios; mas se alguém quiser acarretar sobre a população inteira as desgraças e a desordem, a justiça imparcial punirá com todo o seu rigor o culpado, para triunfo e sossêgo dos inocentes”.

Linha do fim: “Vende-se na Loja n.º 1 da rua do Crespo” (atual 1.º de Março).

No n.º 5, de 23 de abril, dizia uma Correspondência do Rio de Janeiro: “Espera-se que S. M. vá para Lisboa; e neste caso fica S. A. o Príncipe Real à testa de uma Junta Governativa”. Após a matéria oficial, fechou a edição a seguinte nota: “S. Ex.^a recebeu uma bem escrita Memória acêrca do estabelecimento de uma biblioteca pública, o que é da maior importância e utilidade. O redator está autorizado para fazer saber ao Autor da Memória e ao Público em geral que S. Ex.^a não só já pedira êste útil estabelecimento, mas também o de uma Academia. Agora que o tempo mudou, S. Ex.^a vai propor êste objeto, em Conselho, com o mais vivo interesse”.

O editorial do n.º 6, do dia 29, deu notícia da partida de D. João VI, de volta a Portugal, acrescentando que talvez S. M. tocasse em Pernambuco.

O n.º 8, de 10 de maio, abriu com a informação da chegada, procedente da Bahia, de 53 homens que ali se encontravam presos em “consequência da desgraçada catástrofe de 1817” e foram, “depois de quatro anos de padecimentos, restituídos ao seio de suas famílias”. Outra notícia, em seguida a ofícios e cartas régias, deu conhecimento aos leitores do juramento, no dia 3, da Constituição, “nesta Vila”, com a maior solenidade possível.

Outras edições ocuparam-se, sobretudo, das instruções, preparação e eleição de eleitores, até que um Edital de Luiz do Rêgo, (n.º 15, de 14 de junho) dava os nomes dos “eleitos deputados em Côrtes pelas duas Câmaras de Olinda e Recife”, os quais deviam viajar em breve e apresentar-se “ao soberano Congresso de Côrtes na Cidade de Lisboa, como representantes desta Província”.

No n.º 20, de 23 de julho, um editorial desmentiu a notícia de que S. M., a caminho de Portugal, “ia tomar terra nas ilhas dos Açores, e, de lá, auxiliado por uma potência estrangeira, começaria a fazer guerra às Côrtes, à Constituição e à Nação”. Outro comentário refutou ataques desferidos contra o Conde dos Arcos; e um terceiro, intitulado “Conselhos a um zoilo”, ocupou-se de “papéis manuscritos contra o pobre redator”, defendendo-o de críticas anônimas.

O n.º 21, de 28 de julho, narrou assim o célebre acontecimento do dia 21, comprovante da insegurança do governo de Luiz do Rêgo, que vinha acumulando a odiosidade pública:

“Às oito e meia horas da noite, quando o Governador e Capitão-General desta Província se ia recolhendo a pé à sua casa, acompanhado de dois de seus amigos, entre os quais caminhava, ao chegar ao extremo da ponte da Boa Vista, e entrando na rua chamada o Atêrro, um assassino disparou sobre êle, à queima-roupa, um tiro de bacamarte, carregado de balas e metralha. S. Ex.^a ficou ferido de uma bala no lado esquerdo do corpo, e de metralha por tôda a largura do costado” (4).

A 26 de agôsto, já no n.º 28, o jornal noticiou o aniversário da Monarquia Portuguêsa; focalizou, no artigo “Índios Corcundas”, a rebelião de Cimbres, no sertão de Pernambuco; inseriu proclamações de Luiz do Rêgo, ofícios e decreto das Côrtes. A edição fêz-se acompanhar de um Suplemento, só impressa a página de frente, nêle se informando, com detalhes, a chegada de D. João VI a Lisboa e seu juramento à Constituição, perante as Côrtes.

Do Suplemento ao n.º 29, de 4 de setembro, constaram a notícia de achar-se instituído o Conselho Constitucional Governativo da Província, liderado por Luiz do Rêgo, e um comentário a respeito do “ajuntamento de Goiana”, em linguagem fria e ponderada, lamentando a ocorrência e concluindo por opinar que a paz seria restabelecida (5).

(4) O fato histórico é bastante conhecido: João de Souto Maior, tendo perdido, em consequência da revolução de 1817 e do governo de arrôcho de Luiz do Rêgo, o pai e três irmãos, jurara vingá-los. Terminou sendo morto depois de disparar sua arma contra o Capitão-General.

(5) A paz foi, realmente, restabelecida, logo no mês de outubro, com a destituição do poder de Luiz do Rêgo e seu embarque para Portugal.

Circulando ora uma, ora duas vêzes por semana, a *Aurora Pernambucana* chegou ao fim com o n.º 30, de 10 de setembro (Arq. de Leopoldo L. dos Santos, Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.) (6).

SEGARREGA (1) — Segundo jornal aparecido no Recife, foi impresso na oficina do Trem de Pernambuco, datado o primeiro número de 8 de dezembro de 1821. Formato de 27 x 18, com quatro páginas a duas colunas de composição de 12 cíceros. Sob o título, a divisa: “Brincando, contarei verdades puras”, vendo-se, acima dêle, pequena vinhetta figurando uma cega-rega, em moldura hexagonal!.

“A convite do govêrno — escreveu Alfredo de Carvalho (2) — encarregou-se da sua redação o português Filipe Mena Calado da Fonseca (3), um dos implicados nos sucessos de 1817 e ex-secretário da junta revolucionária de Goiana, homem enérgico, inteligente e sinceramente devotado à causa liberal”.

Lia-se no artigo de abertura: “Não pretendo dar uma determinada direção à opinião pública; limitar-me-ei a narrar fatos despidos de todo o atavio de figuras. Minhas reflexões serão imparciais e não serei aferrado aos meus princípios ao ponto de desprezar as advertências dos meus correspondentes. Prometo ser fiel à palavra; referir acontecimentos, eis a principal tarefa da *Segarrega*, que também acolherá a correspondência noticiosa e officiosa.

“A Augusta Assembléia dos Sábios Representantes marcha pelo trilho da Glória, da Reputação e da Felicidade Pú-

(6) Na Biblioteca Pública do Estado encontram-se, apenas, da *Aurora Pernambucana*, o n.º 1 e a primeira metade do n.º 3. Na Biblioteca Nacional existem os ns. 21 e 30. Entretanto, guarda o colecionador Leopoldo Luiz dos Santos os ns. 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 18, 20 e 28 e o Suplemento do n.º 29.

(1) Grafia errônea. Jaime de Séguier, no seu “Dicionário Prático Ilustrado”, 2.ª edição revista, 1928, regista: “*Cegarrega* — Cigarra. Instrumento que imita o retinir da cigarra. Fam. Pessoa muito faladora, de voz desagradável e impertinente”. Idêntica grafia é encontrada na “Enciclopédia e Dicionário Internacional”, W. M. Jackson. Ind. Editores. *Cega-Rega*, porém, é a grafia oficial, segundo o “Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa”, 9.ª edição.

(2) “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821/1908”.

(3) Mena Calado viera para o Recife aos 9 anos de idade e faleceu com 87, no dia 30/8/1878.

ANO 4 1891.



SEGARREGA

Brincando com a verdade

Sabado 8 de Dezembro

Não pretendo dar huma direcção de
opinião a Opinião Publica, limitar-
me hei a narrar os factos despidos de
tudo o que se de figurar. Minhas re-
sponzas são imparciaes, e não serer
afectado nos meos principios a ponto
de des prezar as advertencias dos meos
Correspondentes.

Prometto ser fiel a palavra. Re-
ferir acontecimentos, ex a principal ta-
vela da Segarrega, que tão bem ac-
olhe a Correspondencia noticiosa, e of-
ficiosa; poro quando os canaes seão
viciados huma folha, hum documento
com a autenticidade admitida sanara
a honra da Segarrega.

O dever he a regra, e a medida da
liberdade interior; a ordem social he
a regra, a medida, e a garantia da
liberdade exterior. Para determinar
a quelle começou a Nação Portuguesa
heroicamente a sua illustre carreira no-
dia vinte e quatro de Agosto de 1881,
e para segurar esta a Augusta Assembla
dos Sabios Representantes marcha pelo
trilho da Gloria, da reputação, da Fe-

licidade Publica. Sem que se tenha de-
terminado os limites ao primeiro não po-
do existir segundo, e para saber con-
ter esta, parece que o primeiro seja illu-
trado pelos principios Sciencias, em que
trabalhaõ os Respeitaveis Membros do
Congresso da Nação

Mas não bastaõ as suas fadigas
para ultimar esta perfeita obra dos co-
nhcimentos humanos, exige-se mais
generosa adhesão, o interesse mais ef-
icaz, e o desprezo absoluto dos seismas,
que o deterrado despotismo queira in-
sinuar em nossos corações. O que não
fôr a Constituição em que trabalhãõ os
Cónes Portuguezes não tera a Portu-
guezes. Os laços, que nos prendisõ estaõ
feitos em pedaços, e huma vez des coher-
to o perdido caminho da liberdade, não
convem a Portuguezes voltar a vista,
franqueado aos maes, e fazer que o Pa-
rihaõ Portuguez tremulho sobre a mais es-
quida grimpã do sumptuoso Templo da
Perfeição. Eis o nosso de ver.

Pernsbucanos, que a par de nossos
Pais sabis fazer-lhes honra, e conato

blica. Mas não bastam as suas fadigas para ultimar esta perfeita obra dos conhecimentos humanos; exige-se a mais generosa adesão, o interesse mais eficaz e o desprezo absoluto dos cismas que o desterrado absolutismo queira insinuar nos nossos corações. O que não fôr a Constituição em que trabalham as Côrtes não serve a portugueses.

“Os laços que nos prendiam estão feitos em pedaços, é uma vez descoberto o perdido caminho da liberdade não convém a portugueses voltar o rosto; franqueá-lo aos mais e fazer que o pavilhão português tremule sôbre a mais erguida grimpada do Templo da perfeição; eis o nosso dever.

“Pernambucanos, que a par de nossos pais sabeis fazer-lhes honra, convém que os feitos vossos continuem a ilustrar o nosso Nome e o nosso País e a nossa Nação”.

Ao editorial, seguiram-se: Carta Régia e o decreto de 2 de setembro de 1821, que determinaram a eleição da Junta Provisória da Província, mediante o afastamento do Capitão-General Luiz do Rêgo; expediente do Governo das Armas e uma “Correspondência” (continuada na edição seguinte), focalizando o caráter do povo pernambucano e a “quadra lastimosa” que “foi o mandato do devastador Luiz do Rêgo Barreto”.

O n.º 2, do dia 19, pormenorizou, em artigo de abertura, o júbilo do povo pernambucano nas grandes festividades que assinalaram a mudança do governo. Após a matéria oficial, divulgou o seguinte Aviso: “Tôdas as pessoas que tiverem de fazer avisos ao Público, saída de embarcações, embarcações a carregar, venda de prédios, de gêneros, de escravos, compras, avisos de escravos fugidos, &, &, &, e querendo-o fazer pe'la gazeta **Segarrega** dirijam-se à Praça da Boa Vista n.º 123, onde mora o redator”.

Abriu o ano de 1822, o n.º 3, publicado a 6 de janeiro, trazendo outro aviso da direção: “Os srs. assinantes desta fôlha a procurarão de ora envante: os que morarem dentro do Recife, na loja de José Inácio Ribeiro, na ponte n.º 42; os de Santo Antônio, na rua do Rosário, na Botica n.º 140 de José Matias da Fonseca; e os da Boa Vista na Praça da Botica n.º 126 de João Ferreira da Cunha, onde acharão os recibos das assinaturas que ali se podem receber”.

A partir do n.º 5, de 8 de fevereiro, viu-se que a casa impressora passou a chamar-se Tipografia Nacional. Os ns. 7 e 11 fizeram-se acompanhar de Suplementos de 3 páginas impressas e uma em branco. Mais um aviso ocorreu no n.º 12: “Tôdas as pessoas que tiverem de escrever pelo Correio ao Redator desta fôlha tenham a bondade de pagar o porte das cartas, sem o que não serão recebidas”.

Atingido o n.º 13, a 3 de julho, cresceu o formato do **Segarrega**, ficando com duas colunas de 16 cíceros, e entraram em função tipos novos — mandados buscar na Inglaterra, pelo govêrno, — o que tornou a impressão bastante nítida sôbre o papel de linho utilizado. Acompanhou-o um Suplemento de página única impressa, porém mais comprida. Só então apareceu, no alto da página de frente, o preço do exemplar — 80 réis.

O editorial da edição em aprêço condenou abertamente o princípio de rebelião de 2 e 3 de junho, acentuando, em meio a diferentes considerações: “O Brasil! quer ser livre, quer ser constitucional, e o seu chefe o é, porque prometeu à face dos céus, e como tal há de ser seguido por todo português americano que amar a pátria e desejar a glória”.

A edição de 31 de agosto — n.º 16 — reproduziu dois pequenos discursos, lidos perante o Príncipe Regente e a Princesa Real, por Filipe Néri Ferreira, membro da Junta do Govêrno, que fôra designado para ir ao Rio de Janeiro e entregar, pessoalmente, a D. Pedro de Alcântara uma mensagem de aplausos pela “sua patriótica resolução de ficar no país”, desobedecendo a ordem de regressar a Portugal.

A partir de então, o jornal foi impresso na tipografia de Cavalcanti & Cia., firma que adquiriu a “Nacional” pertencente ao govêrno.

A matéria geral constituia-se de atos oficiais, reprodução de officios permutados entre o govêrno local e o Regencial; notícias das províncias vizinhas, às vêzes do estrangeiro, e Correspondências, estas assinadas, sobretudo, por Venâncio Bernardino de Uchoa, José Maria da Cunha Guimarães, **Filarete**, Francisco Xavier Cavalcanti de Moraes Lins, Francisco José de Mele, Antônio de Meneses Vasconcelos de Drumond, Fernando Francisco de Aguiar Montarroios, Ma-

nuel Ferreira Portugal, *Um Constitucional, Anônimo, O Procurador das Ciências da Pátria e O Amigo do Bem Público*. O n.º 17 divulgou um discurso do patriarca José Bonifácio Ribeiro de Andrada e Silva. Outras edições ocuparam-se da chegada de uma expedição marítima do Rio de Janeiro, destinada a combater as tropas portuguesas do General Madeira, insurretas na Bahia. Raros anúncios, de poucas linhas.

Terminou o ano com o n.º 20, de 2 de novembro, para só reencetar-se a publicação no dia 20 de janeiro de 1823.

Circulando sempre em datas indeterminadas a princípio duas vezes por mês, findou ora mensal ora bimestral, atingindo o n.º 27 a 27 de outubro, após o que não voltou mais à tona (Colec. Leop. L. Santos) (4).

RELATOR VERDADEIRO — Poucos dias após o aparecimento do *Segarrega*, entrou o novo órgão em circulação, sendo o primeiro número publicado no dia 13 de dezembro de 1821, em formato de 25 x 21, com quatro páginas de composição a duas colunas de 12 cíceros, igualmente impresso na Oficina do Trem de Pernambuco, depois Tipografia Nacional. Sobre o título, desenhado numa fita, via-se uma vinheta de quatro cm, representada, de cada lado, por mulher e índio, ela armada de elmo e espada e êle de petrechos de guerra, ambos de mão estendida sobre uma coroa colocada em cima de um livro — a Constituição, nelle inscritas as palavras “*Sic semper manebunt*”. Sob o cabeçalho, a legenda: “*Utilius homini nihil est, quan recte loqui*” (Phe-dro). Redação a cargo do padre Francisco Ferreira Barreto. Locais de venda: Loja de Antônio Xavier da Silva, no Pátio do Colégio (atual Praça 17), e na Botica de José Matias, rua do Rosário n.º 140.

Abriu a edição, em coluna dupla, o “Proêmio” a seguir: “Tendo desaparecido a turbulenta e carrancuda *Aurora*, que sempre, nos horizontes políticos do desconsolado Pernambuco, se anunciou nas trevas afrontosas de um céu tão melancólico e tão toldado como ela, fazia-se indispensável que houvesse um periódico ditado pelo espírito de re-

(4) A coleção manuseada, única existente, encontra-se desfalcada dos ns. 23 e 26. A Biblioteca Nacional guarda, apenas, um comprovante: o n.º 6, de 22 de fevereiro de 1822. Na Biblioteca Pública do Estado existe a edição de estréia.

tidão e de imparcialidade: e o Exm^o Govêrno Provisório resolveu que, em nova redação, se desse ao público as notícias políticas do tempo. O presente jornal, por isso mesmo que não temos por agora tipos suficientes, jamais poderá sair regularmente; e por esta causa não lhe assinamos dias determinados”.

O editorial, em uma coluna, assim começou: “Enfim, adelgacaram-se as nuvens, desassombrou-se de uma vez a atmosfera de Olinda, dissiparam-se os vapores negros que a toldavam e despontou, entre os pernambucanos aflitos, o Sempre Memorável e Faustíssimo Dia 15 de outubro!” “Ele nos trouxe o decreto de 1.^o de setembro do corrente ano. O Supremo Congresso Nacional anuiu às apresentações justíssimas dos nossos infatigáveis e beneméritos deputados e mandou que se instalasse entre nós um Govêrno Provisório. Deliberação augusta!”.

Prosseguindo, o articulista passou a noticiar as eleições de 26 de outubro, na Cathedral de Olinda. “presente o Senado e o Govêrno Constitucional Temporário de Goiana”, depois da solene missa do Espírito Santo e de “um discurso enérgico e bem tecido”, pronunciado pelo frade M. Pegado, lente de Geometria do Seminário Episcopal, “e sem os mais pequenos vislumbres de coação, em plena liberdade e sossêgo”. Coube a presidência a Gervásio Pires Ferreira. Reportou-se à instalação do govêrno, aos oito dias de festejos patrióticos e ao embarque do Capitão-General Luiz do Rêgo Barreto, de volta à Europa.

Completaram o sumário um “Bando”, com o decreto do govêrno imperial sôbre tempo de serviço dos cidadãos chamados ao serviço militar, e duas Correspondências, uma das quais a respeito dos acontecimentos de março de 1817.

No n.^o 2, de 23 de dezembro, o editorial aludiu à intranquillidade em que viveu Pernambuco “há mais de quatro anos”, à “praga dos flagelos” e à “tiranía carrancuda”, durante a qual nada faltou “de opressão e desdouro, desde o roubo até a guerra civil; desde a escuridão do cárcere até a infâmia do patíbulo”, acentuando: “Um govêrno liberal, pacífico, moderado e benéfico restabeleceu de repente a ordem e a tranqüillidade pública, e tudo vai tomando energia”. Focalizou, por fim, as últimas medidas do govêrno para a pacificação da província.

Seguiu-se um “Bando”, em que a autoridade competente mandava fôsem devolvidas as armas retiradas, pelos patriotas, da Intendência da Marinha e do Trem Nacional. Mais notícias do Rio Grande do Norte, Maranhão e Lisboa; Correspondência da Rússia, o “Hino Constitucional Pernambucano” e o sonêto “A liberdade constitucional”, cujo autor, dizia uma nota, folgava em ocultar o nome.

Apareceu depois um Suplemento ao n.º 2, datado de 1.º de janeiro de 1822, com quatro páginas, porém metade da terceira e a quarta em branco. Deu notícia pormenorizada da chegada a Lisboa das “42 vítimas de Pernambuco” a 13 de outubro do ano transato, e da sua libertação, 14 dias após, graças à sentença dada “pela Relação Extraordinária da Casa da Suplicação” como corolário do trabalho de defesa em que se empenharam os deputados de Pernambuco junto às Côrtes, principalmente o padre Francisco Muniz Tavares.

Ao fim do Suplemento veio uma “Advertência” a propósito de lapsos da redação ocorrido nas edições anteriores, enumerando-os. Fazia-o porque não pretendia iludir o público, não desejava que o **Relator Verdadeiro** ficasse mentiroso, acrescentando: “Longe, e muito longe de nós, os falsos testemunhos da **Aurora** de Rodrigo”.

Só no terceiro número, de 19 de janeiro, a fôlha divulgou a ordem imperial de 3/9/1821, que mandou Luiz do Rêgo entregar o govêrno à Junta eleita pela Câmara de Olin-da, assim como o decreto sôbre a organização do “Sistema de Govêrno e Administração Pública da Província de Pernambuco”, cópia do têrmo da eleição e ata da posse. Mais ordenações, notícias de Lisboa e uma Advertência.

Os números seguintes do **Relator Verdadeiro** occuparam-se em divulgar, quase exclusivamente, ofícios trocados entre o Govêrno Provisório local e o do Príncipe Regente, e diferentes atos oficiais. Sua existência chegou ao fim com o n.º 10, datado de 25 de maio de 1822 (**Colec. Leop. L. Santos**) (1).

(1) Única coleção existente, apenas desfalcada do n.º 10. Do *Relator Verdadeiro* possui a Biblioteca Pública do Estado um só comprovante: o n.º 5, de 15 de fevereiro de 1822.

1822

GAZETA EXTRAORDINARIA DO GOVERNO — Sem indicação de número, circulou, pela primeira vez, datada de 22 de junho de 1822, obedecendo ao formato de 28 x 25 (quase quadrado), com seis páginas, só impressas quatro e meia, a duas colunas de 20 cíceros. Sobre o título, exibia o escudo de armas do Brasil-Reino. Impressão da Tipografia Nacional.

Sem nenhuma apresentação aos leitores, o jornal só fez reproduzir, do princípio ao fim, ofícios trocados entre o Príncipe Regente e o Govêrno Provisório de Pernambuco.

Do mesmo modo, mas reduzida a largura das páginas (apenas quatro) para 22 cm, colunas de composição de 17 cíceros, circularam mais dois números, o 2.º a 24 de julho e o 3.º no dia 3 de agosto (Coleç. **Leop. L. Santos e Bib. Púb. Est.**) (1).

O CONCILIADOR NACIONAL — Entrou em circulação a 4 de julho de 1822, no formato de 28 x 21, com quatro páginas de duas colunas a 17 cíceros de composição. Lia-se sob o título: ,

**“Admonere volumus, non mordere:
prodesse, non laedere.**

Erasm.,

seguido, a partir do n.º 4, da tradução:

**“Queremos admoestar, e não morder,
ser útil sem ofender”.**

Constava do Expediente: “Vende-se na loja da Pracinha do Livramento n.º 60, onde se entregarão as cartas e correspondências dos cidadãos que nos quiserem ilustrar e honrar com as suas luses”. Impressão da Tip. Nacional, transferida, no n.º 4, para a firma Cavalcanti & Companhia, à

(1) O colecionador particular só possui os dois primeiros números, e a Biblioteca Pública do Estado, por sua vez, guarda, unicamente, o n.º 3 do secarrão órgão oficial.

rua Direita n.º 256. Redação atribuída ao padre frei Miguel do Sacramento Lopes Gama. Preço do exemplar — 80 réis.

O artigo de apresentação ocupou três páginas e pequeno espaço da quarta, a parte restante em branco, assim concluindo:

“Increparemos os vícios em geral; exporemos francamente o nosso parecer sobre as coisas do atual sistema, faremos as advertências que nos parecer acertadas; mas respeitaremos os homens por nos serem mui caros. Esperamos do público igual retribuição, isto é, aceitaremos de bom grado as justas demonstrações dos erros de entendimento em que cairmos, rogando a alguns esquentados, como apareceram na desgraçada Bahia, contra o bom escritor do **Constitucional**, que nos não queiram emendar a pau, dura espécie de silogismo que não aprendemos nas escolas, que mói o corpo sem convencer o espírito, e é arma muito desigual para quem só sabe combater com as armas do bom senso e da razão, únicas que nos parecem liberais.

“Estamos prontos a inserir nesta fôlha as correspondências com que nos quiserem honrar, uma vez que observem o decreto das Côrtes, de 4 de junho próximo passado, sobre a liberdade de imprensa”.

Publicação irregular, o n.º 4, de 4 de setembro, focalizou a dominação portuguesa no Brasil, conclamando Pernambuco e o Brasil inteiro a se unirem numa só vontade, uma vez que a nossa liberdade estava em perigo. E frisou, a certa altura: “Perca-se embora o Brasil; percam-se quatro Brasis, mas não se perca a honra nacional”. Terminou citando o padre Antônio Vieira, a propósito das vantagens da união dos povos.

No n.º 5, anunciava ao público que “o sistema das Côrtes de Portugal continua em seu espírito de oposição à felicidade do Brasil”.

O último número do ano foi o 8.º, que saiu a 19 de novembro. Mais de dois meses após, precisamente no dia 23 de janeiro de 1823, apareceu o n.º 9, noticiando, com pormenores, os festejos da aclamação do D. Pedro I como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. Do n.º 10

constou uma Proclamação de S. M. I. e Constitucional no dia da Bênção das novas Bandeiras Brasileiras. O n.º 18, de 31 de maio, noticiou a instalação, no Rio de Janeiro, do Congresso Constituinte do Brasil.

A matéria geral da fôlha constava de “Notícias de Portugal”, Correspondências e Comunicados, “Artigos de Ofício”, ou seja, ofícios das autoridades administrativas, “Avi-so Comercial” e longas “Reflexões” (**Bib. Nac. e Bib. Púb. Est.**) (1).

Não se deteve a publicação (2) e, ao atingir o n.º 37, a 11 de outubro de 1823 (conforme o registo de Alfredo de Carvalho, nos “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana”), divulgou o **Conciliador Nacional** o seguinte Aviso: “O Redator faz certo ao Respeitável Público que não escreve mais”. Reaparecendo, um ano depois — n.º 38, de 4 de outubro de 1824 — “assumiu atitude reacionária e, como órgão oficioso do govêrno do Presidente José Carlos Mairink da Silva Ferrão, analisou, com exagerada acrimônia, os homens e os acontecimentos da Confederação do Equador”.

Segundo o mencionado Autor, sem mais pormenores, o periódico circulou até o n.º 60, de 25 de abril de 1825.

O **MARIBONDO** — Surgiu a 25 de julho de 1822, em formato de 28 x 22, com quatro páginas, metade da última em branco, impresso na Tipografia Nacional. Preço do exemplar — 80 réis. O título era encimado por interessante xilogravura, representada por uma árvore com casa de maribondos, debaixo da qual um homem corcunda, esbaforido, em atitude de quem estava pulando, a coçar-se, atacado pelas vespas furiosas. Trazia, ainda, no cabeçalho, o conceito a seguir, com a assinatura de Mr. Thomas: “A justiça ultrajada vela em todos os corações”.

O artigo de abertura, de duas e meia páginas, focali-

(1) Comprovantes existentes na Biblioteca Pública do Estado: ns. 1 e 6. Na Biblioteca Nacional: ns. 4, 5, 7, 8, 9, 10, 14 e 18.

(2) Na sétima das suas “Cartas de Pítia a Damão”, Frei Caneca criticou, acerbamente, as ‘contradições visíveis’ do comentrista d’O *Conciliador Nacional*, particularizando o n.º 34 do referido órgão, cuja doutrina considerava “sofística, perigosa e oposta às obrigações de um escritor público em tempo de crise política”.

zou a situação da política brasileira em face de Lisboa, onde se ridicularizava a pretensão do estabelecimento de Côrtes no Brasil. Frisou o prolixo editorialista: "Um tal discurso jamais podia ser indiferente a algum brasileiro; de sorte que nos deixamos vencer pela tentação de redigir um periódico em defesa dos nossos direitos; tarefa impossível ao **Maribondo**, mas há de conseguir êsse talismã, que tem feito racionais papagaios, periquitos e macacos. Se os maribondos são maus é porque se intenta arruinar o que é dêles, é porque a justiça ultrajada vela em todos os corações".

Completaram a edição inicial outro artigo, criticando uma Correspondência de **Filarete**, inserta n' **O Segarrega**; um soneto e um hino patriótico, tudo sem assinatura.

O n.º 2, de 12 de agosto, não divulgou mais que três matérias: o editorial, o "Diálogo entre um inimigo e um amigo da causa do Brasil", e o "Voto" enviado à Câmara da Vila do Recife pelo dr. Tomaz Xavier Garcia de Almeida.

Na edição seguinte, o artigo redacional ocupou-se do "eclipse do govêrno" que durou "obra de duas horas" (Junta Temporária, que substituiu a presidida por Gervásio Pires). No mais, Correspondência, inclusive uma do padre Venâncio Henrique de Rezende, a respeito de regimes governamentais, carta que foi comentada, período após período, vindo no fim, após a assinatura do missivista, a de Manuel Paulo Quintela (1), redator d' **O Maribondo**.

Do n.º 4 constaram outras Correspondências, sobretudo de Bernardo José da Gama.

Terminou a vida do jornal com o n.º 5, de 1 de outubro, o qual, a par do mesmo ritmo de matéria dos anteriores, incluiu o seguinte e melancólico Aviso: "Em uma província onde as armas têm o império das Leis, e onde se procura sustentar partidos à custa do sangue dos seus conterrâneos, não é possível que se possa escrever com liberdade; e por isso participamos ao público ser o derradeiro número do nosso periódico êste, que se acha na tipografia desde algum

(1) Alfredo de Carvalho (obra citada) menciona Manuel Paulo Quintela como sendo pseudônimo do padre José Marinho Falcão Padilha, provavelmente porque Frei Caneca o apelidara de Frei Quintela e Padre Quintela.

Pude verificar, no entanto, que, n' **O Maribondo**, não há referência ao padre

tempo antes dos últimos sucessos desta malfadada província”.

Os dois últimos números traziam a indicação: 'Tipografia de Cavalcanti & Cia. (Coleç. Leop. L. Santos) (2).

GAZETA PERNAMBUCANA — Saiu a lume, pela primeira vez, no dia 14 de setembro de 1822, em formato de 30 x 21, com quatro páginas de duas colunas largas. Impresão da tipografia de Cavalcanti & Companhia, custando o exemplar 80 réis. O título ocupava duas linhas: no alto, a palavra **Gazeta**, gravada em madeira e, assim, a vinheta logo abaixo, no centro, representada por um troféu constituído de dois cartases, duas lanças e um arco, seguindo-se, noutra linha, de canto a canto, a palavra **Pernambucana**. (com ponto final). Sob o cabeçalho, os seguintes versos de Camões (“Luziadas”, canto IX, estância XCIV): ,

“Dai na paz as leis iguais, constantes,
Que aos grandes não dêem o dos pequenos:
E todos tereis mais, e nenhum menos” (1).

Lia-se no artigo de apresentação: “Esta fôlha, dada à luz em uma das épocas mais brilhantes do Brasil, talvez se-

José Marinho Falcão Padilha, ao passo que, no *Diário da Junta do Govêrno* não se faz menção a Manuel Paulo Quintela.

Isto vem a propósito da seguinte documentação, colhida no *Diário de Pernambuco*, edições de 17 de julho de 1829 e de 6 de fevereiro de 1833: na primeira lê-se um Edital, assinado por “Manuel Paulo Quintela, oficial maior da Secretaria do Govêrno de Pernambuco”; na segunda aparece um “Aviso da Presidência”, com a mesma assinatura, seguida da achega: “oficial maior, no impedimento do Secretário”.

A concluir que Manuel Paulo Quintela e o padre Marinho Falcão Padilha eram duas pessoas distintas.

(2) Coleção completa. Possuem também comprovantes d'O *Maribondo*: a Biblioteca Pública do Estado, o n.º 1, e a Biblioteca Nacional o n.º 3.

(1) O tipógrafo da *Gazeta* cometeu êrro na transcrição dos versos de Camões, que devem ser lidos assim:

“Ou dai na paz as leis iguais, constantes,
Que aos grandes não dêem o dos pequenos;

.....
E todos tereis mais, e nenhum menos”.

A risca de pontinhos faz-se necessária, porque o terceiro verso transcrito é, na realidade, o sexto da estância.

ja vista com sôfrega curiosidade, esperando-se que ella venha mostrar a estrada mais curta para o templo da Liberdade Constitucional; é verdade que se as nossas fôrças nos abandonassem, êste seria o farol que nos guiará porque as necessidades públicas não são occultas; mas o nosso fim, sendo outro, que tem sua utilidade, nem por isso deixamos de convidar os nossos patrícios iluminados a enviar-nos as suas idéias sôbre aquêlê assunto para nesta fôlha occuparem um lugar interessante; entretanto, esta fôlha conterá os Officios e mais papéis do govêrno que houverem de ser impressos, correspondências e mais escritos que por sua natureza devam ser publicados, notícias nacionais e estrangeiras, preços correntes, entradas e saídas de embarcações e todos os avisos que se quizerem fazer ao público, para o que as pessoas interessadas se dirijam à Tipografia na rua Direita n.º 256. Por ora sairá uma vez por semana enquanto os trabalhos da Tipografia não puderem aprontar duas”.

Constaram, mais, da edição de estréia, dois longos offícios da Junta Provisória do Govêrno ao Príncipe Regente, sôbre a sublevação de 2 e 3 de junho, em que officiais e soldados da 1.ª e da 2.ª linha puseram o Campo do Erário em polvorosa; longa Correspondência do padre Venâncio Henrique de Rezende, que se defendeu de acusações d’ **O Mari-bondo**, afirmando, enfaticamente: “Saiba o mundo inteiro que eu sou amantíssimo da causa do Brasil”; e uma lista de “Preços Correntes”. Acompanhou-se, ainda, de um “Suplemento à **Pernambucana**”, com uma página e meia impressas contendo “Notícias Nacionais” e “Entradas e Saídas de Embarcações”.

A publicação do jornal não se fêz semanalmente, como pretendia, mas em datas indeterminadas, dando edições de oito páginas, a 160 réis o exemplar, como os ns. 2, 4 e 9. Entre os ns. 5 e 6, êste de 15 de janeiro de 1823, houve um interregno de quase dois meses.

O n.º 3, de 22 de outubro, reproduziu a troca de cartas entre D. João VI e seu filho D. Pedro, quando êste repeliu as Côrtes de Lisboa, declarando-se “Príncipe Regente do Brasil e seu Defensor Perpétuo”. Logo abaixo, lia-se a Proclamação “aos honrados paulistanos”, datada de 8 de setembro, concluindo com officios da Junta do Govêrno local e anúncios.

Na quarta edição, dada a público a 9 de novembro, inseriu-se longa oração do deputado baiano Cipriano José Barata de Almeida, pronunciada no Congresso de Lisboa, "por ocasião do parecer da Comissão sôbre os negócios do Brasil".

Além da matéria de rotina, uma nota sob o título "Anúncio", assinada pelo **Redator da Pernambucana**, declarava haver resolvido ampliar o programa da fô'ha, para torná-la "mais interessante ao público. Faria, daí por diante, "algumas reflexões políticas ou morais", acentuando:

"...esperamos satisfazer à expectação dos leitores, no que não pouparemos quanto estiver em nossas fôrças, e rogamos aos mesmos queiram ilustrar-nos com suas luzes. Como, porém, esta gazeta toma de hoje em d'ante uma atitude que pode comprometer-nos para algumas pessoas, advertimos, à maneira do **Diário Constitucional**¹, que não sabemos jogar espada nem pau nem esgrima, atirar pistola ou faca: em uma pa'avra, não sabemos manejar arma alguma, nem as trazemos conosco. Portanto, desprezando todos os desafios que com qualquer dêles nos hajam de fazer, aceitamos porém aquêle mais usado pelos escritores, cujas armas são a pena e a razão".

O n.º 5 saiu com sete páginas impressas e uma em branco, datado de 27 de novembro. Seu editorial verberou a atitude dos "homens sem consideração" da Câmara de Olinda, que aprovaram a depuração do deputado e'ito pela província, o "benemérito padre Venâncio Henrique de Rezen-de", "um representante capaz de propugnar pelos interesses de sua pátria". O comentarista considerou "um criminoso procedimento" a acusação ao sacerdote de ser "republicano e, por consequência, inimigo da causa do Brasil", o que êle já desmentira categoricamente.

Da mesma edição constou a reprodução da Ata da solenidade da aclamação de D. Pedro I, Imperador Constitucional do Brasil e seu Defensor Perpétuo.

Depois, no n.º 6, ocupou-se a redação, longamente, do "despotismo" da Câmara de Olinda. Uma Correspondência de João Pires Ferreira defendeu, documentadamente, a acusação feita a seu pai, Gervásio Pires Ferreira, de haver ex-

torquido o Erário, a título de indenização de prejuízos que tivera na revolução de 1817.

Em seu n.º 9, de 15 de março de 1823, a **Gazeta**, num editorial de três páginas, comentou a deposição, ocorrida em setembro, da Junta presidida por Gervásio Pires, a eleição do Governo Temporário, seguida da eleição do Governo Provisório, e os acontecimentos de 21 de fevereiro.

No n.º 12, de 18 de abril, atacou os inimigos que trabalhavam para “empecer a marcha majestosa da nossa independência política”.

Nova orientação veio a tomar a **Gazeta Pernambucana** a partir do n.º 15, de 7 de agosto. Com a retirada para o Rio de Janeiro, do seu redator, padre Venâncio de Rezende (cujo mandato de deputado à Assembléia Constituinte foi confirmado pela Comissão de Podêres), assumiu a função Cipriano José Barata de Almeida, que escreveu:

“Abre-se uma nova carreira à nossa pena e às nossas idéias. Tendo o redator da **Gazeta Pernambucana** embarços para continuar a publicar esta fôlha, veio por um acaso ter a mim o trabalho, que de boa vontade tomo para suprir muitas coisas que não podem abranger as **Sentinellas**; o público pode olhar para ela como continuação daqueles brados de alerta que dou nas quartas e sábados. Meu desejo é beneficiar a pátria, espalhar livres doutrinas e iluminar a todos. Não é, portanto, necessário fazer preâmbulos, porque esta é a **Pernambucana** do costume, só com a diferença de ser o estilo um pouco mais livre; basta de advertência; eu entro já a fazer o meu officio”.

“Ambos os redatores — escreveu Alfredo de Carvalho — foram partidários apaixonados do Constitucionalismo e, nas colunas da **Gazeta**, proclamaram enèrgicamente as vantagens das instituições monárquico-representativas e cobriram de louvores entusiasmados a D. Pedro, “o seu amado e perpétuo defensor”; em ambos dominava a animosidade implacável contra os reacionários (**corcundas**) e ódio sem tréguas aos portugueses”.

Em o n.º 16, de 14 de agosto, uma Correspondência de Manuel de Carvalho Pais de Andrade desmentia a acusação de que estivesse “alistando eleitores para elegerem um go-

vêro republicano”, terminando com a afirmação de que era “um liberal constitucional”.

O n.º 21, de 18 de setembro, divulgou apenas atos oficiais.

A matéria da fôlha, além dos editoriais, não constantes, constituia-se de Correspondências, Notícias das Províncias e do Exterior, Avisos, Atos Oficiais da Regência e do governo local, informações comerciais e pequenos anúncios.

Finalmente, verificada a prisão do revolucionário Barata, ocupou a função de redator, no n.º 23, de 23 de dezembro, Manuel Clemente do Rêgo Cavalcanti, passando o jornal a defender “os interesses do Morgado do Cabo, Francisco Pais Barreto, contra os partidários de Manuel de Carvalho Pais de Andrade”, artigos que “foram vitoriosamente combatidos por Frei Caneca, n’O **Typhis Pernambucano**, e tiveram por consequência a anu’ação da venda da tipografia, de que o governo se apoderou, e a supressão do jornal”.

O último número publicado, segundo Alfredo de Carvalho, foi o 28.º, de 12 de abril de 1824 (Coleç. Leop. L. Santos) (2).

GAZETA DO GOVERNO TEMPORARIO — Circulou no dia 26 de setembro de 1822, sem numeração, em formato de 28 x 21, com quatro páginas de duas boas colunas. Impresso na tipografia de Cavalcanti & Companhia, utilizou, como os demais órgãos da época, papel de linho.

Foi o seguinte o sumário da matéria divulgada na edição: “Circular a tôdas as Câmaras e capitães-mores da Comarca de Olinda e Recife e a todos os comandantes dos corpos da 1.ª e 2.ª linha”, comunicando a posse do Governo Temporário, presidido por Francisco de Paula Gomes dos Santos; outra, no mesmo sentido, sôbre a posse do Governador das Armas, Pedro da Silva Pedroso; Termo de posse do mesmo Governo; Ofício de Gervásio Pires Ferreira aos Presidente e membros da Junta Eleitoral do Distrito de

(2) A coleção manuseada compreende os ns. 1 a 12, 16 e 21. Na Biblioteca Pública do Estado só existem dois comprovantes: os ns. 1 e 3. Os dados referentes aos ns. 15 e 23 foram extraídos dos “Anais”, de Alfredo de Carvalho.

Olinda, apresentando sua renúncia da função de Presidente da primeira Junta Governativa, antes de ser deposta; "Exposição ao Público" sobre os motins recentes, e outros documentos oficiais (1) (**Bib. Púb. Est.**).

GAZETA DO GOVERNO PROVIZORIO — Impresso na tipografia de Cavalcanti & Cia., em formato de 28 x 21, com quatro páginas a duas colunas de 14 cíceros, circularam, pelo menos, duas edições, sem declaração do número, datadas de 6 e 26 de outubro de 1822.

Órgão oficial, conforme indica o título, inseriu o primeiro número: atas eleitorais da Junta e documentos relativos à soltura dos "cidadãos presos pela tropa em Olinda e imediações", constando do outro um "Extrato d'O Espelho (jornal do Rio de Janeiro) de 24/9/1822", a respeito da situação política; decreto do Príncipe Regente, Cartas de Lisboa, etc. (**Bib. Púb. Est. e Coleç. Leop. L. Santos**) (1 A).

1823

GAZETA EXTRAORDINARIA PERNAMBUCANA — Edição da **Gazeta Pernambucana**, circulou — número único — no dia 3 de janeiro de 1823, com apenas duas páginas, colocados sob o título os mesmos três versos de Camões e também impressa na oficina gráfica de Cavalcanti & Cia.

Divulgou o seguinte: carta ao Redator, firmada pelos deputados brasileiros às Côrtes de Lisboa, narrando a odisseia da sua retirada de Portugal — onde se achavam "comprometidos pela causa da pátria" — feita através da Inglaterra e da Ilha da Madeira, para, finalmente, chegar ao pôrto do Recife; proclamação aos pernambucanos, sobre os motivos da retirada, e uma carta de Cipriano Barata — um dêles — denunciando a vinda de tropas lusitanas para reforço às unidades do General Madeira, que lutavam, na Bahia, contra a emancipação do Brasil (**Coleç. Leop. L. Santos**).

(1) Conforme o registo dos "Anais", houvera outra edição, datada de 21 de setembro, com apenas duas páginas.

(1 A) Só existe um comprovante em cada uma das fontes visitadas.

DIARIO DA JUNTA DO GOVERNO — Entrou em circulação no dia 8 de fevereiro de 1823, obedecendo ao formato de 29 x 20, com quatro páginas de duas colunas a 18 cêceros, impresso na tipografia de Cavalcanti & Cia. Redação a cargo do padre José Marinho Falcão Padilha, trazia sob o título a frase de Tito Lívio: "**Quid autem, si vox libera non sit, liberum esse?**". Preço do exemplar — 80 réis.

O editorial de abertura versou sôbre a situação política e o respeito que declarava devido pelos pernambucanos ao govêrno da Província e ao "imortal Imperador", concluindo:

"O govêrno nos tem incumbido de dar ao prelo a sua tarefa cotidiana; é esta a matéria da presente fôlha, que não podendo a escassez da Imprensa dá-la todos os dias, ela contudo abrangerá as tarefas passadas. Nós resumiremos os trabalhos do govêrno, desde a sua instalação; até que, ficando em dia possamos publicar por extenso o seu Expediente. Mas, para suavisar a sêca leitura de officios, portarias, etc., não pouparemos, além das notícias interessantes, nossas fracas reflexões; admitimos uma correspondência útil à Pátria; nós temos um govêrno liberal, que almeja os conselhos e mesmo as censuras dos seus concidadãos: todo homem pode errar. Porém os pasquins e libelos famosos só fazem perder aos governos a fôrça moral tão precisa para reger povos".

Seguiram-se atos officiais da Junta do Govêrno Provisório chefiado por Afonso de Albuquerque Maranhão, que assumiu o poder a 25 de setembro de 1822, em substituição à Junta Temporária, que só governou seis dias depois de haver deposto a Junta presidida por Gervásio Pires Ferreira.

O n.º 2 transcreveu artigo do **Correio Brasiliense**, de Londres, o qual comentou e resumiu o projeto de Constituição política do Brasil.

Prosseguiu a fôlha, inserindo comentário de abertura, proclamações, officios, transcrições e o Expediente da Junta do Govêrno.

Não satisfeita com a orientação que o redator dera ao **Diario** (só circulava uma vez por semana), a Junta do Govêrno substituiu-o, ao que se sabe, pelo padre frei Miguel do Sacramento Lopes Gama. Tanto que, no n.º 6, que saiu a 27 de março, assim se expressou o artigo inicial:

“Encarregado pela Excelentíssima Junta de redigir este **Diário**, em que devem aparecer principalmente os seus trabalhos, é de nosso dever anunciarmos ao público a razão que teve a mesma Excelentíssima Junta para despedir o seu primeiro escritor, o qual, suposto seja dotado de estimáveis qualidades e de reconhecida adesão à causa do Brasil, todavia, levado talvez de um malentendido zêlo, e porventura desconhecendo os limites de sua tarefa, ultrapassou-os, de modo que reduziu o **Diário** a veículo das suas opiniões particulares, que, por isso que saíam debaixo daquele título, deviam passar por serem da Excelentíssima Junta” (1).

O editorial aludiu a comentários da fôlha, que, na edição anterior, dera à publicidade “o dito estúpido e desaforado, de um ou dois bil'tres, de que S. M. I. esbofeteara o deputado (padre) Francisco Ferreira Barreto, calúnia indigna de recordar-se, quanto mais de ocupar a atenção de um redator. Para prova indestrutível da geral reprovação em que caiu esta fôlha, basta saber-se que quase ninguém a comprava, de maneira que o seu produto não chegava para as despesas da tipografia. Este **Diário**, d'ora em diante só conterá os trabalhos da Excelentíssima Junta, sôbre os quais tomaremos a bem entendida liberdade de fazer as reflexões que julgarmos convenientes”.

Concluiu advertindo: “...não somos salariados e por isso não haverá motivo de nos taxarem de panegirista venal da Excelentíssima Junta. Louvaremos o que em sua administração acharmos digno de louvor e censuraremos, com o respeito e moderação devida, as coisas que nos parecerem desacertadas. Eis o que nós entendemos por liberdade de imprensa; eis os deveres que curaremos de preencher”.

Em artigo na edição seguinte, o nôvo redator conclamou os pernambucanos a se conservarem em estado de aler-

(1) Enquanto isto, Frei Caneca, na primeira das suas “Cartas de Pítia a Damão”, de 7/3/1823 (“Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca”, colecionadas pelo Comendador Antônio Joaquim de Melo, Tomo II, 1.ª edição, Tip. Mercantil, Recife, 1876), fêz rigorosa análise dos cinco primeiros números do *Diário da Junta do Govêrno*, que dizia redigidos “pelo *Frei Quintela*” e a quem chamou “um burro debaixo da figura de homem”.

Acrescentou que o Padre *Quintela* comprometia a Junta Provisória do Govêrno Provincial de Pernambuco; reprovou-lhe “a ignorância, o descaramento e o desafôro” e acusou, de cambulhada, os padres Barreto e Lopes Gama, como apañiguados do redator.

ta contra os portugueses, que pretendiam subjugar-nos por meio das armas, minando, “surdamente, o suntuoso edifício da nossa emancipação e independência política”. Perguntava e comentava: “Com que título pretenderá Portugal dar-nos sempre a lei? Não é absurdo que um imenso continente seja governado por um pequeno cantão? A natureza não fez o satélite maior do que o seu planeta”. “Nós somos livres, pois que o queremos; pois que o podemos ser; é esta a ordem da natureza”.

Completaram o n.º 7: “Coleção de Máximas Políticas”, “Bando”, ofícios e portarias da Junta e decretos do Governo Imperial.

Seguiu-se a publicação, constituída de peças oficiais, além dos “artigos d’ofício” e dos “Aforismos de Mr. Bonnin”, ainda circulando semanalmente.

O editorial do n.º 13, de 20 de maio, defendeu “o doce nome de D. Pedro I”, que significava, mais do que tudo, “pai e amigo dos seus muito leais pernambucanos e de todos os brasileiros, que, de mãos dadas, lhe erigiram um Trono, cujas bases indestrutíveis são os seus próprios corações”.

Do n.º 14, no dia 27, constaram: o editorial “Origem e objeto do governo considerado em geral”; Aforismos; noticiário sôbre o bloqueio do pôrto da Bahia e a passagem da esquadra imperial comandada pelo almirante Cochrane; Correspondências e expediente da Junta do Governo.

No n.º 17, publicado a 18 de junho, alterou-se o título para **Diario da Junta do Governo de Pernambuco** e sôbre êle apôs-se o escudo das armas imperiais. Abriu a edição o editoria! “O que é a política”, ocupando quase duas páginas em tipo corpo 8, batido. Entre outros tópicos, lia-se que a política era “quase sempre enganadora e cruel”; quase todos os seus projetos tinham por fim a opressão ou a conquista. Ainda os Aforismos; uma Correspondência de José Joaquim de Carvalho e alguns atos oficiais.

Em dezembro, sob o governo presidido por Manuel de Carvalho Pais de Andrade, reduzia-se o título para **Diario do Governo de Pernambuco**, assim encontrado o n.º 44, de 12 de janeiro de 1824.

Dois meses depois, ainda sofreu o nome do jornal a última redução, passando a chamar-se, simplesmente, **Diário do Governo**. Ao mesmo tempo, extinta a firma Cavalcanti & Companhia (constituída de Filipe Mena Calado da Fonseca e Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque e administrada pelo inglês James Pinches), cujo acervo voltou à posse do governo, sob a antiga denominação de Tipografia Nacional, nesta continuou a impressão do órgão oficial (2).

Existe, finalmente, comprovante do n.º 67 (3), de 24 de julho de 1824, que teria sido o derradeiro publicado. Só divulgou matéria de caráter oficial (**Bib. Púb. Est., Bib. Nac. e Coleç. Leop. L. Santos**) (4).

SENTINELLA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO — Alerta! — Começou a publicar-se no dia 9 de abril de 1823, em pequeno formato de 19 x 13, com quatro páginas, a princípio duas colunas normais e, depois, em coluna larga. Trabalho gráfico de Cavalcanti & Companhia, à rua Direita n.º 256. Vendia-se o exemplar a 40 réis, na Loja da Gazeta, à Pracinha do Livramento n.º 60, circulando às quartas-feiras e aos sábados. Quando havia Suplemento (apenas duas páginas), custava, à parte, 20 réis. Redator único: o médico baiano Cipriano José Barata de Almeida (1).

Lia-se no artigo de apresentação: “Têm aparecido em público dúzias de gazeteiros no Brasil, e eu já estou cansado de ler coisas que pouco ou nada podem concorrer para a ilustração de povos livres e bem da Pátria. Persuado-me que

(2) Segundo Alfredo de Carvalho (“Anais”), desde quando a fôlha passou a denominar-se *Diário do Governo de Pernambuco*, teve como redator José da Natividade Saldanha.

(3) No registo do *Diário do Governo*, nos referidos “Anais”, consta o n.º 37, o que se pode atribuir a descuido da revisão.

(4) Bem poucos foram os exemplares manuseados, assim distribuídos: Coleção particular do escritor Leopoldo Luiz dos Santos: ns. 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 14. Biblioteca Pública do Estado: ns. 1, 17 e 67. Biblioteca Nacional: ns. 13, 44, 65 e 67 e o Suplemento do n.º 66, só impressa a página de frente.

(1) Escreveu Caio Prado Júnior (“Evolução Política do Brasil e outros estudos”, pág. 209, Editora Brasiliense, 3.ª edição, São Paulo, 1961): “...esquecido embora, Cipriano Barata ombreia vantajosamente com qualquer das grandes figuras consagradas daqueles anos de luta que transformaram o Brasil de colônia em nação livre, e deram ao povo brasileiro suas primeiras liberdades”.

um gazeteiro é escritor (2) que pode ensinar, edificar e fixar a opinião pública, e até moralizar os homens: meus desejos são êstes. Hei de escrever para os da Cidade e da Aldeia, homens, mulheres, sábios e pouco instruidos: mas todos os meus discursos, se bem refletirem, hão de saber sempre ao bem geral da Pátria”.

Após uma série de considerações, concluiu: “Peço aos leitores que, ouvindo o meu bradar, acordem e, vigilantes, defendam a nossa Independência, nossa Liberdade e Pátria. O Brasil está recheado de traições e intrigas: por mar e terra; em Portugal e entre nós mesmos se maquina a nossa perdição e cativeiro; porisso, mil vêzes torno a gritar para a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e tôdas as Províncias: “Heróis, alerta! alerta!”.

A **Sentinella** tinha como objetivo principal defender a Independência e a Monarquia constitucional, clamando “vingança contra os vândalos portugueses”. Sucediam-se os artigos nesse tom, repisando temas, como dizia, para “fazer recordar”, tais como: “Liberdade de Imprensa”, “Jurados no Civil e no Criminal”, “Responsabilidade dos ministros e demais empregados públicos”, “Veto absoluto”, “As leis fora do Nosso Soberano Congresso”, “Contra a maldita invenção de duas Câmaras, uma baixa e uma alta, formada de homens ricos”, etc.

O n.º 13, de 17 de maio, abriu com um artigo no qual declarava: “...maquinam chamar-me a um Jurado, para responder sôbre os danos que pode causar a **Sentinella** n.º 9, enquanto a má fé e a falta de patriotismo pretendem sufocar a voz da verdade e estabelecer em Pernambuco o reino das trevas e do arbítrio”.

Os editoriais, a partir do n.º 9, terminavam com as expressões: “Ó do Govêrno, alerta! — Ó das Províncias, alerta!”

A referida edição inseriu uma Correspondência com cerca de 100 assinaturas, de apoio a Cipriano Barata. Dizia,

(2) Os gazeteiros de hoje são outros: não escrevem o jornal; apregoam-no pelas ruas, atraindo compradores, trocando-o por cruzeiros.

entre outros conceitos: "...a sua doutrina política é a mais liberal e coerente com os princípios atualmente proclamados". E divulgou o seguinte Credo Político, que corria em Pernambuco, acabado "modêlo de patriotismo":

- I — Creio na Santa Independência absoluta do Império do Brasil; e de tal sorte que, ainda hoje, querendo a alguém união com Portugal, não se deve consentir nessa união, seja o pretexto qual fôr.
- II — Creio na Comunicação e reunião das Províncias, que para terem fôrça hão de formar um só corpo maciço, a fim de fazer opposição, e dissolver qualquer trama que possa ser inventada para desorganizar o sistema liberal.
- III — Creio na Remissão, ou alívio das nossas desgraças por meio de uma Constituição liberal, como foi ajustado, na qual parece de razão que não haja veto absoluto, nem a iniciativa das Leis fora das Côrtes ou Congresso Soberano; nem duas Câmaras, nem o comando das Armas no nosso Imperador; e na qual deve haver Jurados no Civil e Crime, e liberdade de imprensa, e a responsabilidade dos Ministros e de todos os Empregados públicos; além de tudo mais segundo as Bases, que foram juradas, e de que parece não nos devemos apartar.
- IV — Creio na Ressurreição da liberdade da imprensa; na destruição das devassas, terrores e espias pela vigilância do nosso Congresso Soberano; e na destruição de tudo mais que nos é danoso.
- V — Creio na Vida eterna da Constituição e no Patriotismo Brasileiro, Vigilância e bom Govêrno do Imperador; constância e valor das Províncias. Amém, Jesus".

O n.º 19 fêz-se acompanhar de um Suplemento de quatro páginas.

Sem mencionar nomes, a **Sentinella** n.º 32, de 23 de junho, comentou, na última página: "Será crível que os

pernambucanos recebam e dêem posse a um Chanceler e um Bispo, ambos marinheiros (3), quando se trata de não admitir essa gente que é nossa inimiga? Porventura deve-se obedecer ao Ministério do Rio, a ponto de recebermos em nosso seio cobras cascavéis ou surucucus? A obediência não obriga a tanto; assim como não obriga a ninguém a se atirar de uma torre abaixo. Ninguém receba. Fora! fora! Se o contrário acontecer, direi que os pernambucanos nasceram para escravos”.

Duas edições após, o redator focalizava a “pouca atividade da Exma. Junta desta província” e “o estado crítico dos negócios públicos”, acentuando: “...o povo queixa-se de terem entrado, do mês de janeiro para cá, mais de 400 portugueses, novos aventureiros, que se podem reputar outros tantos inimigos do nosso sossêgo”. E concluiu: “Deverá o povo estar calado se vir a Pátria em perigo evidente e a Província às bordas do precipício? A Divina Providência nos ilumine e o seu Poder nos sustente”.

Noutros artigos, vinha criticando os **corcundas** (partidários do Gabinete Ministerial), a que chamava “um punhado de sevandijas”.

Constou do n.º 52, de 1 de outubro (repetido noutras edições): “Sina! da † Católico e Político, que devem fazer todos os Brasileiros, de manhã, quando se levantarem; quando saírem para a rua, e quando se deitarem; e que, de hoje em diante, deve ser o princípio de tôdas as **Sentinellas**, a fim de refrescar a memória dos Constitucionais Livres, com os primeiros objetos que devem fazer aceitar uma Constituição e sem êles não:

“Pelo Sinal da Santa †, Livre-nos Deus Nosso Senhor do Comando das Tropas do Imperador e do Veto Absoluto, que é irmão do Despotismo; de nossos Inimigos Nobres em Câmara e sem ela, formando nobreza hereditária com morgados e vínculos. Em nome do Padre, seja criada a completa Liberdade da Imprensa e da Consciência; em nome do Filho se crie a Liberdade das Indústrias de Corpo e Espírito; para se gerarem Ciência e riqueza, com tôda segurança individual; em nome do Espírito Santo se crie já o verdadeiro

(3) *Marinheiro*, ou *Galego*, era alcunha dada ao português que imigrava em Pernambuco.

Tribunal dos Jurados e a Responsabilidade dos Ministros e de todos os empregados públicos. Amém”.

Desde o n.º 45, de 6 de setembro, fechava a última página de cada edição o grito: “Ó da Sentinella da Praia Grande, Alerta!” (4).

No mês em aprêço, dia 15, verificou-se um movimento militar no Recife, do qual resultaram a deposição e prisão de Joaquim José de Almeida, Governador das Armas, e a renúncia forçada de Afonso de Albuquerque Maranhão e do padre José Marinho Falcão Padilha, respectivamente, presidente e secretário da Junta do Governo Provisório, formando os membros restantes um triunvirato, assim constituído: Francisco Pais Barreto, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Manuel Inácio Bezerra de Melo, “simpáticos à causa vitoriosa”.

Segundo apurou Alfredo de Carvalho (“Anais”), “logo tiveram princípio manifestações hostis a Cipriano Barata; em dias de outubro, um grupo de inferiores e soldados da Companhia de Cavalaria, do Capitão Francisco José Martins, foi à loja onde se vendia a *Sentinella* e, sem respeito algum ao direito sagrado de propriedade garantido pelas leis, prorrompeu no desatino de rasgar quantas achou. Concluiu a sua insolência com ameaças de que espancaria ao próprio dono se se atrevesse a opor-se a êste desenfreado proceder”.

O jornalista não se intimidou. Combateu, virulentamente, o projeto de Constituição em trâmite na Assembléa Legislativa, fazendo-o em edições sucessivas, da primeira à última página do jornal. Em meio às suas considerações, frisou, no n.º 60, de 29 de outubro: “Estou persuadido que a nossa Soberana Assembléa, ora residente no Rio de Janeiro, para validade de seus trabalhos, deveria ser mudada para São Paulo, ou qualquer província pacífica, onde, trabalhando desassombradamente, faria a Constituição e a mandaria para o Imperador a jurar; ficando ela desde logo sem o comando das Tropas, das quais se deve extinguir metade já e já; a não se obrar dessa maneira, tudo é nulo”.

(4) Estava circulando, no Rio de Janeiro, outra *Sentinella* (ver pág. 53), inspirada pela de Pernambuco.

Já saíam as edições com seis páginas e, no n.º 64, aumentava-se o preço do exemplar para 60 réis. Mas, estava por um fio a existência da *Sentinella*.

Após a publicação do n.º 65, numerosa força armada cercou a residência de Cipriano Barata, na madrugada de 16 de novembro, conduzindo-o prêso para a Fortaleza do Brum.

Na prisão redigiu êle o n.º 66, datado de 19 de novembro de 1823, aumentando-lhe o título para *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco, Atacada e Prêsa na Fortaleza do Brum por Ordem da Fôrça Armada Reunida. Alerta!* Narrou, nessa edição, as perseguições, de caráter eminentemente político, de que se tornara alvo. Comentou, primeiro, “as intrigas que a Côrte do Rio de Janeiro tem introduzido no Recife”, para afastá-lo das lides da imprensa. Transcreveu, a seguir, seu ofício de 10 de novembro, em que solicitava passaporte à Junta do Governo de Pernambuco, para o “deputado às Côrtes Gerais Soberanas do Brasil, pela Província da Bahia”, assim concluindo: “...por isso, desejando a paz de todos e a tranqüilidade do Brasil, quer sair já desta província, para se conservar a harmonia de que tanto pende o sossêgo particular público; portanto, requer a VV. EExxs. lhe mandem passar o seu passaporte para a cidade da Bahia, na forma do estilo”.

Sucedeu que tinha sido dirigida uma representação ao govêrno, com numerosas assinaturas, instando para que os deputados (Cipriano Barata e outros) nomeados “para a soberana Assemblêia do Brasil, aqui residentes, fôssem tomar acento naquele Congresso”, como deviam. Explicou o jornalista os motivos por que não pretendia participar dos trabalhos de uma Assemblêia “cercada de mais de sete mil baionetas”. Aludindo às “tentativas que se fizeram para o seu assassínio”, terminou:

“Desde agora nos despedimos dos bons e briosos Senhores Pernambucanos, Paisanos, Militares, Eclesiásticos, etc., pois o despotismo está sôbre mim com unhas e dentes. Ocultas ordens vindas do Rio fizeram que eu fôsse surpreendido em minha casa pelas 8 horas da noite, pelo capitão Martins e coronel Aleixo, com 150 soldados armados e municiados, com alaridos a ponto de tocar clarins e cornetas;

cercaram-me a casa e quiseram arrombar-me a porta; mas, desistindo dêsse atentado esperaram até de manhã, tempo em que fui prêso e levado ao forte do Brum, onde me acho sem forma alguma de justiça, nem respeito à Soberana Assembléia e ao povo. O govêrno tem se mostrado o maior autor da desordem, pois pretende mandar-me, à fôrça d'armas, para o Rio de Janeiro, a fim de me sacrificar aos furores daquelle Gabinete e dos Marotos (fora, Marotos do Diabo!) e até do Clube do Apostolado (5). Portanto, adeus, Pernambuco! eu não desejarei que tu sejas escravo, como Graco desejou ao povo Romano. Eu desejo a Pernambuco liberdade, e darei o derradeiro suspiro ajudando em seus briosos esforços. Adeus, meus Caetés! Nossos irmãos Caetés são ingratos aos Tupiniquins, mas eu lhes perdôo, porque não sabem o que fazem. Adeus, Pernambuco! Adeus, Paraíba! Adeus, Alagoas! Adeus, Províncias do Norte. Adeus, adeus!" — "Ó da Sentinella da Praia Grande, Alerta!" (6).

(5) O Apostolado, ou Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, foi uma iniciativa de José Bonifácio de Andrada e Silva, destinada a combater a Maçonaria.

(6) Do Brum foi Cipriano Barata transferido para o Rio de Janeiro, onde permaneceu, primeiro, na Fortaleza de Santa Cruz e, depois, na da Laje. Condenado, em 1825, à prisão perpétua, conseguiu libertar-se em fins de 1830, mediante revisão da sentença. Dirigiu-se à Bahia, lá publicando, a partir de janeiro de 1831, a *Sentinella da Liberdade* — hoje na Guarita do Quartel General de Pirajá, na Bahia de Todos os Santos.

Três meses após, ei-lo novamente prêso, devido à exaltação de sua linguagem. Mas, da prisão, redigiu a *Nova Sentinella da Liberdade*, na Guarita do Forte de São Pedro, na Bahia de Todos os Santos. No meado de 1831 foi transferido para outra prisão, na Côte, e publicou: *Sentinella da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá* — hoje preza na Guarita da Ilha das Cobras, em o Rio de Janeiro. No fim do ano mudava para *Sentinella da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá* — hoje preza na Guarita de Ville-Gaignon, em o Rio de Janeiro. A partir de janeiro de 1832: *Sentinella da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá* — hoje preza na Guarita da fragata "Niteroy", em o Rio de Janeiro. Ao findar o ano: *Sentinella da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá*; mudada despòticamente para o Rio de Janeiro e de lá para o Forte do Mar da Bahia; donde generosamente brada — Alerta!

Não há conhecimento de edições do jornal em 1833. Saiu, ainda, datada de 22/1/1834, uma com êste imenso título: *Sentinella da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá*, mudada despòticamente para o Rio de Janeiro, e de lá para o Forte do Mar da Bahia, depois para a Presiganga, logo para o Forte do Barbalho, e de novo para o Forte do Mar, e segunda vez para a Presiganga, por fim para o Hospital, donde bradou Alerta; agora rendida e substituída por um camarada que vigia na Cidade e corajosamente brada: Alerta!

A edição acima, apresentada com o n.º 55, foi reimpressa no Recife, na tipografia de Pinheiro & Faria, por iniciativa de Nuno Guedes Alcoforado. Em

Numerando-se seguidamente, os 66 números publicados somaram um total de 298 páginas (**Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.**) (7).

“Em 1824, nos prodromos da Confederação do Equador, o padre João Batista da Fonseca restaurou a **Sentinella da Liberdade**, publicando cinco números (67 — 71), de 14 de fevereiro a 13 de março, nos quais combateu, com denodo, o absolutismo, profligando a dissolução da Constituinte e incitando o povo à recusa do projeto de código político decretado pelo Imperador” (“**Anais**”, de **Alf. de Carv.**)

Cipriano Barata voltou à ação em 1834 (Ver pág. 126).

ESCUDO DA LIBERDADE DO BRAZIL — O n.º 1, ano I, circulou no dia 26 de julho de 1823, em formato de 28 x 19, com quatro páginas de duas colunas a 18 cíceros. Impresso na Tipografia de Cavalcanti & Companhia, à rua Direita n.º 256, vendia-se o exemplar a 80 réis, sendo a redação atribuída ao padre Francisco Agostinho Gomes (1) logo substituído pelo Capitão João Mendes Viana. Trazia sob o título:

“**Rerum novus nascitur ordo**”.

“Nasce entre nós uma nova ordem de coisas”.

“Considerações sôbre os negócios políticos do Brasil” foi o título do artigo de apresentação, bastante longo, em que dizia o redator: “Para podermos entrar na averiguação

pequeno formato, reuniu oito páginas, sete das quais ocupadas pelo artigo “Luzeiro”, ficando a última em branco.

A respeito da sua odisséia política e do seu martirologio nas prisões, escreveu, também, Cipriano Barata, diversos folhetos avulsos, o último dos quais guardado, em manuscrito, no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O famoso jornalista faleceu em Natal, Rio Grande do Norte, no dia 11 de junho de 1838.

(7) Na Biblioteca Pública do Estado encontram-se, da *Sentinella*, de 1823, os ns. 3, 5, 11, 15, 19, 22, 55, 58 e 60. Melhor é o acervo da Biblioteca Nacional. Lá se encontra um volume com os ns. (salteados) 5 a 66. Os informes da edição de estréia foram colhidos nos “Anais”, de Alfredo de Carvalho. Não restam comprovantes das poucas edições de 1924.

(1) Natural da Bahia, o padre Agostinho, “eleito deputado às Côrtes, foi um dos que se recusaram a jurar a Constituição e, saindo por isso clandestinamente de Lisboa, de lá veio ter a Pernambuco, onde permaneceu por quase um ano” (“Anais”).

das circunstâncias que têm concorrido para o estado de coisas em que presentemente nos achamos, e qual poderá ser o êxito provável que êle deverá ter, se o Ministério continuar no sistema que tem abraçado, nos é preciso começar a observar o procedimento do Brasi! desde o momento que abraçou o sistema constitucional de Portugal até a época atual, a fim de que com acêrto possamos determinar as causas de todos os sucessos que tão ràpidamente se têm seguido, e quais ainda poderão haver”.

Embora não assinado, o editorial foi redigido na primeira pessoa do singular: “Os sucessos das nossas armas pela Causa da Independência, como honrosas ao nosso valor, e coragem, como os trabalhos da nossa Representação Nacional encherão, igualmente, as minhas páginas. Êstes serão os assuntos a que por ora unicamente me limitarei”.

As vêzes com seis páginas, outras acompanhado de Suplemento (ao n.º 3, de duas páginas e ao n.º 6, de quatro), o **Escudo** circulava em datas irregulares, numerado seguidamente, de edição para edição. Ocupava-se em divulgar resenhas das sessões da Assembléia Geral do Império, comentando-as exaustivamente, com rudes ataques, a princípio, ao Ministério em que pontificavam os Andradas, inserindo também notícias estrangeiras, traduzidas de jornais europeus, o que ocorria à chegada de navios do Velho Mundo.

A partir do n.º 11, divu!gou o texto do “Projeto de Constituição para o Império do Brasil”, seguido de fastidiosos comentários em série, não chegando a redação a concluir suas observações a respeito, porque parou a publicação após sair o n.º 16, de 14 de novembro. É que fôra prêso o redator João Mendes Viana (2), pelo “crime” de haver dissentido do Gabinete Ministerial, batendo-se por idéias constitucionalistas que não aquelas pretendidas pela classe dominante (**Bib. Nac.**).

(2) Mendes Viana teve o mesmo destino de Cipriano Barata. Do Brum foi transferido para uma fortaleza do Rio de Janeiro, onde passou “dois anos de sofrimento em uma masmorra”, segundo escreveu Evaristo da Veiga na *Aurora Fluminense*, do Rio, edição de 20/10/1830.

SENTINELLA DA LIBERDADE À BEIRA (1) MAR DA PRAIA GRANDE — Jornal “dos irmãos Meneses de Drumond”, publicado no Rio de Janeiro, por inspiração da **Sentinella** de Cipriano Barata, teve o seu n.º 14, datado de 10 de setembro de 1823, reimpresso no Recife, na tipografia de Cavalcanti & Companhia, trazendo acima do título as palavras “Alerta está!”.

Apresentou o mesmo pequeno formato de 19 x 13, coluna larga, contando seis páginas, a última das quais em branco. Inseriu Correspondências assinadas por **O Amigo do Imperador e dos Brasileiros** e **O Brasileiro Resoluto**, este pseudônimo de Francisco Antônio Soares, e a conclusão de artigos do número anterior (**Bib. Nac.**).

O TYPHIS PERNAMBUCANO — Jornal político, redigido por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, deu à luz o primeiro número a 25 de dezembro de 1823, impresso na Tip. de Miranda & Cia., em formato de 30 x 21, com oito páginas de duas colunas a 18 cíceros, trazendo sob o título os versos de Camões (canto 5):

“Uma nuvem que os ares escurece,
Sôbre as nossos cabeças aparece”.

Foi o seguinte o artigo de apresentação: “Quando a nau da pátria se acha combatida por ventos embravecidos; quando, pelo furor das ondas, ela ora se sobe às nuvens, ora se submerge nos abismos; quando, levada do furor dos euripos, feita o ludíbrio dos mares, ela ameaça naufrágio e morte, todo cidadão é marinheiro; um deve sustentar o timão, outro pôr a cara ao astralábio, ferrar o pano outro, outro alijar ao mar os fardos, que a sobrecarregam e afundam, cada um prestar a diligência ao seu alcance, e sacrificar-se pelos seus concidadãos em perigo.

“Firme neste princípio, eu levanto a voz do fundo da minha pequenez, e te falo, oh! Pernambuco, pátria da liberdade, asilo da honra e a'caçar da virtude! Em ti florescem os

(1) A reimpressão feita em Pernambuco omite a contração da preposição de com o artigo o, pois o título da fôlha do Rio de Janeiro menciona *Beira do Mar*, conforme Hélio Viana (“Contribuição à História da Imprensa Brasileira — 1812/1869”) e Gondin da Fonseca (“Biografia do Jornalismo Carioca”).

Vieiras, os Negreiros, os Camarões e os Dias, que fizeram tremer a Holanda e deram espanto ao mundo universo; tu me deste o berço, tu ateaste no meu coração a chama celeste da liberdade, contigo ou descerei aos abismos da perdição e deshonra, ou a par da tua glória voarei à eternidade.

“Acorda, pois, oh! Pernambuco, do letargo em que jazes! Atenta os verdadeiros interesses, vê o perigo; olha o medonho nevoeiro que se levanta do sul, e que se vai desfechar em desastrosa tempestade; amaina os traquetes, põe-te a capa; barlaventeia das intrigas, segue o rumo da união, que

Os cabos passarás mais tormentosos,
Sem que as crespas correntes te atropelem,
Ao polo chegará aonde brilha
A luz da eterna fama.

“Chama aos teus lares a deusa da concórdia, açoutada pelos látégos da fôfa ambição, do interesse sórdido e da ignorância. O teu **Typhis** (1) te apontará as ciclades, os bósforos, as sirtes; te notará os perigos até onde se estender o horizonte da sua vista; êle subirá o mais elevado tôle da tua gávea sem mudar a côr do rosto. Rompamos por entre os maiores perigos, demandemos o norte da **Independência ou Morte**; temos um seguro santelmo no **imortal Pedro I**. Com os o'hos fitos nêle, sustentemo-nos na borrasca, que nos luzirá a bonança risonha; trabalhemos com sofrimento e coragem”.

Do Expediente constava, unicamente, que a fôlha se publicava às quintas-feiras, custando 80 réis cada exemplar.

Além da apresentação, o primeiro número, com oito páginas, em artigo sob o título “Rio de Janeiro”, ocupou-se exclusivamente dos acontecimentos da Côrte, do “lutuoso dia 12 de novembro, dia nefasto para a liberdade do Brasil e sua independência”, “dia em que o partido dos chumbeiros do Rio de Janeiro pôs em prática as tramoias do Ministé-

(1) Typhis foi o inventor da navegação; foi o piloto do “Argos”, navio construído para a conquista do velocino de ouro — esclareceu frei Romeu Peréa no vol. VI d’“Os intelectuais carmelitas luso-brasileiros” — Tip d’A Tribuna, Recife, 1941.

rio português e conseguiu, iludindo a cândida sinceridade de S. M. I., dissolver a suprema Assembléia Constituinte Legislativa do Império do Brasil”.

Descreveu o editorialista as cenas da dissolução, que tiveram aparato militar e prisões. O artigo prosseguiu na seguinte edição, procurando o autor comprovar que a soberana Assembléia “não perjurou do solene juramento que prestou à nação”. Um segundo artigo ocupava-se da paz política reinante em Pernambuco, trazendo abaixo o “continuar-se-á”.

Iniciando o editorial do n.º 3, de 8 de janeiro de 1824, escrevia o redator: “São passados quinze dias, que trazemos entre as mãos o astrolábio para conhecermos a longitude e latitude dos negócios políticos do nosso império, e não nos tem sido possível descobrir uma só estrêla; tudo são carrancas, escuridões, nevoeiros; tudo são tempestades do Capricórnio. Está em conjunção a política com a astronomia. No entanto que se não entornam as águas da ânfora, que despejem as nuvens e as rarefaçam, vamos continuando com o exame dos malefícios, que sôbre nós lançou o formidalooso Escorpião”. Continuou comentando a falsidade da “perversa fação portuguesa”.

Só na outra edição o **Typhis** noticiou que, a 13 de dezembro, se reuniu “um grande conselho, composto do clero, nobreza, povo e chefes militares”, elegendo Presidente da Província Manuel de Carvalho Pais de Andrade; secretário do governo, José da Natividade Saldanha; seis conselheiros e mais um governador das armas, o que foi feito sob a alegação de ameaças de guerra civil. “E com esta eleição acalmaram-se os ventos, que por tôda parte estavam soprando a desgraça e a ruina desta deliciosa província”.

Mas o Governo Imperial nomeara Presidente da Província o Morgado do Cabo, Francisco Pais Barreto, e o **Typhis** de 12 de fevereiro (“não pôde sair quinta-feira passada por adoecer o compositor tipográfico e não termos um substituto para aquêlê trabalho”), escreveu: “Aparece agora o Morgado oficiando ao Exmo. Presidente e Câmaras do Recife e Olinda e requisitando se lhe dê a posse de Presidente político. Não há uma ambição tão desmarcada! Nem um tão impertinente e deslucado empenho! Estará em circuns-

tâncias de se deferir ao Morgado? Parece que, à exceção do pretendente, de seus apaniguados, todos os demais pernambucanos responderão decididamente que não”.

Depois, a 26 de fevereiro, dizia: “Quanto mais precisamos de união e identidade em sentimentos e opiniões, tanto mais o gênio do mal nos pretende inquietar e destruir”.

A situação começava a complicar-se. Uma carta do Marechal Felisberto Caldeira Brant-Points, publicada na edição de 11 de março, seguida de comentários e críticas à “insolência dêsse impostor”, acendia o estopim. Aconselhava êle aos pernambucanos que destituissem o govêrno de Pais de Andrade e dessem posse ao Morgado do Cabo, temendo — dizia — que se renovassem “as desgraças de 1817”.

O Typhis entrara em conflito com a **Gazeta Pernambucana** — que qualificou como incendiária — então redigida pelo “facinoroso” Manuel Clemente do Rêgo Cavalcanti, o qual apoiava a nomeação de Francisco Pais Barreto.

Na edição de 1.º de abril, o periódico de Frei Caneca noticiou uma tentativa de deposição do Presidente Manuel de Carvalho Pais de Andrade, tendo êste levado a melhor. E criticou acerbamente os conjurados, os “perturbadores da paz”, encabeçados por Muniz Tavares, Jerônimo Vilela Tavares, Tomaz Xavier Garcia de Almeida, Filipe Néri Ferreira e outros.

No número seguinte inseriu uma proclamação do Capitão de Mar e Guerra João Taylor, comandante da divisão naval surta em Pernambuco, conclamando a entrega da administração provincial ao Morgado. Seguiu-se-lhe longo editorial, intitulado “Reflexões à proclamação acima”, contra a “inconcebível declaração de guerra”, assim começando:

“Chegamos à maior altura do mar, que navegamos em demanda do áureo velocino da nossa liberdade, e uma tempestade horrísona nos quer abismar de todo. Eia, pernambucanos, cada um a seu pôsto; sustentemos a nau da pátria, que se acha em perigo! Ela irá à garra e quebrar-se-á nos cachopos, se um não tomar o timão, outro a driça, êste meter o pano nos rinzes, aquêle encarar nos astros com o oitante, estoutro descobrir as caribdes e as cilas. Sopram

contra nós os ventos do engano, do terror, da mentira, do despotismo. Esta é a ocasião em que se desfecha a procela, que há muito nós vos predizíamos. Nada resta a esperar”.

A 22 do mês anterior se instalara, na Vila do Cabo, o governo de Francisco Pais Barreto. Logo mais, a 29 de abril, **O Typhis** dava notícia de que um grande conselho se reunira, decidindo conservar na Presidência Pais de Andrade, principalmente “por ser uma pessoa de pública confiança pelo seu decidido patriotismo e bom governo que tem feito”, ao passo que o nomeado pelo governo imperial só contrairia “ódio e execração geral da província”. Divulgava-se, também, um manifesto em que o comandante Taylor declarava bloqueado o pôrto do Recife, seguido de violento artigo redacional contra tal atitude.

Encerrando o editorial de 13 de maio, **O Typhis** divulgou o “projeto da lei orgânica que deveria reger provisoriamente a República Pernambucana, proclamada a 8 de março de 1817, enquanto se não formasse a sua Constituição”, o qual se achava ainda em manuscrito e “parava em mão de uma pessoa de letras”.

A 27 do mês referido, escrevia o redator: “Por tôda parte vemos cerrações, nevoeiros e tempestades que nos metem mêdo”.

Artigos eram igualmente dedicados, em várias edições, à situação da Bahia imperial, da Paraíba, de Alagoas e do Ceará. Várias câmaras municipais dessa última província e sua própria Junta de Governo e outras províncias do Norte declaravam-se solidárias com Pernambuco, na campanha pelo restabelecimento “do sistema constitucional abandonado pelo Imperador”.

Frisou o articulista, a 3 de junho: “Nós queremos um Império constitucional; e o Ministério, um absoluto. Nós queremos uma constituição feita pela nação soberana; o Ministério, um projeto feito por êle, que não tem soberania”. “Nós queremos uma constituição que afiance e sustente a nossa independência, a união das províncias, a integridade do Império, a liberdade política, a igualdade civil e todos os direitos inalienáveis do homem em sociedade; o Ministério quer que, à força de armas, aceitemos um fantasma illusório

e irrisório da nossa segurança e felicidade e mesmo indecoroso ao Brasil”.

Iniciaram-se ataques do periódico ao Governo Imperial, que impusera o decreto absolutista de 11 de março, impugnado por Pernambuco e por outras províncias.

Na quinta-feira seguinte, assinando uma correspondência divulgada pelo **Typhis**, V. H. R. (padre Venâncio Henrique de Rezende) criticou fortemente os dirigentes da Bahia, que negaram a Pernambuco um carregamento de “farinha para as nossas tropas”, chamando-os “monstros”, “pérfidos” e “ingratos”.

A 17 de junho, escrevia o redator: “...comparativamente a outras províncias, e mesmo ao seu estado antecedente, podemos avançar que êle (Pernambuco) vai bolinando com mais tranqüilidade e paz do que muitas outras províncias”.

O **Typhis** de 1 de julho ocupou-se das “nossas fôrças estacionadas ao sul e ao norte da província”, que vinham atacando, desde 6 de junho, as tropas fiéis ao Morgado do Cabo, para onde se bandearam desde a frustrada tentativa de deposição do Presidente Pais de Andrade. Ocorreram combates, igualmente, na área do pôrto do Recife.

Na mesma edição, e na seguinte, divulgavam-se as “bases para a formação do Pacto Social, redigidas por uma sociedade de homens de letras” (2).

A Proclamação da Côrte Imperial, veiculada a 8 de julho, seguiram-se seis páginas de “reflexões” da redação, sendo aí contraditadas as palavras de S. M. e seus “queixumes”. Aludindo à “traição” e à “pérfidia” do soberano, frisou o articulista: “E ainda dirá S. M. que é nosso defensor perpétuo?” “Qual será o homem que, tendo os miolos onde Deus os pôs, trate, se lembre e queira defensores que não defendem? Os defensores são para o tempo dos perigos, e se S. M. não serve para êsses, menos para os de paz e tranqüilidade”.

(2) Rezava o art. 4.º: “A todo homem é livre manifestar os seus sentimentos e a sua opinião sôbre qualquer objeto”. E o art. 5.º: “A liberdade da imprensa, ou outro qualquer meio de publicar êstes sentimentos não pode ser proibido, suspenso nem limitado”.

Depois de extensas considerações, advertiu: “Oh! brasileiros, acordai e atendei aos vossos verdadeiros interesses. A pátria está em perigo e vós no mais atraído desamparo”.

“Seja nosso defensor — frisou — aquêlê que, à nossa frente, corra os mesmos perigos que nós, ou morra conosco, ou nos salve consigo”, concluindo:

“Eia, pernambucanos! A nau da pátria está em perigo, cada um a seu pôsto; unamo-nos com as províncias limítrofes. Escolhamos pilôto que mareie a nau ameaçada de iminente e desfechada tempestade; elejamos um govêrno supremo, que nos conduza à salvação e à glória. Debaixo de um ta! govêrno enérgico e patriota, não devemos desesperar; debaixo de seus auspícios, venceremos; e se esperarmos pelo defensor que nos abandona, morreremos todos”.

Segundo **O Typhis** de 15 de julho, continuaram a ser atacadas as fôrças do Morgado do Cabo, tendo ocorrido demorado combate, no dia 8, na Barra Grande, com numerosas baixas de parte a parte.

Na mesma edição publicava-se o “Assento que sôbre o juramento do projeto de Constituição se tomou na cidade de Olinda pelos cidadãos de tôdas as classes, reunidos nos paços do Conselho daquela cidade, no dia 17 do mês de junho próximo passado”. E era criticado, no artigo “Bahia de Todos os Santos”, o “degenerado baiano” José da Silva Lisboa (depois, Visconde de Cairu), redator do **Rebate Brasileiro**.

A 29 de julho (n.º XXVII), o redator verberou o **corcundismo**, representado na pessoa do corregedor Francisco José de Farias Barbosa, que mandara publicar, por ordem do Govêrno Imperial, para ser executado, o projeto de Constituição repudiado pelo govêrno de Pernambuco.

Finalmente, o n.º XXVIII, de 5 de agôsto, em longo editorial, focalizou a situação geral, frisando, a certa altura:

“Nem tôdas as províncias podem ter um vigor como Pernambuco, que tem sempre dito e obrado o mesmo que disse desde o princípio; o que deu motivo ao **Constitucional**, da

França, para dizer que a “cidade do Recife é a única do Brasil que tem apresentado uma oposição macha e vigorosa aos planos do despotismo”.

Comentando a posição do Ceará (3), declarou **O Typhis** que aquela província “alçou o primeiro grito à liberdade, e o seu eco fêz estremecer o coração do Império. Os áulicos do Rio enfiaram, e o despotismo, com a bôca ensanguentada, está a ver o seu trono derrubado por momentos”.

Quanto aos paraenses, aduziu: “...como por si sós não podiam lutar com as fôrças de S. M., nada lhes restava que unir-se à confederação das províncias, que se iam declarando contra o absolutismo, como testificam as notícias que alegamos”.

O segundo e último artigo tratou da situação no “Acampanamento da coluna liberal no Antunes”, terminando por chamar às armas os empregados relapsos do govêrno, mostrando-lhes a pátria em perigo, não sem fechar a edição, como jamais deixou de fazê-lo, com o **slogan**:

“Cautela, união, valor constante.
Andar assim é bom andar.

Boa viagem”.

Estendeu-se a publicação até o n.º 29, de 12 de agôsto de 1824. O jornalista Frei Caneca suspendeu-a para juntar-se às tropas que combatiam o Morgado do Cabo, já em derrota e a caminho do Ceará. Foi aprisionado, conduzido para o Recife e arcabuzado a 13 de janeiro de 1825.

Segundo a notícia prefácio das “Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca” (4), os

(3) A integração do Ceará no movimento da Confederação do Equador facilitou-lhe meios para o estabelecimento de sua primeira tipografia e do seu primeiro jornal: o *Diario do Governo do Ceará*, estreado a 1.º de abril de 1824. De um dos seus artigos constou o tópicio a seguir: “Temos uma Tipografia Nacional, enviada a êste Govêrno pelo Exm.º Presidente de Pernambuco, Manuel de Carvalho Pais de Andrade, nosso honrado patricio, que só se esmera no bem estar do Brasil. Esta vantagem real abre o caminho livre às nossas comodidades e legítimos interêsses e é obra prima da liberdade do Brasil” (tópicio do livro “Para a História do Jornalismo Cearense — 1824/1924”, do Barão de Studart — Tip. Moderna, F. Carneiro — Fortaleza, 1924).

(4) Antonio Joaquim de Melo. Tomo I, 1.ª edição, 1875; Tomo II, 1.ª edição, 1876. Tipografia Mercantil — Recife.

Ô Comendador A. J. de Melo, em virtude da lei de 25 de junho de 1869, san-

ns. 17 e 29 d'O *Typhis* não foram nelas incluídos por não constarem do volume da coleção primitiva, cujas derradeiras edições tinham sido impressas na Tipografia Nacional, como voltara a denominar-se a empresa de Cavalcanti & Companhia, encampada pelo governo de Manuel de Carvalho Pais de Andrade (5) (Bib. Púb. Est.).

O CAHETÉ — Circularam, pelo menos, o 1.º e o 2.º números, em fins de 1823 ou princípio de 1824. Muito depois, fizeram-lhe referência as edições do diário *O Cruzeiro*, de 27 de outubro de 1829 e 14 de abril de 1830, segundo as quais era redigido pelo padre frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, que destilava excessivo nativismo, combatendo os portugueses, “êsses monstros”, que viviam “espalhados pelo imenso solo do inocente Brasil”.

Não restam comprovantes d'O *Caheté*, nem tampouco os encontrou Alfredo de Carvalho, o historiador dos “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana”, cuja pesquisa se estendeu até 1907, não 1908, como está na capa do livro.

1824

ALMANACK DA VILA DE SANTO ANTONIO DO RECIFE — Para o ano de 1824 — Impressão da Tipografia Nacional, de Cavalcanti & Cia. (Cf. “Gênese e Progressos da Arte Tipográfica em Pernambuco”, pág. 40, do volume dos “Anais”, de Alfredo de Carvalho).

cionada pelo Governador Henrique Pereira de Lucena, fôra incumbido de colecionar as obras de Frei Caneca. Todavia, não chegou a assistir à impressão delas, um vez que faleceu em 1873, sendo a tarefa atribuída ao bacharel Antonio Vitrúvio Pinto Bandeira e Acioli Vasconcelos.

(5) Os dados sôbre o *Typhis Pernambucano* foram colhidos na reedição incluída nas “Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca”, cujos tomos I e II se acham encadernados num só volume de 772 páginas. A coleção das edições originais, que pertenceu ao historiador Antônio Joaquim de Melo, foi oferecida, após a reimpressão, ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, mas não foi possível encontrá-la na respectiva Biblioteca... Na Biblioteca Pública do Estado só existem, das mesmas, o n.º 14 e um fac-símile da primeira página do n.º 27.

CALENDARIO ECLESIASTICO, POLITICO, GEOGRAPHICO — Para as Províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Alagoas — Ano de 1824 — Imprimiu-se na tipografia de Cavalcanti & Companhia, acompanhado de uma seção intitulada “Administração da Província de Pernambuco”, em que se mencionou “todo o pessoal, com a indicação de suas respectivas residências, das Juntas do Governo e da Fazenda, da Alfândega, Relação, Cabido, Juízo Eclesiástico e Deputados; e em seguida, uma notícia geográfica das províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará” (Cf. “Anais Pernambucanos”, de F. A. Per. da Costa — Vol. VIII).

O LIBERAL — Órgão político da Bahia, foi transferido para o Recife em seu n.º 19, datado de 13 de fevereiro de 1824. Formato de 21 x 16, com quatro páginas de coluna larga. Sob o título trazia a divisa: “Ser livre é tudo; é nada o ser escravo”. Impresso na Tipografia de Miranda & Cia., vendia-se o exemplar a 40 réis.

Dirigido pelo padre João Batista da Fonseca, o semanário teve vida efêmera, divulgando o n.º 22 (1), que foi o último, a 2 de março.

Cada edição não acolhia mais do que um editorial, atacando o despotismo do governo baiano e enaltecendo o govern monárquico-constitucional, mas principalmente propugnando pela aliança entre baianos e pernambucanos.

O primeiro artigo narrou a odisséia do padre Venâncio Henrique de Rezende, que fôra à Bahia, em missão do governo de Pernambuco, visando a que os dois Estados, pelos seus presidentes, suplicassem à Sua Majestade Imperial a reuniãc da Assembléia Constituinte dissolvida, missão que terminou com a prisão dêle e do seu hospedeiro, o padre pernambucano João Batista da Fonseca, revolucionário de 1817, que lá dirigia **O Liberal**, ma'quistado pelo Presidente Francisco Viana, sendo ambos forçados a embarcar, escoltados, de volta a Pernambuco.

Veio daí a resolução de continuar, no Recife, a publicação do periódico, que, pretendendo ter vida mais longa,

(1) Não o n.º 23, como está registado nos “Anals”, de Alfredo de Carvalho.

anunciou, no princípio: “Quem quiser assinar **A Sentinella da Liberdade** e **O Liberal** dirija-se, na Boa Vista, à Tipografia de Miranda; em S. Antônio, à loja de José Gonçalves de Faria, na rua do Rosário, ao pé da quina do Cabugá, ou na imediata de Bernardino de Tal; e no Recife na rua do Comércio. A assinatura é uma pataca mensal por ambos os periódicos; e todos os suplementos e papéis avulsos do Redator serão dados aos assinantes de graça; a assinatura será paga adiantada, e os periódicos serão procurados pelos assinantes nos lugares mencionados. Sairá **O Liberal** na terça-feira, e **A Sentinella** no sábado, impreterivelmente”. (Bib. Púb. Est.).

O ARGOS PERNAMBUCANO — Periódico político, começou a publicar-se no dia 31 de maio de 1824, em formato de 29 x 20, com quatro páginas de duas colunas largas, sendo impresso na tipografia de Miranda & Companhia, para vender-se o exemplar a 80 réis. Sob o título apresentou o seguinte conceito de Mably, extraído dos “Direitos e Deveres do Cidadão”, página 109: “Devemos reputar as objeções feitas às Leis como princípio de uma feliz reforma”. Redator: José da Natividade Saldanha.

Tôda a edição foi ocupada com o artigo de abertura, assim iniciado: “Depois de termos feito um propósito firme de não escrever periódico algum, vemo-nos agora na dura necessidade de quebrar o nosso protesto e de escrevinharmos alguma coisa”. Passou a comentar o projeto de Constituição votado pela Câmara do Rio de Janeiro, acusando os deputados de trabalharem “contra os desejos do nosso Imperador constitucional, para fazê-lo déspota e absoluto”.

“Nessas circunstâncias — acentuou — cumpre examinar se o projeto oferecido é ou não tal qual deve ser e, por conseguinte, se convém ou não adotá-lo como Constituição do grande Império do Brasil. Esta será a matéria do nosso periódico; escrevemos em estilo vulgar, porque escrevemos para o povo, e pelo mesmo motivo não seremos frequentes em citar os diferentes autores, que sobre esta matéria têm escrito, pois, contanto que o povo conheça as verdades, pouco lhe importa saber qual o escritor que primeiro as viu e patenteou”.

Nos números seguintes manteve o redator o mesmo tema, fazendo ver ao povo, em prolixos comentários, “quão

pouco liberal é o projeto de Constituição apresentado pelo Ilm.º Conselho do Estado e mandado jurar como Constituição do Império do Brasil por S. M. I. e C.”.

Além da matéria em aprêço, o **Argos Pernambucano** só divulgava excertos das cartas do Abade Mably, sôbre os “Direitos e Deveres do Cidadão”, traduzidas por Natividade Saldanha.

Circulando em datas indeterminadas, a fôlha atingiu o n.º 6 a 11 de agôsto (1), sendo os dois últimos impressos na Tip. Nacional (**Bib. Nac.**) (2.)

DEZENGANO AOS BRASILEIROS — Órgão político, deu a lume o n.º 1, ano I, no dia 19 (1 A) de junho de 1824, em formato de 28 x 20, com quatro páginas a duas colunas de 18 cíceros. Impresso na tipografia de Miranda & Cia., tinha como redator único João Soares Lisboa (2 A), custando cada exemplar 80 réis. Sob o título vinha a divisa:

“**Auguste liberté, fille de la nature,
Sans toi, tout n’est
Opprobre, injustice, imposture**”.

(“Consciences Litteraires, pg. 67)

Do longo artigo de apresentação constavam os tópicos a seguir: “Cobertos de luto pela destruição da Brasilica Soberana Assembléia, terminamos em 24 de novembro pretérito a redação de nosso periódico intitulado **Correio do Rio de Janeiro**; nem era possível que nossos trabalhos continuassem, porque anihilado o Corpo Representante da Soberania Nacional, por um ato o mais despótico, e arbitrário, que

(1) Alfredo de Carvalho regista, por engano, o n.º 4, de 29 de junho, como tendo sido o último publicado.

(2) Na Biblioteca Pública do Estado existe comprovante, apenas, do n.º 2, que saiu a 27 de junho.

(1 A) Não no dia 25, conforme consta dos “Anais”, de Alfredo de Carvalho.

(2 A) “Soares Lisboa tinha sido a primeira vítima de José Bonifácio por ter publicado, no *Correio do Rio de Janeiro*, do qual era redator, um artigo sôbre o Imperador, que êle havia dito “ser, apenas, um presidente do Brasil e Pedro I sem segundo”, elogiando-o por seus sentimentos democráticos, visto não haver, no dia da sua aclamação, concedido título e outras mercês” (Soares Brandão, in “A Confederação do Equador”, pág. 258).

podia cometer-se, nem um apoio nos restava, que nos garantisse na emissão de nossas opiniões, e devíamos esperar trágico fim se continássemos seguindo a mesma direção que tínhamos tomado, e por cujo motivo jazíamos em cárcere” (3 A).

“Desde muito tempo havíamos prestado a mais escrupulosa atenção aos movimentos políticos desta heróica Província de Pernambuco; bendizíamos a Providência, por ter infundido no espírito dos pernambucanos tão decidido amor à liberdade, e em nosso coração os abraçávamos...

“De nossas minuciosas pesquisas a respeito do brioso povo pernambucano resultou-nos a informação de que nesta, e Províncias limítrofes, tanto ao Norte como ao Sul, jamais poderia o Despotismo estabelecer seu trono, a menos que não fôsse edificado sôbre montões de ruínas e cadáveres de seus mais beneméritos habitantes”.

Outros extensos editoriais ocuparam-se da Independência e sua repercussão, prosseguindo a publicação quinzenalmente, em propaganda das idéias de Liberdade e República.

O Suplemento ao n.º 2, de seis páginas, foi impresso, ao contrário da edição comum, na Tipografia Nacional, aí continuando o trabalho das edições seguintes, que foram muito poucas.

Só atingiu o n.º 4, datado de 31 de julho, nada obstante Alfredo de Carvalho, nos “Anais”. haver mencionado,

(3 A) Sôbre João Soares Lisboa, escreveu Barbosa Lima Sobrinho, no seu livro “O problema da Imprensa”: “...condenado a 10 anos de prisão, “por culpa séria e provada”, recebeu indulto sob condição de deixar o Brasil, assim que a Relação do Rio de Janeiro e excetuou na absolvição geral dos presos políticos processados por José Bonifácio. Desembarcou, entretanto, no Recife, onde redigiu o *Dezengano aos Brasileiros*”.

Aliás, segundo o “Itinerário”, de Frei Caneca, a sentença imposta ao jornalista limitava-se a oito anos.

Tendo aderido à causa da Confederação do Equador, João Soares Lisboa, que era de nacionalidade portuguesa, incorporou-se às tropas de Manuel de Carvalho Pais de Andrade, vindo a falecer no combate de Couro d’Anta, no interior de Pernambuco, a 30 de setembro de 1824 (não no dia 29 de novembro, conforme consta dos “Anais” citados).

como último, o n.º 6, dando-lhe a data de 4 de agosto (**Bib. Nac. e Bib. Púb. Est.**) (4 A).

REGISTRO OFFICIAL DO GOVERNO DE PERNAMBUCO — Entrou em circulação a 4 de agosto de 1824, no formato de 28 x 22, com quatro páginas de duas colunas, impresso na Tipografia Nacional, então dirigida por Antonino José de Miranda Falcão.

Sucedeu ao **Diário do Governo**, mediante portaria oficial, com a seguinte recomendação: "... não admitirá correspondência alguma, e mandará às diversas Repartições os exemplares indicados nas Instruções".

Não divulgou senão matéria estritamente oficial e teve vida efêmera, pois só foram publicados, ao que tudo indica, mais três números, datados, respectivamente, de 12, 17 e 21 do mês referido (**Bib. Nac. e Bib. Púb. Est.**) (1 B).

DIARIO DO GOVERNO DE PERNAMBUCO — Começou a publicar-se a 24 de outubro de 1824, sob o governo do Coronel Francisco de Lima e Silva (que sucedeu a Manuel de Carvalho Pais de Andrade, uma vez derrotado o movimento da Confederação do Equador), obedecendo ao mesmo formato do anterior, para circular bissemanalmente. Impresso na Tipografia Nacional (1), para cuja direção o governo nomeou o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, ao mesmo tempo encarregado da parte redacional. Lia-se abaixo do cabeçalho:

"Depois de procelosa tempestade,
Noturna sombra e sibilante vento,

(4 A) Só na Biblioteca Nacional existem comprovantes de todos os quatro números publicados. Na do Estado de Pernambuco guardam-se o n.º 3 e quatro páginas do Suplemento ao n.º 2.

(1 B) Na Biblioteca Pública do Estado só se encontra comprovante do primeiro número.

(1) A Tipografia Nacional foi extinta — segundo os "Anais Pernambucanos" de F. A. Pereira da Costa — através de portaria de 6 de agosto de 1825, "por ter caído em desuso, por falta de escritores, que por via daquele prelo instruíam o público com os seus escritos, sem mesmo ter continuado os dois periódicos que então se imprimiam, e não permitir o estado dos cofres nacionais que se continuasse a fazer a despesa de 720\$000 com os empregados que ali se achavam sem nada fazer".

Traz a manhã serena a claridade,
Esperança de pôrto e salvamento”.

Camões — Lus., Canto 4.º oit. I

Único exemplar hoje guardado: n.º 66 (2), de 4 de junho de 1825, cuja matéria constou de uma Reportagem, assinada pelo **Redator**, sôbre a posse do nôvo Governador, José Carlos Mairink da Silva Ferrão, e as despedidas e embarque do Coronel Lima e Silva; uma Correspondência; Atos Officiais e relação de preços dos principais artigos de importação e exportação. No fim, advertia-se: “Há Suplemento ao presente **Diario**” (**Bib. Púb. Est.**).

1829

ABELHA PERNAMBUCANA — O n.º 1. ano I, circulou no dia 24 de abril de 1829, em formato de 28 x 20, com quatro páginas de duas colunas largas, impresso na Tipografia Fidedigna, de José Nepomuceno de Melo, à rua das Flôres n.º 18. Sob o título trazia o seguinte:

“Tantus amor florum,
Et generandis gloria mellis”.

Virg. Georg. Liv. 4,

mais a respectiva tradução:

“Eu gosto de catar as brandas flôres
Para delas fazer salubres meles”.

Constava do Expediente: “Subscreve-se no bairro da Boa Vista, na botica do Vieira; na Praça, casa D 3; em Santo Antônio, na do Pinto; rua Nova, casa D 27, a 640 réis mensais e as avulsas a 80 réis”. Direção e redação de Antônio Borges da Fonseca.

Lia-se no artigo de apresentação, entre outras considerações: “...quanto maior fôr o número dos periódicos de uma província, tanto mais se divulgarão idéias úteis e se conso-

(2) Não o n.º 67, como está nos “Anais” de Alfredo de Carvalho.

lidará a opinião pública; principalmente, se a linguagem por êle empregada fôr a linguagem da razão e da decência, acomodando-se às imperiosas circunstâncias em que se achar o povo para quem escreve.

“Estamos convencidos de que esta capital tem necessidade de uma fôlha redigida naquele sentido, e que, dedicada a vulgarizar doutrinas sãs, em todos os objetos de reconhecido interesse e utilidade pública, se preste de bom grado à publicação de escritos sôbre a Jurisprudência, Comércio, Medicina, Economia, Artes, etc., dignos de serem lidos pelos nossos concidadãos pernambucanos, sem excitar ódios e a terrível vingança que muita gente em certas posições deseja ver despertados pelos Escritores públicos.

“Estamos nesta árdua tarefa, apesar de reconhecermos quão acanhados são os nossos conhecimentos e débeis as nossas fôrças; mas, confiados no patriotismo de nossos concidadãos e nos desejos que devem animá-los para a cooperação de uma emprêsa útil, e necessária, comprometemo-nos à publicação desta fôlha nas têrças e sextas de cada semana.

“Qual seja a pureza de nossas intenções demonstraremos nas matérias que tratarmos nos diferentes artigos da **Abelha Pernambucana**, aguardando com respeito e acolhimento o juízo que houvermos de merecer pronunciado no sempre respeitável tribunal da Opinião Pública”.

Seguiram-se, na edição de estrêia: artigo sôbre a projetada estrada Recife-Olinda; transcrição da Fala do Trono de 2 de abril, comentada pela redação, que aludiu à necessidade de quanto antes a Câmara eletiva ocupar-se da “dura, mas inevitável tarefa de reduzir os enormes dispêndios que exauem o Tesouro público, de obviar as dilapidações com que tantos estão engordando à nossa custa, melhorar o sistema de arrecadação tão atrasado”, etc. Depois da seção “Variedades”, fechou a última página o Aviso:

“Recebe-se correspondência sòmente dos assinantes, contanto que elas contenham alguma coisa de utilidade geral. Declara-se que se não aceita correspondências que louvem a autoridade alguma; porque os bons têm em si mesmo seu louvor”.

Outro Aviso, com a mesma colocação, foi o seguinte, no n.º 2: “Logo que houver suficientes assinantes, manda-se levar as fôlhas à casa. O Redator se responsabiliza por qualquer escrito útil”.

Em seu n.º 3, arrematava um artigo: “. . . não se importem com a **Abelha**, porque ela é inimiga acríssima dos dois extremos: República e Abolicionismo”.

Prosseguiu a jornada do bissemanário, cuja matéria se constituía de longos editoriais doutrinários e até filosóficos, ajudada por Correspondências assinadas com pseudônimos, tais como: **Comprovinciano**, **O inimigo dos traidores da Pátria**, **O pai constitucional**, **Inimigo dos hipócritas**, **O receoso**, **Adivinhador**, **O Imparcial**, **Amigo do Trambolho**, **O tatu na Cova do Amparo**, **O muso** e tantos outros.

Logo no segundo mês, entrou a **Abelha** a atacar as idéias absolutistas, defendidas pela sociedade política Coluna do Trono e do Altar, da qual se tornaram porta-voz o diário **O Cruzeiro** e o periódico **Amigo do Povo**, com êles travando polêmica constante.

Alguns números saíam com seis páginas, quando havia excesso de Correspondências, em que vinham à cena tricas políticas ou pessoais, às vêzes focalizando questões de terras.

Longo editorial, intitulado “**Abelha** chamada a jurados”, na edição de 28 de julho, criticou a denúncia apresentada pelo promotor do júri, padre Bernardo Luiz Ferreira, ao juiz de Direito, contra Borges da Fonseca, por infração à lei de 2 de outubro de 1823, devido a um artigo inserto no n.º 16, considerado venenoso (1). Entretanto, o jornalista foi, logo mais, absolvido. Igualmente ameaçado de assassinio, precisou, até, de homisiar-se por algum tempo.

Na edição seguinte, de 31, um editorial exaltou a “Ortografia da pronunção”, declarando o redator que passaria a empregá-la em todos os seus escritos, obedecendo, porém, à dos colaboradores

(1) Sempre ferino, *O Amigo do Povo*, em comentário da sua edição de 25/7/1829, acusara a *Abelha Pernambucana* de “insofrível abuso de liberdade de Imprensa”, pois vinha “convidando e incitando os povos à rebelião, senão direta, ao menos indiretamente”.

No n.º 54, de 12 de outubro, a **Abelha** deu carinhosa cobertura, na primeira página, aos festejos, no Recife, efetuados por motivo do aniversário do “Imortal Pedro I”.

Continuava, enquanto isto, atacando “**O Cruzeiro e seus consócios absolutistas**”. Depois, já a 19 de janeiro do ano seguinte, divulgou a Ordenação em que S. M. Imperial mandava sustar as atividades da Coluna; mas, em artigo a seguir, acentuou que a resolução da Coroa continuava sendo “audaz e insolentemente contrariada”.

Numerando as páginas seguidamente, de edição para edição, a **Abelha** transpôs o ano sem detê-las, assim como o número das edições, de modo que a 1.º de janeiro de 1830 circulava o n.º 73.

Exibindo o próprio nome, Borges da Fonseca dirigiu, no n.º 102, de 13 de abril, uma Carta Aberta ao Presidente Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, denunciando que a “Sociedade Colunática, de público, trabalha para turvar a ordem pública nesta província”, adiantando: “Em Pernambuco a Coluna espalha que o sr. Tomaz Xavier breve tomará conta da Presidência”. E mais: “...na Côrte e em Pernambuco ameaça-se a Câmara dos deputados com dissolução”.

A partir do n.º 108, abria a primeira página de cada edição, abaixo do cabeçalho, a epígrafe: “Os mandamentos brasileiros se encerram em dois: União e Ôlho bem vivo” (Da **Astréa**).

Manteve a **Abelha** seu programa doutrinário e anti-colunático até o fim, vindo a divulgar o n.º 142 (2), que foi o último, a 31 de agosto de 1830, tudo somando 586 páginas (3). E foi impressa, desde o n.º 17, na tipografia do **Diário de Pernambuco**, à rua Direita n.º 267. (**Bib. Nac.**) (4).

O AMIGO DO POVO — Órgão político, confeccionado no formato de 31 x 22, com quatro páginas a duas colunas

(2) Não 145, como está nos “Anais”, de Alfredo de Carvalho.

(3) Nem as 570 registadas pelo autor citado, nem as 568 anotadas por Hélio Viana, na sua “Contribuição à História da Imprensa Brasileira”.

(4) Da *Abelha Pernambucana* só possui a Biblioteca do Estado de Pernambuco um *fac simile* da primeira página do n.º 97, de 20/3/1830.

de 18 cíceros, iniciou sua publicação a 30 de maio de 1829, trazendo sob o título a sentença: “*Erratis, se Senatum probare ea, quoe, dicuntur a me putatis populam autem esse in alia voluntate*” (Cícero — Orat. 1 de Lig. Agr.).

Impresso na tipografia d’**O Cruzeiro**, secundou êsse diário na campanha de apoio à Coluna do Trono e do Altar, sendo redigido pelo padre José Marinho Falcão Padilha, com a colaboração do padre Francisco Ferreira Barreto. Constava do Expediente: “As subscrições para esta fôlha serão tomadas na Tip. d’**O Cruzeiro**, junto à Cadeia, Décima 3, aonde igualmente se aceitarão as correspondências dirigidas ao redator dela”. Era de 80 réis o preço do número avulso.

O imenso artigo de abertura começou por historiar a situação do país desde 1817, quando a pátria era “a prêsa de uma facção desmoralizada”, que a perseguia até o momento. Passou a explicar a origem do título: “O amigo do povo é aquêlê que lhe ensina a gozar da felicidade que se pode achar em um govêrno moderado — a paz, a liberdade, o descanso”. Seguiram-se a apologia do “Augusto e Perpétuo Defensor” e encômios ao Presidente da Província. Fricou:

“Sim, nós tornamos a d’zer aos nossos caros concidadãos: invoquemos a Augusta Assembléia e o Nosso Perpétuo Defensor, como o mais interessado dos cidadãos na felicidade dêste Império”.

Em conclusão: “Chegará o tempo em que uma vã ostentação de palavras cesse de passar por patriotismo, comprometendo-se a honra brasileira debaixo do pretexto de bens públicos, quando era do nosso dever fazê-la respeitável à face das Nações que nos espreitam”.

Publicação regular, aos sábados, **O Amigo do Povo** focalizava, concomitantemente, temas políticos e religiosos, atacando os constitucionalistas vindos da frustrada Confederação do Equador e, ao mesmo tempo, o chefe do poder eclesiástico em Pernambuco. Mas o alvo principal de sua catilinária eram o médico Jerônimo Vilela Tavares, o padre

Lopes Gama (1) e Antônio Borges da Fonseca, os dois primeiros do **Diário de Pernambuco** e d'**O Constitucional** ao mesmo tempo, e o último redator da **Abelha Pernambucana**, com êles polemizando em linguagem virulenta.

Longos artigos abriam cada edição, igualmente de fundo doutrinário-filosófico, divulgando-se, a par, Correspondências e Comunicados, nos quais o ataque, o ridículo e a sátira eram exageradamente empregados.

Defendendo a Carta Magna do Império, escreveu a redação a 1.º de agosto: "A nossa profissão de fé sôbre a Constituição que nos rege é que devemos obedecer-lhe fielmente; porque é necessário primeiro que tudo tenhamos uma Constituição, e porque sem esta obediência nós cairíamos na mais horrível anarquia. Nós manteremos a Constituição contra todo o particular que ousar desconhecer a sua autoridade; nós a manteremos enquanto ela existir, enquanto não fôr reformada pela autoridade legítima".

No seu n.º 10, o semanário iniciou a inserção de um estudo, sem assinatura, intitulado "Apologia da religião do Brasil", o qual continuou, ocupando cêrca de duas páginas, em tipo corpo 8 batido, até o n.º 28. Numerosas outras edições, nas mesmas circunstâncias, foram ocupadas com a transcrição do longo trabalho "Voz da Natureza sôbre a Origem dos Governos". Epigramas, sonetos, "Avisos", "Dicionário" e "Raridades" martelavam epítetos denegridores contra os jornalistas contendores e certos membros do Clero. Assim é que uma Correspondência da edição de 10 de outubro, assinada pelo **O Porteiro das Massas**, investia: "O padre Manuel José, estúpido basbaque e um dos testas de ferro do

(1) Enquanto era atacado da maneira mais rude, o padre Lopes Gama enfrentava os contendores com as armas da sátira e do ridículo. Chegou a escrever e publicar avulsamente o poema jocoso "A Coluneida", cujo Canto IV vai aqui transcrito, como amostra:

*"O Amigo do Povo é qual monturo,
 Ou da guapa Coluna a grande tina,
 Onde tudo que é torpe, vil e escuro
 Aparece na feira sabatina:
 Com frase capadócia, estilo impuro,
 Detestáveis princípios só propina;
 E se traz do Evangelho a apologia,
 A par logo aparece porcaria".*

façanhudo Deão de Olinda, dêsse sultão ou antes eunuco pardavasco do serralho do Carmelo Pernambucano, não é menor monstro de maldade que o celerado Deão”...

Sem interrupção, numerando as páginas seguidamente, de edição para edição, **O Amigo do Povo** entrou o ano de 1830 com o n.º 32, de 1.º de janeiro; e, sem alterar o programa de defesa das idéias colunáticas, chegou ao fim com o n.º 82 (2), de 18 de dezembro (**Bib. Nac.**, **Bib. Púb. Est. e Coleç. Fernando Pio**) (3).

O CONSTITUCIONAL — Jornal Político e Literário — Começou a circular no dia 2 de julho de 1829, em formato de 28 x 18, com quatro páginas a duas colunas de 16 cíceros, sendo impresso na Tip. do **Diário de Pernambuco**, situada à rua Direita n.º 267.

Trazia sob o título: “Embora incautos queiram denegrir a minha Constitucionalidade, ela sempre aparecerá triunfante, qual Sol dissipando o mais espesso nevoeiro. Contai comigo, como Eu conto convosco, e vereis a Democracia e o Despotismo agrilhoados por uma justa Liberdade” (Proclamação de S. M. o Imperador aos brasileiros).

Bissemánario, devia publicar-se às segundas e sextas-feiras, custando o exemplar 80 réis e a mensalidade 640 réis. Redator: o médico Jerônimo Vilela Tavares.

Adstrito à defesa do sistema constitucional e ao combate sistemático à Coluna do Trono e do Altar, o periódico, logo em seu n.º 4, criticava o diário **O Cruzeiro** e o semanário **O Amigo do Povo**, empenhados — como dizia — em “introduzir a desconfiança e desunião entre o govêrno e o povo, para facilmente inculcar nos espíritos de fácil convicção suas doutrinas subversivas e edificar o sistema do terror...”

Sucessivamente, não faziam outra coisa os redatores d'**O Constitucional** senão polemizar com os jornalistas ad-

(2) Alfredo de Carvalho (obra citada) registara o n.º 81, de 11 de dezembro de 1830, como tendo sido o último publicado.

(3) Só é completa a coleção da Biblioteca Nacional. Na Estadual encontram-se os ns. 1 a 31, e o colecionador particular Fernando Pio dos Santos possui, em volume encadernado, os ns. 2 a 54.

versos, que eram os padres Ferreira Barreto e Marinho Falcão, este apelidado “Cafêlêfêle” e “Caboclinho tumbeiro”, e aquêle, “Dr. Lombriga”, “Padreco Xico Doutor”, “Promotor da Força”, “Padre Xico Força”, etc.

O Sonâmbulo (pseudônimo do padre Lopes Gama), colaborador constante de “Comunicados”, nas suas referências a **O Amigo do Povo**, usava a palavra **Amigo** de cabeça para baixo. E escreveu, no n.º 37: “A Coluna desmascarada, todos os seus enredos descobertos”.

Noutra edição, lia-se, na seção “Raridades”: “Quem quiser uma navalha, para retalhar a cara de algum vigário, abra a batina do Vigário do Recife, o frei Francisco Ferreira Barreto, cavaleiro da Ordem da Navalha e de São Lázaro”. Outra: “Quem nunca viu o Diabo, com todos os demônios do Inferno, veja o Vigário do Recife, o padre Francisco Ferreira Barreto”...

Assim entrou 1830, já com o n.º 55 (a numeração continuou), de 7 de janeiro, quando se denunciavam “os perversos manejos da Sociedade das Colunas”. No n.º 65, escrevia **O Sonambulo**: “O padre Barreto, êsse clérigo revoltoso, que deve fazer época nos fastos das patifarias humanas”... Ainda: “**O Cruzeiro**, êsse escândalo do prelo, que devia ser queimado em praça pública”...; era também “gaita de fole do sarau colunista”.

Correspondências apresentavam assinaturas como **O Vigilante**, **O Lamentador**, **O Perguntador**, **Amante da Lei** e outros, os quais, por sua vez, só faziam atacar a política colunista, comandada pelo Presidente Tomaz Xavier, ou seja, **O Intrépido**, pseudônimo com que colaborava n’**O Cruzeiro**, sendo êle igualmente alvo dos ataques d’**O Constitucional**, que, no seu n.º 67, se congratulou com os pernambucanos por haver assumido a Presidência da Província, no lugar dêle, o Conselheiro Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos. “Notícias estrangeiras” completavam algumas edições.

No n.º 157, de 30 de dezembro, último do ano, escrevia **O Sonambulo** que o tempo, dia a dia, ia “descobrimdo as manobras infernais do partido reconizadora, bem conhecido pela denominação de Coluna do Trono e do Altar”.

Prosseguiu o periódico em 1831, com nova numeração: n.º 1, de 3 de janeiro, reiniciando, igualmente, a das páginas. Passou então a ser impresso na Tip. Fidedigna, de J. N. de Melo, à rua das Flôres n.º 18, colhendo-se assinaturas na “mesma tipografia e na casa do redator, à rua Direita D 49, 1.º andar”. Aumentara, ligeiramente, o formato.

Todo o artigo, em quatro páginas, do n.º 14, de 17 de fevereiro, constituiu enérgica resposta a acusações do **Diário de Pernambuco**.

Prolongou-se a publicação até, pelo menos, o n.º 52, de 30 de junho de 1831 (**Bib. Nac.** e **Bib. Pú. Est.**) (1).

DIÁRIO DO CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO — In-fólio pequeno, impresso na tipografia do **Diário de Pernambuco**, “começou a sair a 22 de dezembro de 1829 e terminou a publicação a 11 de março de 1830. Era dirigido por pessoa que se ocultava sob as iniciais J. A. B. e constava, exclusivamente, das atas das sessões do Conselho Geral da Província, que o Ato Adicional transformou, em 1834, em Assembléia Provincial” (Cf. “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana”).

1830

O POPULAR — **Periódico Político** — Redigido pelo padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, saiu a lume o primeiro número no dia 2 de junho de 1830, em pequeno formato de 22 x 16, com quatro páginas de coluna larga. Impresso na tipografia do **Diário de Pernambuco**, à rua Direita n.º 267, 1.º andar, assinava-se a 480 réis por trimestre e a 200 réis por mês, para circular bissemanalmente, às quartas-feiras e aos sábados, “sendo entregue de tarde, ou de manhã, nas casas dos subscritores”. Sob o título, lia-se: “O povo tem nas suas mãos a sua felicidade ou sua total ruína” (proclamação do Imperador D. Pedro I, de 25 de julho de 1828).

Um “Prospecto”, divulgado muito antes, precisamente a 30 de abril, no **Diário**, anunciava: “Pensar-se-á que, haven-

(1) A partir do n.º 2, a Biblioteca Nacional possui boa coleção d'O *Constitucional*, até o n.º 152, com raras lacunas, mas, de 1831, só edições esparsas. Na Biblioteca do Estado de Pernambuco não existem mais do que 3 números saltados.

do já nesta Província cinco periódicos, a aparição de mais um será exuberante; assim seria se os existentes preenchessem tudo quanto pode e talvez deve ser objeto de jornais; mas como assim não succede, chega bem a propósito mais um Colaborador; tanto mais quanto por desgraça estamos nós bem atrasados a muitos respeito. O nosso periódico será pois mais um defensor da Liberdade Legal”.

Abriu a edição de estréia longo artigo de apresentação, concluindo com o tópico a seguir:

“Infelizmente, a liberdade da Imprensa, aliás um dos mais sagrados direitos dos povos livres, tem-se tornado nesta Província um canal imundo de insultos pessoais, que enfurecendo os homens uns contra os outros, rompe a harmonia e convivência humana, prepara a guerra civil e estraga os costumes consideravelmente. Esta desenvoltura, nascida, não do sistema Constitucional, porém sim e muito principalmente da falta de observância da mesma Constituição, tem ofendido sobremaneira o pudor dos cidadãos honrados: por isso o nosso periódico não receberá correspondência alguma cujo autor se não obrigue a que ela apareça assinada com o seu próprio nome; e ainda assim, se trazer a mais leve personalidade contra o menor indivíduo, será rejeitada; porque não sabemos instruir corrompendo; alguma outra correspondência aceitaremos sem esta cláusula, mas será aquela que tratar dos vícios e faltas em geral.

“Tocaremos nos erros e abusos dos Delegados do Poder, sempre respeitando as suas pessoas; porque se erram por descuido, ou ignorância, a nossa respeitosa admoestação não os deverá escandalizar; e se por própria malícia, os nossos insultos só servirão de os fazer incorrigíveis e piores.

“Como é muito provável que haja quem não nos deixe caminhar sem nos querer empecer os passos, desde já advertimos aos nossos irmãos d’armas, os srs. redatores, que aceitando de bom grado o desafio de argumentos sizudos, com que pretendam atacar as nossas doutrinas, rejeitaremos tôda a laia de combates indecentes e insultos pessoais. Se nos combaterem, como homens bem criados (que nessa conta os devemos ter) faremos por nos defender com argumentos e razões: se errarmos, confessaremos o nosso êrro;

mas se nos injuriarem, o desprezo será a nossa resposta. Uma coisa é atacar opiniões, outra coisa é insultar as pessoas”.

Constituiu-se a matéria d'**O Popular** de maciços editoriais, quase sempre um só enchendo as quatro páginas, em defesa do regime monárquico e respectivas instituições. Seguidos dispositivos da Constituição eram comentados, a começar pela divisão dos poderes e suas atribuições. O redator chamava atenção para o dever que cumpria ao povo brasileiro de respeitar os preceitos da lei básica.

Assim concluiu, já no n.º 22, de 14 de agosto, o editorial “O que se deve entender por povo”: “Pernambucanos: estai certos que o verdadeiro constitucional é aquele que melhor cumpre a lei e obedece aos magistrados; o homem que se arredar desta regra não é patriota, nem constitucional, nem amigo do Trono, nem coisa que preste”.

Foram outros temas focalizados na doutrinação do periódico: Instrução e Educação da Mocidade — Sociedade conjugal — O luxo — Deveres das mães e dos pais — O júri — Os ateus — Igualdade social, etc., atacando, enquanto isto, os absolutistas e criticando a ineficiência da polícia local e o mau teatro da época. Lia-se em artigo da edição de 2 de outubro de 1830: “O nosso teatro está tão relaxado, e imoral, que a maioria dos pais de família, sisudos e honrados, não ousam levar a semelhantes casas suas senhora e filhas; e com tôda razão. Qual o homem de bem que poderá sofrer, de sangue frio, que a sua família seja espectadora das obscenidades e torpesas que ali se dizem? Que escandalosos duetos, que danças lascivas, que equívocos desonestíssimos não aparecem ali?” E apostrofava: “Melhor fôra não haver teatro do que havê-lo para se destruir a moralidade pública”.

Atingido o n.º 52, datado de 27 de novembro, divulgou a redação: “Por circunstâncias, não pode sair à luz **O Popular** no seguinte mês de dezembro, e em janeiro continuará a sua publicação como até aqui”.

Entretanto, só veio a circular o n.º 53, a 12 de março de 1831, tendo-se transferido o trabalho de impressão para a Tip. Fidedigna, à fua das Flôres D 18. Constou do pri-

meiro editorial: “Continua o nosso periódico, apesar dos desprezíveis motejos d’**O Cruzeiro**, que nos descansou dos seus costumados epicedios, cuidando porventura que havíamos deposto a pena (1). Temos de advertir aos nossos leitores que não nos afastaremos das regras que nos impusemos em o nosso primeiro número”.

Ao pé da quarta página veio o Aviso: “Sendo a impressão do nosso **O Popular** mais subida atualmente que outrora e estando sobremodo caro o papel, não podemos ter a satisfação de dar a nossa fôlha pelo preço marcado em seu princípio: a subscrição, pois, será de 640 réis por trimestre; mas as fôlhas avulsas custarão 30 réis como dantes. Subscreve-se por via dos distribuidores e na casa de livreiro de Manuel Marques Viana, 1.º andar do sobrado em que estêve a Tip. do **Diario**, onde também se vendem as fôlhas avulsas das 9 horas do dia por diante.

“Roga-se aos senhores que houverem de subscrever ou comprar esta fôlha, queiram não incomodar os empregados da tipografia com êste negócio; porque aí não o concluirão; assim como aquêles senhores que receberem o presente número e não quiserem subscrever a nossa fôlha, tenham a bondade de a entregar outra vez e declarar que não é do seu gôsto subscrevê-la. Por ora, sairá **O Popular** quando fôr possível, mas completar-se-á no trimestre o número das fôlhas, como se saisse regularmente duas vêzes por semana”.

Em seu n.º 56, comentou um editorial a idéia da Confederação, difundida “pelo nosso muito estimável colega jornalista, o bom patriota d’**O Repúblico**” (2), mas adiantava não ser a Confederação “mais do que reforma e adição a certos artigos da nossa Constituição atual”. Aplaudiu, em parte, frisando, todavia: “...essas mesmas alterações devem ser muito meditadas, muito discutidas e examinadas por tôdas as faces”. E concluiu: “A árvore constitucional ainda agora começa a estender as raízes; julgamos que mudá-la ainda tão tenra e nova, é arriscá-la a definhar-se e morrer”.

(1) Vivendo em constante polêmica com *O Popular*, o diário *O Cruzeiro*, julgando morto o contendor, motejou, numa nota de abertura da edição de 10 de fevereiro de 1831: “*Requiescat in pace*”.

(2) Era o jornal de Antônio Borges da Fonseca, então publicado no Rio de Janeiro.

Terminou o bissemanário de Lopes Gama, após ocupar-se exaustivamente do assunto, reprovando a Federação, por parecer-lhe “inconveniente”. E entrou a atacar “a cabala portuguesa recolonizadora”, dizendo, entre outras considerações, que os portugueses “há muito nos atraíam”.

Não deixava, enquanto isto, de criticar a Coluna e doutrinar sobre a excelência da Constituição. Mas, no n.º 71, de 13 de maio, lia-se: “Por moléstia, não pode o redator d’**O Popular** continuar a sua tarefa e porisso passa esta fôlha a ser escrita por outra pessoa”.

O nôvo redator não escreveu mais do que quatro edições, chegando ao fim a existência do periódico com o n.º 75, de 3 de junho de 1831, precisamente quando completava o primeiro aniversário (**Bib. Nac.**) (3).

1831

ESPELHO DAS BRAZILEIRAS — Surgiu a 1.º de fevereiro de 1831, precedido do seguinte “Anúncio”, publicado dias antes no **Diario de Pernambuco**: “**O Redator**, animado pelo seu ardente desejo de contribuir para a instrução de suas Compatriotas, espera que as pessoas sensatas, longe de admitirem as objeções fúteis dos inimigos da civilização, auxiliarão seus esforços, promovendo no seio de suas famílias a leitura desta fôlha, cujo único fim é oferecer às senhoras exemplos capazes de desenvolver seus talentos e lhæs inspirar o amor de seus deveres”. Redigido pelo francês Adolphe Emile de Bois-Garin.

Sem que restem comprovantes das edições anteriores, o primeiro avistado foi o n.º 20, de 8 de abril de 1831, em formato de 21 x 15, com quatro páginas de coluna larga. Impresso na Tipografia Fidedigna, à rua das Flôres n.º 18, fornecia-se a 300 réis a mensalidade, custando 40 réis o número avulso. Publicação bissemanal, às têrças e sextas-feiras. Sob o título, ostentava a divisa:

(3) Pertence à Biblioteca Nacional a única coleção completa. A Biblioteca do Estado possui, apenas, o primeiro número, encontrando-se na Biblioteca do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano melhor acervo: dos ns. 2 a 51.

“A virtude, os talentos — E não a vaidade
Te guiarão, Perila — À Imortalidade”.

(Traduz. de Ovid. ad Perillum. Ely VII).

Dividia-se-lhe a matéria em temas históricos, pensamentos, anedotas e curiosidades, tudo em pequenas doses.

Proseguindo, chegou ao n.º 28 a 6 de maio, quando abriu a edição a nota a seguir, plena de entusiasmo cívico: “Parabéns, Brasileiras em geral! Parabéns, parabéns, Pernambucanas! Quem intentava perder-nos já não existe em nosso território, já não respira o ar de nossa atmosfera. Pedro I, êsse homem caviloso, cuja maldade tanto abusou da nossa paciência, cessou para sempre de ser nosso Imperador, ou antes, nosso Opressor. No dia 7 de abril dêste venturoso ano êle abdicou a coroa em seu filho D. Pedro II”.

Circulou, afinal, no dia 13 de maio, o n.º 30, que deve ter sido o último publicado (1). Nêle figurou, como matéria principal, um Comunicado, sem assinatura, dirigido às “Caras Patrícias”, a propósito do 7 de abril, no qual, entre outros tópicos, se lia:

“O tirano que oprimia nossa pátria, reconhecendo sua nulidade para encandear corações brasileiros nascidos para a liberdade, cedeu à necessária força da opinião pública, êsse inconquistável baluarte da liberdade, deixando na efusão do mais doce prazer os felizes habitantes do império da Santa Cruz; porém, amadas Patrícias, não devemos ainda pensar que temos chegado à metade da felicidade; agora talvez mais que nunca, é mister que saibamos ser livres; agora mais que nunca, importa pregarmos aos nossos filhinhos, aos nossos caros esposos a moderação e a tolerância, companheiras fiéis da liberdade; pois, para sermos livres é força que respeitemos os direitos dos nossos semelhantes” (**Bib. Nac.**) (2).

O LIBERALÃO — Papelucho de suco por 40 réis —
Fundado a 13 de abril de 1831, circulou o n.º 2 no dia 27,

(1) No seu registo, Alfredo de Carvalho dera como última a edição de 8 de abril de 1831, pespegando-lhe o n.º 26, em vez de 20, única, aliás, existente na Biblioteca Pública do Estado’

(2) Na Biblioteca Nacional encontram-se os ns. 27 a 30.

obedecendo ao formato de 21 x 15, com quatro páginas de coluna larga. Impresso na tipografia d'**O Cruzeiro**, à rua da Cadeia do bairro de Santo Antônio, vendia-se o exemplar a 40 réis. Como divisa, lia-se, abaixo do título: "**Et au lieu qu'on avait pensé jusqu'à nos jours, qu'il était impossible de fonder une République, qu'avec des vertus, comme les anciens législateurs; la gloire immortelle de cette société de jacobins est d'avoir créé la République qu'avec des vices**" (Histoire des Brissotins).

Sua matéria constou de um só artigo em tôdas as quatro páginas, vasado na linguagem mais irônica e jocosa, levando ao ridículo **O Constitucional** e seu redator, o padre Lopes Gama, ou seja, **O Sonâmbulo**. Podia considerar-se uma edição pastiche d'**O Cruzeiro**, que divulgou um "anúncio", no qual dizia: "Roga-se ao Respeitável Público queira honrar com a sua assistência o nôvo Cômico, por ser coisa fresca" (**Bib. Púb. Est.**).

Consoante o registo dos "Anais", de Alfredo de Carvalho, publicou-se, ainda, o n.º 3, datado de 15 de maio do mesmo ano.

O CARCUNDÃO — Alfarrábio velho por 40 réis — Publicou-se pela primeira vez no dia 25 de abril de 1831, em formato de 22 x 15, com quatro páginas de coluna larga. Sob o título via-se o clichê, em madeira, de um homem com cara de cavalo, as mãos erguidas segurando uma Coluna quebrada que ia cair-lhe em cima. Vieram, a seguir, os versos:

"Crispinus minimo me provocate; accipe; si vis;
Accipiam tabulas, detur nobis locus, hora,
Custodes, videamus uter plus scribere pos sit".

(Horac. Lib. 1. Sat. IV. vs. 14).

Impresso na Tipografia Fidedigna, à rua das Flôres n.º 18, a edição de estréia, cujo cabeçalho ocupou quatro quintos de página, inseriu longo editorial de apresentação, sem título, só restando meia página, no fim da quarta, para "Notícias Estrangeiras".

O articulista, em linguagem joco-séria, condenou o "papelucho incendiário" **O Liberalão**, acentuando: "Apresse-

mo-nos, o tempo é breve, a existência do Trono e Altar acha-se ameaçada por êsses anarquistas niveladores...”

Colocou-se **O Carcundão**, trocistamente, ao lado do diário **O Cruzeiro**, frisando: “...reunamos nossos tumores dorsais para sustentarmos o edifício desabado da legitimidade, se não queremos que êsses audazes liberais venham coroar nossas antigas cabeleiras com o barrete da liberdade”.

Inexistente exemplar do 2.º, o “número 3 e último” publicou-se a 16 (1) de maio, aumentado o formato para 30 X 22, a duas colunas de 18 cíceros, omitindo os versos do cabeçalho. Teve o texto ilustrado com duas outras xilografuras, a primeira delas representando raios e trovões, caída em pedaços a coluna “**non plus ultra**” sôbre um indivíduo, ao passo que a segunda era uma caveira (2).

A matéria constituiu-se, a princípio, de um diálogo entre **O Carcundão** e **O Cruzeiro**, cheio de ironia e crítica. Tôda a parte restante manteve idêntico padrão de linguagem, terminando assim um dos comentários: “Que vejo?! **A Santa Liberdade**, que tanto tenho ultrajado, armar-se do raio vingador; o corisco está descarregado: Ai!... ai!... ai!... eu môrro esmagado sob os destroços da Coluna fulminada” Findou com o “**Testamento d’O Carcundão**” (Bib. Nac.).

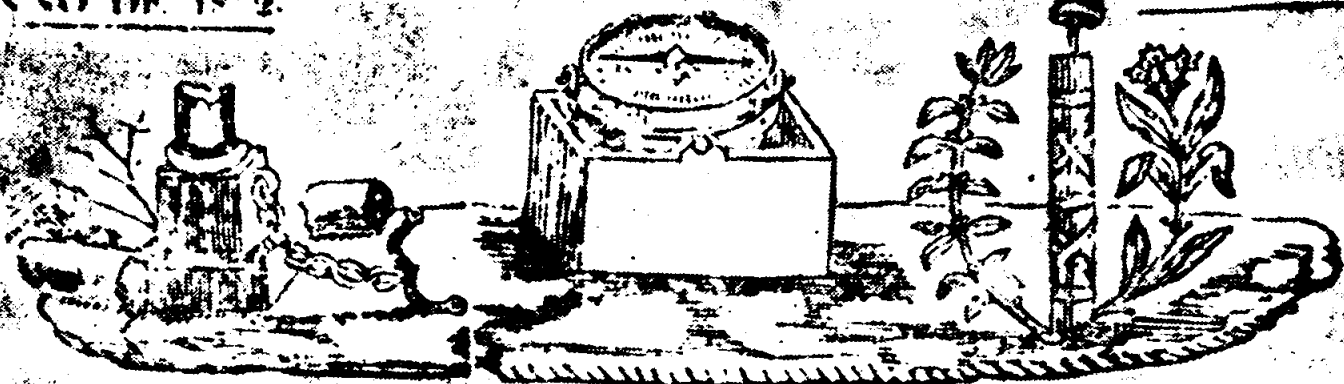
BUSSOLA DA LIBERDADE — Periódico Político e Literário — Entrou em circulação a 26 de junho de 1831, no formato de 30 x 21, com quatro páginas de duas colunas a 16 cíceros. Impressão da Tip. Fidedigna, à rua das Flôres, casa 18.

Um “Anúncio” dias antes publicado (1 A), informou a data do aparecimento da fôlha, acrescentando que seria escrita “no sentido e frase a mais liberal” compatível com as fôrças do seu redator, o padre João Barbosa Cordeiro. Não teria “condescendências para deixar de anunciar as verdades mais austeras, ainda que sejam contra seus amigos, uma

(1) Não no dia 17, como está nos “Anais”.

(2) Foi o primeiro jornal de Pernambuco com a matéria do texto ilustrada.

(1 A) *N’Olindense* e no *Diario de Pernambuco*, de 21 e 23 de junho, respectivamente.



BÚSSOLA DA LIBERDADE,

PERIODICO POLITICO E LITERARIO.

QUARTA FEIRA 18 DE JULHO.

Da Liberdade e Norte-mostral,
 A respeito de tudo quanto he visto
 Ou com ella viver, como Aristides,
 Ou com ella morrer como Catão.
 De R. Victorino.

Impresso em Pernambuco por Joze Victorino de Abreu.

RIO DE JANEIRO.
 CAMARA DOS SRS. DEPUTADOS.

Discurso do Sr. Montezuma na Sessão do dia 14 de Maio, em apoio do 2.º §. da sua Emenda substitutiva á Resposta á Fella do Throno, proposta pela Commissão.

Sr. Presidente. Grande ousadia he a minha, levantando me para fallar ainda em favor da minha Emenda, acabando ella de ser tão eloquente e sabiamente sustentada pelo nobre Orador á quem tenho a honra de succeder. Certo eu me não ablançaria á tal, se não devesse, como Autor da Emenda, arrestar della toda a insinuação lesadavavel, que sobre ella tem procurado lançar os Srs. Deputados do lado opposto; combatendo aquelles dos seus argumentos, que embora de pequeno peso tem ficado sem resposta.

O objecto Sr. he da maior magnitude, he no §. 1.º da minha Emenda eu tratei a grande e importante Questão do Direito em virtude do qual subia ao Throno Imperial do Brasil o Sr. D. Pedro 2.º; e ali provei a necessidade de declarar á Nação ao Governo a firme intenção, em que es-

tafos de observar e manter a Constituição, e de nada obrarmos nem querermos se não aquillo que for conformê com ella quer a respeito das reformas, quer a respeito da parte, em que a Sabedoria do Corpo Legislativo julgar que não deve ser alterada; hoje trata-se de examinar outra materia não menos transcendente, isto he: Que tem a fazer as Nações Estrangeiras a respeito do Governo e Titulo do Sr. D. Pedro 2.º? Se este he o caso, em que diplomaticamente se entenda dever ter lugar hum Reconhecimento formal, se simples felicitações somente? Na discussão do primeiro §. eu mostrei que o Sr. D. Pedro 2.º havia sido elevado ao Throno em virtude da Lei fundamental do Estado, e não por occasião de hum movimento Revolucionario, ou subversão dos Principios de Direito Publico Nacional, que regulão a Successão dos Monarchas Brasileiros. Bem longe de se ter ferido a grande Lei do Estado, o Brasil nada quiz se não dar-lhe maior força, e vigor. Executando a 5.ª parte, elle declarou ao Mundo qual o verdadeiro motivo do para sempre glorioso Dia 7 de Abril; qual a verdadeira causa do desagrado em que havia cahido o Governo transacto. Tivera-a elle fielmente executado que ainda hoje seria

vez que estas não se dirijam a patentear faltas particulares ou erros de vida privada; sim abuso de empregos, falta de patriotismo, traição à Pátria, enfim, tudo quando diz respeito a crimes e faltas públicas”.

Publicaria Correspondências e Comunicados que lhe fôsem dirigidos, até mesmo pelos seus desafetos “e opostos às suas opiniões, contanto que assinem e reconheçam legalmente seus autógrafos, e êstes não contenham expressões grosseiras, incivis e obscenas que escandalizem a moral pública”.

Concluiu o “Anúncio” com o Expediente: “Êste periódico sairá duas vêzes na semana, a saber: nos domingos e quartas-feiras. Subscrever-se-á mensalmente, a 640 réis, pagos adiantados, e também se venderá avulso, a 80 réis por cada fôlha. Aceitam-se as assinaturas na loja do Sr. Quaresma, no Recife, à rua da Cadeia; em Santo Antônio, na loja do Sr. Bandeira, na rua do Cabugá; na Botica do Sr. Pinto, na rua Nova; e, na Boa Vista, na Botica do Sr. Bráulio e Companhia, na Praça”.

O n.º 3, de 3 de julho, primeiro encontrado, apresentou a seguinte divisa:

“Da Liberdade o Norte mostrarei,
A despeito de tudo quanto é vão:
Ou com ela vencer, como Aristides,
Ou com ela morrer, como Catão”.

Do Redator.

Extenso editorial atacou “os brasileiros degenerados, os “Colunas” e traidores da Pátria daquém e dalém mar”.

Da edição manuseada passa-se, após grande lacuna, ao n.º 25, datado de 21 de setembro, tendo o cabeçalho encimado por incisiva vinheta, constituída de uma bússola: à esquerda, uma coluna partida, tendo ao pé uma corrente com a grilheta aberta; à direita, outra coluna, porém inteira, com barrete frígio, ladeada de ramos. A redação fez a cobertura, noticiando e comentando em termos veementes, da insurreição militar dos dias 14, 15 e 16, que depois tomou a denominação de Setembrizada, divulgando, inclu-

sive, uma Proclamação do Comandante das Armas, Francisco de Paula e Vasconcelos, datada do Quartel do Comando, em Boa Viagem. O assunto ocupou edições seguidas.

O editorial do n.º 31, de 12 de outubro, intitulado “Necessidade de proclamar-se a Federação”, advertiu que não devia haver contemplações com os “colunas”. Na edição seguinte, o redator advogava a divisão do Brasil em seis Estados, um deles compreendendo as províncias do Ceará até Alagoas. No n.º 33 noticiou a instalação da Sociedade Federal, sob a presidência do dr. João José de Moura Magalhães, figurando entre os sócios Joaquim Nunes Machado.

O lema federativo foi uma constante dos artigos da **Bussola**, que veio a polemizar, em torno dele, com **O Olindense**. Completavam-lhe as páginas: Correspondências e Comunicados, Pensamentos e alguma Variedade.

A partir de 16 de outubro, transferiu-se o trabalho de confecção material para a tipografia do **Diário de Pernambuco**, à rua da Soledade n.º 498, com a nota, ao pé da última página: Impresso por Antonino José de Miranda Falcão. Voltou para a Fidedigna a 8 de setembro de 1832.

Circulando ininterruptamente, duas vezes cada semana, findou o ano com o n.º 50, de 21 de dezembro, para dar o n.º 51 a 16 de janeiro de 1832. E prosseguiu até 16 de setembro, quando saiu o n.º 125, com o total de 562 páginas, em numeração seguida desde a fundação.

A **Bussola da Liberdade** reapareceu em março de 1833, iniciando o Tomo II. Atingido o n.º 12, de 14 de abril, parou, segundo “anúncio” do **Diário de Pernambuco**, publicado na véspera, onde se lia: “. . .o Redator declara que vai deixar de escrever, os motivos que para isso tem e quando findará a redação. . .” (2 A).

Mas logo apareceu o n.º 13, conforme o **Diário** de 8 de

(2 A) No *Diário de Pernambuco*, Bernardo de Sousa Franco, um dos seus redatores, queixou-se, a 16 de abril, de ter recebido descomposturas, sem ter dado causa, da *Bussola da Liberdade*, em seu número 12, acrescentando, com referência ao padre João Barbosa Cordeiro: “Não quis despedir-se sem mais uma nova vítima unir às que tem sacrificado a seu gênio irascível e imprudente”.

maio: “Hoje saíu a **Bussola da Liberdade**, contendo três artigos interessantes: um sôbre a Moderação, outro sôbre os princípios do govêrno e outro sôbre as faculdades da Soberania do Povo”.

Mudara de orientação, ao que informou, depois, o **Diário**, que declarou louvar as intenções do nôvo redator da **Bussola** “e os desejos que, em seu n.º 18, mostra, de ver congradados os brasileiros livres, a fim de opor barreira forte aos pérfidos intentos do inimigo comum — os **caramurus**”.

Transferido o trabalho gráfico para a firma Pinheiro, Faria & Cia., que deixara a rua do Amparo, em Olinda, e viera para a rua das Cruzes (atual rua Diário de Pernambuco) D. 5, prosseguiu a publicação até o n.º 62, datado de 6 de outubro de 1833, trazendo sob o título a seguinte quadra (da Canção Patriótica Pernambucana de 1817):

“Quando a voz da pátria chama,
Tudo deve obedecer:
Por ela, a morte é suave,
Por ela cumpre morrer”.

Leu-se, no editorial de despedida, que a redação visava “concorrer para a salvação da causa pública”; não conseguiu, todavia, “estabelecer união”, devido “ao grande grau de irritação de certos homens”. Suspendia, pois, a circulação da **Bussola**: 1.º — porque, no momento, nada adiantaria à causa da liberdade; 2.º — para não ser tentado a “rebater os grosseiros insultos, invetivas e sarcasmos que contra nós aparecem no **Diário de Pernambuco** e, destarte, sustentarmos indecentes polêmicas e dar pasto à intriga, para o que não temos jeito nem propriedade alguma”. Entretanto, não se alegrassem muito a “cainçalha, os aristocratas-caramurus e escravos restauradores”.

Os dois últimos números foram distribuídos gratuitamente (**Bib. Nac.**, **Bib. Púb. Est.** e **Coleç. Leop. L. Santos**) (3 A).

(3 A) Bastante desfalcada é a coleção da Biblioteca Nacional, só compreendendo os dois primeiros anos. O colecionador L. L. Santos possui três comprovantes de 1832. Na Biblioteca Pública do Estado existem, igualmente, três exemplares, um

O PERNAMBUCANO — **Periódico Político, Moral e Literário** — Segundo os “Anais”, de Alfredo de Carvalho, o n.º 1 saiu a 2 de agosto e n.º 6 (último?) a 9 de outubro de 1831, impressos na Tipografia Fidedigna, situada à rua das Flôres n.º 18.

Precederam a publicação dois Avisos, nas edições de 9 e 13 de julho, do **Diário de Pernambuco**, consoante os quais, eram redatores “seis estudantes do Curso Jurídico de Olinda”, que se dispunham a difundir “doutrinas constitucionais e livres”, tratando de “política, moral e literatura”. Publicar-se-ia às terças-feiras e sábados, custando a mensalidade 640 réis. Os lucros da empresa seriam doados à Casa da Misericórdia ou aos presos. Receberia Correspondências assinadas e com firmas reconhecidas, sendo ponto de entrega à rua de São Bento n.º 50, em Olinda.

Não existem comprovantes d’**O Pernambucano** em nenhuma das bibliotecas visitadas. Dêle encontram-se referências aos ns. 1 e 2 num Aviso e em duas Correspondências do **Diário de Pernambuco**, de 6, 23 e 30 de agosto, respectivamente.

NOVA LUZ BRASILEIRA (1) — Periódico político do Rio de Janeiro, circulou no Recife o seu n.º 171, de 15 de setembro de 1831, mandado reimprimir pelo redator da **Bussola da Liberdade**, trabalho que esteve a cargo da tipografia do **Diário de Pernambuco**. Obedeceu ao formato de 21 x 16, com quatro páginas de coluna larga, a última das quais deixando a segunda metade em branco.

Deveu-se a reedição a um comentário de apoio às idéias liberais da **Bussola** contra os “Colunas ladrões de estrada” (**Bib. Púb. Est.**).

O HARMONISADOR — Jornal político, impresso por José Napomuceno de Melo, na Tipografia Fidedigna, à rua das Flôres n.º 18, saiu o primeiro número a 12 de novembro

de cada ano, inclusive o único avistado de 1833, o 62.º, que por sinal foi também o derradeiro publicado. Não se estendeu, portanto, até meados de 1834, como admitiu, nos “Anais”, Alfredo de Carvalho.

(1) Não mencionado por Alfredo de Carvalho, nos “Anais”.

de 1831, em formato de 21 x 16, com quatro páginas de coluna larga. Sob o título, o seguinte pensamento de Pagés: “Quando cada um quer ser livre a seu modo, a pátria acaba na escravidão”.

O artigo inicial, que encheu quase tôda a primeira edição, ocupou-se da nova posição política do Brasil, enaltecendo a “revolução vitoriosa de 7 de abril” e aconselhando o caminho da ordem e da legalidade.

Assim continuou o programa da fôlha, cujo redator escrevia no n.º 3, de 3 de dezembro: “. . . parecem descortinar-se ao nosso espírito duas estradas em sentidos opostos, pelas quais a nossa pátria pode ser conduzida aos arcanos impenetráveis do futuro: uma, a da nossa prosperidade e da nossa glória; outra, a da nossa desgraça e nossa miséria. Se quisermos marchar pela primeira, é mister que sejamos obedientes às leis e às autoridades que nós mesmos havemos constituído; que elas nos dirijam, nos mandem, que façam executar as leis e punir os refratários, e nós que lhes obedecemos pontualmente e lhes prestemos nosso auxílio no cumprimento do seu sagrado ministério”. Aconselhava que se desprezasse a política para seguir o caminho da “indústria moderna” e do “aperfeiçoamento da agricultura”.

Na edição de 31 de dezembro, n.º 4, excepcionalmente com oito páginas, a última das quais em branco, porque o imenso editorial terminou na sétima, o redator manifestou-se de acôrdo com a federação dos Estados, mas não apressadamente e sim quando a lei permitisse as reformas e a “augusta Assembléia” a decretasse.

O pequeno e bem redigido jornal que, a partir do n.º 6, de 25 de fevereiro de 1832 (artigo único: “Aristocracia e Aristocratas”) mudou a ortografia do título para **O Harmonizador** (com z), não circulava com regularidade, passando, desde janeiro, a sair em dias indeterminados. E não alterou o programa consubstanciado no título, condenando os absolutistas, a insurreição de Pinto Madeira e “os malvados Colunas (n.º 10, de 17 de maio), que pretendiam volver-nos ao vergonhoso jugo do tresloucado D. Pedro”.

Abordando outros assuntos, prosseguiu **O Harmonizador** até o n.º 14, que circulou a 20 de setembro de 1832.

Redigido por Antônio Joaquim de Melo, alguns artigos devem ter sido escritos, dada a semelhança de linguagem, pelo padre frei Miguel do Sacramento Lopes Gama (**Bib. Púb. Est.**).

O **FEDERALISTA** — Saiu a lume no dia 30 de dezembro de 1831, apresentando-se em formato de 29 x 20, com quatro páginas de duas colunas, impresso por Antonino José de Miranda Falcão, na Tip. do **Diario de Pernambuco**, à rua da Soledade n.º 498, e, depois, por José Nepomuceno de Melo, na Tip. Fidedigna, à rua das Flôres, D. 18.

Constava do Expediente: "...aparecerá tôdas as semanas, e como não tem dia determinado à sua publicação, será a sua aparição anunciada no dia antecedente pelo **Diario de Pernambuco**. Achar-se-á à venda na loja de retrozeiro do sr. Ataíde, na Praça da União. Preço — 40 réis".

Sob o título trazia, em francês, um tópico do livro "Esprit du Droit", de Fritot, seguido da respectiva tradução: "Por fatos, e segundo prova a experiência, é preciso reconhecer que todos os povos, seja qual fôr a forma do seu govêrno, podem entrar no sistema de uma Constituição Federativa". Era editado pela Sociedade Federal, dirigida por Miranda Falcão, padre Barbosa Cordeiro, José Joaquim da Fonseca Capibaribe, Bento José Fernandes de Barros e outros, lendo-se no editorial de abertura, depois de cutras considerações:

"Nós escrevemos, pois, a favor da Federação, por estarmos persuadidos de que só êsse sistema será capaz de pôr em bom andamento nossos negócios, sustentar a nossa Independência e felicitar o Império".

"O nosso periódico será tão sòmente doutrinal, e por isso a nossa linguagem será simples, os nossos princípios os mais claros que nos fôr possível. Não permita Deus que êste periódico seja o veículo de intrigas, de ódios e inimizades, que infelizmente se têm introduzido entre os mesmos liberais, que deverão sacrificar as paixões particulares em favor do bem da Pátria, que está acima de tudo".

O n.º 2, que só circulou a 13 de janeiro de 1832, chamou a atenção dos leitores para o fato de a Federação não

ser regime privativo da República. Noutra artigo teceu comentários em torno do projeto de reforma constitucional.

Após o n.º 13, de 30 de maio, quase que exclusivamente dedicado ao doutrinamento da Federação, só foi possível avistar o n.º 37, já de 1833, datado de 29 de agosto, com seis páginas, cujo sumário se constituía de Atas das sessões da Sociedade Federal de Pernambuco; representação à Assembléa Geral Legislativa, assinada pelos diretores e todos os membros da Sociedade, denunciando achar-se em perigo a causa da nacionalidade brasileira, diante da pretendida restauração no trono do Duque de Bragança; e o artigo intitulado “Sonho”, do **Escritor do Carapuço** (padre Lopes Gama), segundo o qual Frei Caneca se manifestara contra a restauração (**Bib. Nac. e Bib. Pú. Est.** (1)).

1832

BANDEIRA DE RETALHOS — Jornal de tendências federalistas (falta comprovante da edição de estréia), circulou o n.º 2 a 31 de janeiro de 1832, em formato de 30 x 20, com quatro páginas a duas colunas de 18 cíceros. Impresso por J. N. de Melo, na Tipografia Fidedigna, à rua das Flôres d. 18, trazia sob o título a divisa: “**Libertas, decus, et anima nostra in dubio sunt**”, junto à devida tradução: “A nossa liberdade, honra e vida estão em perigo”.

Publicado em datas indeterminadas, às vèzes com oito páginas, o órgão político, a par de raros editoriais, viveu quase só de transcrições da imprensa do Sul do país, ressentindo-se de melhor interesse jornalístico. Numa das edições inseriu soneto de F. P. B.

Sua existência prolongou-se até o n.º 10, de 7 de abril do mesmo ano (**Bib. Nac.**) (1 A).

(1) Na Biblioteca Nacional, existem apenas os ns. 1, 2, 3, 4, 12 e 13, ao passo que, na Biblioteca Pública do Estado, só se encontra, entre jornais avulsos, o n.º 37. Segundo Alfredo de Carvalho, “continuou irregularmente até princípios de 1834”, do que não restam indícios.

(1 A) Da *Bandeira de Retalhos*, guarda, apenas, a Biblioteca Pública do Estado o n.º 9, de 27 de março de 1832.

O SIMPLICIO PERNAMBUCANO — Surgiu êsse pequeno órgão satírico no dia 6 de fevereiro de 1832, em formato de 21 x 15, com quatro páginas. Impressão a cargo de Antonino José de Miranda Falcão, na tipografia do **Diário de Pernambuco**. Preço do exemplar — 40 réis. Adotou, como lema, a quadra abaixo:

“Critico, de ambos os sexos,
O luxo pernicioso;
Falo dos maus empregados,
Combato o vício ruinoso”.

O “Prospecto”, como se intitulava o editorial de apresentação, aludiu à chusma de periódicos que se vinham alastrando pelo Brasil. Por exemplo: “...apareceu, no Rio de Janeiro, uma récuca de **Simplicios** (mais maldosos que o Diabo): **Simplicio Pai, Simplicio Filho, Simplicio Neto, Bisneto, Tataraneto, Simplicio Poeta**, etc. Que muito é, pois, que apareça agora um **Simplicio Pernambucano?**”

“Cidadão livre”, sairia a lume tôdas as vêzes que tivesse vontade, sem marcar dia nem hora; também não queria assinantes, “nem distribuidores, para se livrar de calotes”. Meteria, de vez em quando, a sua colherada na política, iria às repartições públicas, focalizaria os aristocratas e “o luxo, o pernicioso luxo, que principia pela ruina das famílias e acaba pela das Nações”.

Depois das três páginas do artigo, um comentário ligeiro e uma nota joco-séria completaram a edição.

O n.º 2 apareceu no dia 20, ainda com editorial a respeito da identidade do **Simplicio** e mais variedades, sem cuidar de política (**Bib. Púb. Est.**).

Prosseguiu a publicação, irregularmente, anunciado cada número nos “Avisos particulares” do **Diário de Pernambuco**. O 7.º (e último) saiu datado de 1 de agosto do mesmo ano (1).

PROFECIA POLITICA — Fôlha Liberal, Política e Literária — Publicou-se o primeiro número a 13 (1 A) de feve-

(1) Alfredo de Carvalho (obra citada) registara como último o n.º 5, de 4 de abril.

(1 A) Não no dia 6, conforme consta do registo de Alfredo de Carvalho.

reiro de 1832, em formato de 29 x 23, com quatro páginas de duas colunas a 18 cíceros. Impressão da Tip. Fidedigna, de J. N. Melo, à rua das Flôres, D. 18. Sob o título trazia, em francês, com a seguinte tradução, o tópico de “Essai Sur la Revolution Française”: “As regras do govêrno das Nações se dedicam tôdas a êste primeiro princípio: o cuidado de se conservar instinto individual, que garante ao gênero humano uma eterna vida”. Conforme um Aviso, fechando a última página, a fôlha sairia uma vez por semana, às segundas-feiras, indicava os locais em que se achava à venda e dava o preço das assinaturas: 320 réis mensais. Concluiu: “Não aceitamos polêmicas; o nosso objeto será só o bem da Pátria, a quem temos sacrificado o melhor dos nossos dias”.

A edição de estréia ocupou tôdas as suas páginas com um só artigo, que constituiu tremenda catilinária contra a política ministerial. Frisava um dos tópicos: “Até quando, finalmente, abusará o govêrno, com seus novos presidentes de províncias, da paciência dos bons e aflitos brasileiros?”.

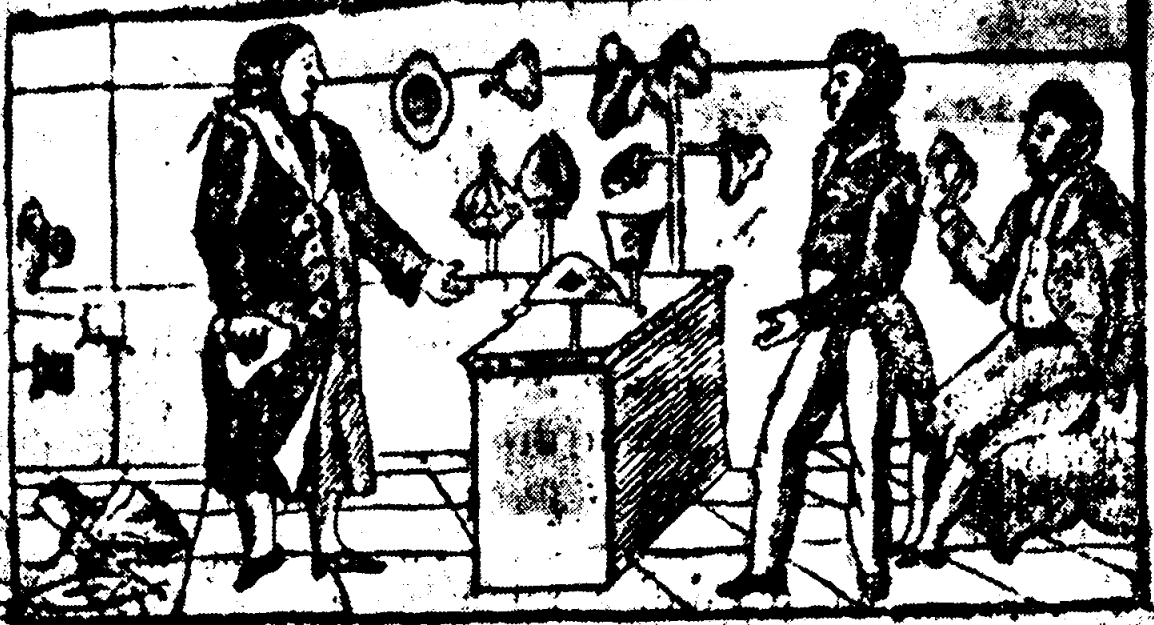
O segundo número, que circulou, excepcionalmente, na quinta-feira, 16, encheu-se com outro editorial do mesmo estilo. Assim prosseguiu, provávelmente, (faltam os ns. 3 a 7), tal era o seu programa político, terminando com o n.º 8, datado de 30 de março, quase todo dedicado ao noticiário, por correspondência, da revolta de Pinto Madeira **Bib. Nac.**).

O CARAPUCEIRO — Periódico sempre moral e, só per accidens político — Começou a publicar-se no dia 7 de abril de 1832, redigido, unicamente, pelo padre-frei Miguel do Sacramento Lopes Gama (1) e impresso na Tip. Fidedigna, de José Nepomuceno de Melo, situada à rua das Flôres, D. 18. Em formato de 21 X 15, com quatro páginas de duas colu-

(1) Lopes Gama tornou-se conhecido como *Padre Carapuceiro* e, escrevendo para outros jornais, assinava-se *O Redator do Carapuceiro* ou, simplesmente, *O Carapuceiro*. Seu pseudônimo anterior foi *O Sonambulo*.

Ele era “eloqüente e cáustico”, segundo Carlos Rizzini in “O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil — 1500/1822” — Editora Kosmos, Rio, 1945.

O padre Lopes Gama era, sobretudo, um homem de “espírito diabôlicamente vivo”, consoante a opinião do escritor Olívio Montenegro, que acentuou: “Através de *O Carapuceiro*, como através do *Sete de Setembro*, outro jornal que êle sôzinho redigia, pode-se reconstituir, como em nenhum dos livros que se conhecem da nossa história, puros flagrantes da vida social e da vida política de Pernambuco do século passado” (artigo inserto no *Boletim da Cidade e do Pôrto do Recife*, edição de dezembro, 1950/janeiro, 1951).



O CARAPUCEIRO.

ESTADO DE
PENNSYLVANIA

PERIODICO SEMPRE MORAL, E SO' PER ACCIDENS POLITICO.

*Hinc servare modum nostri novere libelli
Parcere personis, dicere de vitiis.*
Martial Liv. 10. Epist. 35.

Guardarei nesta Folha as regras boas,
Que he dos vicios fallar, não das pessoas.

Depois de huma interrupção de dous annos, eis torna a apparecer o Carapuceiro, com que tanto se arrepelavão as Senhoritas, os gamenhos, &c. &c. Mas por que esteve tanto tempo calado o Carapuceiro? (dirão alguns de meus pios Leitores): ao que nada há mais facil, do que responder, que isso não vem ao caso, não he da conta do meu

proximo, nem eu assignei escriptura alguma, pela qual me obrigasse a escrever por tanto tempo á vontade do respeitavel Publico; pelo que escrevo, quando posso, e me parece, e quando não estou para isso, deixo d'escrever; por que sou hum ente livre, e vivo no seculo das luzes e de muita somma de liberdade.

nas, exhibiu sôbre o título o desenho do interior de “uma loja de chapeleiro, de cujo balcão se aproximavam dois fregueses de aspecto importante; das paredes pendiam, promiscuamente, barretinas, chapéus, coroas imperiais, mitras e carapuças”, suspeitando-se, na figura do lojista, o **Padre Carapuço**. Completou o cabeçalho a divisa abaixo, em latim e traduzida para a nossa língua:

**“Hunc servare modum nostri nevere libelli
Percere personis, dicere de vitiis”**

(Marcial. Liv. 10. Epist. 33).

“Guardarei nesta fôlha as regras boas
Que é dos vícios falar, não das pessoas”.

Assim começou a apresentação do notável pequeno jornal: “Enquanto os outros periódicos d’alto coturno todos se empregam na política, uns explicando direitos e deveres sociais, outros levantando questões sutilíssimas; êstes dando alvitres, ora acertados, ora com o pequeno defeito de serem impraticáveis”, etc., “eu, que sou um piegas no círculo dos gladiadores periodiqueiros, não me meterei nesses debuchos, nem é minha intenção pôr-me a escarapelas e tracamundanas com o meu próximo, uns porque os respeito por bons, outros porque os temo por Ferrabrazes”.

Seu campo neutro seria “a Moral, oferecendo árduo combate aos vícios”. Frisou, mais adiante: “Façam de conta que, assim como há lojas de chapéus, o meu periódico é fábrica de carapuças. As cabeças em que elas assentarem bem, fiquem-se com elas, se quiserem; ou rejeitem-nas, e andarão com a calva às moscas”.

A pergunta dêle próprio — “Em que dias certos sairá êsse periódico?” — respondeu o redator: “Sairá o pobrezinho quando Deus o ajudar, e conforme a generosidade que com êle quiserem ter os Padrinhos, que são os srs. Leitores”. E concluiu: “Estão feitas as primeiras continências; dadas, na forma do costume, as satisfações que ninguém me pediu, vamos à obra”.

Seguiu-se um editorial sôbre “os faladores”, o qual completou a edição e prosseguiu na seguinte.

No n.º 3, ocupou-se **O Carapuço**, “per acidens”, da política, condenando “a rebelião dos ingrátissimos Colunas”.

Aconteceu que os inimigos da liberdade brasileira, “conjurados para volver-nos ao jugo do absolutismo português”, continuaram “seus planos infernais, até que desmascaram-se de todo e deram o grito de revolta em a noite do dia 14 do corrente mês de abril”. O “caudilho da facção liberticida”, o “tiriteiro fardado” Francisco José Martins “meteu-se pelos matos e começou a ganhar partido, dizendo, com grande empavonamento a uns, a outros com lábia e mil embustes, que o ex-imperador o encarregara de revoltar Pernambuco e reintegrá-lo, a êle, D. Pedro, no trono do Brasil”. Os rebeldes chegaram a ocupar a Fortaleza do Brum e o bairro de São Frei Pedro Gonçalves. Mas a valentia só durou um dia; “os infames foram batidos e destroçados em menos de 24 horas”. Martins evaporara-se. E o espírito de concórdia difundiu-se entre os liberais. “Todos se abraçaram, esqueceram as rivalidades; não houve mais moderados nem exaltados”. A todos só preocupou “salvar a Pátria, defender a cara Liberdade, acabar com os infames colonistas” (2).

A partir do n.º 4, os editoriais passaram a ter títulos, o que não acontecia antes, mas em caixa alta ou versalete do tipo da composição comum, de corpo 10, interlinhado; editoriais que, em geral, ocupavam as quatro páginas da fôlha, a qual vinha circulando semanalmente; editoriais que, às vêzes, para não sobrar, terminavam em tipo corpo 8 ou 7. Se sobrava algum espaço, aparecia, na última página, uma variedade ou anedota.

Ao atingir o n.º 11, veio **O Carapuceiro** a adotar novo clichê sobre o título, representado também por uma loja de chapéus, mas vendo-se o lojista a experimentar um dêles na cabeça do freguês. Abria o texto a nota seguinte: “Mais val tarde que nunca. Até aqui vendi carapuças a retalho, ora aqui, ora ali, ora acolá. Agora estou de loja aberta; e tenho carapuças de todos os tamanhos e para tôda casta de cabeça. Cheguem, fregueses, cheguem. Caiam os cobres, menos os chanchãs”.

Nas ininterruptas edições, ocupava-se o padre-frei Lopes Gama, sem jamais aparecer-lhe a assinatura, de temas os

(2) O abortado movimento militar passou à história de Pernambuco com a denominação de Abrilada.

mais diversos, a saber: “A Educação”, “As reformas”, “A religião”, “O que é ser gamenho”, “As meninas namoradas”, “A novena do Carmo”, “Os egoistas”, “Os padres e frades gamenhos”, “O luxo nos enterros e exéquias”, “As modas”, “As pontes e estradas”, “Os curandeiros”, etc. Porque, num desses artigos, criticasse o comércio a retalho por ingleses e franceses, especialmente êstes últimos, que dominavam a praça com suas miudezas e quinquilharias, travou o redator ligeiro debate, já em novembro, com o periódico **A Tolerancia**.

Terminou o ano com o n.º 32, de 24 de novembro, apresentando, em artigo de quase quatro páginas, uma despedida “aos respeitáveis assinantes e leitores”, na qual se leu: “É chegado o tempo dos banhos, dos passeios, dos passatempos e passa-festas, e não há quem, podendo, deixe de ir para o campo; porque, em verdade, o Recife, nestes meses, é um forno. Em consequência da emigração, há um certo armistício entre os guerreiros periodistas, que também precisam espairar; os subscritores eclipsam-se todos os dias e a política toma alguma folga”... Seguiu-se extensa descrição do passa-festa das diversas categorias e idades dos recifenses.

Continuou — n.º 33 — a 16 de janeiro de 1833. Na “Introdução para êste ano”, entre outras considerações, escreveu que, enquanto tantos “se divertiram pela festa”, muitos deixaram casa e família, metendo-se nas brenhas, “a fim de combater os rebeldes facinorosos de Panelas e Jacuípe”, que, “desde abril passado, nos incomodam”. Não concebia “que três ou quatro miseráveis cabanos tivessem a ousadia e, muito menos, meios de sustentar, por tanto tempo, uma revolução”.

Na edição de 23 de fevereiro, **O Redator do Carapuceiro** (assim assinado) defendeu-se de insultos que lhe foram assacados numa Correspondência firmada por **Carapuceiro do Carapuceiro**, atacando, ao mesmo tempo, o jornal que a divulgou — o **Diario de Pernambuco**, do qual tinha sido colaborador, nêle escrevendo contra os Colunas e dêle tendo merecido tantos encômios (3). Ocorreram artigos de polê-

(3) Na sua contradita, acentuou Lopes Gama: “Nunca aplaudi a revolução de 1824; antes, muito a reprovei”. Noutro tópico: “Eu não duvidei nunca das

mica, noutras edições, inclusive uma, excepcional, a 31 de maio, de seis páginas, em que foi envolvido, na réplica, outro atacante, assinado **O censor**, do jornal **A Gamenha**. Acentuou que se ligaram para escrever contra êle “três meninos da Bahia, que são, segundo a voz pública, um tal sr. Ângelo (4) que não conheço, um sr. Luiz Maria, que não sei quem é, e o sr. Nabuco (5), que é a Gamenha principal, como diz todo mundo”.

Mantendo irreductível o programa de carapuças, mas sem individualizar (criticava, inclusive, os párocos que pronunciavam maus sermões), **O Carapuceiro** viu transcorrer seu ano II, formando um total de 85 edições, a última das quais datada de 14 de dezembro, tudo somando 340 páginas, em numeração constante.

Voltou a 1.º de fevereiro de 1834, partindo do n.º 1 e abrindo, igualmente, numeração nova de páginas, de quatro em quatro. Nesse ano, já no derradeiro trimestre, enfrentou diferente contendor, ainda escorado no **Diário de Pernambuco**, que usava o pseudônimo **Outro Carapuceiro**.

Chegou ao fim da jornada anual com o n.º 48, de 20 de dezembro, ficando suspenso.

Durante os anos de 1835 e 1836, transferiu-se a matéria do pequeno mas respeitável órgão para as colunas do **Diário**, com o qual Lopes Gama reatara suas relações diplomáticas e jornalísticas.

Passando a ser impresso nas oficinas do **Diário de Pernambuco**, ressurgiu — n.º 1 — a 19 de abril de 1837, com o prólogo a seguir: “Depois de uma interrupção de dois anos, eis torna a aparecer **O Carapuceiro**, com que tanto se arrepeavam as senhoritas, os gamenhos, etc., etc. Mas, por que estêve tanto tempo calado **O Carapuceiro**? — dirão alguns de meus pios leitores; ao que nada há mais fácil do que responder que isso não vem ao caso, não é da conta do meu próximo, nem eu assinei escritura alguma pela qual me

boas intenções dos patriotas de 1824; mas sempre chamei desassisada aquela empresa; tanto assim que, no *Conciliador*, tive a franqueza de dizer, então, que não tinha por crime o que fizeram os carvalhistas; mas sim por loucura”.

(4) Ângelo Muniz da Silva Ferraz.

(5) José Tomaz Nabuco de Araújo Júnior.

obrigasse a escrever por tanto tempo à vontade do respeitável público. Pelo que, escrevo eu quando posso e me parece; e quando não estou para isso deixo de escrever; porque sou um ente livre, e vivo no século das luzes e de muita soma de liberdade. Disse”.

O editorial acima, ocupando a edição inteira, começou em tipo corpo 10 para terminar no de corpo 7. Continuava — frisou — a “rastejar pelo trilhado campo da Moral, tomando a peito a sátira dos vícios ridículos”. Se alguma vez tratasse de política, seria “per accidens”, sempre a medo dos “sabichões”; nunca “para se dar por infalível em suas opiniões. Também não me abalançarei a censurar a administração pública da minha pátria”.

Entrando no mérito da crítica social, adiantou: “No decurso destes dois anos de eclipse do meu **Carapuceiro**, que de coisas se não têm passado! Que variedade nas modas! Que novos descobrimentos na gamenhice! Assim vai, e sempre foi o mundo. Parece que as Senhoras, não obstante a zanguinha que lhes dava **O Carapuceiro**, e as pragas com que o mimoseavam, não deixarão de lhe ouvir as razões...”

Após aludir aos enormes pentes ou “charolas” de tartaruga; às mangas e ao “talho dos vestidos” e mais detalhes da moda, concluiu: “**O Carapuceiro** continuará, finalmente, como principiou, isto é, guardando sempre a epígrafe que tomou, falando dos vícios e nunca das pessoas. Quem lhe servir a carapuça fique-se com ela bem caladinho, e corrija-se, que é o essencial”. Seria indiferente aos insultos anônimos, mas curvava-se ao que lhe fizesse censura razoável; “a êstes, sim, responderei como puder e souber, na mesma linguagem, de maneira que não lhe ficarei restando em matéria de decência e cortesia. Descomposturas não dão, antes tiram, a razão que se possa ter”.

No artigo do n.º 16, de 10 de junho, esclarecia: “Meus Senhoras, e mais Senhoras: as minhas carapuças nunca são obra de encomenda, e por isso não saem perfeitas; são obra de carregaço, que cada um escolhe à vontade e a seu jeito”.

Circulando regularmente, já então duas vezes por semana, não fugiu o periódico ao seu programa, cada artigo, em geral, ocupando quatro páginas, alguns com o clássico

“continua”. Não tinha colaboradores. Eis mais alguns títulos dados às estiradas de Lopes Gama (6): “As mulheres salamandras”, “Os mártires das modas”, “Os mentirosos”, “O bom-tom”, “As senhoras retóricas”, “A moral do Brasil”, “As senhoras casadas”, “Os diferentes modos de disputar”, “Os velhos namorados”, “O vadiismo”, “A doutrina do interesse”, “As demandas e os demandistas”, “Os festejos de São João”, “O Filosofismo”, “Um nôvo e nunca visto batalhão fêmea”, “Conselhos e máximas do Velho Surrão aos pais de família e aos maridos” (versos de 7 sílabas), “A curiosidade”, “Grande e feliz descoberta em o nosso comércio”, “A feira de senhoras”, “A sociedade filopansa”, “Os cavaleiros de indústria”, “Os meninos malcriados”, “Os homens maricas”, “Missão dos herejes metodistas episcopais estabelecidos no Rio de Janeiro”, artigo que ocupou, totalmente, os ns. 49, 50 e 51; “A ternura conjugal”, “O que pode a fábula”, “A Teosofia”, “A aposentadoria de mulheres”, etc.

Findou o ano com o n.º 73, datado de 23 de dezembro, depois de cujo editorial, intitulado “As constipações e as belas indigestões”, lia-se fechando a quarta página: “Por êste ano findou a sua tarefa **O Carapuceiro**, que se despede de seus ilustres leitores até para janeiro de 1838, desejando a todos muito boas Festas e que Deus Nosso Senhor nos preserve de Repúblicas Piratinim e da Bahia e de quantas Repúblicas engendrarem os nossos especuladores políticos e esfomeados pescadores de enxurada. Viva a Constituição e o Sr. D. Pedro II. Vamos por aqui, que vamos bem”.

Recomeçou a publicação com o n.º 1 de 1838, a 17 de janeiro, seguindo o seu caminho de censura aos maus, pondo-os em ridículo (7). Muito interessantes, já nos ns. 63 e 64, foram as “Cartas do persa Usbek a seu amigo Rhedi”, aconselhando-o e advertindo-o acêrca dos estudos do destinatário na Academia de Caboulistan. Outros artigos de uma sátira inconfundível: “O diabo na ceia do grande Frederico” e “Espelho para os nossos republicueiros”.

(6) O redator d’O *Carapuceiro* secularizou-se desde agosto de 1834.

(7) Prestando informações sobre a imprensa pernambucana, escreveu *Pillades* (pseudônimo não identificado), na edição de 7 de setembro de 1838: “O *Carapuceiro* é muito conhecido: na arma do ridículo não tem competidor, e se não tem corrigido os vícios ao menos não deixa a sua palavra mal-conferida, por qual está continuamente zurzindo-os com a vergalha da sátira”.

Com o n.º 73, de 29 de dezembro, terminou mais um ano de vida d'**O Carapuceiro**. Nêlé figurou o comentário "Um nôvo Colégio em Pernambuco", lastimando que "uma das principais províncias do Império" não possuísse um Colégio que merecesse "verdadeiramente êste nome, para a educação primária, que é a base de todo o ensino da mocidade". Saudou, então, a chegada ao Recife do professor José Soares de Azevedo, "com o louvável desígnio de estabelecer aqui um Colégio em ponto grande e com os requisitos de uma casa de verdadeira educação religiosa, civil e literária". E aduziu: "Além da instrução primária, regularizada pelo melhor método, além das aulas maiores de línguas, de Geografia, de História e de Eloquência, consta-me que o sr. Soares de Azevedo pretende introduzir em Pernambuco a luminosa Filosofia Eclética, de Victor Cousin; e é nisto que êste egrégio cidadão fará relevante serviço à Mocidade pernambucana".

A última edição de 1838 findou com a "Variedade" — uma crônica de duas páginas — intitulada "A mania dos sorvetes", que preocupava tôdas as idéias do povo do Recife e respectivos subúrbios. Acentuou o jornalista: "Não se fala senão em sorvetes, não se vê senão casas, baiucas, tascas e até espeluncas de sorvetes", frisando: "...e sujeito conheço eu, tão destro na química sorveteira, que é capaz de reduzir a sorvete um molho de bredos e até um par de chinelos velhos". Era, na verdade, uma "agradável bebida" e não duvidava fôsse proveitosa para combater irritações. Se não fôsem tão caros! "Dois tostões por um cálicezinho de sorvete não fazem bom cabelo; e no Poço da Panela custam doze vinténs..." Um "absurdo"!

Outro n.º 1 d'**O Carapuceiro** encetou, a 2 de janeiro, o ano de 1839. Entretanto, só no n.º 5, do dia 16, veio o longo artigo "Despedida do ano de 1838". Nêlé fêz Lopes Gama um retrospecto da situação política do Brasil e de Pernambuco, estranhando, sobretudo, a difusão do "infame tráfico de escravaria". Era "espantosa a importação d'escravos da costa d'África", através de contrabando. Chegou a ambição dos grandes agricultores ao ponto de se organizarem grupos armados para roubar escravos uns aos outros. "Querem argumento mais cabal da nossa corrupção? E ainda ousamos falar em filantropia, em direitos da humanidade e no respeito às leis!".

Após outras considerações, concluiu: “Os brasileiros só poderão dizer-se verdadeiramente livres quando não conhecerem senhor e escravo; e nossos netos custarão a crer que houvesse tempo em que mercadejássemos em carne humana. Nós nascemos em um século de transição e luta; nós apenas plantamos por entre abrolhos; outros colherão os frutos”.

Prosseguiu a meta do grande-pequeno jornal, cujo redator de tudo se ocupava, ora em artigos filosóficos de defesa da Religião Católica, ora em magníficas crônicas de crítica aos vícios e maus costumes, ora em outros diferentes comentários. Na edição de 16 de agosto, sob o título “O espírito de ordem em Pernambuco”, além de focalizar pontos sensíveis da administração, sugeriu: “A ereção de um bom e bem dirigido Teatro é um grande meio não só de educação pública, como de honesto recreio para o povo”.

Noutra série de considerações, aconselhou: “Tenham os pernambucanos juízo, sustentem com tôdas as fôrças a Constituição e a integridade do Império, fujam de sedições e obedeçam às leis, que tudo entre nós medrará e irá em progresso”.

Nalgumas edições, a partir de 10 de outubro, Lopes Gama apresentou-se como **Sempronio**, respondendo “ao seu amigo **Papírio do Diário de Pernambuco**” numa controvérsia amável em tórno da ética sacerdotal, da “relaxação dos padres”, do “sensualismo”, do egoísmo, da Fé e da Moral.

Findo o ano com 53 publicações, recomeçou a numeração em janeiro de 1840. Como que ressabiado de desregramentos porventura presenciados nas chamadas festas de fim de ano, passou o “fabricante de carapuças” a ocupar-se de temas como “A estulticia do bumba-meu-boi”, “A má criação”, “O santo presépio do Menino Deus”, “Os pagodes, regabofes, comesainas, etc.”, “As nossas festividades de Igreja à noite”, “As bandeiras de novenas”, “Entusiasmo, fanatismo, superstição” e “A educação”, além de outros.

Ao atingir o n.º 17, de 29 de maio, ficou novamente suspensa a circulação d’**O Carapuceiro** (8).

(8) Alfredo de Carvalho registara, nos “Anais”, que *O Carapuceiro*, afora o período 1832/34, circulou com regularidade no período de 1837/43, no que houve

Passaram-se dois anos e o jornal do padre Miguel do Sacramento Lopes Gama voltou à liça — n.º 1 — a 2 de abril de 1842, com estas alterações: desapareceu o clichê do cabeçalho; os caracteres do título foram substituídos por outros, mais vistosos, ao passo que o sub-título perdeu a palavra **sempre**, ficando assim reduzido: “Periódico Moral, e só **Per Acidens** Político”. Lia-se na abertura:

“Depois de diuturna interrupção, eis aparece de nôvo o pequenino e pobre **Carapuceiro**, que, mais por benevolência dos ilustres leitores, do que por mérito próprio, sempre foi bem aceito de seus respeitáveis concidadãos”. “Prossiguei, portanto, a zorrugar os vícios ridículos, respeitando sempre as pessoas, e sem o menor intento de fazer alusões. Se algum de meus pios leitores, por malicioso e tençoeiro, as fizer lá de seu **motu** próprio, disso não sou culpado”. Quando lhe viesse a tentação de focalizar a política, seriam seus temas: “Independência, Constituição, Imperador e Integridade do Império”. E, peremptório: “Declaro, em alto e bom som, que uma parvoçada, que por aí se falou, de divisão de Império de Norte e Sul, é coisa com que não transijo, é despropósito, é tudo que pode haver de pior para o Brasil”.

A publicação seguiu-se bissemanalmente, largando carapuças a torto e a direito. **Per acidens**, o jornalista ocupou-se, na edição de 12 de outubro, das Rebeliões, frisando:

“Não posso imaginar haja no Brasil govêrno tão desassisado que nutra em sua mente o insensato projeto de aniquilar a Constituição e tornar-se absoluto. O sr. D. Pedro II não é nosso imperador senão em virtude da Constituição; e se o seu Trono e Dinastia são o principal fundamento da

engano, como fica provado. Em 1840, por exemplo, Lopes Gama, ao aposentar-se como Catedrático da Cadeira de Retórica do Colégio das Artes da Academia Jurídica de Olinda, foi para o Rio de Janeiro, onde publicou *O Carapuceiro na Côte* a partir de 15 de agosto, em formato maior, impresso na Tipografia da Associação d’*O Despertador*, de Francisco de Sales Tôrres Homem. Manteve, ali, o mesmo programa de crítica aos vícios e costumes sociais, assim iniciando o artigo-programa:

“*O Carapuceiro na Côte!* Parece que deve estar como o peixe n’água. Neste grande e magnífico teatro nunca falece cabedal para tôda a laia de carapuças, de barretes, de toucas, bonés e barrés. Aqui, a cada canto, e a cada momento, e como que à mão de semear, encontra *O Carapuceiro* matéria prima de sobejo para sortimento de sua fábrica”.

nossa felicidade, acabar com a Constituição seria acabar com a Monarquia; seria em meu humilde entender, franquear o passo à demagogia, quebrar os laços que ligam províncias e suscitar dos infernos as mais turbulentas Democracias”.

Terminou o ano com o n.º 78, de dezembro.

O primeiro número de 1843, circulou a 18 de janeiro. No editorial dessa edição, intitulado “Como vai o nosso Brasil”, escreveu o redator, inicialmente:

“Há mais de 22 anos que escrevo para o público em meu país, e isto pela razão de ser o único serviço maior que posso prestar à nossa pátria. Estou convencido que em meus tão numerosos escritos não-se de encontrar muitos erros; porque enfim sou homem e, além disto, falta de talentos e luzes; mas do que a consciência me não argüi é de haver nunca promovido a insubordinação e anarquia; e se glória cabe ao escritor que envida os seus esforços por debelar os devaneios e ímpetos da demagogia, ninguém de boa fé poderá roubar esta glória. Por outra parte esta pena já sustentou uma forte campanha contra um partido absolutista que pretendeu aniquilar a atual Constituição e que em meu humilde entender concorreu mais que muito para o descrédito da administração do augusto fundador do Império. Ainda me dominam os mesmos princípios; ainda respeito, amo e acato a Constituição, e estou profundamente convencido que, se mal nos temos dado com ela, muito pior ficaríamos sem ela”.

O articulista atacou a “imoralidade do júri”, o latifúndio, o feudalismo e, sobretudo, o sistema eleitoral, assim concluindo: “Finalmente, um doloroso pressentimento me fala ao coração e me diz que se as nossas coisas forem como vão, talvez não tarde muito que as nossas eleições se façam de mão armada e que a representação nacional seja o resultado, não da vontade dos cidadãos, se não da força bruta dos partidos. Deus permita que eu me engane”.

Continuou **O Carapuceiro** a difundir, cada quarta-feira, cada sábado, o pensamento e os pontos de vista do seu redator, versando os mais diferentes temas. No n.º 4, de 28 de janeiro, escrevia o famoso Padre-Mestre, sob o título “Um cavaquinho às nossas estimáveis patricias”:

“Consultando com a minha própria consciência, juiz que se não deixa corromper pelo ouro, nem dobrar por empenhos, conheço que nada há escrito **O Carapuceiro** que possa razoavelmente servir de agravo ao seu próximo e muito menos ao belo sexo. As suas proposições são sempre gerais e tão despidas de acidentes e acessórios, que só uma refinada malícia as pode torcer e torná-las em alusões.

“Em verdade **O Carapuceiro** só fala das coisas que lhe parecem dignas de censura pelo lado do ridículo; e debaixo dêste respeito não há classe, condição ou jerarquia que lhe não estejam sujeitas. Tratar das modas, não por serem modas, sim das que julga inquerentes ou extravagantes; e uma das coisas com que mais embirra é com a nossa mania de em tudo absolutamente quereremos arremedar os franceses. Longe de mim essa miserável tolice de menosprezar os estrangeiros; antes entendo que muito podemos e devemos aprender dêles; mas **est modus in rebus**, nem é bom tudo quanto se faz em França, nem certos usos bons ali têm lugar aqui. Coisas há, na Europa que temos por meras modas; porém que não são senão filhas das circunstâncias e do clima. Tais são, por exemplo, os vestidos de lã, as danças violentas, etc., que assentam bem em países de rigoroso frio. Entre nós, pelo contrário, é mister que tudo se acomode ao nosso clima, que é ardente. Eis as minhas idéias a êste respeito”.

Na edição seguinte, um editorial voltava a bater-se contra a propriedade de terras “exclusiva de um pequeno número de homens”, frisando: “Fora do terreno preciso para a sua indústria agrícola, de que servem a um proprietário léguas e léguas de terras baldias e ociosas?”. Após defender o aforamento, com o que “todos lucrariam e teríamos uma população abastada, laboriosa e, conseqüentemente feliz”, concluiu: “. . . só o que é justo e honesto merece o nome de verdadeira política”; “não há outro meio de promover o bem e a felicidade dos homens no estado social, senão o dar a cada um o que lhe compete”.

Foram outros artigos do curioso periódico: “Os que vivem da política”, “As engajadas”, “Os nossos valentões”, “Espectros, fantasmas e almas do outro mundo”, “Prêmios e castigos corporais” (êste ocupou as edições de 15 e 18 de fevereiro), “Não há ninguém que alguma vez não cante de galo”, “Ninguém comenta a sua sorte”, “Coifas de seda para certas mães de família”, “Sonho”, “O Cometa”, etc.

Numa “Admoestação fraternal”, fechando a edição de 11 de março, lia-se: “Lembro ao Ilm.^o Sr. escritor d’O Paisano que, para defender a administração do Exm.^o Sr. Barão da Boa-Vista, nosso tão benemérito patricio, não lhe era mister (creio) tratar-me com desprezo, e dar-me torquezadas, como o fêz em o seu n.^o 4; e fique certo o nobilíssimo anônimo que, quando S. Ex.^a haja de largar o govêrno, nunca será seu detrator o **Redator do Carapuceiro**”.

Publicou-se normalmente a fôlha até o n.^o 18, datado de 22 de março de 1843, todo êle dedicado ao artigo “Os nossos abusos no culto religioso”, ficando novamente suspensa a publicação.

Após longa ausência (9), retornou à liça **O Carapuceiro**, “Órgão Moral, Só **Per Acidens** Político, e Uma Vez Por Outra Literário”, a 1.^o de março de 1847, para continuar, conforme o velho **slogan**, guardando “as regras boas”, falando dos vícios, “não das pessoas”. Não modificou a feição nem o formato, tendo apenas transferido sua confecção para a Tipografia Imparcial, de Luiz Inácio Ribeiro Roma, situada à rua da Praia n.^o 55, mencionando como impressor S. Caminha.

Num exórdio de página inteira, declarou, inicialmente, o redator: “...volto à minha antiga tarefa de talhar carapuças e não só estas, senão bonés, toucas, chapéus, gorros, barretas e até mitras e coroas. E neste longo intervalo, que de matérias se não têm acumulado! Que de coisas não têm ocorrido, tôdas dignas de ser flageladas pelo irresistível látego do ridículo”!

Ao exórdio acompanhou, nas três páginas restantes, um “Quadro geral do século presente”. E sucederam-se, nas seguintes edições, artigos como “A mulher” (10), “O aperfei-

(9) A partir de julho de 1844, mas por pouco tempo, a matéria d’O *Carapuceiro* voltou a ser integrada no *Diário de Pernambuco*.

(10) Nem só de carapuças se ocupava o padre Lopes Gama. Do seu artigo de 5/3/1847, constou o magnífico excerto aqui transcrito:

“Oh! o que seria sem a mulher a vida humana? Uma luta encarniçada, um sanguinolento combate do homem contra a natureza e do homem contra o homem. Sim, a mulher derrama-lhe um filtro, que lhe adormenta os males; ela quebranta-lhe a fereza, modera-lhe as rudes paixões, acalma-lhe as iras e, por sua compassiva ternura, por sua incansável dedicação, pela efusão contínua dum

çoamento geral do nosso século”, “O que se deve entender por canalha”, “A mulher feia não há enfeite que a torne bonita”, “O charlatanismo”, “Escola romântica”, “A condição atual das mulheres”, “A polka e o romantismo”, “Influência das mulheres sob o governo representativo”, “Influência da literatura imoral”, “As flôres emblemáticas, ou a história e a linguagem das flôres”, “Juízos injustos à cêrca das mulheres” e outros. Na parte das “Variedades” apareciam comentários mais ligeiros, anedotas ou versos humorísticos (11).

Circulando bissemanalmente, verificavam-se, nessa última fase, lacunas de um mês inteiro na aparição d’**O Carapuceiro**, cuja existência se aproximava do fim. Este ocorreu com a saída do n.º 25, datado de 28 de setembro de 1847, precisamente quando voltava a exhibir, no cabeçalho, o clichê da loja de carapuças (12) (**Coleções Moacir S. Maior, Bib. Púb. Est., DPHAN, Fernando Pio, Bib. Nac., Arq. Nac., Bib. Mun. de S. Paulo e Bib. Est. do Maranhão**) (13).

amor que renasce de si mesmo e nunca se estanca, torna-lhe o trabalho o mesmo o sofrimento uma espécie de inefável alegria. Quando virgem cândida e pura, que coisa mais arrebatadora que a mulher? Quando mãe, rodeada de seus filhos, que objeto mais augusto e mais santo? Há em seu coração delicadezas tão esquisitas e, ao mesmo passo, tão espontâneas, que ela mesma as ignora; porque a sua fonte é escondida, é misteriosa. Esses dotes ressumbram dela como o perfume da flor pudica, cujos suaves eflúvios vagamente a descobrem, sem que ôlho a tenha visto”.

(11) “...às vêzes — raras — ao redator aprazia deliciar os seus leitores com pequenas produções rimadas do mesmo sabor dos seus escritos em prosa, e lo-grava então superar, pela vivacidade aligera do verso, muitos dos defeitos dos artigos costumeiros, geralmente muito estirados; e assim, em prosa e verso, exerceu *O Carapuceiro* a sua ação proveitosa e salutar, fustigando os erros, censurando os desmandos, destruindo os abusões e escarnecendo das parvoíces dos contemporâneos, de mistura com ditos agudez, fábulas engenhosas e historietas galantes. Primeira amostra do jornalismo humorístico e satírico em Pernambuco, teve extraordinária voga...” — Alfredo de Carvalho (obra citada).

(12) Nomeado diretor do Curso Jurídico de Olinda, conforme notícia do *Diário de Pernambuco*, de 14 de setembro de 1847, Lopes Gama pôs de lado as carapuças e foi enfrentar a mocidade acadêmica.

(13) Coleções tôdas incompletas, completando-se entre si. Mais difíceis de encontrar foram os comprovantes dos dois primeiros anos. Avistei-os na bem nutrida biblioteca particular do bacharel Moacir Souto Maior, na cidade pernambucana, meio sertaneja, de Bom Jardim, o qual possui dois volumes completos, compreendendo as edições de 1832/1834 e 1837/1838, lá mesmo consultadas. Por fim, certifiquei-me de que a Biblioteca Pública de São Luiz do Maranhão guarda *O Carapuceiro* referente aos anos de 1832 a 1834, 1838, 1839 e 1842. Adquiri,

O EQUINOXIAL — Jornal de orientação anti-restauradora, apareceu no dia 12 de julho de 1832, impresso por José Vitorino de Abreu, na tipografia do **Diario de Pernambuco**, à rua do Sol, D. 1. Formato de 30 x 20, com quatro páginas a duas colunas de 18 cíceros. Subscrivia-se a \$320 mensais e apresentava, sob o título, o seguinte pensamento, com a assinatura de Mably: “**La société est menacée des plus grands dangers, quand un citoyen est assez fort par lui meme pour ne pas craindre la loi**”.

Tôda a primeira edição foi ocupada por dois editoriais de apresentação, em que declarava o articulista achar-se possuído de verdadeiro patriotismo ao tomar sôbre os ombros “a árdua mas honrosa tarefa de escritor”, adiantando: “Se a instrução nos falta, a coragem e o patriotismo nos sobejam”. Seguiram-se considerações a respeito da política oposicionista e da posição do govêrno imperial em face dos inimigos da ordem.

O segundo artigo fêz uma análise do “escritor público”, destacando o bom do mau, êste “um abutre”, “uma peste”, e aquêle “uma felicidade para a nação”. Mais adiante, afirmava:

“O Brasil está retalhado em partidos; cada partido tem seu escritor, e só a êste ouve: mas nós estamos na época em que, como diz um político, cada um deve oferecer ao seu país o tributo de suas reflexões; não duvidemos do triunfo da verdade; o povo talvez mais esclarecido chegue a conhecer seus verdadeiros defensores”. E já a concluir: “É êste o momento em que devem aparecer os verdadeiros patriotas; se o Brasil tem quem o defenda do despotismo e da escravidão com as armas, tenha também quem, com as armas das reflexões, combata seus vícios e seus prejuízos, perigoso inimigo de sua liberdade e prosperidade”.

Circulando semanalmente, às segundas-feiras (menos do n.º 6 ao 19.º, que o fêz às sextas-feiras), a numeração das páginas era corrente, de edição para edição.

depois, num sêbo de calçada, um volume do disputado periódico, muito ruído pela traça, nêle reunidas tôdas as edições de 1839 e 1840 e as cinco primeiras d'O Carapuceiro na Côrte, rarissimo. Pertenceu ao renomado jornalista e jurista Hersílio de Sousa, cuja assinatura se encontra no reverso da capa.

Longos artigos redacionais inseria **O Equinoxial**, dentro do seu programa, além da seção "Variedade". Combateu a ação dos restauradores (ou cabanos) em armas no interior do Estado e no Ceará, onde eram comandados pelo "infame Pinto Madeira". E travou acesa polêmica com **A Bussola da Liberdade**, às vezes também com **A Tolerancia** e **O Epaminondas**, que lhe criticavam as idéias.

Um dos pontos de atrito com a imprensa antagonista foi o caso da pretendida reeleição, para a Câmara Geral, dos ministros pernambucanos Holanda Cavalcanti e Araújo Lima. Achava-se a redação de acôrdo com **O Graccho**, opinando, nas edições de 28 de setembro e 5 de outubro, que a província deveria eleger novos representantes da oposição, pois os dois estadistas, uma vez reeleitos, iriam exercer, no Congresso, influência favorável à sua combatida administração ministerial. Refutou, no mesmo sentido, um Comunicado d'**O redator d'O Republico** (Borges da Fonseca), inserto no **Diario de Pernambuco** de 2 de outubro.

Entretanto, enquanto classificava o periodista paraibano "entre os verdadeiros patriotas", **O Equinoxial** brandia contra o padre João Barbosa Cordeiro, d'**A Bussola**, a clava dos epítetos contundentes, fazendo dêle o tema constante de artigos e sueltos de crítica desprimorosa.

Terminou o ano com a edição de 22 de dezembro, começando 1833 com a de 5 de janeiro, em numeração seguida. Prosseguiu até o n.º 34, de 25 de fevereiro, quando findou sua existência, formando um total de 140 páginas.

Redação atribuída aos acadêmicos Ângelo Muniz da Silva Ferraz (1), José Lúcio Correia e João Lins Vieira Canção de Sinimbu (**Bib. Púb. Est.**).

A TOLERANCIA — Impresso em tipografia própria, situada à rua da Viração, D. 2, "apareceu, provavelmente, em agosto de 1832, porquanto o n.º 9 saiu a 11 de outubro do mesmo ano. Ainda se publicava em março de 1833. Redação atribuída a Luiz Cavalcanti de Albuquerque, membro do Conselho Geral da Província" ("**Anais**", de Alf. de Carvalho).

(1) Mais de uma vez, *O Carapuceiro* fez referência a Ângelo Muniz como redator d'*O Equinoxial*.

O periódico em aprêço tolerava o domínio do comércio a retalho por alienígenas, sobretudo os franceses, sendo por isso criticado pelo **O Carapuceiro**, edição de 10 de novembro de 1832. Sabe-se, também, que se bateu pela reeleição, para a Câmara Geral, dos ministros Araújo Lima e Holanda Cavalcanti, ponto de vista refutado, sobretudo, pelos periódicos **O Graccho** e **O Equinoxial**, que lhes faziam oposição, igualmente ao **Diario de Pernambuco**.

Não restam comprovantes em nenhuma das bibliotecas visitadas.

O GRACCHO — Surgiu no dia 4 de setembro de 1832, em formato de 30 x 20, com quatro páginas de duas boas colunas. Trabalho gráfico da oficina do **Diario de Pernambuco**, à rua do Sol, D. 1, vendia-se o exemplar a 80 réis. Impressor — José Vitorino de Abreu. Sob o título, os versos a seguir, de Arlincourt:

**“Helas! l’ambitieux, sur le bord de l’abine,
Le long du chemin de honneurs,
Passe indifferemment pour monter aux ganduers
Par les vertus ou par le crime
Semant l’illusion, recueillant la douleur,
Et ne parvenant, qu’au malheur”.**

Atribuída a redação a estudantes do Curso Jurídico de Olinda, a matéria da única edição avistada constou de imenso artigo filosófico, sem assinatura, e duas notas sem interesse na quarta página (**Bib. Púb. Est.**).

O n.º 2, conforme os “Avisos particulares” do **Diario de Pernambuco**, saiu no dia 11, “contendo um artigo sôbre o estado do Brasil; outro sôbre Pernambuco; outro sôbre as notícias do Rio e sôbre o procedimento do nôvo Ministério; outro sôbre a acusação feita pelo sr. Gervásio Pires Ferreira ao sr. Holanda Cavalcanti”.

A edição de 2 de outubro destruía “argumentos apresentados pela **A Tolerancia**, a respeito da reeleição dos srs. Holanda Cavalcanti e Araújo Lima”, além de matérias diversas.

Noutra, comentava a redação “o Federalismo que nos convém”.

Prosseguiu até o n.º 9, que circulou a 31 de outubro, sem mais vir à tona, uma vez que não voltou **O Graccho** a ser notícia do **Diário de Pernambuco**.

O TOPINAMBA — Órgão político de orientação liberal, apareceu no dia 7 de setembro de 1832, sendo impresso por José Vitorino de Abreu, na tipografia do **Diário de Pernambuco**, em formato de 21 x 16, com quatro páginas de duas colunas e, a partir do n.º 2, em coluna larga. Dizia o expediente: “Subscreve-se para esta fôlha na casa do sr. Bandeira, rua do Cabugá, pelo preço de 160 réis mensal, e vender-se-ão avulsos na mesma”. Custo do exemplar — 40 réis.

Sob o título trazia, como divisa, o seguinte excerto de Ramon Salas: “A Natureza continuamente em ação é sempre mais poderosa do que as instituições humanas, cuja ação é necessariamente muito interrompida; ela triunfa de todos os obstáculos e por fim triunfará no Brasil das preocupações envelhecidas e dos hábitos antigos protegidos pela ignorância e pelo interêsse particular”.

O artigo inicial, transbordando para a edição subsequente, condenou os remanescentes da Coluna do Trono e do Altar, que pretendiam, “outra vez, tentar as armas”, e o monopólio do comércio pelos portugueses. Pugnou pela realização de eleições honestas, sem a interferência de elementos do governo.

Comentou, no n.º 3, o “casamento” dos Caramurus com os Moderados. Depois, apoiou a federação de Estados, mas pela lei e não pelas armas, doutrina também pregada pelo **O Harmonizador**.

Sucediam-se os editoriais, sempre longos, às vêzes continuando duma edição para outra, onde se comentava, exaustivamente, a política ministerial e imperial. Só ligeiras notas focalizavam o governo provincial, alvo de encômios.

Redigido pelo acadêmico Antônio Pereira Barroso de Moraes, circulou **O Topinambá** semanalmente, variando de datas. Dedicou-se, também, (ns. 10 a 12) aos problemas agrícolas, do ponto de vista administrativo.

O n.º 18 saiu a 22 de janeiro de 1833. Passou, de então, a publicar-se irregularmente, até o n.º 25, datado de 3 de junho (1) (**Bib. Púb. Est.**) (2).

NOTÍCIAS DE PORTUGAL — Conforme o **Diário de Pernambuco**, em cuja oficina gráfica foi impresso, surgiu essa publicação a 10 de outubro de 1832, “contendo o desembarque de D. Pedro e as demais operações militares que têm tido lugar naquele Reino desde o dia 30 de julho próximo passado, traduzidas dos periódicos ingleses **Liverpool Chronicle** e **Morning Chronicle**, até 7 de agosto. Vende-se a 80 réis, fôlha e meia de impressão, na loja de livros da Praça da União ns. 37 e 38”.

Circulou o n.º 2 a 6 de novembro, trazendo notícias, dizia outro anúncio, “desde 30 de julho até 11 de setembro próximo pretérito, extraídas das fôlhas francesas vindas pela galera “Henriqueta” e das cartas vindas do Pôrto, Lisboa e São Miguel”. Reduziu para 60 réis o custo de cada exemplar.

Ainda saiu, no fim de novembro, um Suplemento às **Notícias de Portugal**, terminando aí sua existência. Nenhum comprovante existe.

O EPAMINONDAS — Periódico Político, Literário e Mercantil — Confeccionado na Tipografia Fidedigna, situada à rua das Flores D. 18, “o n.º 1 saiu a 12 de outubro (1832) e o n.º 14 (último) a 27 de novembro. Publicava-se às têrças e sextas-feiras. Mês — 480 réis. Redigido por estudantes do Curso Jurídico, filiava-se ao federalismo e dizia-se destinado a defender a liberdade brasileira e a Constituição” (“Anais”, de Alf. de Carvalho).

O REPUBLICO EISTRAORDINARIO — Entrou em circulação no dia 13 de outubro de 1832, precedido, cinco dias antes, do seguinte Aviso, inserto no **Diário de Pernambuco**, em cuja oficina se imprimiu (1 A):

(1) A *Palmatoria dos Toleiroens*, de 20/6/1833, congratulou-se com o desaparecimento d’O *Topinambá*, que dizia ser órgão Caramuru disfarçado, pedindo aos leitores “uma esmolinha” para comprar-lhe “uma mortalha”.

(2) A Biblioteca Pública do Estado possui a coleção certa até o n.º 12 e, além dêste, o 18.º

(1 A) Alfredo de Carvalho (obra citada) registou, por engano, que o jornal em tela fôra impresso na Tipografia Fidedigna.

“**O Republico** vai aparecer extraordinariamente; suas doutrinas em prol da ordem são patentes, e agora fará guerra à intolerância dos partidos e reflexionará sobre as causas que têm produzido os funestos atentados aparecidos ao depois da gloriosa mudança operada em 7 de abril de 1831. Subscreve-se para êle a 320 réis por mês em a rua Nova, na botica do sr. Pinto, e na rua da Cadeia do Recife, na loja do sr. Pessoa, e nessas mesmas casas se vendem avulsos a 100 réis. Sairá uma vez por semana, e o **Diário** o anunciará — **Antônio Borges da Fonseca**, redator”.

Publicou-se o n.º 2 no dia 22, incluindo, conforme outro Aviso, um artigo em resposta ao **Diario de Pernambuco** e a **O Equinoxial**, sobre a reeleição dos deputados Holanda Cavalcanti e Araújo Lima (defendida e justificada pelo redator); outro “a respeito d’**A Tolerancia** n.º 9, refletindo sobre o estado de paz em que êle pinta o Recife, e sobre a carta do Patriota”, etc. Sendo “de fôlha e meia” (seis páginas), custou 120 réis o exemplar.

O Aviso de 29 de outubro informou haver entrado em circulação o n.º 3 d’**O Republico Estraordinario** (2), sem mais detalhes. Foi o último.

O CANDEIA (1) — **Periódico Moral, Político, Mercantil e tudo que quiserem** — Fundado em novembro de 1832, circulou o n.º 2 no dia 23, apresentando-se em formato de 21 x 11, com quatro páginas de coluna larga. Impresso por J. N. de Melo, na Tip. Fidedigna, à rua das Flôres, D. 18, assinava-se a 240 réis por mês, circulando duas a três vezes por semana.

Falaria “dos vícios, das virtudes, dos homens e até dos animais”.

Um só artigo ocupou a edição em aprêço, fazendo digressões chulas em tórno da vida social das famílias. “...o que quero é por cada número do meu **Candeia** dois vinténs e para ganhá-los basta dizer qualquer coisa” — escreveu o redator.

(2) O *Republico* foi título do periódico fundado por Borges da Fonseca, em 1830, no Rio de Janeiro, cuja publicação, suspensa no ano seguinte, se transferiu, em 1832, para a Paraíba. O aparecimento d’*O Republico Estraordinario* resultou de ligeira estada de Borges da Fonseca no Recife.

(1) Alfredo de Carvalho, nos seus “Anais”, registara, por engano, *A Candeia*.

Chegou ao n.º 5 a 30 de novembro, sem alteração quanto à linguagem asneirenta (**Bib. Púb. Est.**).

A 10 de dezembro saiu o n.º 7, último do ano.

Meses depois, leu-se nos “Anúncios” do **Diario de Pernambuco**, edição de 18 de maio de 1833: “De nôvo vai aparecer **O Candeia**, porém dirigido em sentido mais sério e correto”. Circulou no dia 24 o n. 1 da segunda fase, impresso na oficina do mesmo **Diario**, para vender-se o exemplar a 40 réis. Mas não foi muito longe, atingindo o n.º 4 (e último) no dia 15 (2) de junho.

O pequeno jornal teve morte honrada, conforme o Aviso de 21 de junho, ainda no **Diario**: “O redator d’**O Candeia**, por motivos particulares, vê-se obrigado a não redigir mais a sua fôlha; portanto, todos os srs. subscritores de Olinda, que pagaram adiantados a subscrição d’**O Candeia**, façam o favor de mandar buscar o excesso da dita subscrição em Olinda, no Convento de São Bento”.

A GAMENHA — Periódico Moral e Político — Impresso por José Nepomuceno de Melo, na Tipografia Fidedigna, foi estreado no mês de dezembro de 1832, redigido, ao que se propalava, por Ângelo Muniz da Silva Ferraz, José Tomaz Nabuco de Araújo Júnior e outros estudantes do Curso Jurídico de Olinda.

Não encontrados comprovantes, o **Diario de Pernambuco** anunciou o aparecimento dos ns. 2 e 3, êste de 14 de janeiro de 1833, “contendo artigo sôbre os gamenhos e um aviso interessante sôbre o gagao”.

Por sua vez, **O Carapuiceiro**, do padre Lopes Gama, nas suas edições de 19 de janeiro e 31 de maio do mencionado ano, rebatendo críticas do congênere, fêz referência aos ns. 1 e 4 do “**Sr. Gamenha**”.

1833

O MENTOR PERNAMBUCANO — Periódico Literário, Moral e Político — Surgiu a 1.º de janeiro de 1833, em

(2) Não no dia 11, como consta da obra referida.

formato de 21 x 15, com quatro páginas de coluna larga. Sob o título vinham as seguintes palavras de Cícero, em latim e português: “Ao ente supremo, que domina todo o universo, nada agrada mais, que existe sôbre a terra, do que as reuniões de homens com direito à sociedade, as quais reuniões se intitulam cidades”. Subscrevia-se, especialmente, na tipografia d’A **Tolerancia**, à rua da Viração, D. 2, onde era confeccionado, a 320 réis mensais, custando 40 réis o exemplar. Impressor — José Ribeiro Simões.

O editorial de apresentação, que ocupou tôdas as quatro páginas, tendo ao fim um “continuar-se-á”, justificou, exaustivamente, o motivo do título do jornal, para depois pregar o amor à Pátria, o govêrno federativo e o repúdio a Pedro de Bourbon, “êsse sanguessuga da humanidade”, focalizando, por fim, o mau tratamento dado aos soldados pernambucanos que combatiam os Cabanos.

Êste último foi assunto único do n.º 2 — através de uma carta relativa aos acontecimentos de Pôrto Calvo, além da conclusão do artigo da edição anterior — o qual foi datado de 5 de janeiro (**Bib. Púb. Est.**).

A publicação não terminou aí, conforme admitiu, interrogativamente, Alfredo de Carvalho (obra citada). O **Diario de Pernambuco**, nos “Avisos particulares”, anunciou-lhe o aparecimento, nas datas respectivas, até o n.º 6, que saiu a 19 de janeiro, provàvelmente o derradeiro dado à estampa.

A VOZ DO POVO PERNAMBUCANO — **Periódico Político, Moral e Literário** — Impresso na Tip. de Pinheiro & Faria (1), à rua das Cruzes (hoje, rua Diario de Pernambuco), D 5, circulou, pela primeira vez, a 2 de maio de 1833, com o n.º 25, em continuação à **Voz do Povo**, que se publicara, em Olinda, até o n.º 24 (ver “História da Imprensa de Olinda”). Formato de 20 x 14, com quatro páginas. Apresentava sôbre o título, pequena vinheta de anjo soprando trompa de caça. Abaixo, a divisa:

(1) Pinheiro & Faria, sucessores de Pinheiro, Faria & Cia., “fizeram a declaração legal” de haver mudado sua tipografia de Olinda para o Recife, segundo consta do Livro 1.º dos Têrmos de Responsabilidade da Prefeitura Municipal.

“..... direi coisas altas,
Que descrida não pensa a impiedade,
Mas que da sã virtude sejam dignas”

Francisco Manuel.

Constava do expediente: “Subscreve-se para esta fôlha na tipografia da rua das Cruzes D 5; na loja de livros da Praça da União n.º 37 e 38, e no Recife à rua da Madre de Deus, loja de ferragem n.º 26, a 240 réis mensais. Vende-se avulso a 80 réis”. Direção de Henrique Félix de Dácia.

Bateu-se, a edição de estréia no Recife, pela aplicação da pena de morte contra os cabanos, “verdadeiros salteadores”, e contra a volta de D. Pedro I ao Brasil. Divulgou Correspondência de Antônio Borges da Fonseca, procedente da Paraíba, sôbre a política de sua província.

Outro número avistado: o 33.º, publicado a 20 de junho, cuja matéria se constituiu, unicamente, de Comunicados, Correspondências e Editais (Bib. Púb. Est.).

Segundo o registo, sem pormenores, de Alfredo de Carvalho, nos “Anais”, a publicação estendeu-se até o n.º 36, de 11 de julho do mesmo ano.

O PUBLICADOR PARAIBANO — Ao que consta dos “Anais”, de Alfredo de Carvalho, “o n.º 1 saiu a 9 de maio e o n.º 16 a 24 de novembro — 1833 — impresso por J. N. de Melo, na Tipografia Fidedigna. Uma continuação do jornal do mesmo nome, estreado a 17 de abril, na Paraíba, como órgão oficial da administração provincial, quando da Presidência de Antônio Joaquim de Melo. Redação de Antônio Borges da Fonseca, em ambas as fases.

Foi possível avistar, na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, o n.º 12, de 16 de agosto do referido ano, que se apresentou em formato de 30 x 21, com quatro páginas. Sua matéria cingiu-se a assuntos oficiais do governo paraibano, terminando com a transcrição da crônica “O Sonho”, do **Escritor Carapuceiro**, que era o padre-frei Lopes Gama.

Apenas impresso no Recife, **O Publicador Paraibano**, que adotou o lema “É quimera a liberdade sem justiça”, interessava, mais do que tudo, à vizinha capital. Esqueceu-se de mencioná-lo o escritor José Leal, autor do livro “A imprensa na Paraíba”, da Editôra **A União**, publicado em 1962.

PALMATORIA DOS TOLEIROENS — **Periódico Bom, e Belo, e Barato** — O n.º 1, ano I, circulou a 22 de maio (1) de 1833, em formato de 21 x 16, com quatro páginas de duas colunas. Trabalho gráfico de Pinheiro & Faria. Sob o título trazia a divisa:

“Os meus bolos darei com tanto ponto
Que o mundo ficará, d’ouvir-me, tonto”.

A edição de estréia foi assim anunciada na edição de 21 de maio do **Diario de Pernambuco**: “Amanhã, quarta-feira, sairá um nôvo periódico, intitulado “**Palmatoria dos Toleiroens**; êle tem por fim a ordem a todos os que derem trabalhos ao prelo com prejuízo de terceiro; é de crer que o respeitável público concorra com a sua proteção, prestando assinaturas. O primeiro número traz um artigo sôbre **O Federalista e Carapuceiro**, outro sôbre a **Bussola**, outro sôbre a **Voz do Povo** e outro sôbre **O Topinambá**, que “não pôde ser concluído e fica esperado para o número seguinte”.

Também no **Diario**, três dias depois, dizia outro anúncio: “Minha gente, assinem a **Palmatoria**, olhem que ela só faz mal aos **toleiroens**; não se assustem, protejam essa fôlha, que é interessante. 160 réis mensais pagos adiantados, e o ir assinar na tipografia da rua das Cruzes n.º 5 não faz mal a ninguém”.

Era mesmo função da fôlha “falar daqueles que dissessem asneiras em letra redonda”. E anunciava o **Diario** de 30 de maio: “Saiu hoje o n.º 2 da **Palmatoria**, dando 7 dúzias de bolos na **Bussola** n.º 22, bolos sem conta nos lentes do Curso Jurídico, que estão ou estavam chuchando ordenado sem trabalhar, meia dúzia no **Verdadeiro Constitucional**, correspondente do **Diario** n.º 109, advertências ao **Candeia** e ao **Topinambá**, retalhos da mesma peça”.

O editorial do n.º 4, de 13 de junho (primeiro comprovante avistado), declarou não se haverem ainda fixado nem descoberto os seus próprios objetivos. É que existiam “indignos e miseráveis periódicos”, como **O Candeia**, **O Topinambá**, **A Bussola da Liberdade**, **A Voz do Povo**, **O Carapu-**

(1) Não a 23 de setembro, como registou Alfredo de Carvalho, que também só aludiu ao primeiro número.

PALMATORIA

DOS

POLSIENSIS.

PERIODO BOH, E BELLO, E PARATO.

*Os meus bôllos darci com tanto ponto,
Que o Mundo ficou d'ouvir-me tonto.*

Typ. DE PISCHERO & FARIA.

Quinta feira 13 de Junho.

AINDA não se tem affixado, nem descoberto o fim principal e unico à que se dirige a Palmatoria; cada hum discorrendo á seo modo attribue-lhe por malade, ou por asneira fins di ametralmente oppostos à aquelles, que na realidade tem a Palmatoria; este, que he dedicado á descompor, á apresentat nua, e descarnada a vida privada daquelles, que lho não são affectos; aquelle attribue-lhe o orgulho, ou dezejo de saber tudo, e por isso diz que com silauca, e charlatanismo quer a Palmatoria meter-se á sensora de todos quantos escrevem; hums, que eu de chufas, e chocarrices quero enriear & *tot capita tot sententiae*, mas — *unusquisque suo sensu abundet* —, ponco, embaraca, quem me quizer, que me quera, quem não me quizer — *rua* ; mas, não, por ali não vou bem, eu quero desenganar aos illudidos, e mostrar-lhes, que em verdade os fins á que me proponho, não são tão frivolos, nem reprehensiveis, como os que athe aqui se me tem attribuidos.

Vendo eu, que circulavão nesta Provincia, alias digna de melhor sorte os indignos, e miseraveis Periodiens -- Condeta, e Topinambá --, dos queres o 1.º he porca, e possimamente redigido, asneirão, e palhaco da scena periodical, e o 2.º he (como disse o Sr. Redactor do Diario) cão rafeiro, tal como eu digo) mizero teleirão, querendo meter-se á forea no partido dos comarcs, adulator servil dessa infame canalha, vendo eu que a Bussola de orientação pela viagem p' o verdadeiro Norte da Liberdade estava dando com a cabeça do estado na lama, e nos mosquitos, q' mal escripta e devairada (como sem-

115 49 da

ceiro e, até, o **Diario de Pernambuco**, que se afastavam “das regras da decência e das regras filológicas”. Assim, êle (o redator), “verdadeiro patriota”, resolvera publicar a **Palmatoria** para fazer justiça, ser imparcial e castigar aos que merecessem, esperando “acabar para sempre” com os dois primeiros (2) e corrigir os demais.

As edições seguintes mantiveram o programa estabelecido, dando palmatoadas, a'lém disso, nos antigos “colunas” do Trono, nos portugüeses e, finalmente, no bispo da Diocese.

Com regularidade semanária, circularam dez números, até 25 de julho. Suspenso, reapareceu no dia 4 de setembro do mesmo ano, passando a publicar-se mais amiudadamente, até o n.º 15, que foi o último, datado de 23 de setembro, sem nenhuma alteração no seu roteiro de jornal metido a mestre-escola (3) (**Bib. Púb. Est.**).

O JOÃO POBRE — Sua existência comprova-se pelo seguinte Aviso, publicado no **Diario de Pernambuco** de 3 de junho de 1833: “Saiu **O João Pobre**. Vende-se nas ruas das Flôres, D. 4, e do Livramento, Botica de Rumão de Carvalho, a 80 réis”. Outro Aviso, no dia 7, esclarecia poder a nova fôlha ser subscrita, “juntamente com **A Candeia**, pelo preço de 240 réis mensais”. Foi impresso na própria oficina do **Diario**.

(2) Aliás, quando a *Palmatoria* divulgou o artigo em questão, já haviam deixado de existir *O Topinambá* e *O Candeia*, cujos últimos números saíram a 3 e a 15 de junho, respectivamente.

(3) No *Diario de Pernambuco* de 5 de outubro, Henrique Felx de Dácia, conhecido “escritor público” da época, defendeu-se da acusação de ter sido redator da *Palmatoria*, pois era incapaz de escrever em “um periódico tão insultante”...

Decorridos alguns meses, certo saudosista das palmatoadas, assinando-se *Um Que Gosta de Bolos*, publicou o que vai a seguir, na seção paga do *Diario* de 1 de fevereiro de 1834: “Pergunta-se ao sr. redator da *Palmatoria* que fim deu à sua fôlha, que prometeu, em julho do passado, dar muitos bolos e de sair duas vezes na semana (isto foi só na primeira), mas na segunda parece-me que a *Palmatoria* se quebrou. Quem pergunta quer saber”.

Aconteceu que, passados 35 anos, constou do expediente da sessão de 14 de maio de 1868, do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, uma de claração, “em original, do dr. Henrique Felix de Dácia, de ser êle o redator e responsável dos jornais *Palmatoria dos Toleiroens* e *Voz do Povo Pernambucano*, publicados no ano de 1833”.

O **ÇAPATEIRO** — **Periódico Político e Moral** — Impresso na oficina do **Diario de Pernambuco**, êste anunciou, a 25 de junho de 1833, que o primeiro número se achava à venda.

Continuaram os anúncios. Lia-se no dia 28: “Domingo (já se sabe, depois da missa) sairá o segundo número d’**O Çapateiro**, dando soveladas e beliscões. Vende-se tão sòmente na tipografia dêste **Diario**, pelo cômodo preço de 40 réis”.

Dia 6 de julho: “Amanhã sairá o terceiro número d’**O Çapateiro**, tratando de política, dando soveladinhas”, etc. Mais algumas palavras e o lembrete: “Depois da Missa dos Municipais”.

Proseguiu, a princípio semanalmente, para terminar como quinzenário, sempre em dia de domingo. Finou-se com o n.º 7, de 18 de agosto.

A **MISCELANIA PERIODIQUEIRA** — **Jornal Enciclopédico** — A edição inicial foi assim anunciada, a 17 de julho de 1833, pelo **Diario de Pernambuco**: “Como estamos em safra dos periódicos, amanhã sairá à luz um nôvo, com o título **Miscelania Periodiqueira**. Só êste título denota coisa grande. Apesar de ser em formato pequeno, trata de tôdas as coisas e algumas mais. Finalmente, é mais um pirilampo, que vem alumiar a Pátria. Comprem a **Miscelania**, que, quando não sirva para se ler e dar intrução e recreio, bem pode servir para cartuchos de alfazema, cominhos, etc.”.

Manuseei o n.º 2, datado de 27 de julho, com quatro páginas de 21 x 16, a duas colunas de composição. Trazia como divisa: “**Omnia mea mecum porto** — Quanto é meu carrêgo às costas (**Vem na Prosódia**)”. Órgão realmente humorístico, esclareceu os leitores: “. . .temos muitas parecenças com os srs. cômicos”, adiantando: “Caiam com os 40 réis. Êste meu periódico tem de tudo; é uma botica”. O editorial “Política” desferiu ataques à Casa de Bragança, que, segundo asseverou, nos escravizava através de D. Pedro (**Bib. Púb. Est.**).

Teria circulado o n.º 3 (último) a 31 de agosto do mesmo ano, conforme os “Anais”, de A. de Carvalho.

O RECOPIADOR PERNAMBUCANO — **Periódico Polí-**

tico — Impresso na Tipografia Fidedigna, de J. N. de Melo, “o n.º 1 e único saiu a 18 de julho (1833). Destinava-se a extrair dos jornais do Rio de Janeiro as notícias e artigos políticos que pudessem orientar os pernambucanos sôbre o andamento dos negócios públicos” (“Anais”, de A. de Carvalho).

O VELHO DE 1817 — Periódico Político e Literário — Número primeiro e único, circulou a 20 de julho de 1833, sendo impresso na tipografia de Pinheiro & Faria, situada à rua das Cruzes (atual do **Diário de Pernambuco**). Apresentou como divisa: “A ingrata experiência convenceu-nos que nem a Liberdade nem a Independência se arraigaria no Brasil se não à sombra da Monarquia (A.C.R.A.M.S.)”.

Redigido exclusivamente pelo acadêmico José Tomaz Nabuco de Araújo Júnior, seu aparecimento “marcou o início da reação monárquica no Norte”, segundo Alfredo de Carvalho, nos “Anais”, que acrescentou:

“A imprensa contemporânea o recebeu com violentos protestos. Partindo do princípio de “que só cabia empreender-se uma Revolução quando certeza houvesse de que os males que ela traria fôsem menores que aquêles que se sofriam”, o redator, “pesando os serviços do Sr. D. Pedro I com alguns erros que cometeu”, chegava à conclusão de ter sido “anti-nacional, perigosa e injusta a célebre Revolução de Abril”. Reagindo contra a opinião dominante, Nabuco foi alvo dos mais injuriosos ataques, chegando a ter a vida ameaçada pelos que pretendiam responder a argumentos com facadas”.

Está mencionado como órgão reacionário, nas páginas 813 e 857, Tomo I, de “Um Estadista do Império”, de Joaquim Nabuco.

O VELHO PERNAMBUCANO — Órgão anti-restaurador, surgiu na arena da imprensa a 22 (1) de julho de 1833, em formato de 30 x 20, com quatro páginas de composição. Impresso na tipografia do **Diário de Pernambuco**, por José Vitorino de Abreu, tornou público: “Este periódico será distribuído grátis pelos assinantes do **Diário de Pernambuco**, e sairá uma vez por semana”, trazendo, ainda, sob o título, os versos de Camões:

(1) Não no dia 23, conforme consta dos “Anais”, de Alfredo de Carvalho.

“Uma nuvem que os ares escurece
Sôbre nossas cabeças aparece”.

Fechando a última página, lia-se, à guisa de programa: “A necessidade de um periódico que mostrasse os inconvenientes da restauração aparece à primeira vista: é em consequência dela que alguns pernambucanos se encarregaram de fazer aparecer neste sentido uma fôlha semanal que fôsse distribuída gratuitamente. Imbuídos desta honrosa tarefa, esforçar-nos-emos por corresponder a tão digna escolha, prometendo de religiosamente seguirmos como inalterável máxima: não envolver-nos em nojentas polêmicas”.

O editorial da primeira página começou com uma apóstrofe retumbante: “Vós dormis, ó brasileiros, e o mais horrendo golpe se prepara à vossa liberdade?!”

“Já não é matéria de dúvida — aduzia, mais adiante, — que às claras se tenta a restauração de D. Pedro no trono do Brasil; que um partido existe, que, se tendo feito numeroso a expensas de nossos desvários, ousado, o colo ergue para proclamá-la, e que apenas certos motivos retardam, ainda, o sinal do combate”. Terminou conclamando a união como tábua de salvação. “Evitemos a vergonha”; “Avancemos para o altar da Pátria”. “Preparemo-nos para um exemplo terrível aos inimigos da liberdade”; “façamos guerra de morte aos restauradores”.

Nesse diapasão, sucederam-se, cada semana, substanciosos editoriais, condenando, sobretudo, a atuação dos Cabanos no interior do Estado, que tinham o apoio do General Abreu e Lima, denunciado no n.º 2 do jornal e reafirmado no n.º 8. Congratulou-se o redator com os brasileiros, em artigo do n.º 6, ante a adoção, pela Câmara federal, da proposta de banimento de Pedro I, de autoria do deputado pernambucano padre Venâncio Henrique de Rezende. No n.º 7, anunciava a instalação da Sociedade Anti-Restauradora.

Sem mais outro tema que não o repúdio à pretendida e jamais empreendida restauração, veio a suspender-se a publicação após o n.º 9, datado de 15 de outubro de 1833, num total seguido de 36 páginas.

Reapareceu **O Velho Pernambucano**, começando numeração nova, a 16 de março de 1835, obedecendo às mesmas características, mas independente do **Diario de Pernambuco**. A confecção material passou a fazer-se na tipografia de Pinheiro & Faria e, do n.º 7 até o fim, na Fidedigna, de J. N. de Melo. Os versos que serviam de divisa foram substituídos pelo seguinte excerto das “**Reflexions sur la paix**”, de Madame de Stael, em francês e português ao mesmo tempo: “Tôdas as nações têm em seu seio homens descontentes do governo estabelecido; ou seja porque nenhum há que deixe de ter cometido algumas faltas, nenhum que possa igualmente satisfazer a ambição de todos; ou porque o homem é tão desgraçado, neste mundo, que não pode afeiçoar-se senão ao que êle desconhece”.

No artigo de reabertura, frisou o redator que “o desejo da restauração extinguiu-se no silêncio do túmulo; a morte levou consigo a última esperança”, acrescentando: “Outros são os inimigos que aparecem”; “a insaciabilidade da ambição, o descontentamento e o orgulho levantam sua bandeira, nela se alistam todos aquêles que não podem achar fortuna no livre e pacífico gôzo da liberdade”; “. . . nós aparecemos de nôvo e, com a mesma coragem, com a mesma força e, com as mesmas armas com que combatemos a restauração, combateremos também a anarquia”. Em conclusão: “Amantes da liberdade, sustentadores da ordem: contaí com o vosso antigo companheiro em vossas fileiras, nas fileiras da Legalidade; **O Velho Pernambucano** vos ajudará”.

Combatendo a sedição e a anarquia, passou o periódico a defender a administração provincial de Manuel de Carvalho Pais de Andrade, o qual logo em abril foi substituído, por ter de tomar assento na Câmara vitalícia, eleito pela Paraíba.

Nos ns. 7 e 8, de seis páginas, sendo o primeiro artigo assinado pelo redator João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, iniciava-se intensa polêmica com **A Bussola da Liberdade** e seu redator, padre João Barbosa Cordeiro, acusado, sobretudo, de roubo e assassinio.

Depois, bateu-se com **O Aristarco** e com **A Voz do Bebi-ribi**. Criticou alguns membros da Assembléias Provincial, tais como Antônio Peregrino Maciel Monteiro, o padre Lopes Gama — a quem Filipe Lopes Neto Júnior, numa Corres-

pondência, acusou de sandices e de mudar de opinião a cada instante — e Cipriano José Barata de Almeida.

Ocorreram outras edições de seis e uma de oito páginas, a de 27 de julho, quase inteiramente dedicada à tragédia do dia 14, no Tribunal de Justiça, quando, em pleno Júri, a sala repleta, achando-se na tribuna o advogado Filipe Lopes Neto Júnior, foram assassinados dois espectadores, só não se generalizando o conflito devido ao reforçamento da guarda, efetuado pelo chefe de polícia Nunes Machado.

Entre os signatários de Correspondências, sempre versando temas políticos, salientavam-se Gervásio Pires Ferreira e os pseudônimos **O Chimango**, **O Amigo da Justiça**, **O Tranquilo** e **o Justiceiro**. Desde o n.º 40, de 26 de novembro, até o fim, foi assunto quase único d'**O Velho Pernambucano** o padre Lopes Gama, sob terríveis impactos de Bernardo de Sousa Franco, novamente de Filipe Lopes Neto Júnior e, ainda, de escritores que utilizavam pseudônimos ou simples asteriscos.

Circulando regularmente, a fôlha, cuja publicação vinha ocorrendo ora uma ora duas vezes por semana, sofreu ligeira interrupção após o n.º 46, de 18 de janeiro de 1836, só voltando a circular o 47.º a 22 de fevereiro, que assinalou o fim de sua existência, perfazendo o total de 194 páginas, em numeração seguida (2) (**Bib. Púb. Est.**).

O MERCURIO — Sabe-se, apenas, que o primeiro (tal-

(2) O caixeiro-viajante Joaquim Jorge Monteiro, julgando-se ofendido, denunciou, perante a Justiça, *O Velho Pernambucano*, por crime de injúrias impressas na edição n.º 17, de 30/5/1835. Iniciado o sumário, o proprietário da Tipografia Fidedigna, José Nepomuceno de Melo exibiu o autógrafo exigido, com a assinatura posterior do acadêmico João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, e este, por sua vez, declarou-se pronto para provar tudo o que denunciara, mas o denunciante não lhe reconheceu a responsabilidade, por tratar-se de menor de 25 anos de idade, de acôrdo com a lei.

Voltando a depor, Nepomuceno afirmou que o denunciante não era a pessoa competente para chamá-lo à responsabilidade sobre o artigo em questão, que se referia apenas a Jorge Monteiro. Desistindo da denúncia, porque insistia em só responsabilizar Nepomuceno, este acusou-o, através do *Diario de Pernambuco* de 13/11/1835, de mêdo de continuar a ação.

Tendo, logo mais, atingido a maioridade, Sinimbu escreveu longa Correspondência no *Diario*, de 26/12/1835, declarando-se em condições de enfrentar a lei, repisando as críticas de desonestidade feitas a Joaquim Jorge Monteiro e convidando-o a revalidar a ação. E ficou nisso, porque o caixeiro-viajante já se achava noutras plagas.

vez único) número circulou a 26 de julho de 1833, porque mencionado em Correspondências políticas insertas nas edições de 30 do referido mês e 1.º de agosto, do **Diario de Pernambuco**.

1834

O DEMOCRATA PERNAMBUCANO — Dois meses antes da circulação dêsse órgão político, publicou o **Diario de Pernambuco**, de 11 de novembro de 1833, o seguinte “Anúncio”: “Brevemente sairá à luz **O Democrata Pernambucano**, escrito por João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão”; e, logo abaixo, o “Prospecto”, que dizia: “Seus fins são: 1.º — mostrar a necessidade que têm tôdas as nações americanas de se unirem ou federarem; 2.º — o interesse que tem o Brasil de se federar com as suas províncias; 3.º — oferecer aos Augustos e Digníssimos Srs. Representantes da Nação um nôvo projeto de reforma da Constituição; 4.º — mostrar as bondades dos Governos Democráticos, e que o Augustíssimo Sr. D. Pedro II não será feliz se tomar as rédeas do Govêrno sem proceder a reforma da Constituição; 5.º — opor-se à anarquia do Povo e tirania do Govêrno e aos escritores que chamarem o Povo às armas para se conseguir a reforma da Constituição; 6.º — velar na observação da Constituição do Estado e na execução das Leis; 7.º — aviventar os Presidentes desta Província e de Alagoas a fim de extinguirem quanto antes a guerra intestina de Panelas. O periódico sairá uma vez por semana, em formato grande e nêle não se admite Correspondência e sim Comunicados tendentes ao plano dêste periódico; será o seu preço mensal 320 réis, pagos no princípio de cada mês”.

Sem que reste, nas bibliotecas visitadas, nenhum comprovante, informa Alfredo de Carvalho, nos “Anais”, haverem sido publicados, pelo menos, três números d’**O Democrata Pernambucano**, datados de 11, 18 e 25 de janeiro de 1834, impressos na tipografia de Pinheiro & Faria, trazendo como epígrafe o seguinte conceito de Montesquieu: “O lugar natural da virtude é a par da liberdade; mas ela tanto se não acha a par da liberdade extrema quanto da escravidão”.

O ESTUDANTE — Apareceu o n.º 1 a 28 de abril de 1834, em formato de 21 x 16, com quatro páginas de coluna larga. Impresso na oficina do **Diário de Pernambuco**, trazia, sob o título, a divisa: “Seria fraqueza consentirmos que nossos direitos fôssem impunemente atacados”.

No artigo-programa declarava “fugir da política” e dar à fôlha “o fim que se depreende do seu título”. Prosseguiu o comentário criticando a Academia de Olinda, a nomeação de Manuel Inácio de Carvalho para vice-diretor do Curso Jurídico e o comportamento de alguns lentes. Outro editorial, completando a edição, censurou o policiamento das cidades de Olinda e Recife.

Apesar das indicações do expediente, sôbre assinaturas, venda avulsa e correspondências, a publicação não prosseguiu (**Bib. Púb Est.**).

O CENSOR BRASILEIRO (1) — Periódico político, começou sua existência com o n.º 1, vol. I, a 8 de julho de 1834, impresso na Tipografia Fidedigna, de José N. de Melo, à rua das Flôres, D. 18. Formato de 21 x 16 e quatro páginas de coluna larga. Trazia sob o título, em latim e português: “Não faças a outrem o que não queres que te façam”, constando do expediente: “Subscreve-se para esta fôlha na Tip. Fidedigna e na rua do Cabugá, loja da quina para a rua do quartel D. 1, a \$720 o trimestre, devendo sair duas vêzes por semana; e na mesma loja e Botica D. 16, da praça da Boa Vista, se vendem os números avulsos a \$40. Sua aparição será nas têrças e sextas-feiras de manhã”.

Após tecer comentários sôbre a necessidade do cumprimento da boa doutrina e o “império da justiça universal”, fôsse qual fôsse o estado político de cada povo, focalizando os “princípios de eterna verdade”, assim concluiu o artigo de apresentação:

“O govêrno, a quem tributamos os nossos respeitos e veneração, jamais será censurado, ou elogiado, senão por objetos de justiça ou injustiça, cuja generalidade se estende a todos os ramos dos poderes políticos. O homem que não fôr empregado público não verá seu nome e suas ações priva-

(1) O primeiro número saiu com o C de *Censor* trocado por S.

das e de família neste periódico; nem tão pouco se deve temer o mesmo empregado a respeito de sua vida privada, porque não temos em vista senão coisas públicas e não privadas”.

Criticou, na segunda edição, atos do governo, dizendo: “...o maior motivo de ódio dos bons brasileiros contra o Ministério de D. Pedro foi a prisão incompetente do dr. Cipriano José Barata de Almeida e de outros, assim como muitas deportações”.

O n.º 4 acompanhou-se de um Suplemento de quatro páginas, todo êle dedicado a uma correspondência de Henrique Félix de Dácia ao “Snr. Redator” (2), censurando uma injustiça do governo provincial.

A instituição do júri e a exclusão de numerosos jurados, no Recife, foram objeto de polêmica com o **Diario da Administração Pública**.

Num dos seus artigos, esclareceu **O Censor**: “...não somos restauradores, nem somos escravos da administração atual; em outro número mostraremos as razões de desgosto que temos para com ella”.

Nada obstante a declaração acima, feita no n.º 8, de 1.º de agosto, findou a publicação porque o dono da typografia, João Nepomuceno de Melo, em artigo no diário **A Quotidiana Fidedigna**, na mesma data, denunciando o **Censor** como “facho da discórdia”, declarou não mais imprimilo (**Bib. Púb. Est.**).

SENTINELLA DA LIBERDADE NA SUA PRIMEIRA GUARITA, A DE PERNAMBUCO, ONDE HOJE BRADA: ALERTA!! — Mais de dez anos após sua ausência do Recife, voltou Cipriano Barata à ação (1), imprimindo o n.º 1 do

(2) Henrique Félix de Dácia não era o redator d'O *Censor Brasileiro*, ao contrário do que consta dos “Anais”.

(1) O periódico *O Democrata*, da Bahia, divulgou, intitulada “Ao Público”, a seguinte nota de despedida: “Cipriano José Barata de Almeida, escritor da *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco* e outros lugares, e defensor dos direitos e prosperidade do Brasil; depois de vários padecimentos em abobadas de fortalezas e presigangas, e sentenças iníquas; depois de mil traições oleradas com a resignação de um filósofo, torna para aquella provincia, sua primei-

seu jornal no dia 16 de julho (2) de 1834, em formato de 22 x 15, com oito páginas de coluna larga. Preço de 80 réis por exemplar. Impressão na Tipografia de Pinheiro & Faria, à rua das Cruzes (hoje rua Diário de Pernambuco) D. 5.

Do editorial de abertura, intitulado "Prolegômenos", constava: "**A Sentinella da Liberdade**, escrevendo em o ano de 1823, nesta Guarita do heróico povo de Pernambuco, foi atraída, vergonhosamente, por um punhado de servis e ingratos e até por poucos que se fingiam seus amigos, os quais o prenderam e entregaram ao ex-tirano Bragança, Demo . . do Brasil, bem como Judas a Cristo; e não obstante as perseguições, cárceres e tormentos por nove anos, tem bradado Alerta no Rio de Janeiro, em Pirajá e outros lugares; e por fim, perseguido, novamente, na Bahia, pelo Clube do Gravatá, que é ramo da Sociedade Conservadora dos Abusos e Sistema Unitário, veio buscar asilo e decididamente habitar em Pernambuco, sua primeira guarita, onde, para bem geral do Brasil inteiro, principia a bradar de nôvo: Alerta!! por meio de outro soldado que por êle publica a gazeta".

Completo a edição um editorial em tórno das idéias do padre Lopes Gama, expendidas n'O **Carapuço**, de apoio à necessidade de reformas na Constituição. Combateu-as Barata, mas com elevação de linguagem.

O n.º 2, ainda com oito páginas, só comportou dois artigos: "Observações resumidas acêrca do projeto de reforma federal, pôsto que não traga esta declaração" e "Sôbre as sociedades traiçoeiras e várias intrigas", êste defendendo a atuação repressiva do presidente provincial Manuel de Carvalho Pais de Andrade contra a revolta dos Cabanos.

ra guarita, atropelado nesta Bahia, sua Pátria. pois vê a sua casa cercada, e espiada muitas vêzes alta noite, por Cavalaria e Infantaria, mesmo no retiro em que habita; êle vai, perseguido e corrido, buscar guarida e segurança, com sua família, em Pernambuco, a fim de escapar às aleivosas maquinações de seus émulos invejosos, que, se diz, já tramam até atrocidades contra o Anunciante; pelo que, êle se despede de tôdas as pessoas que lhe têm afeição ou amizade, concluindo como Sciplão: — Ingrata Pátria, não possuirás os meus ossos! — Bahia, em a Campina de Brotas, aos 25/5/1834".

Essa despedida foi transcrita, no Recife, pelo *Diário da Administração Pública de Pernambuco*, de 16 de junho, seguida de longa "exposição das circunstâncias" que levaram Cipriano Barata a embarcar, o que fêz a 26 de maio, no paquete "Leopoldina".

(2) Não no dia 16 de agosto, como registaram Alfredo de Carvalho e, seguindo-lhe as pegadas, Hélio Viana.

Com a nota de “Extraordinária”, a edição de 2 de agosto — n.º 4 — continuou e pôs fim “às breves reflexões acêrca do projeto de reforma federal emanado da Comissão da nossa Augusta Assembléia Geral”, completando-a o artigo “Reflexões à gazeta **Censor** e seu suplemento”, o qual ocupou cinco páginas.

Seguiu-se a publicação bissemanalmente, sempre atacando “cabanos restauradores”, pugnando pelo regime federativo, “contendo algumas reflexões acêrca das províncias do Norte” (3), tratando “de objetos interessantíssimos à Pátria, à liberdade e todo o povo” (4), etc.

A 24 de dezembro, a edição incluiu um Suplemento de 14 páginas, todo êle dedicado a uma Correspondência de José Gregório de Jesus, sôbre “acontecimentos que tiveram lugar na vila de Goiana”.

O último número do ano circulou no dia 30. Foi impresso, a partir de setembro, na Tip. de M. M. Viana & Companhia, à rua Direita, D. 20.

Recomeçou a 2 de janeiro de 1835, com o n.º 1. Variando o número de páginas, prolongou-se a vida da **Sentinella**, sempre doutrinando em prol da federação das províncias, até o n.º 35, de 26 de setembro (5), publicada com irregularidade, formando um total de 198 páginas (**Bib. Nac.** e **Bib. Púb. Est.**) (6).

A RAZÃO E A VERDADE — Periódico Político, e Literário — Saiu a lume no dia 17 de dezembro de 1834, em formato de 21 x 16, com quatro páginas de duas colunas. Assinatura mensal — 160 réis, “pagos adiantados”, custando o exemplar 40 réis. Vendia-se na redação e oficina, que era própria, à rua das Cinco Pontas D. 12, e noutros pontos. Lia-se sob o título: “Digo verdades puras, nuas, cruas” (**Do Redator**).

(3) Consoante o *Diario de Pernambuco* de 14/8/1834.

(4) *Idem* de 7/9/1834.

(5) Não o n.º 32, de 2 de agosto, como se lê nos “Anais” citados e no livro, também citado, de Hélio Viana, êste baseado naquele, que, além do mais, deu a entender que os “32” números compreendiam todo o periodo da existência do jornal, deslembreado das edições de 1834.

(6) Coleções, ambas, bastante salteadas.

Uma Proclamação, no segundo número (1), datado de 20 de dezembro, chamava a atenção dos pernambucanos para a situação do governo provincial, sufocado por uma facção brasileiro-lusa, que restringia a liberdade de imprensa e dava corpo à atividade dos cabanos restauradores, concluindo por aconselhar obediência ao governo da Regência e à Lei. Seguiu-se longa Correspondência, acompanhada de documentos, em defesa da posição política de Francisco Carneiro Machado Rios, que a assinou e, na edição seguinte, se instalou no cabeçalho, como responsável pela impressão do jornal.

Sucederam-se editoriais e Correspondências de crítica desabalada à administração de Manuel de Carvalho Pais de Andrade. No n.º 7, de 17 de janeiro de 1835, o colaborador **O Pernambucano Afrito**, após longa catilinária, frisou que o “patriota” Carvalho “bem se podia ter deixado ficar lá pela sua Inglaterra e não vir outra vez para Pernambuco, para de novo o envolver nas mesmas desgraças que o envolveram em 24, e por causa de sua ambição ver-nos novamente ameaçados dos horrores da guerra civil e da anarquia”.

Suspensa a publicação, o n.º 8 só apareceu a 28 de fevereiro, lendo-se, no respectivo editorial, que o “honrado patriota, o sr. Francisco Carneiro Machado Rios”, vítima “dos seus imp'acáveis inimigos”, se viu obrigado a depor a pena. Foi substituído por Antônio da Silva Santiago (2). Passou a constar do cabeçalho: “...se recebem correspondências contra o chimanguismo”.

“Sabei, ó brasileiros! — escreveu a redação, entre outras apóstrofes — que Pernambuco, nossa pátria, sofre em silêncio o cetro de ferro e o mais cruel despotismo exercido por um presidente que foi o herói de 17 e 1824”.

Circulou **A Razão e a Verdade**, sem alterar-se-lhe o programa oposicionista, até o n.º 11, de 11 (3) de março de 1835, num total de 44 páginas, em numeração seguida. Ao n.º 3 fôra acrescentado um Suplemento de quatro páginas (**Bib. Púb. Est.**).

(1) Da coleção consultada, quase completa, não consta o n.º 1.

(2) Cipriano Barata não teve nenhuma interferência n'A *Razão e a Verdade*, falhando, pois, a declaração, nesse sentido, de Alfredo de Carvalho.

(3) Não do dia 14, como registara o mencionado autor dos “Anais”.

SENTINELLA DA LIBERDADE EXTRAORDINARIA
 (1) — Impressa por Antonino José de Miranda Fa'ção, na Tip. do **Diário de Pernambuco**, apareceu em formato pequeno, com quatro páginas, sem data nenhuma (teria sido em 1834, como se fêz constar, a manuscrito, acima do cabeçalho).

Inseriu um só artigo, em tipo corpo 12, sem assinatura, deixando a maior parte da última página em branco. Teceu encômios ao “memorável dia 7 de abril, d'a em que o Heróico Povo Brasileiro lançou por terra os grilhões que por mais de oito anos o haviam prendido e subjugado”. Combateu a facção política que pretendia revolucionar o país com as idéias de restauração, terminando por aconselhar: “Pernambucanos! união, perspicácia e ôlho vivo; nada de revolução, nada de intriga!”.

Lia-se no fim: “**A Sentinella Extraordinaria dar-se-á público sempre que se julgar preciso**”.

Não há indício de ter saído segundo número (**Bib. Púb. Est.**).

1835

A VOZ DO BEBIRIBI — Periódico Político e Literário —
 O n.º 1, ano I, publicou-se a 16 de março de 1835, em formato de 30 x 21, com quatro páginas, impresso na tipografia de Pinheiro & Faria, à rua das Cruzes (atual rua Diário de Pernambuco), D. 5. Sob o título trazia a divisa, assinada por Voltaire (“Henriade”, C. 4.º):

**“Le seul bien de l'État fait son ambition,
 Il hait la Tiranie et la Rebellion”.**

Direção de Bernardo de Sousa Franco. Lia-se no expediente: “Sairá à luz uma vez por semana, e se subscreve a 320 réis mensais na loja de livros da Praça da Independência, e na do sr. Passos, aos Quatro Cantos de Olinda, onde também se vendem avulsos”.

(1) Não mencionada nos “Anals”.

Apresentou-se o periódico com o artigo-programa a seguir, assinado pelo diretor: “Habituaados desde algum tempo a escrever para o público, e vendo a falta de fôlhas políticas, que sente hoje a Província, empreendemos redigir esta, em que, a par das questões do dia, e de tôdas as que envolvem interesse público, aparecerão artigos sobre literatura, educação, notícias interessantes e tudo quanto de útil e deleitável a nossos leitores pudermos colher. A Assembléa Provincial oferecerá sobeja matéria às nossas reflexões; e a Academia de Olinda, de que somos membro, terá uma ou outra vez seu artigo. Seu estado decadente invoca do governo tôda a atenção, e nós, como acadêmico, bem que próximos de deixá-la, somos particularmente interessados em seu crédito e sustentação.

“Nosso credo político, o mesmo que havemos patenteado nos artigos que por mais de dois anos escrevemos para o **Diario de Pernambuco**, é já sabido da parte dos nossos leitores, que já então o eram. Não o havemos mudado; e, como então, respeitaremos sempre a moral pública, escrevendo a prol da ordem e da legalidade, e faremos por nunca manchar nossas páginas com personalidades injuriosas”.

Completaram a edição de estréia os editoriais: “Vista d’olhos sobre o estado atual do Brasil”, “A morte de D. Pedro de Bragança” e “Notícias do Pará”.

Narrou **A Voz do Bebiribi**, em seu n.º 3, que elementos sediciosos atacaram, com 160 homens, a casa do tenente-coronel Mascarenhas, comandante do Batalhão da Guarda Nacional do Poço da Panela; o atacado defendeu-se com 60 homens. Houve perdas, havendo os rebeldes feito uma retirada para Casa Forte e, daí, perseguidos, debandaram para o interior do Estado. Pretendiam êles depor o governo provincial, exercido (até 11 de abril) por Manuel de Carvalho Pais de Andrade.

Seguiu-se a publicação, semanalmente, com tôda regularidade, sucedendo-se artigos redacionais de apoio à eleição do regente padre Diogo Antônio Feijó; sobre os motins constantes no Recife, outros a respeito dos temas Educação e política geral. Aqui e acolá, uma prosa literária.

Sempre obediente ao programa enunciado, a fôlha estendeu sua existência até o n.º 22, de 12 de agosto, com

um total de 88 páginas, numeradas seguidamente (**Bib. Nac.**) (1).

A BUSSOLA DA LIBERDADE EM PERNAMBUCO — Pelo seu primeiro redator João Barbosa Cordeiro — Número extraordinário — Circulou a 31 de março de 1835, no formato de 30 x 21, com oito páginas de duas co'unas, impresso por Pinheiro & Faria, com tipografia instalada à rua das Cruzes (atual rua Diario de Pernambuco) n.º 5. Trazia sob o título:

“Tremei, tiranos que oprimis com dura
Escravidão os Povos;
Não se erga em vosso quente sangue tinta,
Da Liberdade a Palma!

(Filinto Elísio).

Ocupou-se o redator em atacar a administração “despótica” de Manuel de Carvalho Pa's de Andrade e o periódico **O Velho Pernambucano**, dirigido por Cansanção de Sinimbu, “criado para sustentar o sr. Carvalho e descompor os liberais”.

O segundo número “extraordinário”, de 7 de abril, foi dedicado à data do quarto aniversário da abdicação de D. Pedro. Lia-se no editorial, que ocupou suas quatro páginas, em resumo: “...o Brasil expulsou o seu tirano para segurar a Liberdade, e ainda está sem ela”. Concluiu com novos ataques ao chefe do governo provincial, aludindo à “imoralidade plantada pelo próprio Presidente, escandalosamente amancebado e até introduzindo em palácio sua manceba”...

Continuou a sequência de ataques no n.º 3, último da série de “extraordinários”, datado de 14 de abril e com oito páginas, formando o total seguido de 20. Terminou com uma nota de despedida do redator (**Bib. Nac. e Coleç. Leop. L. Santos**).

O ARISTARCO — Surgiu no dia 15 de abril de 1835, em formato de 30 x 20, com quatro páginas a duas colunas de

(1) Na Biblioteca Pública do Estado existe um único comprovante d'A Voz do Bebiribi: o n.º 3, de 26/3/1835.

composição. Constava do Expediente: “Publica-se às quartas e sábados de tôdas as semanas, ainda que sejam dias santos, na Tip. Fidedigna, de J. N. de Melo, e subscreve-se a 640 réis adiantados. Os números avulsos vendem-se por ora nesta tipografia”. Abaixo do título, à direita, vinha o **slogan**: “Pode-se fazer a guerra ao despotismo, sem indagar quem é o déspota” (**Dos Redatores**).

Prolixo editorial de apresentação, de mais de duas páginas, começou declarando: “Na época em que a indiferença da causa pública se tem engendrado no ânimo de muitos, e o egoísmo o mais refinado é o sistema de muitíssimos, convém procurar o recurso do prelo para extirpar êsse germe de muitos males que sentimos”.

“Essa indiferença — frisou — que por tôda parte tem preparado o triunfo de afoitos partidários, diminui a fôrça da Opinião Pública, cujas vozes se confundem com clamores facciosos, e para o distinguir só idôneo é o homem imparcial: esta qualidade queremos que caracterize a nossa fôlha”.

Mais um editorial — a propósito da escolha do nôvo Regente do Império — e completava-se a edição de estréia do importante órgão político, que era redigido por José Tomaz Nabuco de Araújo Jr. e Francisco Manuel do Rêgo e Macedo.

Seguiu-se a publicação regularmente, só constituída de artigos de crítica ao Regente Feijó; ao ex-presidente Manuel de Carvalho Pais de Andrade, substituído (a 11 de abril) por Antônio Francisco de Pau'á e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, que lhe mereceu encômios; ao deputado Gervásio Pires Ferreira e ao Juiz de Direito Joaquim Nunes Machado, então chefe de polícia.

Consoante o primeiro editorial do n.º 3, Pernambuco oferecia o espetáculo de dois partidos que se destruíam; “... não será tão bem fora de propósito que um pouco analisemos o procedimento de ambos: nosso dever de escritor público (1) assim o exige”.

(1) Os jornalistas da época denominavam-se, geralmente, “escritores públicos”.

Logo o periódico encetou polêmica com **O Velho Pernambucano**, **A Voz do Bebiribi** e **A Quotidiana Fidedigna** (diário), locais, e com a **Aurora Fluminense**, do Rio de Janeiro (redigido por Evaristo da Veiga), sobretudo ao defender a anistia para os crimes políticos da província, os atos administrativos do governo de Pernambuco e a posição do Ministro Holanda Cavalcanti.

Iniciando a seção “Notícias Estrangeiras”, **O Aristarco** divulgou, anexo ao n.º 8, um Suplemento de fôlha única, só impressa na parte da frente. Não lhe foi estranha, depois das primeiras edições, a política das outras províncias, transcrevendo artigos a propósito. Graves acontecimentos no Pará deram lugar a um número extraordinário de seis páginas, o 24.º, de 22 de julho. A partir do 33.º aparecia rara seção de “Variedades”. Vieram, também, os “Artigos Comunicados”.

O último número do ano saiu a 23 de dezembro, continuando a publicação, já com o n.º 63, a 9 de janeiro de 1836.

Pugnando pela regência de D. Januária, intensificava-se a polêmica com os órgãos da oposição. Raros assuntos diferentes eram excogitados. E, a partir do n.º 77, de 16 de março, **O Aristarco** exibiu o sub-título: **Constituição e Pedro II**, éste, por sua vez, título de outro jornal surgido dias antes e com o qual permutou doestos, igualmente, até o fim, dêle dizendo, no princípio, que fôra fundado “para ludibriar o nosso inocente Monarca, o Imperador dos Brasileiros, para ludibriar a Constituição, que tantas fadigas nos há custado”.

Bateu-se, sobretudo, pelo regresso das instituições do Júri, Juizado de Paz e Guarda Nacional, sendo porisso acusado, como adepto do Absolutismo, pelos jornais anti-regressistas, especialmente **O Republicano Federativo**. E não deixou de apoiar a administração do presidente Francisco de Paula, feramente atacado pelo “**O Velho Crismado**”, ou seja, “**O Velho Pernambucano crismado de Constituição e Pedro 2.º**”.

Já nas últimas edições, variava-se a prosa maçuda com a seção “Lá vai verso”, constante de curtas transcrições de sátiras políticas.

A atacar e a defender-se, seguiu o periódico sua existência até 6 de junho do ano referido, quando circulou o n.º 82, não mais voltando à liça (**Bib. do Inst. Arq.**).

A PONTE DA BOA-VISTA — Entrou em circulação a 11 de junho de 1835, no formato de 21 x 15, com quatro páginas de duas colunas, constando do Expediente: “Publica-se quando os redatores quiserem. Na tipografia de J. N. de Me’lo, onde se vendem os números avulsos, e na loja de Bandeira Júnior, na rua do Cabugá, a 40 réis, dinheiro marcado”. Ainda sob o cabeça’ho, vinha a declaração: “Guardem-se todos, que a bulha é certa; ou há de ficar vasia a ponte ou então os seus bancos só servirão de descanso, embora se diga: — E que tal o da rabeça!”

O artigo inicial, de mais de duas páginas, não foi propriamente de apresentação; ocupou-se, da primeira à última linha, do ponto de reuniões de que se constituia a ponte, declarando a certa altura:

“... tudo sofre a Ponte da Boa-Vista, porque é sua obrigação! porém os bancos, ó bancos ma’ditos, sois vós tôda a quizi’ha, e é por vós que lá vão, seja em que estilo fôr, sátiras e mais sátiras!!! Pode o homem, para gozar do refrigério da tarde, e cansado das fadigas do dia, procurar êstes bancos, onde a vista se diverte com a variedade dos objetos que pela ponte transitam; porém que se faça dêste lugar Gabinete de Estado, assembléia de maldizentes, escola de música, da moderna Mnemotecn’ia e, finalmente, de tudo? Arre, que só os diabos podem aturar os srs. deputados e govern’stas da Ponte; arre com os diabos, que o silêncio lhes dá grande aso; fora com êles, ou caluda se querem tomar fresco e ver, em as noites de lua, passarem madames, mademoiselles... .

“Apenas são cinco horas, começam a encher-se os bancos, e começa a grande seca, risos e gritarias, até que as horas chegam de uns procurarem o chá e voltarete, outros as danças e músicas, e finalmente o que lhes vem às ventas; de xam, então, os assentos, que substituidos são imediatamente por franceses e ingleses, que poderão maldizer, porém a ponte os não entende; e quando escuras as noites,

são os bancos deparado sítio para certa gentinha de timão" (1).

Completaram a primeira edição outro editor'al e algumas notas satíricas de menoscabo à política dos "chimangos", uma vez que o jornal tinha orientação "caramuru".

Embora não encontrado nenhum outro exemplar de 1835, é certo que saíram mais sete edições, nas datas a seguir: 16 e 21 de junho; 3, 7 e 28 de julho; 4 e 20 de agosto (2), tôdas anunciadas pelo **Diario de Pernambuco**, a última das quais nos têrmos abaixo:

"Hoje, quinta, que com o favor de Deus se hão de contar 20 do corrente agosto de 1835, sairá impreterivelmente a bela **Ponte da Boa-Vista**, contando coisinhas de gôsto, e por isso sai com oito páginas em quarto e não com quatro, como é de costume, sem que com tal aumento haja alteração alguma no precinho do costume. Inda haverá vivente algum que se anime a dizer que a **Ponte** e seus R. R. não são generosos!! A prova é que uma **Ponte**, depois de fabricada, por muito pequena que seja, importa em um par de contos de réis, e a da **Boa-Vista**, fabricada na rua das Flôres, importa em 40 réis".

Só reapareceu **A Ponte da Boa-Vista**, cuja redação — em que se imitava o estilo jocoso do padre Lopes Gama — era atribuída a José Tomaz Nabuco de Araújo Júnior, com o n.º 1, ano II, no dia 11 de abril de 1836, tendo a divisa do cabeçalho substituída por esta outra: "Quem a seu inimigo poupa nas mãos lhe morre" (Ditado Antigo).

Passou a circular bissemanalmente, continuando, em artigos e notas, a ridicularizar os políticos da opposição, chamados "chimangos", entre os quais se incluíam os padres João Barbosa Cordeiro e Lopes Gama, apelidado **Padre Fortuna**, aos quais aconselhava, na edição do dia 13: "Meus padres, deixem-se de política, cuidem no Breviário".

(1) Sôbre a função social desempenhada pela famosa ponte da Boa Vista, que liga, através do rio Capibaribe, as ruas Nova e da Imperatriz, encontra-se excelente artigo de Lopes Gama, n'º *Carapuço* de 27 de maio de 1837.

(2) Alfredo de Carvalho registara por engano, 9 de agosto como tendo sido a data do "último" número do ano.

Vários editoriais foram dedicados à defesa do projeto governamental de organização judiciária e policial de Pernambuco, combatido pelos periódicos **Constituição e Pedro 2.º** e **Anti-Progressista** e, finalmente, aprovado, porque “a digna maioria dos deputados provinciais (edição de 17 de abril), tudo desprezando, preferiram o interesse geral ao de meia dúzia de cambistas políticos”. Com o primeiro dos referidos jornais, a fôlha polemizou constantemente, criticando a “súcia dos R.R.” (edição de 24 de abril), entre os quais dizia existir “um quadrúpede”, um “camelo de raça africana”...

Pouco tempo mais e terminou a existência d'**A Ponte da Boa-Vista**, cujo último número de 1836, o sexto, saiu a lume no dia 28 de abril (**Bib. Púb. Est.**).

JORNAL DE VARIEDADES — Começou a publicar-se no dia 14 de junho de 1835, em pequeno formato, com quatro páginas. Impresso na tipografia de M. F. de Faria, à rua das Cruzes, D. 5, era vendido ali e noutros pontos da cidade, a 60 réis o exemp'ar, “cambados, já se sabe”. Assinaturas: mensal — \$240; trimestral — \$640, “pagos no recebimento do primeiro número”.

A edição de estréia inseriu: “Prospecto”, “Modas”, “A Sonâmbula”, “Variedades”, etc. Prosseguiu, aos domingos, obediente à indicação do título, mas só chegou ao n.º 4, datado de 8 de julho (Cf. **Diario de Pernambuco**).

A GUARDA AVANÇADA DO NORTE — O n.º 1 publicou-se a 13 de julho de 1835, em pequeno formato de quatro páginas, impresso na oficina gráfica de Manuel Marques Viana & Cia., à rua Direita, D. 20. Declarou que circularia as vezes que o redator determinasse, indicando diversos endereços para assinaturas e vendagem avulsa.

Após a divu'gação, no dia 20, do n.º 2, leu-se nos “Avisos Particulares” do **Diario de Pernambuco**: “O 1.º Comandante Feliciano Joaquim dos Santos dec'ara com alto e bom som ao sr. redator d'**A Guarda Avançada do Norte** que não aceita o conselho que lhe dá de ir para o seu engenho plantar canas, porque ainda não está enfadado de fazer barreira aos anarquistas e perturbadores do sossêgo público”.

“Fiava-se ao partido Caramuru e era atribuído a José Bernardino de Sena”, segundo os “Anais”, de Alf. de Carvalho, que também indicou como último número o 12.º, datado de 28 de setembro do mesmo ano. As primeiras edições foram anunciadas através do **Diário de Pernambuco**.

O TRIUMPHO DA VERDADE — **Periódico Literário, Político e Moral** — Surgiu no dia 18 de julho de 1835, conforme anúncio inserto no **Diário de Pernambuco**, no qual dizia: “...distribuir-se-á com o **D'ário**, a cujos assinantes o redator o oferece e pede que assinem a 160 réis mensais, que entregarão aos distribuidores, na esperança de que não deixará de agradar a uma alma justa e nobre **O Triunpho da Verdade**; e achar-se-á à venda nos lugares indigitados no mesmo periódico. — **João Batista e Melo**, o redator”. Imprim'a-se na tipografia de M. M. Viana & Cia., apresentando sob o título o conceito: “Sempre bons efeitos produz a verdade, e não, como dizem, o ódio, que só é parte da ignorância e da mentira” (Do Redator).

A 3 de agosto, divulgava o mesmo **Diário**: “Certo indivíduo, desejando indiscretamente espalhar as intempestivas idéias de República, que, por ora, não convém ao Brasil, o redator d'**O Triunpho da Verdade**, em o seu segundo número, que se acha à venda na Praça da Independência n.º 19, faz triunfar a verdade a respeito; e por isso é mister que o público sensato o analise, mormente aquêles a quem uma revolução fora de tempo causará grandes prejuízos. Sábado sairá o terceiro número, reprovando com plausíveis razões o celibato, no último artigo”.

Outro “anúncio”, no dia 12: “Têrça-feira, 9 de agosto, saiu o n.º 4 do **Triunpho da Verdade**, fazendo, a respeito de tudo aquilo de que êle trata, triunfar a verdade, especialmente acêrca do celibato; e os **imparciais**, não dum espírito contraditório, verão se assim é ou não”.

Sem mais “anúncios” no **Diário**, sabe-se, todavia, através dos “Anais”, de A. de Carvalho, que o periódico em estudo circulou, pelo menos, até o n.º 7, de 5 de setembro do mesmo ano.

O REPUBLICANO FEDERATIVO — O primeiro número circulou a 1.º de agosto de 1835, precedendo-o uma nota

no **Diario de Pernambuco** de 29 de julho, a qual, após mencionar os locais onde se venderia avulsamente, salientava: "O redator faz ciente ao Respeitável Público que a doutrina do seu periódico é escrita unicamente para se delucidar a verdade e por isso recomenda ao Povo que obedeça aos Magistrados e êstes cumpram seus deveres; pois que o Povo tem o direito de petição e nunca deve se armar para mudar a forma do Govêrno, que só ao poder legislativo pertence".

Seguiu-se a publicação. Anunciando, pelo **Diario de 12** de setembro, o próximo aparecimento do n.º 6, sugeriu o redator, João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão: "...deve interessar a todos os partidos políticos e principalmente ao povo incauto do Brasil, que desconhece o montão de cadeias que o partido aristocrata, sorradeira e pèrfidamente unido com os estrangeiros, forja para manietar seus braços e pernas".

Foi possível manusear o mencionado n.º 6, que circulou no dia 21 de setembro, com oito páginas, formato de 27 x 18, impresso na oficina de Manuel M. Viana & Cia., situada à rua Direita, D. 20. Sôbre o título via-se uma vinheta de brasão de armas, mar e sol, águia e as figuras da República e da Justiça. Abaixo, com a assinatura Caldas, a seguinte estrofe:

"Que montão de cadeias vejo alçadas
Com o nome brilhante
De leis ao bem dos homens consagradas?
A natureza, simples e constante,
Com pena de diamante,
Em breves regras escreveu, no peito
Dos humanos, as leis que lhes tem feito".

A edição constou de longos comentários em tórno dos temas Política e Justiça, República e Federação.

Depois do n.º 7, não encontrado, nem algures mencionado, só veio a lume o n.º 8 no dia 10 de março de 1836. Segundo o respectivo editorial, achava-se **O Republicano Federativo** "recolhido ao silêncio", voltando para colocar-se, como sempre, nas fileiras da liberdade, pugnando pelos "sagrados direitos do homem". Outro extenso artigo, intitulado "Pernambuco", dizia que o estado da província era o de

quem estava “com padres à cabeceira”, criticando acerbamente o “governo despótico” do Presidente Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (**Bib. Púb. Est.**).

Não houve mais indícios do ressuscitado periódico de **Barros Vulcão**, como era apelidado o redator.

O **CAGALUME** — Impresso na tipografia de M. M. Viana & Cia., circulou, pela primeira vez, no dia 8 de agosto de 1835, com quatro páginas de pequeno formato. A propósito, anunciou o **Diário de Pernambuco**: “Um nôvo periódico saiu hoje (sábado) à luz. Mas que periódico! Que título! **O Cagalume!** Dá-se coisa semelhante! De que tratará êste periódico? Ora, essa é boa! Comprem e verão o que nunca viram, verão o desengano”. Seguiu-se a relação dos locais à venda, no Recife e em Olinda. “Preço — 40 réis, carimbados”.

Outro “anúncio” do **Diário**, no dia 14, advertiu: “Saibam todos quantos êste público instrumento virem que sábado (15 do corrente) sairá o segundo número d’**O Cagalume**; e por ser verdade que ê’e contém coisas que hão de divertir, mandei publicar pe’a imprensa, para chegar assim ao conhecimento dos fregueses curiosos que devem, com os 40 réis, concorrer nos lugares já mencionados no **Diário** do dia 8, isto quer chova, quer vente”...

Publicaram-se, apenas, quatro números, o último dêles datado de 29 do mesmo mês, consoante o anúncio do **Diário**.

COVA DA ONÇA — Saiu a lume no dia 13 de agosto de 1835, constando do anúncio do **Diário de Pernambuco** da mesma data: “Êste periódico não é de brincadeira e por êsse motivo pode sem basófia dizer: — **Quando a Onça aparece tudo treme!** Vende-se, por ora, unicamente, na loja do sr. Bandeira Júnior, rua do Cabugá, a 40 réis cada exemplar, cobre marcado”.

Fôlha semanal, imprimia-se na Tipografia Fidedigna, de J. Nepomuceno de Melo, à rua das Flôres, D. 18, em formato de 21 x 15, com quatro páginas. Attingiu o n.º 6 a 17 de setembro (único avistado), constituindo-se sua matéria de editorial e pequenas notas de crítica jocosa aos políticos do partido “chimango” (**Bib. Púb. Est.**).

ESCUDO DA MONARCHIA CONSTITUCIONAL — Saiu o primeiro número no dia 20 de agosto de 1835, obedecendo ao formato de 29 x 19, com quatro páginas de duas colunas. Impresso na tipografia de M. M. Viana & Cia., subscrevia-se (lugares indicados) a 520 réis mensais e circulava às quartas-feiras.

Sobre o título via-se uma vinheta de livro, ramos de café e fumo, espada e fita com as palavras **Códigos Brasileiros**. Abaixo, quatro versos de Voltaire, em francês, seguidos da tradução em prosa: “É tempo de salvar a Liberdade, o maior bem que possuímos e o mais caro que nos resta. Salvar dum naufrágio funesto a este direito, o mais sagrado das almas generosas, é a quanto se abalançam os nossos ardentes desejos”.

Jornal “caramuru”, batia-se, segundo Alfredo de Carvalho, pela regência da Princesa Januária, sendo redigido por José Bernardino de Sena.

Publicado regularmente, chegou ao fim com o n.º 8 (único avistado), de 7 de outubro, cuja matéria se resumiu numa Correspondência e numa transcrição, que focalizavam os temas enunciados (**Bib. Púb. Est.**).

O MESQUITA DE CAPOTE — Fôlha especializada em criticar a política dos “chimangos”, viu-se publicada a “1.ª Surtida” a 25 (1) de setembro de 1835, sendo impresso na tipografia de M. M. Viana & Cia. Redação atribuída a José Bernardino de Sena. Preço do exemplar — 40 réis.

Proseguiu, sendo anunciado, cada vez, pelo **Diario de Pernambuco**.

Do último número, ou seja, a “7.ª Surtida”, de 3 de novembro, resta um exemplar. Contava oito páginas, formato de 21 x 15, ocupadas por um único artigo redacional, todo êle visando aos “chimangos”, em linguagem de ridículo (**Bib. Púb. Est.**).

1836

CONSTITUIÇÃO E PEDRO 2.º — Jornal político, do

(1) Não no dia 29, como anotara Alfredo de Carvalho.

do mesmo feitio, formato e programa d'**O Velho Pernambucano**, a que substituiu, publicou-se pela primeira vez a 10 de março de 1836, para distribuição gratuita, trazendo sob o título a divisa: "União, Paz e Liberdade". A partir do segundo número, após no cabeçalho mal feita xilogravura, representada por um canhão sobre base de rodas, mais um fuzil, tudo encimado por um livro, a Constituição, e uma Coroa. Impressão a cargo da tipografia de M. Figueiroa de Faria, à rua das Cruzes (atual rua **Diário de Pernambuco**) n.º 3. Propriedade do negociante Luiz Gomes Ferreira.

O artigo de apresentação focalizou a situação militar do Brasil, onde remanescentes dos Cabanos restauradores pretendiam implantar a desordem, salientando que os verdadeiros patriotas, que antes "debelaram a demagogia e o absolutismo, assim hoje também defenderão o trono do sr. D. Pedro II e o ilustre regente, o eleito da nação, contra quem cidadãos improbos dirigem seus golpes". Findou conjurando o presidente da província a reduzir "à nulidade os planos desses inimigos do sossêgo público".

Ainda no primeiro número, o virulento bissemanário anti-regressista iniciou polêmica com **O Aristarco**, que defendia o exercício da regência pela Princesa Januária; no segundo, uma "Correspondência", assinada pelo **O Progressista**, criticava o Escritor do **Carapuceiro** (padre Lopes Gama), que frequentava as colunas do **Diário de Pernambuco** "a fazer chôro na toada regresso". Sobrevieram críticas a Gm (José Bernardo Fernandes Gama), que escrevia no mesmo **Diário** e era também adepto de D. Januária, e aos "abusos do Exm.º Presidente da Província, o sr. Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque".

Foi, igualmente, atacado, em diferentes edições, o projeto de reforma judiciária, do deputado Luiz Francisco de Melo Cavalcanti — em trâmite na Assemb'êia Provincial, — inclusive através de artigos firmados com pseudônimos, a des'acar **O Vigilante**, **O Adotivo**, **O Plebeu do Interior** e **O Amigo do Trambolhão**. Êste último, na edição de 11 de abril, diz a, aludindo aos "déspotas aristocratas inimigos da prosperidade do Brasil", que absolutistas, colonas, caramurus, cabanos, regressistas ou fidalgos, era "tudo a mesma coisa", e que os pobres, ou liberais, deviam guardar-se de uma agressão daqueles.

A edição de 30 de maio abriu com o necrológio do redator José Tavares Gomes da Fonseca (assassinado na ponte da Boa Vista, no dia 18), passando a matéria, circundada de tarja, para a segunda página, seguida de longos comentários em torno do crime e seus possíveis mandantes. Outros editoriais, depois, salientavam que a oposição feita pelo jornal à administração provincial fôra o pivô da vindita dos satélites de Francisco de Paula.

Constituição e Pedro 2.º, que já não vinha obedecendo à prevista periodicidade, suspendeu sua publicação após o n.º 17, de 6 de junho, para reaparecer no dia 23, impresso na Tipografia Paraibana, situada na atual cidade de João Pessoa. É que elementos situacionistas conseguiram “dos donos de tipografias do Recife a proibição de se imprimir” em alguma delas o jornal.

Entretanto, a 2 de julho saía o n.º 19 da Tipografia Constitucional do Recife, impresso por José Vitorino de Abreu. Nessa edição, em que foram repisados os acontecimentos e a odisséia recentes, um artigo, assinado por C, revelou ser êste um nôvo redator, em substituição ao assassinado.

Na edição seguinte, excepcionalmente de seis páginas, a redação comentou a atitude do prefeito M. Nascimento da C. Monteiro, que chamara a juízo o responsável por um artigo do n.º 16 do periódico; mas o juiz, B. J. de Miranda Henriques, julgou improcedente a denúncia.

Em nota do n.º 21, aludiram os RR (1) à aquisição de sua oficina gráfica, a Constitucional, concluindo por asseverar que continuaria a “fazer ao govêrno provincial a mais enérgica oposição, tôdas as vêzes que exorbitasse do círculo” que lhe marcava a lei.

Após o desaparecimento d'O **Aristarco** e a cessação dos artigos de **Gm**, surgiu um nôvo combatente ao lado do situacionismo — o periódico **Paquete do Norte**, ao qual os RR. rebateram, pela primeira vez, na edição de 12 de agosto, o que proporcionou o ensejo de mais arrojados ataques à administração provincial. E intensificou-se a polêmica, em longos

(1) Os redatores eram Antônio Joaquim de Melo, Filipe Lopes Neto Júnior e Agostinho da Silva Neves.

artigos, até findarem os dias do **Constituição e Pedro 2.º**, já reduzido a uma edição por mês.

O último número foi o 37.º (2), datado de 25 de fevereiro de 1837, cujo único artigo, por demais prolixo, lançava “um golpe de vista sobre a administração a mais travessa e arbitraria, a mais apaixonada e brutal, a mais hipócrita e sediciosa que tenha pesado sobre Pernambuco”. Assim começou o editorial: “Desceu o sr. Francisco de Paula da Presidência e nós também vamos depor a pena cansada de tão apurada oposição” (**Bib. Púb. Est.**).

O ANTI-REGRESSISTA — Surgiu no dia 10 (1) de março de 1836, em pequeno formato de coluna larga, com quatro páginas, sendo impresso na tipografia de Manuel Figueiroa de Faria. Redator — padre João Barbosa Cordeiro. Divisa: “**La loi est la Justice escrits**”, de Dev s, com a devida tradução. Constava do Expediente: “Acha-se à venda nas lojas dos srs. Bandeira Júnior, na rua do Cabugá; Figueiroa, na Praça da Independência; Nuno Guedes, nas Cinco Pontas, e na casa do sr. Aleixo, no Atêrro da Boa Vista”.

Estampou, no n.º 2, um único editorial, de combate aos políticos regressistas, condenando, sobretudo, o prestígio das castas. No n.º 4, criticou o projeto que anulava os jurados e os juizes de paz, sugerindo, em contraposição, a criação de duas autoridades populares e gratuitas: os Tribunais do Povo.

Não foi além do n.º 5, que circulou no dia 7 de abril. Deixava de prosseguir, como anunciou, na véspera, através do **Diario de Pernambuco**, “por ter de retirar-se o seu redator para o Rio de Janeiro, onde talvez continuasse a redigí-lo, se assim fôsse preciso (**Bib. Púb. Est.**)”.

O SEMANARIO CIVIL — **Jornal Moral, Político, Literário e Noticioso** — Teve seu primeiro número dado a publico a 17 de março de 1836, conforme anúncio no **Diario de Pernambuco**, no qual se acrescentou: “. . .o redator promete todo o esmero na obra. As pessoas que se quiserem assinar

(2) Não o 57.º, como registou Alfredo de Carvalho.

(1) Não no dia 17, como registou Alfredo de Carvalho. Aliás, a coleção acha-se desfalcada do n.º 1.

ou comprar avulsos dirijam-se à loja do sr. Figueiroa e à loja do sr. Jerônimo Luiz da Costa, rua da Cruz, Recife". Impressão da tipografia de M. F. de Faria. Preço do exemplar — 80 réis.

Prosseguindo a publicação, queixava-se o redator da "falta de suficientes assinantes", motivo por que não circulava com regularidade. Inseriu, a propósito, a nota a seguir, no órgão **Gazeta Universal**, de 10 de maio: "Saiu à luz o quinto número do **Semanario Civil**; deixou de sair à semana passada por alguns inconvenientes, saindo dora em diante sempre regularmente uma vez por semana, enquanto houverem poucos assinantes. Esta fôlha vai tornar-se mais interessante por conter nela notícias de tôda a Europa, e tôdas verdadeiras, dos melhores jornais e periódicos dali. Adverte-se que os srs. que têm dado mensalmente 640 réis, logo que hajam mais assinantes darão por igual espaço de tempo 320, saindo então duas vêzes por semana. Sábado sairá outra vez para satisfazer a falta que houve".

Existe comprovante do n.º 8, de 28 de maio, apresentado em formato de 30 x 20, com quatro páginas de duas boas colunas, trazendo abaixo do título a divisa: "O bom escritor é útil, é necessário à sua Nação; êle mostra o destino das coisas, e dêste a razão" (Do Redator). A edição em aprêço, afora pequeno Aviso, encheu as páginas de transcrições (**Bib. Púb. Est.**).

O órgão "chimango" publicou-se, ao que indica o derradeiro anúncio inserto no **Diario de Pernambuco**, até o n.º 9, de 7 de junho, quando divulgou "notícias mais modernas de Lisboa".

O MESQUITA JUNIOR — A "1.ª remessa" saiu a lume no dia 25 de março de 1836, em formato de 21 x 15, com quatro páginas de coluna larga. Sob o título, os versos de Camões (canto 5º, Oit. 40.ª):

"Arrepiam-se as carnes e o cabelo
A mim, e a todos, só de ouvi-lo e vê-lo".

Composto em tipo corpo 16, negrito, interlinhado, e impresso na tipografia de Manuel Marques Viana, à rua Direita, D. 20, assim apresentou-se o satírico órgão: "Seguindo o exemplo de meu illustre pai, o sr. **Mesquita de Capote**, de

saudosa memória, eu apareço em campo instruído pelas lições do meu abalisado preceptor, não para entreter os meus leitores com a vida privada de alguém, nem tampouco ocupar-me em soleníssimas descomposturas, que tanto arruinaram o crédito do meu erudito progenitor. O meu Norte é outro: divertir-me com os **marrecos-chimangos progressistas** e tozar de rijo os cataventos políticos”.

Mais adiante: “. . . **O Mesquita Junior** não recebe assinaturas e a sua publicação não tem dia certo. Os números acham-se à venda na tipografia em que é impresso, e por um precinho que chega a todos; e, em verdade, quem não dará vinte réis carimbados por o filho do finado **Mesquita**? Parece-me que ninguém deixará de o fazer. Pois bem: com prem-no, e depois, se não gostarem, tenham paciência, porque muitas coisas há por aí inúteis, em que se gastam bons cobres”.

Circulando ora uma, ora duas vês por semana (1), cumpriu o irrequieto jornal o seu programa de crítica chistosa aos políticos do partido “chimango”, ou seja, libera s, tratando-os por diferentes apelidos, e envolvendo na sua linguagem de ridículo os jornais “caramurus”, entre os quais o **Constituição e Pedro 2.º**, título que o tipógrafo colocava de cabeça para baixo, no meio da composição.

Os dois últimos números, chamados “6.ª remessa” e “7.ª remessa”, êste datado de 5 de maio, tiveram, excepcionalmente, 16 e 12 páginas, sempre usando caracteres fora do comum (**Bib. Púb. Est.**).

O INDIGENA — Impresso na tipografia de Manuel Marques Viana, à rua Direita, D. 20, em formato de 21 x 15, com quatro páginas de coluna larga, o n.º 1, vol. I, circulou a 7 de abril de 1836, trazendo sob o título, em latim e português, a advertência: “A nossa liberdade, honra e vida estão em perigo”.

Publicou-se o jornal visando “ao esclarecimento da verdade a cerca da conservação da segurança pública, da ordem, da tranquilidade, da honestidade e da mesma felicidade”, com a idéia de “procurar o bem e desviar o mal”.

(1) A “3.ª remessa” e a “4.ª remessa” (ns. 3 e 4) apareceram datadas, por engano, de 7 e 9 de março, quando, na realidade, circularam a 7 e 9 de abril, respectivamente.

Após a ligeira apresentação, as três e meia páginas restantes foram ocupadas por comentários redacionais de apoio ao “7 de abril”, que “selou a nossa emancipação política”, e de condenação ao projeto da representação provincial pernambucana, que reduzia o júri a “uma comissão militar”.

O n.º 2, vol. I, que foi o último, saiu no dia 17, inserindo dois editoriais: um de ataque à administração provincial de Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque, e o outro de crítica à atitude política do padre Lopes Gama, que se tornara “regressista”, terminando por transcrever desconcertantes estrofes do famoso poema satírico “A Coluneida”, do referido jornalista de batina. No fim, a observação “continuar-se-á com a competente análise”. Mas não continuou coisa nenhuma (Bib. Púb. Est.).

O DESPERTADOR DA UNIÃO E DA ORDEM — O periódico **O Aristarco**, em sua edição de 9 de abril de 1836, divulgou o seguinte “Prospecto”: “Sairá até o meado do mês de abril **O Despertador da União e da Ordem**. Aí pretende o seu redator mostrar espírito de um verdadeiro amigo da segurança e da tranquilidade de seus concidadãos. O temor de perder a afeição de alguma autoridade caprichosa, ou de merecer o ódio de algum político incendiário não terá em seu ânimo o menor domínio. As justas queixas e reclamações do povo brasileiro e respeitadas indicações que ao redator parecerem próprias a remediar seus males, farão o principal objeto dêsse nôvo periódico, cujo caráter por agora fica descrito. Não se recebem assinaturas para **O Despertador**: seus números se acharão à venda nos lugares e pelo preço que serão marcados”.

A fôlha, impressa na tipografia de José Nepomuceno de Melo, para vender-se o exemplar a 40 réis, foi publicada no dia 18 de abril. Mas não ficou um só comprovante nas bibliotecas consultadas. Também não passou da edição de estória, como se pode verificar através do seguinte Aviso, inserto na **Gazeta Universal**, de 6 de maio: “O redator d’**O Despertador da União e da Ordem** declara não continuar mais a escrever por motivos que ocorreram depois da publicação do primeiro número; e por esta ocasião se despede dos seus leitores”.

O PATUSCO INTERESSANTE — Publicado o primeiro número a 9 de maio de 1836, foi anunciado, dois dias antes,

pela **Gazeta Universal**, nos seguintes termos: “Vai segunda-feira aparecer, dentre as multidões de homens, um nôvo periódico que se intitula **O Patusco Interessante**. Ó! que obra! Isso acredita os amigos do recreio. Que bravos, que belos, imensos louvores já de vós espera **O Patusco, srs.!**” Só 40 réis, “carimbadinhos”. Seguiam-se os pontos onde podia ser adquirido pelos leitores. Impressão da Tip. Fidedigna, de J. N. de Melo.

O n.º 2, que circulou no dia 14, foi igualmente anunciado pelo referido diário, onde se lia: “Saiu o segundo número d’**O Patusco** e o seu redator, sem temor de errar, afirma ser mais jocoso e interessante que o primeiro”.

Ficou aí a publicação do pequeno jornal de sátira e humorismo

A CAIXA DE GUERRA — Jornal de sátiras e pretenso humorismo, deu a público sua primeira edição a 14 de maio de 1836, impresso na tipografia de M. M. Viana & Cia., à rua Direita, D. 20. Em formato de 27 x 20, com quatro páginas, foi composto, da primeira à última linha, em tipo corpo 16, negrito, do mesmo caráter do empregado no título em corpo 20. Marcava o preço de 60 réis por exemplar e trazia a d-viso: “Nos chimangos darei grandes arrufos” (Do Redator).

Redigido em linguagem pobre, mas virulenta, dizia ter como objetivo o combate aos chimangos, aos quais chamou “corja infame”, acrescentando, no segundo número, que pretendia “fazer uma guerra viva a êsses marrecos, cujo bando se acha reduzido, hoje, a um pequeno número”.

Bastante inexpressiva a matéria geral da fôlha, que se dizia semanal e vinha repleta de notas curtas cujo chiste não convencia, nem as suas críticas, feitas através de apelidos atribuídos aos elementos categorizados da política dos chimangos, assim chamados os elementos liberais.

Após ter dado à estampa o n.º 2 a 21 de maio, o 3.º, com seis páginas (sempre composto em tipo 16), só saiu a 8 de junho (**Bib. Púb. Est.**).

O n.º 4 (e último) circulou no dia 12 de julho, conforme anúncio publicado no **Diario de Pernambuco**.

O SIMPLICIO MOÇO — Circulou “ao amanhecer do dia 27 de maio” (1836), “no formato do **Carapuceiro**”, trazendo abaixo do título dois versos que valiam como programa:

“Costumes, não pessoas, eu censuro
No sentido instrutivo, grato e puro”.

Impresso na Tipografia Fidedigna, de J. N. de Melo, vendia-se a 40 réis o número avulso, em diversos pontos da cidade (Cf. o **Diário de Pernambuco**).

Não passou do primeiro número o pequeno órgão joco-sério.

O DIABO — **Periódico Político e Joco-Sério** — Circulou o n.º 1 a 30 de maio de 1836, em formato de 21 x 15, com quatro páginas de coluna larga. Impresso na Tip. de M. M. Viana & Cia., trazia sob o título a advertência: “Eu mostrarei que o sou no estilo e obras”.

Seu longo e único editoria! descreveu as andanças dêle, **O Diabo**, “por todos os países da Terra, num pequeno período de quatro mil anos”. Chegado ao Brasil, demorar-se-ia algum tempo para dirigir-lhe os partidos, “numa visita de inspeção revolucionária”, porque o país estava em plena desmoralização, devido à política dos **marrecos chimangos**.

Um Aviso, fechando a última página, à guisa de expediente, dizia: “**O Diabo** só quer condenados, excomungados, amaldiçoados, precitos, réprobos, etc., e isto são todos os marrecos políticos; portanto, todo marreco deve comprar **O Diabo** em sua vida, porque êle não lhe faltará à hora da morte. Tudô o que fôr marreco deve ter êste **Diabo** em sua casa, para se livrar de o ser. Não faltam leitores, nem faltará matéria ao marrequismo. Vale” (**Bib. Púb. Est.**).

Sairam mais duas edições (referidas nos “Anais”, de Alfredo de Carvalho), a última das quais datada de 17 de julho.

O GAMENHO POLITICO — **Periódico Para Entreter** — Saiu o primeiro número no dia 10 de junho (1) de 1836, em

(1) Não no mês de julho, como está nos citados “Anais”.

formato de 21 x 15, com quatro páginas de duas colunas. Lia-se no Expediente: “Publica-se aos domingos, na tipografia do **Diário de Pernambuco**, e por êste será anunciado de véspera. Vender-se-á avulso, pelos distribuidores do **Diário**, a 40 réis a fôlha”. Trazia, ainda, abaixo do título:

“As pessoas acato, incenso o mérito;
Maus princípios sòmente, erros extremos
O Gamenho censura... Coisa nova!”

(É da casa).

“Um gamenho — começou o “Introito” — é um almanaque de novas invenções e de modas. Periódico agamenhado deve ser um volume de novas práticas”. Daí por que o seu principal objetivo era o entretenimento. “Entreter é a bíblia gamenha”. E era político, porque a política significava o primeiro elemento “da gamenhice do século XIX”. Tinha boas intenções e boas maneiras, sendo “afável, genioso, moralista, teólogo, às vêzes patriota”.

O segundo editorial criticou a fala do trono, e o terceiro, completando a matéria, ocupou-se dos negócios internos dos gamenhos (2), oferecendo aos leitores o código da “classe” (**Bib. Púb. Est.**).

Nenhuma outra edição foi avistada. Circularam, entretanto, ao todo, dez números, previamente anunciados pelo **Diário de Pernambuco**, não com a regularidade prevista. O último dêles, datado de 29 de agôsto do mesmo ano, mereceu, dois dias antes, o seguinte registro: “Segunda-feira sai o n.º 10 d’**O Gamenho Político**. Dará o motivo do seu eclipse e contará artigos de interêsse vital; nada mais necessário para a meditação e para o recreio. Se quereis saber como se vive até os 101 anos de idade, lêde **O Gamenho**”.

(2) “Quem diz gamenho, diz casquilho. Quem diz casquilho, diz bom-tom”, “um bonifrate sem capa e espada”. Assim descreveu Estêvão Pinto tão curioso tipo (que 80 anos depòs se chamaria *almofadinha*), no artigo da série “Figuras do século passado”, inserto no *Jornal do Commercio* de 12 de setembro de 1920, acrescentando:

“Para ser gamenho bastava fingir de tísico e vestir calcinhas de arlequim. Dever ao alfaiate e cortar a jaqueta pelo último modêlo de Londres. Comer cabeças de carapitanga e fazer que arrotava o presunto do Reino. Acima de tudo, saber ter seu namôro de emperrado”.

PAQUETE DO NORTE — Estreado em julho de 1836, circulou o n.º 2 no dia 27, apresentando-se em bom formato de 42 x 30, com quatro páginas a três colunas de 16 cíceros. Separando o título, via-se uma vinheta de navio veleiro cortando as águas. Abaixo, de um lado, com a assinatura **Degerando**, a divisa: "**Heureux qui saurait comprendre comment on peut être libre en obeissant, et servir en commandant**". Do outro lado, o Expediente: "Subscreve-se para esta fôlha mensalmente a duas patacas em prata, pagas adiantadas ao cobrador, na rua do Cabugá, loja do sr. Bandeira, e nesta tipografia, rua das Flôres, D. 18, onde se recebem Correspondências legalizadas e anúncios, inserindo-se êstes grátis sendo dos próprios assinantes e vindo assinados". Uma faixa sob o cabeçalho fornecia informações úteis, a saber: Dias da Semana — Câmbios — Partida dos Correios.

Sua matéria constou de editorial, ocupando mais de uma página, a respeito do Poder de Jurisdição e Honra reconhecido no Papa; resumo de sessões da Câmara Geral; atos do governo provincial; noticiário do Tribunal da Relação; "Partes da Polícia" e anúncios de poucas linhas (**Bib. Púb. Est.**).

Sem que restem, nas bibliotecas, comprovantes em seguimento, teria o **Paquete do Norte** circulado até dezembro, reaparecendo a 15 de março do ano seguinte. Mas foi possível encontrar os três derradeiros exemplares desse raro espécime da imprensa periódica: ns. 15, 16 e 17, de 24 de junho e de 1 e 17 de julho de 1837, respectivamente, dois na Biblioteca Pública do Estado e o terceiro na Biblioteca Nacional. Reduzira-se-lhe o formato para 30 x 21, a duas colunas de 16 cíceros. Inseriam longos artigos e transcrições. No n.º 17 teceu comentários desfavoráveis ao Regente do Império. Ainda impresso na Tipografia Fidedigna, de J. N. de Melo, sendo desconhecido, como era comum, o corpo redacional.

1837

O CONSEQUENTE — **Jornal Político** — Iniciou sua publicação a 25 de março de 1837, no formato de 27 x 18, com quatro páginas de duas colunas, sendo impresso na Tip. Fidedigna, de J. N. de Melo, à rua das Flôres, D. 18. Sob o tí-

tulo figurava a sentença de Lamennais: “Se não estais resolutos a combater sem interrupção, a tudo sofrer sem ceder, a não cansar jamais, a não afrouxar nunca, guardai vossos ferros e renunciad uma liberdade de que não sois dignos”. Circulação semanal, às sextas-feiras, assinava-se a 240 réis mensais, custando o exemplar 60 réis.

Segundo o editorial de abertura, o estado deplorável da Nação, sob o governo do regente padre Diogo Antônio Feijó, impôs a necessidade de criar-se um jornal de oposição, para evitar que o país fôsse levado ao abismo. Quanto à política local, uma vez nomeado Vicente Tomaz Pires de Figueiredo Camargo presidente da Província, ficava o jornal em expectativa. Toda a edição obedeceu ao plano de crítica sistemática à administração federal.

No n.º 7, de 19 de maio, reduzido um pouco o formato, continuava a campanha contra Feijó e seu Ministério (**Bib. Púb. Est.**) (1)

O último número, segundo o registo de Alfredo de Carvalho, nos “Anais”, foi o 8.º, publicado a 26 de maio.

O ECHO DA RELIGIÃO E DO IMPERIO — Entrou em circulação a 26 de maio de 1837, obedecendo ao formato de 21 x 15, com oito páginas de coluna larga. Impressão da oficina gráfica de Manuel Marques Viana, à rua da Penha, D. 23. Sob o título, em francês e português, o seguinte pensamento de Bonnevie: “Nós ensinamos que, em vez de introduzir a impiedade na Lei, é preciso que a Lei seja fundada na Religião; que, em vez de tirar às paixões a cadeia única que as comprime, é preciso reforçá-la”.

A primeira edição vendeu-se a 80 réis o exemplar, prevalecendo, a partir da segunda, o Aviso: “Com este número principia a assinatura do mês de junho. O preço da assinatura é 320 réis mensais por quatro fôlhas de oito páginas. Preço das fôlhas avulsas — 120 réis. O cobrador é Francisco Antônio dos Santos, que também o é do **Diario de Pernambuco**; a êle poderão os srs. assinantes satisfazer sua assinatura”.

(1) Só os ns. 1 e 7 foram manuseados, únicos existentes.

O editorial de apresentação traçou um quadro geral do Universo, atribuindo-lhe as "maiores calamidades" e acentuando: "Dês que os homens puseram em coleção os fatos públicos e chamaram **história** a êsse complexo de sucessos extraordinários de tôdas as gerações antigas e modernas, não apareceu um período tão terrivelmente doloroso, para a humanidade, como o do comêço da revolução francesa até agora".

Citou, o articulista, uma sucessão de atrocidades, que faziam estremecer o pensamento do filósofo verdadeiramente cristão", afirmando que tudo decorria da impiedade. "Não há no globo um só ponto que não seja empestado pelo bafo da irreligião". Após aludir à responsabilidade do Império e das autoridades religiosas, concluiu: "Trazer tais raciocínios ao prelo é dar a razão do nosso periódico. Desejamos que as nossas instituições medrem à sombra da religião de nossos pais. Nossa pena lhe consagrará um jornal que exprima os sentimentos elevados do homem católico e lhe renda a homenagem pura que, sem esforço, nos sai do coração".

"Polêmicas tediosas, censuras acres, sátiras virulentas, calúnias sanguinárias, libelos famosos, teorias absurdas, produções chocarreiras e frívolas, um tanto de ridículo, pouco de sólido, bem pouco de útil, muito de extravagante e quase nada de religião, eis aqui a infatigável e emperrada tarefa da imprensa periódica no Brasil!!! Demos aos tipos um emprêgo mais nobre: **O Echo da Religião e do Império**".

O periódico era redigido, principalmente, por João Batista de Sá, com valiosa cooperação do padre Francisco Ferreira Barreto. Seguiu existência normal, não lhe faltando transcrições e longas notícias do Exterior, a par dos comentários redacionais. No seu n.º 4, atacava a instituição do Júri. A propósito do nôvo Gabinete Ministerial, avançou "Não é, entre nós, mais do que o comparecimento de novos autores no mesmo drama polít'co".

Desde o n.º 7, de 7 de julho, **O Echo** passou a ser impresso na tipografia de Santos & Companhia, à rua da Cruz (atual do Bom Jesus), D. 36. O primeiro editorial da referida edição, intitulado "Já não pode haver boa fé", falava de "revoluções, crimes, mortes", acentuando: "Ora, se a Nação brasileira dorme, se ela se abandonou, cansada, às intrigas

e ao predomínio dum partido que a devora, que a ilude, que a desmoraliza, cumpre que ela acorde e que acorde ao estrondo d'O **Echo da Religião e do Império**".

Mais adiante: "Os benefícios da regeneração têm sido promessas e a locupletação de alguns intriguistas, de alguns traidores. A Nação tem visto, depois da regeneração nominal de 7 de abril, multiplicarem-se os erros, requintar-se a perversidade, o descrédito do Brasil, a instabilidade em todos os negócios, comprometimentos e, até, mesmo, ridicularias. E deve a Nação, quando entrar em si, amar uma tal regeneração, acreditar mais em semelhantes regeneradores?"

Atacando gabinetes ministeriais, elogiando D. Carlos de Portugal, defendendo a religião católica e criticando os "profanadores da cruz", o semanário veio a divulgar também sonetos do Vigário Barreto, inspirados no decurso de sua grave enfermidade, nas edições de 28 de julho e 18 de agosto. Ocorriam, ainda, "Máximas e Pensamentos", "Miscelânea", "Variedades" e "Recreação".

Justificando sua atitude, ao "consagrar alguns de seus números a objetos puramente políticos", escreveu o redator, num artigo de quatro páginas, a 23 de setembro, entre outros conceitos: "**O Echo** não é o apologista nem da Câmara Temporária, nem da oposição, nem em geral de nenhum dos tais Podêres delegados, porque só vê, nesta brilhante **geringonça**, a armadilha dos **caçadores de Estado**: mas cumpre, em desempenho dos deveres sociais, concorrer para harmonizar êsses Podêres e sustentar a ordem independente das opiniões".

Exultou e congratulou-se, na edição de 20 de outubro, "com seus leitores e benévolos assinantes, pela caída do ex-regente, o sr. Diogo Antônio Feijó", vendo "nesse memorável fato político o triunfo, não dum partido, mas o triunfo dos princípios, o triunfo da Religião e da Monarquia, contra a demagogia e a heresia".

Mais alguns números, e a fôlha saudava o início (a 2 de dezembro de 1837) da administração provincial de Francisco do Rêgo Barros (depois Barão e Conde da Boa Vista), frisando: "...nós confiamos em sua ilustração, em sua energia, que conseguirá navegar com segurança e con-

duzir a salvamento a nau provincial, que lhe foi confiada em reconhecimento de seus talentos, ao pôrto da fraternização brasileira”.

O periódico despediu-se do “funesto ano de 1837” através da edição de 22 de dezembro (1), para voltar, com o n.º 32, a 5 de janeiro de 1838, prosseguindo, sobretudo, na campanha contra os adeptos da República.

Sem nenhuma interrupção, comemorou, ao publicar o n.º 52, a 25 de maio, um ano de atividades na arena da imprensa, escrevendo o redator a propósito: “Amanhã, que se contam 26 dias do mês de maio, completa **O Echo da Religião e do Império** o seu primeiro aniversário! Vencidas as primeiras dificuldades de uma redação isolada, sobrepujando os comprometimentos de uma oposição política e filosófica, suplantando com vigor o primeiro ensaio de polêmica com a coorte rusgueira de Pernambuco, **O Echo** apareceu, existe e progride!!! Leitores, não há nada insuperável à constância e amor da Pátria! Devotado sempre ao repouso dos povos, **O Echo** só deixará de existir se os elementos dê-se repouso, a Religião, a estabilidade do Trono, a integridade do Império forem depreciados do bom povo pernambucano; mas, como seja isso um impossível moral, nós continuaremos, com a publicação do **Echo**, a dar um nobre emprêgo aos tipos, semeando os ditames importantes da Religião e os desenganos não menos preciosos da política”. Concluiu com a apóstrofe: “Monarquize-se o Brasil!”.

Num artigo que ocupou todo o n.º 59, de 13 de julho, devidamente assinado, o redator João Batista de Sá defendeu-se da denúncia do promotor José Tomaz Nabuco de Araújo Júnior contra o n.º 54, do seu jornal, “por abuso de exprimir o pensamento que se dizia conter o artigo que tem por tema: Liberdade — governo livre é pêta, é uma grande pêta”. Na edição seguinte, porém, publicava-se já a sentença do juiz Manuel Mendes da Cunha e Azevedo, que considerou improcedente a denúncia.

(1) — Na mencionada data, na seção “Publicação Literária”, *O Echo* deu notícia de haver circulado uma brochura sob o título “Dissertação histórica, e crítica, a cêrca do uso das mortalhas”, comentando: “Nela se demonstra, com evidência, que um tal uso tem sido, constantemente, observado desde tempo Imemorial e se conclui que de nenhuma maneira convém que seja alterado”.

A partir do n.º 68, de 14 de setembro, passou **O Echo** a ser impresso na Tipografia Fidedigna, de José Nepomuceno de Melo, situada na esquina da Travessa do Rosário para o Queimado (atual rua Duque de Caxias), 3.º andar. Nesse mês, repeliu ataques d'**O Argos Olindense**, que o chamara "Coluna do Trono e do Altar". Na edição do dia 21, estampou soneto de J. B. de Sá.

Despedindo-se, a 24 de dezembro do ano de 1838, que, "como os antecedentes, não trouxe ao Brasil nem aperfeiçoamentos nem paz", o periódico divulgou seu n.º 83 a 5 de janeiro de 1839, reafirmando a conduta que adotara, tendo como bandeira a Monarquia e o Catolicismo, para frisar a certa altura: "Ministros do Brasil, salvai vossa Pátria, salvai o Trono e, com êle, as instituições que lhe são compatíveis".

Nos números a seguir, comentou, paralelamente à parte política, o progresso trazido ao Recife mediante o encanamento das águas do Beberibe, a instalação de treze chafarizes e a inauguração do Colégio Pernambucano, pelo professor José Soares de Azevedo. Outros temas focalizados: o novo Ministério, a irreligião, a pena de morte, as prédicas quaresmais, necessidade da reforma do Clero provincial, mais notícias do exterior e variedades, entre estas a transcrição do drama histórico "Memórias do Diabo", de Frederico Soulié, nos ns. 85 a 92, seguindo-se-lhe "O quarto da amiga", matéria que morreu na segunda inserção, com um "continua", porque o periódico foi suspenso após a edição de 22 de março de 1839 (2).

(2) Pouco antes de findar sua primeira fase, a edição d'**O Echo**, de 22 de fevereiro de 1839, inseriu a nota a seguir: "J. N. de Melo, proprietário da tipografia abaixo declarada, vendo-se com sua saúde bastante arruinada, e seguindo o parecer que há muito alguns de seus amigos lhe têm dado, tem tomado a resolução de vender dita tipografia, para assim poder cuidar de seu tratamento dentro e fora da província. O mesmo anunciante faz certo a quem a possa pretender comprar, que ela conta em si dois excelentes prelos de ferro, bastante maneiros e prontos a todo o trabalho, e bem assim trinta pares de caixetas cheias de diferentes caracteres de letras, inclusive o 12, 11, 10 e 8 redondo com seus respectivos grifos, o 16 manuscrito, o gótico alemão, diferentes e elegantes bastardos, lindas vinhetas ou tarjas, componedores e demais utensílios próprios duma tipografia. Pode bem, e com fartura, dar diariamente seis jornais em papel regular, sem que sofra a menor falta de tipos; enfim, com a vista melhor se conhecerá do seu merecimento. Os pretendentes dirijam-se ao segundo andar dos quatro cantos da rua do Queimado, D. 9, para tratarem do ajuste, o qual será vantajoso ao comprador".

Mais de um ano decorrido, reapareceu **O Echo da Religião e do Império** (n.º 95) a 21 de agosto de 1840, mantendo o anterior programa, com apenas quatro páginas, mas em formato maior, de 30 x 20, a duas colunas de 16 cíceros. E mudou-se o trabalho material para a Tipografia Imparcial, de Luiz Inácio Ribeiro Roma, localizada à rua da Praia, sobrado, D. 11 (3).

No “Proêmio”, frisou o redator, ao indicar a tarefa do semanário, em seu ressurgimento: “Depois de nove anos dêste terrível manejo do jacobinismo, o Brasil reclama novos esforços de lealdade”.

Continuada a publicação, ocorreram comentários diversos em torno da situação política, apoiando, inclusive, a efetivação da maioria de d. Pedro II, não só em prosa, mas em poesias sem assinatura ou raramente assinadas por J.B.S., iniciais do redator, além de transcrições, folhetim, Comunicados e Correspondências com diferentes pseudônimos, de vez em quando polemizando com o **Diário de Pernambuco**. A edição de 18 de setembro divulgou dois tópicos, um d’**O Carapuceiro** e outro d’**O Carapuceiro na Côrte**, segundo os quais o padre-mestre Lopes Gama, em 1832, pugnava pela República e, em 1840, se tornara adepto da Monarquia Constitucional. O famoso jornalista, já sem batina e então no Rio de Janeiro, como deputado por Pernambuco, continuou servindo de assunto à redação do órgão, que atingiu o fim do ano com o n.º 113, de 25 de dezembro.

Prosseguiu a 8 de janeiro de 1841, sem mais alterações por todo o mencionado ano, a não ser, no nono mês, a elevação do preço da mensalidade para 400 réis.

Atingido 1842, já no n.º 170, de 4 de março, anunciou a venda de livros na Tipografia Imparcial, acrescentando: “Declara-se que de hoje avante nesta fôlha se acharão os anúncios pertencentes a êste nôvo estabelecimento, o qual se espera achar sortido de tudo o mais necessário em breve

(3) A Tipografia Imparcial dispunha do seguinte material: três prelos, 80 pares de calxetas, 37 estantes para as mesmas, 46 galés, 13 componedores, 58 caixas de tipos de composição e ornamento, duas caixas de emblemas e diversos utensílios dos prelos.

tempo. Também se lê grátis, no mesmo escritório, o **Jornal do Commercio**, do Rio de Janeiro, o **Periódico dos Pobres**, do Pôrto, e assim outros jornais nacionais e estrangeiros que já se mandaram assinar”.

Chegou ao fim a existência d'**O Echo da Religião e do Imperio** com o n.º 190, datado de 29 de julho de 1842, quando noticiou que, a partir de 1.º de agosto, seria substituído pelo **Diario Novo** (4), cujo “Prospecto” de apresentação lhe tomou a primeira página, seguindo-se uma nota de despedida “aos srs. assinantes” (**Bib. Púb. Est.**).

RELATOR DE NOVELLAS — Publicação destinada “ao entretenimento de tôdas aquelas pessoas apaixonadas por ler novelas, com especialidade o belo sexo, de quem esperava tôda a proteção”, surgiu no dia 29 (1) de junho de 1837, em pequeno formato. Impressão da Tipografia Fidedigna, de J. N. de Melo. Preço do exemplar — 80 réis.

Precedeu a edição de estréia, à guisa de chamariz aos leitores, o seguinte Aviso, no **Diario de Pernambuco** de 22 de junho: Será distribuído grátis êste primeiro número às pessoas que já tem assinado e às que de hoje em diante assinarem até o dia antecedente ao do seu aparecimento, continuando-se a receber assinaturas a 40 réis mensais”.

Circulando bissemanalmente, o **Relator de Novellas** atingiu o n.º 5 a 13 de julho, último anunciado pelo **Diario**.

1839

KALENDARIO ECLESIASTICO E CIVIL (1 A) — Para as **Províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas** — Ano de 1839 — Edição de 152 páginas, foi “ordenada” por P.F.R.M., no formato de 17 x 13 e impressa na Tipografia de Santos & Companhia.

(4) A bibliografia do *Diario Novo* está incluída no Vol. II: “Diários do Recife — 1829/1900”.

(1) Não no dia 26, como está nos “Anais”.

(1 A) Não registado por Alfredo de Carvalho, na obra citada.

Além do Calendário, apresentou uma “Notícia histórica, política, civil e natural do Império do Brasil”; efemérides internacionais e ligeira descrição das províncias mencionadas sob o título (**Bib. Púb. Est.**).

1840

FOLHINHA D'ALGIBEIRA OU DIARIO CIVIL E ECLESIASTICO (1) — Para as Províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas — Iniciada, ao que tudo indica, em 1840, foi primeiro volume avistado o de 1841, com 132 páginas, em formato de 12 x 8. Impresso na tipografia de Manuel Figueiroa de Faria (2), vendia-se na loja de livros do mesmo, que era o proprietário, situada na Praça da Independência ns. 6 e 8.

Apresentou a seguinte matéria: Resumo de Cronologia; Calendário, com todos os dados astrais; “Notícia dos principais Estados da América e Europa, capitais e chefes que a governam”; informações gerais sôbre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Comércio, Indústria, Repartições Públicas, Clero, Fôrça Militar, etc.

Prosseguiu, cada ano, ora **Folhinha de Algibeira** ora **...de Almanack**, prevalecendo, por fim, a última denominação, com as demais palavras do título. Na edição de 1843, reduziu-se o já diminuto formato para 10 x 8 1/2, aumentando para 192 a quantidade de páginas. A matéria acrescentou-se uma relação de “monarcas e chefes de repúblicas da Europa e da América”. Ao atingir 1849, voltou ao formato primitivo, apresentando 250 páginas. Na edição de 1851, só com 160 páginas, ocupou um terço delas a variedade intitulada “Coleção de sinas e jogos extraídos de diversos autores”, assim dividida: “Espelhos dos homens”, em versos. e “Jogos de prendas”.

Melhorando o sempre variado serviço de informações úteis, aumentou, após, consideravelmente, a soma de páginas, aparecendo com o total de 464 a edição de 1856 e com

(1) Não registado nos “Anais”.

(2) A Tipografia de Pinheiro & Faria, trazida, em 1833, de Olinda, foi incorporada, a 25 de junho de 1836, à do *Diario de Pernambuco*, sob propriedade única de Manuel Figueiroa de Faria.

440 a de 1857. Inseria, sem intermitência, a cronologia da “Augustíssima Casa Imperial do Brasil” e, numa das edições, leu-se “Breve notícia dos efeitos da excomunhão”. Indicava, geralmente, tudo a respeito de impostos provinciais e municipais; divisão de Pernambuco em distritos eleitorais; aferições de pesos e medidas; notícias de origem astronômica e nomenclatura, não só das repartições públicas e respectivos funcionários, mas de toda a indústria e comércio do Recife, sem faltar a mais escondida taberna nem o mais modesto sapateiro, além de informações do Interior e das províncias vizinhas.

Na edição de 1859, a matéria vinha precedida dum “Resumo histórico do Kalendário” (3). A partir de 1861, cresceu o formato para 14 1/2 x 10 1/2. Sem incluir anúncios, só veio a fazê-lo a começar de 1864: 16 páginas, em papel de côr, depois de toda a matéria.

Ocorreu em 1866 (4) a última edição. A **Folhinha de Almanack**, que se vinha apresentando em grosso volume, trouxe, apenas, 80 páginas, inserindo, exclusivamente, a parte de Calendário e, no fim, pela primeira vez, algumas páginas de Curiosidades.

O preço do exemplar, que era de 500 réis, passou, nos

(3) “Kalendario (Kalendarium) é a palavra derivada de Kalendas, que, entre os Romanos, significava o primeiro dia de cada mês. Depois, estendeu-se a sua significação ao que nós chamamos Almanack, que continha a ordem dos dias, semanas, meses, e das festas que aconteciam no ano de que se tratava.

Os gregos também faziam uso dos Almanacks, onde incluíam as quatro estações a respeito das lunações e mutações de tempo, como chuvas, ventos, trovoadas, etc. Portanto, eram astrônomos que compunham os Kalendários e os Almanacks”.

“Entre nós a palavra Kalendário significa a distribuição do tempo, que os homens têm acomodado a seus usos, segundo os deveres do culto religioso, do trabalho manual, dos ajuntamentos e objetos civis, das festas, das assembléias, etc.

Distinguem-se duas divisões do Kalendário em diferentes nações, a saber: o Jullano e o Gregoriano”.

“O segundo Kalendário, que é o de que fazemos uso, chama-se Gregoriano. Foi o papa Gregório XIII que, no ano de 1582, o mandou reformar”.

“O conhecimento dos principais artigos de cada Kalendário é necessário para as pessoas que quiserem ter idéias precisas sobre a cronologia e história antiga, cujos fundamentos repousam nos movimentos do Sol e da Lua, que têm servido para contar os tempos, compará-los entre si e com os diversos acontecimentos”.

(4) Foi o ano em que faleceu, a 1 de agosto, o editor da *Folhinha*, Manuel Figueiroa de Faria, igualmente diretor do *Diario de Pernambuco*.

últimos anos, para 1\$000. Não mudou jamais de tipografia nem de pôsto de venda avulsa, nem de proprietário. A coleção manuseada consta de 19 volumes encadernados, correspondentes aos anos de 1841, 43, 46 a 52, 54 a 60, 63, 64 e 66 (Bib. Púb. Est.).

1841

A FORQUILHA — **Fôlha Joco-Séria** — Iniciou sua atuação na imprensa a 2 de outubro de 1841, em formato de 31 x 23, com quatro páginas a duas colunas de 18 cíceros. O cabeçalho constou de um desenho gravado em madeira, representando dois indivíduos basbaques diante dum tronco de árvore feito forquilha, a que se entrelaçava uma faixa, nela gravado o título do jornal. Abaixo, com a assinatura **Do Redator**, a quadra:

“Espanta, mas não doesta
Esta inocente **Forquilha**;
É patusca, é brincalhona,
Mas útil; que maravilha!”

Impressa na tipografia do **Diário de Pernambuco**, o editorial de apresentação ocupou a edição inteira, descrevendo, longamente, o indivíduo “descarado” e, depois, o significado da palavra Forquilha, “a primeira lei do mundo político”, para acrescentar:

“Há duas espécies de forquilhas. Há forquilhas de duas pontas e outras de três. Estas de três pontas são as forquilhas políticas, são as mais perigosas. É raridade quando se escapa destas forquilhas; porque duas pontas prendem o paciente, ou padecente, e a outra enfia-se pela gue'ra, e... adeus, minhas encomendas”.

A propósito da personalidade de Henrique Pereira de Lucena e da Presidência da Província, declarou o imenso artigo “de fundo”: “A mão que rascunha estas graciosidades entregar-se-ia livremente ao algoz, para ser decepada, se uma só letra escrevesse contra êsse brasileiro probo e constitucional, que tantos bens tem feito à sua pátria e ao Brasil, que tem sabido ser o querido dos virtuosos e o escândalo dos malvados. Também não contra a Presidência. E já a concluir: “...sejais grandes ou pequenos, ricos ou pobres,

feios ou bonitos, homens ou mulheres, não tenhaís mêdo de ler **A Forquilha**; suas frases não ofenderão a ninguém em particular”.

O n.º 2 ainda versou sôbre o tema do título, terminando com o “Post-scriptum”:

“**A Forquilha** admite alguns enxertos; mas que sejam enxertos da mesma natureza. Fa’emos sem alegoria: **A Forquilha** admite Correspondências, mas que tenham por fim o útil e o deleitável; porém nunca personalidades; deixemos êste método estrondoso e que molesta os ouvidos para essas fôlhas de bronze que, semelhantes às tubas e aos clarins, fazem eco que doesta. Recebem-se assinaturas para a memoranda **Forquilha**, devendo ser dirigidos a esta tipografia do **Diario** os nomes dos que quizerem ser assinantes. E quem, pelo diminuto preço de 960 réis, pagos por quartel adiantado, não quererá ficar a coberto de tôdas as **Forquilhas** que, neste mundo terrestre, costumam os homens pregar uns aos outros? Assim como a arte de furtar ensina aos homens o modo por que se hão de livrar dos furtos; assim **A Forquilha**, ensinará a evitarem-se as forquilhas públicas e particulares. Serão distribuidas quando houver sufficiente número de assinantes e vende-se avulso na Praça da Independência ns. 37 e 38, e nesta tipografia, pelo preço de 100 réis”.

Sem demonstrar, a princípio, tendências político-partidárias, a fôlha ocupou-se de assuntos gerais, com verve e humor, **enforquilhando** a torto e a direito. Seu n.º 7, porém, foi dedicado a combater as idéias separatistas e a defender a personalidade do Barão da Boa Vista. Nos seguintes, que foram, apenas, mais dois, **A Forquilha** entrou de rijo contra o **Correio do Norte**, de Borges da Fonseca, atribuindo-lhe propaganda separatista.

O órgão joco-sério encerrou sua existência com o n.º 9, de 30 de novembro (1) (**Bib. Púb. Est.**).

(1) Sob o título “Necrologia”, escreveu o *Correio do Norte* de 11/12/1841 “Nasceu, e morreu, no meio dos assobios e apupadas da molecada. Quem? Pois quem! A Ilm.ª sra. d. *Forquilha*. Tal foi o resultado do pouco cuidado do desdenhoso pai, que, pretendendo livrá-la das Formigas, que logo a acometeram, a embrulhou tanto, em algodão, que a sufocou; pobre criança!! a terra te seja leve”.

A **ORDEM** — Órgão de idéias conservadoras, iniciou sua existência a 15 de outubro de 1841, em formato de 22 x 15, com quatro páginas, impresso na tipografia do **D'ário de Pernambuco**. Constava do Expediente: "Publica-se aos sábados e subscreve-se a 1\$000 por três meses, pagos adiantados, na Praça da Independência, loja de Livros, 37 e 38, onde vendem-se os números avulsos a 80 réis". Sob o título: "Viva o Imperador! Viva o Brasil!". Redação atribuída a José Tomaz Nabuco de Araújo Júnior.

Todo o número de estréia foi ocupado com o editorial de apresentação, chamado "Prospecto", de composição em tipo corpo 12. Visava "propugnar pelo Trono, pela Constituição e pelas leis". Dentro desse programa censuraria "as aberrações do poder" e defendê-lo-ia "quando injustamente acometido". Outro objetivo era a defesa da pretérita administração do Barão da Boa Vista (Francisco do Rêgo Barros), cujos "serviços relevantes", por êle prestados à Província, responderam pelo seu nome.

No n.º 2, **A Ordem** aumentou o formato para 31 x 22, de duas boas colunas, assim continuando. Ocupou-se, quase só, do "requerimento desaforado" no qual Félix Peixoto de Brito e Melo se dirigiu a S.M.I., pedindo, como recompensa de serviços prestados, a comenda de Oficial do Cruzeiro.

Denunciou, na edição seguinte, a instalação, na rua do Hospício, de uma sociedade secreta, sob a presidência do mesmo Felix Peixoto, destinada a "dividir o Império do Brasil em dois": o do Sul e o do Norte, "competindo o cetro do segundo à sereníssima Princesa Imperial D. Januária". Chamou a atenção do Presidente da Província, Manuel de Sousa Teixeira, contra os conspiradores. E concluiu:

"Pernambucanos, alerta! vêde que abismo se vos prepara: aos ap'ausos da maioria do Sr. D. Pedro II já sucede, no curto espaço de um ano, o grito de separação do Império; virá a par o grito de República, e logo soará o canhão estrangeiro que nos surpreenderá divididos e sem força; repeli essas inovações, votai à execração e à infâmia os inimigos do Sr. D. Pedro II".

Comentava o semanário, de edição em edição, os acontecimentos da política municipal e provincial, mantendo-se

reservado quanto à administração do Presidente Sousa Teixeira. E entabou polêmica com **O Echo da Religião e do Império**, a que cognominou "O Echo do Palácio".

Aparecendo na liça da imprensa o **Correio do Norte**, foi **A Ordem** a seu encontro, desfechando-lhe, a 11 de dezembro, farta messe de impropérios, dizendo, sobretudo, que "o Republicano", ou seja, Antônio Borges da Fonseca, redator do novo jornal, foi o "primeiro que feriu a inviolabilidade e o prestígio do Monarca, desmoralizou a autoridade pública e tomou a dianteira nos desmandos e excessos da imprensa".

Todo o n.º 8 foi dedicado a atacar e criticar o **Correio do Norte**, acusando-o de apregoar a divisão do Império, e continuou a catilinária no n.º 9, já então a propósito de sua condenação da reforma judiciária. Na mesma edição, teceu encômios ao ato do Governo Imperial, que elevou novamente o Barão da Boa Vista à Presidência da Província de Pernambuco.

Fina'mente, entrou em circulação, com seis páginas (igualmente ao anterior), o n.º 10, que foi o último, inserindo dois artigos redacionais de elogios ao padre Muniz Tavares, que se demissionara do cargo de Secretário do Governo local. Completaram-no novos aléives contra **O Echo** e o **Correio do Norte** (Bib. Púb. Est.).

A MARCIANA — Impresso na Tipografia Imparcial, de Luiz Inácio Ribeiro Roma, entrou em circulação o primeiro número no dia 22 e o segundo no dia 29 de outubro de 1841, este último anunciado através do periódico **O Echo da Religião e do Imperio**, com os seguintes detalhes: "Contém reflexões desta Sra. em prosa e versos e bons mercados de miudezas internacionais; uma carta do Cidadão Pai da Pobreza e, se puder ser, mais um ossinho de contrapêso; tudo ao gosto moderno e da ordem do dia; **salva melior judici**. Não se quer esfolar o povo: troca-se cada fôlha mediante 60 réis, na rua do Colégio, D. 12".

Sem que restem comprovantes, o mencionado periódico assim anunciou o n.º 3 d'**A Marciana**, de 5 de novembro: "Conta esta dona o motivo de suas necessidades, o caso ocorrido por uma fartadela que tomou, e as sinistras mas verdadeiras alegorias de suas entranhas. Faz espanto! Traz mais a resposta autógrafa do sr. Gafarrus, um contrapêso

— bom — e mais algumas coisas. Tudo por 60 réis, mais barato que a carne”.

Ficou aí. No mês seguinte, precisamente a 13 de dezembro, outro jornalzinho de sátiras, mas de política oposta, rezoijou-se com o desaparecimento d'**A Marciana**, chamando-a heroína “dos disparates, das invetivas e das depravações”, para concluir: “...descansa em paz! a terra te seja leve!”

O **NICOLAU** — Jornal ligado ao situacionismo, saiu o primeiro número no dia 2 de novembro de 1841, em formato de 22 X 16, com quatro páginas de duas colunas. Impresso na tipografia do **Diário de Pernambuco**, para vender-se o exemplar a 40 réis, trazia como divisa, sob o título, a seguinte quadra:

“Nicoláo, se bem que cego,
A mais certa estrada trilha;
Nos súcios separadores
Há de dar grande forquilha”.

(Do Redator)

Declarou o editorial de apresentação que a fôlha vinha engrossar “as fileiras do jornalismo em Pernambuco, onde há pouco ninguém escrevia e onde agora todos escrevem”. Não pretendia insultar, nem “fazer côro com os anarquizadores”, mas prontificava-se a dar “supapos” e “até pauladas (tudo de papel) na garimpeira súcia dos separitas” (1). Terminou dizendo: “...sòmente sairá a correr essas ruas d’amargura quando fôr da vontade do seu guia, ou quando quiser e lhe parecer”.

Nos poucos números dados a lume, em datas indeterminadas, o jornal defendeu o Imperador e a Constituição; teceu encômios à administração provincial de Manuel de Sousa Teixeira, em face de discordância d'**A Ordem**; atacou outro periódico de vida efêmera, **A Marciana**, e recebeu com desagrado o aparecimento do **Correio do Norte**, acusando o respectivo redator, Borges da Fonseca, de pregar a separação entre o Norte e o Sul do país.

(1) Em diferentes ocasiões, o redator repetiu “separitas”, na acepção de separatistas.

Findou a vida d'**O Nicoláo** com o n.º 5, datado de 13 de dezembro do mesmo ano, sendo sua redação atribuída ao jornalista Floriano Correia de Brito (**Bib. Púb Est.**).

CORREIO DO NORTE — Periódico independente, redigido por Antônio Borges da Fonseca, estreou sua publicação no dia 20 de novembro de 1841, trazendo sob o título a seguinte frase bíblica (do Evangelho de S. Mateus, C. 18, v. 6): “O que ofender a um destes pequeninos que crêem em mim, me'hor lhe fôra que se lhe pendurasse ao pescoço uma mó de atafona, e que o lançassem ao fundo do mar”.

Formato de 30 x 21, com quatro páginas a duas co'unas de 18 cíceros. Constava do Expediente, em coluna dupla, ao pé da última página: “Publica-se nas quartas e sábados, na Tip. Imp. de L. I. Ribeiro Roma, rua da Praia, D. 11. Subscreve-se no Recife: em casa do sr. Cardoso Aires, rua da Cadeia, D. 15; em Santo Antônio: em casa do sr. Bandeira, rua do Cabugá; na rua Nova, em casa dos srs. Bez-Deshayes & Cia., D. 17; na rua do Colégio, no escritório da Tipografia Imperial, D. 12, e também na mesma tipografia, vendendo-se os números avulsos nos três últimos lugares a 100 réis. As correspondências dos assinantes se imprimirão grátis quando forem sôbre negócios públicos, e as que forem tendentes a negócios particulares se publicarão na razão de 80 réis por linha impressa”.

No editorial de apresentação, o redator lembrou sua atuação ao publicar **A Abelha Pernambucana**, destinada a “propugnar pelos direitos do homem, então calcados e ludibriados” pela fação absoluta. Mais de dez anos após, quando as mesmas idéias se aventavam insinuadas “por brasileiros renegados”, voltava êle à lide, com o **Correio do Norte**, frisando:

“Não é muito, pois, que nós compareçamos outra vez, e no mesmo pôsto de honra, para combater a iniquidade e rechaçar os planos dêsses novos **colunas**, que mais ousados se levantaram agora”. Lutaria, sempre, “pela conservação dos direitos inalienáveis e imprescritíveis dos povos”.

Num segundo artigo, aludiu aos “homens da perdição”, que continuavam a cavar o abismo, pretendendo fazê-lo “servir de sepultura aos amigos da liberdade”. Mais adiante, já a ponto de arrematar suas considerações, acentuou:

“Vencerá a oligarquia no Rio de Janeiro? Estamos persuadidos que não; mas se, por fatalidade, essa liga tenebrosa puder submeter tão importante província, jamais deve contar com a submissão das outras. Talvez que essa liga que já precipitou o primeiro imperador, apresse agora um fato que teria de realizar-se mais remotamente: a divisão do Nordeste do Brasil, e d’esta arte mui diretamente concorra para o nosso bem, que é bem extraordinário o livrarmos-nos desses monstros, que, acoitados na Côrte do Rio de Janeiro, só existem para flagelo do povo e ignomínia da nação”.

E concluiu: “Nós fecharemos êste artigo com uma alocução do nunca assás chorado Caneca:

Cautela, união, valor constante:
Andar assim é bom andar.

Boa Viagem”.

Já no segundo número, o **Correio do Norte** orientava seus leitores através do artigo “Quem são os separatistas”. Dirigindo-se aos poderosos da nação, que se diziam “reorganizadores”, mas eram os “desorganizadores”, concluiu: “E se as revoluções são sempre obra dos governos e não dos povos, sois vós, dominadores do presente, os únicos separatistas”. E, na verdade, quando já deixastes de concitar o povo à desordem e à resistência, logo que vos vêdes sem o poder? A resistência é permitida, a rebelião é autorizada por vossos agentes e representantes, por vós mesmos: não nos caluniei, pois; não caluniei a tanta gente honesta e honrada — sois vós os agitadores e separatistas”.

No n.º 3, repelindo acusações do **Diario de Pernambuco**, assim terminou um “**Post Scriptum**” do periódico de Borges da Fonseca: “Discutamos o que interessa ao país com calma, e vença a razão; a verdade é uma só, e sempre a mesma. Somos amigos da liberdade, queremos o bem do país; mas não essa separação de que fala o **Diario**, e os mais desorganizadores” (1).

(1) Não tem cabimento a asserção de Alfredo de Carvalho, nos “Anais”, segundo a qual o *Correio do Norte* “pregava a separação do Norte como império independente e tendo por soberana a princesa D. Januária”. Esse lapso teve seguidores em Hélio Viana (“Contribuição à História da Imprensa Brasileira”), João Peretti (“O Movimento Praieiro”) e J. F. Velho Sobrinho (“Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro”).

Outro artigo, na quinta edição, perguntava, logo no título: “Será conveniente a separação entre o Norte e o Sul do Brasil?” Aludia ao ardid dos que pretendiam “nulificar nossa independência, armando brasileiro contra brasileiro, para o dividir e continuar o sistema recolonizador, não física, porém moralmente; pois que muita gente, sem pensar no próprio interesse, não quer que o Brasil seja dos brasileiros”.

O editorial, bastante longo, focalizou as desvantagens de uma separação e aduziu comparações com outros países, frisando que quem aventou essa questão “foi o Ministério nefário e nefando, que, para se poder manter no pôsto, quer tudo comprometer e tudo perder; e vê, então, a necessidade de estigmatizar seus adversários políticos, imputando-lhes tão escandalosos aleives”.

Voltando a repelir o **Diário**, verberava: “...nós não queremos contender de repúblicas agora, e é imprudência no contemporâneo discutir semelhante assunto”.

Mais algumas considerações, acusando “o atual gabinete, perturbador e anárquico”, que estava “perdendo a causa da Monarquia do Brasil”, e concluiu: “Somos mais de opinião de que se o trono continuar em sua inércia, êle cairá, porque os tronos caem, e arrastará na sua queda, os seus amigos, êsses homens a quem Deus deu olhos para não verem e ouvidos para não ouvirem!! Mas, quando chegar o **dies irae** nacional, nós, brasileiros sinceros, apararemos o trono em sua queda, e o conservaremos, do mesmo modo que o fizemos no memorável 7 de abril; mas os traidores, os malvados cairão vítimas das vinganças da nação”.

No dia 6, de 8 de dezembro, o **Correio do Norte**, em suelto sob o título “Pernambuco”, noticiou a posse, na véspera, do presidente provincial Francisco do Rêgo Barros (Barão da Boa Vista), comentando: “Êle a recebe das mãos do seu antecessor, tranqüila e bem ordenada; e já terá observado que êsses boatos de associações para promover a separação do Norte são falsíssimos e que partiram da perversidade dos pescadores políticos” (2).

(2) Numa reafirmação dos seus pontos de vista, viria Borges da Fonseca a escrever, a 18 de dezembro de 1850 (Correspondência de Fernando de Noronha para o periódico *A Revolução de Novembro*): “Os realistas da *União*, é verdade, sem-

Adotando tão firmes pontos de vista, o **Correio do Norte** manteve polêmica, também, com o periódico conservador **A Ordem** e não deixou de ocupar-se da política das províncias nordestinas, principalmente a Paraíba e o Ceará. Uma série de artigos intitulou-se “Causas da decadência do Brasil”. A começar do n.º 7, o órgão tomou como alvo de seus ataques o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama e José Tomaz Nabuco de Araújo Júnior. Sob o título “Plagiato, furto ou roubo literário do sr. padre Miguel do Sacramento”, comentou: “. . .êlé tem um talento superior e só seu; brilha de quando em quando com luz roubada, mas brilha”. E inseriu dez tópicos, em francês, do livro “Censeur Europeen”, para serem comparados com igual número do artigo “Fações”, de 9 de dezembro de 1841, no **Diario de Pernambuco**.

Terminado o ano com a edição de 23 de dezembro, começou 1842 com o n.º 11, de 8 de janeiro, cujo editorial fêz uma recapitulação dos acontecimentos do precedente, afirmando, a certa altura: “O ano de 1841, foi o mais desastroso que teve o povo brasileiro: a Constituição se há rasgado e, com a reforma do Código se há anihilado a liberdade do povo”.

Concluiu por aduzir “que o Império brasileiro se não circunscreve na Côrte e província do Rio de Janeiro, e que pois é necessário atender às queixas que partirem de cada um dos pontos, desprevenidamente e sem consideração de partido, que o não deve ter o govêrno geral. Muitas vêzes a opposição tem razão, e de não querê-la ouvir vem a ruina e queda dos governos”.

Já no fim da vida, o **Correio** alterou, no n.º 13, sua feição, confeccionando-se com três colunas de composição a 12 cíceros, mais três centímetros na altura, sendo impresso em papel verde-claro. E, sem mais alterações no programa traçado, encerrou sua circulação com o n.º 14, datado de 19 de janeiro de 1842 (**Bib. Púb. Est.**).

AURORA PERNAMBUCANA — Jornal de Instrução e

pre premeditaram a separação do Norte; mas para criar, nesta parte do Brasil, uma monarquia para o príncipe de Joinville, fato suficiente para que nunca mais pudessem ajustar comigo um tal plano. E nem eu tenho como fim a separação do Brasil”.

Recreio — Impresso na tipografia de M. Figueiroa de Faria, saiu o n.º 1 dêsse “periódico de literatura amena” no dia 22 e o n.º 2 (último) no dia 29 de novembro de 1841, vendendo-se o número avulso a 100 réis. (“**Anais**”, de **A. de Carvalho**).

ESPELHO DAS BELLAS — Surgiu (“**Anais**”) a 16 de dezembro de 1841, impresso na oficina gráfica de L. I. R. Roma. Formato de 22 x 16 com quatro páginas de coluna dupla, trazia, sob o título, os dois versos a seguir, de Richardson:

“Nada é belo, nada é amável
Sem modéstia e sem virtude”.

Tinha por objetivo “a moralidade e instrução das senhoras e não tratava de política”, constando sua matéria de “apólogos, anedotas, máximas, charadas, contos, novelas e modas”. Custava 960 réis a assinatura trimestral, vendido o número avulso a 80 réis.

Publicação semanal, circulou o n.º 13 a 13 de abril de 1842, comprovante único existente na Biblioteca Pública do Estado. Segundo Alfredo de Carvalho, atingiu o n.º 23, de 24 de agosto do mesmo ano, tendo publicado “um resumo da história de Pernambuco assás interessante para a época”.

1842

ANNAES DA MEDICINA PERNAMBUCANA — Periódico publicado pe’a Sociedade de Medicina e redigido “por uma Comissão da mesma Sociedade”, deu à luz o primeiro número em outubro de 1842, no formato de 22 x 16, com 50 páginas de texto e capa em papel de côr, debruada de vinhetas, na qual se viam, com a respectiva assinatura, os dois versos de Camões (“**Luzíadas**”, canto VI) aqui transcritos:

“Desta arte se esclarece o entendimento
Que experiências fazem repousando...”

O “**Proêmio**” focalizou a criação, em abril de 1841, da Sociedade de Medicina de Pernambuco, cujos objetivos incluíam a publicação de um órgão que “a todos patenteasse os trabalhos dessa corporação”.

“Um jornal — aduziu o articulista — é o elemento de vida das associações científicas, é o canal por onde transmitem e propagam suas idéias, derramam a instrução pela massa da população e, ao mesmo tempo, é o mais poderoso incentivo, o estímulo mais forte para despertar os ânimos e ativar o trabalho, enquanto que é por êle que a sociedade mostrará ao público que emprega todos os meios de promover os progressos da ciência e de ser útil ao país e aos homens”.

Publicaria, em suas colunas, a'ém de trabalhos originaes, o que outros jornais de Medicina contivessem de mais notável e interessante, mas votaria “a soberano desprezo todo escrito apócrifo e misterioso”.

O n.º 1 divulgou, além do “Proêmio”, discurso do presidente Maciel Monteiro, proferido na solenidade da fundação da Sociedade; Estatutos da mesma Sociedade; “Discussão a cêrca das boubas”, com a resposta de Pedro Dornelas Pessoa; programa de prêmios para 1843 (causas de insalubridade e meios de combatê-las); e “Observações meteorológicas”, por João Loudon.

A publicação da importante revista científica, primeira no gênero em Pernambuco, continuou em 1843, quando saíram quatro números, a saber: fevereiro — 54 páginas; abril — 60; setembro — 57; dezembro — 60. Mais uma edição, em fevereiro de 1844, com 64 páginas, e extinguiram-se os **Annaes da Medicina Pernambucana**.

Contou a Comissão de Redação com os seguintes médicos: Simplicio Antônio Mavignier, Antônio Peregrino Maciel Monteiro, Pedro Dornelas Pessoa, José Joaquim de Moraes Sarmiento, João Loudon, João Ferreira da Silva, José Eustáquio Gomes e Joaquim de Aquino Fonseca, figurando o primeiro como Redator-em-Chefe.

A exemplo do n.º 1, os demais inseriam farto material especializado (1). Mas o n.º 6 (e último) divulgou apenas um

(1) Em seu livro “Notas sôbre um Higienista Pernambucano do Século XIX” Leduar de Assis Rocha incluiu completo estudo da existência dos *Anaes da Medicina Pernambucana*, a começar pelo sumário de cada um dos volumes, inclusive do 2.º, de fevereiro de 1843, exemplar existente na Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, através de cópia feita pelo cirurgião brasileiro Orlando Settamini-Duarte.

discurso de Mora's Sarmento, intitulado "Reflexões às reflexões do sr. dr. Joaquim de Aquino Fonseca, acêrca de dois parágrafos do último relatório dos trabalhos da Sociedade de Medicina desta cidade".

"Os **Annaes** (2) tiveram curiosas particularidades: em todos os seus números o nome da Sociedade de Medicina de Pernambuco era impresso em belos tipos, de desenho especial, empregados exclusivamente para êsse fim, e, no corpo dos trabalhos, eram impressos em negrita os nomes de Hipócrates, de S. M. e de Deus".

Vendido, inicialmente, a \$800 o exemplar, baixou êste preço para \$500 nos dois últimos números. A impressão estêve a cargo da tipografia de Santos & Cia., à rua da Cruz (atual rua do Bom Jesus) n.º 36, encerrando cada edição uma nota de Erratas (**Coleç. L. de. A. Rocha**) (3).

O **ARTILHEIRO** — Impresso na Tip. de M. Figueiroa de Faria, surgiu êsse órgão político a 2 de dezembro de 1842, em formato de 26 x 19, com quatro páginas a duas colunas de 16 cîceros. "Condições": "**O Artilheiro** aparece quando lhe toca o serviço. Quem lhe achar bonito o uniforme, procure-o com os seus 80 réis, que êle não é soberbo e terá cuidado de prevenir os amadores pelo venerando camarada **Diario**; mas não entra em engajamento, porque, tendo sido voluntário, ama a sua liberdade". Ainda sob o título, à direita, servindo de **slogan**, via-se colocada a quadra:

"As balas sibilam,
Nas pedras estrugem:
Os súcios s'esgueiram,
Nem tugem nem magem".

Após dizer que "um soldado pouco sabe de exórdios", iniciou **O Artilheiro** sua apresentação em quase uma coluna de preâmbulo, seguindo-se-lhe a "Exposição de Princípios, ou Primeira Salva", com o subtítulo: "Viva o Imperador! Viva a Lei! Viva o Brasil!" Mais duas colunas se encheram de considerações em tórno de sua atuação, assim concluindo:

(3) A Biblioteca Pública do Estado possui comprovante, apenas, do n.º 1.

“...contanto que cada um se responsabilize pela certeza do seu título poético, aqui vos oferece francas as suas palavras — para uma lição de honra contra os fautores de doutrinas perniciosas — **O Artilheiro**”.

Depois de longa barretada ao 17.º aniversário do Imperador Pedro II, arrematou a edição um artigo de crítica à oposição pernambucana.

Logo no segundo número, lia-se, ao pé da última página, o “Aviso” seguinte, sob o título “Exemplo de filantropia”: “Os camaradas juntaram-se, recamaram que 80 réis era despesa muito forte, que os cigarros estavam muito caros e tudo o mais pela hora da morte. **O Artilheiro**, que não tem coração de bronze, por mais que com êle lide, prometeu-lhes emendar a mão: nada de sacrifícios, pois, rapazeada do grande mundo; dora em d’ante ter-me-eis por um vintém, no lugar já sabido: e’ a, aí tendes não só êste número, como também o antecedente, a vintém, meus amigos”.

Circulando semanalmente, tornou-se bissemanário a partir do terceiro número. E, como matéria única, cada edição só comportava artigos de combate à “nova oposição”, inclusive em polémica, das mais azêdas, com os órgãos praieiros **Diario Novo**, **O Guarda Nacional**, etc., o que fazia igualmente em versos de tôdas as categorias, sem assinaturas, que ocupavam, em média, uma página, nêles predominando a sátira e a mordacidade.

A partir do n.º 17, de 1.º de fevereiro de 1843, pequeno clichê, em xilografura, ilustrou o cabeçalho, significando uma peça de artilharia a vomitar fogo, tendo ao lado o respectivo artilheiro. A edição de 22 de março (n.º 29), continuando nos ns. 32 e 33, divulgou o poemeto herói-cômico “A praieirada” assinado por **Desiderantur Reliqua**. Na edição de 15 de abril (n.º 36), ocupou a primeira página o poema intitulado “Elogio”, dedicado ao “sr. Francisco do Rêgo Barros, Barão da Boa Vista e Presidente da Província de Pernambuco, por ocasião de lhe ser oferecido, pelo Corpo do Comércio, o palacete da rua da Aurora, em reconhecimento de seus importantes serviços à Província e ao Brasil”.

No n.º 40 divulgou-se, pela primeira vez, uma “Carta do Cidadão Careca ao Cidadão Calvo, morador em Mattos-

-quedos". Sucederam-se outras, nas quais, como ocorria com tôda a matéria do jornal, o **Careca** não fazia outra coisa senão arremeter, por todos os motivos, contra os periódicos "praieiros"; contra Jerônimo Vilela de Castro Tavares (1), Nunes Machado, Urbano Sabino Pessoa, padre Muniz Tavares, L. I. Ribeiro Roma e outros líderes da oposição, sempre tecendo encômios ao Barão da Boa Vista. Depois, vieram as cartas "do Cidadão **Calvo** em resposta ao seu amigo **Careca**", cujo autor, talvez o mesmo, apenas continuava a catilinária, em idêntico estilo, visando às mesmas personagens.

Grande sátira à imprensa oposicionista foi expressa no soneto a seguir, inserto no n.º 44 d'**O Artilheiro**, datado de 13 de maio e dedicado "Ao **Guarda Nacional**":

"O **Typhis** naufragou; naufragou **Argos**;
O Cruzeiro caiu; voou **A Abelha**;
 Morreu **A Sentinela** sem parelha;
 Todos sofrido têm dias amargos.

A Bussola perdeu-se em mares largos;
O Echo emudeceu; murchou a orelha
Velho Pernambucano, que de esguelha
 Marchava tripe-trepe a honrosos cargos.

O bom senso atual de Pernambuco
 Repele tôda idéia exagerada,
 Ou seja de um Catão ou de um eunuco.

Em mau tempo engajou-se o **Camarada!**
 Ralhar contra o Governo é ser ma'uco,
 Bradar contra o Barão é praieirada".

Ao atingir o n.º 46, **O Artilheiro** aumentou de tamanho, ganhando cada página mais cinco centímetros de composição, sem alterar a largura; suprimiu a vinheta de sob o título e modificou as "Condições", que passaram a ter o seguin-

(1) Pela primeira vez, aparece, neste volume, o nome de Jerônimo Vilela de Castro Tavares, bacharel e revolucionário, que se não deve confundir com o em páginas atrás mencionado Jerônimo Vilela Tavares, médico baiano radicado no Recife e pai daquele ilustre pernambucano e do também ilustre bacharel não revolucionário Joaquim Vilela de C. Tavares.

te texto: "...aparece duas vêzes por semana e será anunciado pelo **Diario-velho**; cada fôlha avulsa custa 60 réis; para os srs. assinantes, 40 réis, sendo entregue na loja ou sendo mais de um exemp'ar; e à razão de 400 réis por mês sendo um só exemplar entregue em casa". Por sua vez, a quadra, que figurava à direita, foi substituída pe'as seguintes palavras do Marquês de Maricá: "Os patriotas dizem que é doce morrer pela pátria; mas êles, em seu coração, reconhecem que é mais doce viver para ela e à custa dela".

No n.º 49, de 29 de maio, abriu o texto uma Carta, com a assinatura **O Artilheiro**, dirigida ao Presidente de Pernambuco, solicitando sua atenção para o "perigo da Província, já moralmente anarquizada pe'a linguagem subversiva, mais que virulenta e despeitosa das gazetas da oposição contra a autoridade legal".

Continuou, em todos os comentários, nas "Cartas" e Comunicados, a atacar, dissecar e ridicularizar os jornais oposicionistas, dizendo, por exemplo, o colaborador **Careca**: "O **D'ario Novo**, **Guarda**, **Indígena**, **Cometa**, **Nazareno** e talvez **O Raio**, tudo são obras dos mesmos quatro ou seis trantantes".

Ao primeiro dos referidos órgãos era chamado **Diario-Sabino** (alusão ao líder praieiro Urbano Sabino). **O Cometa** era **Cometa-sem-rabo**, e seu redator, padre João Capistrão de Mendonça, (apelidado **Frei Cometa**), mereceu, na edição de 14 de junho, entre outros, os epítetos: "eclipse do claustro, flagelo da religião de Jesus Cristo, epílogo da immoralidade, tipo da relaxação fradesca". Ao padre Muniz Tavares os **artilheiros** cognominavam **padre Capim Salapador**, em meio a imp'acáveis doestos.

A partir do n.º 51, foi criada nova modalidade de satirizar e ridicularizar a oposição, bissemanalmente, através da longa seção em versos "**A viola de Lereno**", sem assinatura, ocupando, às vêzes, mais de uma página.

Já nas últimas edições, veio B. S. (João Batista de Sá) a assinar sonetos, como o fizera nos ns. 76 e 77, abrindo a primeira página, em saudação ao Barão da Boa Vista e a D. Pedro II, respectivamente.

Prosseguiu, sem mais alteração, a existência da terrível fôlha conservadora, até o n.º 84, de 30 de setembro de 1843, quando se despediu dos leitores, em longo editorial, frisando: "...agora, porém, que outro mais esforçado enrasta a lança e deve tomar-lhe a dianteira (2), **O Artilheiro** entende que se podem excusar os seus esforços e irá tomar quartel de inverno onde repouse das fadigas". Findou desejando que o nôvo periódico combatesse e anatematizasse "os inimigos da tranquilidade pública, os ambiciosos desregrados que querem fazer do país a sua prêsa".

Por sua vez, arrematando prolixa versalhada, declarou **Lereno** que metia "a viola no saco".

Além de João Batista de Sá, a redação do periódico era também atribuída a Antonino José de Miranda Falcão (**Bib. Púb. Est.**).

O GUARDA NACIONAL — De orientação liberal, circulou o primeiro número no dia 9 de dezembro de 1842, em pequeno formato de 22 x 16, com quatro págs nas de coluna larga. Impresso na Tip. Imparc'al, de L. I. R. Roma, à rua da Praia n.º 55, apresentou sob o título o seguinte dispositivo da Lei de 18 de agosto de 1831: "A Guarna Nacional é criada para defender a Constituição, a Liberdade, a Independência e Integridade do Império".

No artigo de apresentação, sem título, escreveu o **Guarda** que desde muito tempo tinha "vontade de sair a campo", porque lhe não agradavam "certas coisas"; mas recebeu "ser o primeiro em meter o bedelho", frisando: "Agora, porém, que o meu colega **Artilheiro** aparece, defendendo a causa da legalidade, do Monarca e do Govêrno, eu, que sou amante da ordem e não quero ver no meu país senão o império da lei e da razão, e reinar o sossêgo e tranquilidade, vou também rabiscar um pouco".

Depois de mais algumas considerações em tórno de sua missão no mundo jornalístico, entrou logo a censurar o contemporâneo: "Não encontro muita razão no camarada **Artilheiro** quando se mostra tão ofendido pela **jovem** oposição,

(2) Referia-se ao bissemanário *A Estrella*, que começou a circular no dia 4 de outubro.

que em Pernambuco aparece às medidas do Exm.º Govêrno Provincial, mormente quando é da natureza e essência da Monarquia Constitucional Representativa essa oposição, ou jovem ou adulta, ou finalmente já no estado de sua emancipação...”

“Mas, meu caro, o tempo agora muda de figura. Temos a Constituição, somos governados, ou pelo menos devemos sê-lo, por uma Monarquia Representativa Constitucional, e por isso se não pode negar oposição a certos atos do govêrno, àqueles que, longe de promover a felicidade do Povo, caminham por precipitá-lo num abismo. Eu falo com respeito; e é da administração provincial que me ocupo agora”.

E assim, defendendo o direito da oposição, continuou até a última linha da quarta página.

A partir do n.º 2, o bissemanário ostentou o título em forma de arco, sôbre o clichê, em xilogravura, de um miliciano na posição de sentido, ocupando o cabeçalho metade da página.

Terminando o ano com uma edição de 8 páginas, a 24 de dezembro, saiu o n.º 6, em prosseguimento, no dia 2 de janeiro de 1843. E circulou, pelos meses afora, com regularidade, tendo como tema único o ataque, a crítica sistemática ao govêrno do Barão da Boa Vista e seus auxiliares diretos, com incursões raras ao setor federal, em extremada polêmica com o também bissemanário **O Artilheiro**, o **Diario de Pernambuco** (chamado **O Manteiga** ou **Diario Velho**), **O Paisano** e **O Chora-Menino** (1). A administração provincial era dissecada de tôdas as maneiras: sua política, obras, despesas, aquisição ou dispensa de funcionários e até o contrato que trouxe para Pernambuco o engenheiro Louis Vauthier. A polêmica chegou ao ponto de se ver estampa-

(1) Em seu n.º 64, de 7/8/1843, publicou *O Guarda Nacional*, a nota abaixo sob o título “Relação das fôlhas do govêrno”, extraída da *Sentinela da Monarquia*, do Rio de Janeiro:

“*Diario de Pernambuco* — redator: (dr.) Madureira, secretário da Presidência.

Artilheiro — redator: Antonino José de Miranda Falcão, oficial da Secretaria.

Paisano — redator: Dr. João Floripes Dias

Chora-Menino — redator: padre João Barbosa Cordeliro (vulgo *Padre Bússola*”).

da, como fim de matéria da edição de 11 de maio de 1843, a nota a seguir:

“**O Artilheiro** n.º 42 assevera que breve irão para a eternidade o sr. Roma e **O Guarda Nacional**. Fique certo o sr. Antonino, Madureira e os escrevinhadores dêsse papeluxo que há-de morrer mais gente, porque os filhos deixam pais; os maridos, mulheres; os pais, filhos; e uma bala paga-se com outra, etc., etc.”.

O Guarda Nacional, que tinha o **Diario Novo** como parceiro de campanha política, deu as boas vindas (edição de 18 de maio), a outro combatente das fileiras da oposição aparecido, com a seguinte “Congratulação”, fechando sua última página:

“A publicação d’**O Indigena** foi muito satisfatória para os oposicionistas e liberais pernambucanos. **O Guarda Nacional** conta com mais este companheiro firme e decidido para ajudá-lo na grande empresa que o ocupa, e se congratula com **O Indigena** pela sua aparição. Queiram os céus abençoar nossos esforços, e o Deus da América esteja sempre em socorro do Brasil”.

Continuou a engrossar a falange oposicionista. A 30 de maio, lia-se no editorial da primeira página d’**O Guarda**: “Os triunfos sucedem-se uns aos outros. Apareceu **O Indigena**, logo depois veio **O Cometa**, e quarta-feira, 24 de maio corrente, foi publicado **O Nazareno** na comarca de Nazaré. Cinco fôlhas que argumentam com fatos e que se não envolvem, como as fôlhas do sr. Rêgo Barros, no imundo lamaçal dos impropérios e descomposturas”.

Enquanto isto, o desenho do cabeçalho era alterado, passando a mostrar-se o miliciano em posição de luta, como que a investir contra o inimigo, ficando-lhe o título por baixo”.

Nas edições de setembro, o periódico voltou-se mais contra o gabinete ministerial; e acres censuras foram assacadas contra o bispo da Diocese. Não faltou, igualmente, nas suas colunas, o sonêto ferino, nem a quadra chistosa, mas venenosa, ferretoando os políticos da situação e os sotáinas.

Ocorreram, então, alterações no campo da imprensa. Suspendeu sua circulação **O Artilheiro**, o mais valente dos contendores do órgão oposicionista, que se rejubilou com o fato. E apareceu **A Estrella**, cujo programa não estava ainda bem esclarecido. “Pela fisionomia — declarava uma nota d’**O Guarda**, de 10 de outubro — parece-me da oposição; mas periódico da oposição chamado **Estrella**, impresso na tipografia do sr. Figueiroa, em formato grande, nítida impressão e a 5\$000 de assinatura mensal?! Não, aqui há mistério!”

Em sua edição de 16 de outubro inseriu **O Guarda Nacional** um tópico intitulado “Os escritores do governo premiados”, assim começando: “Não há nada como ser governista — dizia ante-ontem certo oficial — porque o governo pode dar, e efetivamente tem dado a seus seguidores, quando a oposição nada tem para dar, e quando tem, ordinariamente, é ingrata. O primeiro redator d’**O Artilheiro** foi bem pago dos serviços que prestou ao sr. Barão, porque, além de **mamar**, durante o tempo dessa redação, 50\$000 mensais, **chuchou** uma escrava de 500\$000 e, logo após, um emprêgo em obras públicas com o ordenado de 600\$000 anuais, o que não é nenhuma asneira”.

Outros jornalistas, entre êles o redator d’**O Paisano**, foram enumerados como tendo melhorado de situação por estar sempre de acôrdo com o governo. “Só o pobre do **Bussola** ficou chuchando no dedo”... porque respondera mal “ao cônego Palmeira...”

Depois, no n.º 80, do dia 23, ainda de outubro, lia-se: “Estava já tão acostumado com o falecido **Artilheiro**, que hoje sinto as maiores saudades quando me recordo dêle. Ora, com efeito, parece que a cólera morbus deu nas fôlhas do governo! Morreu **O Paisano** na flor dos anos, um rapaz bem parecido e que realmente ensinava doutrinas que pareciam o Evangelho; morreu **O Chora-Menino**, êsse valente defensor do herói Salvador, êsse padre **teólogo, político**; e logo após de tão irreparável perda, foi-se o Janjam, o Chiquinho, enfim **O Artilheiro!**” Mais umas quadras, a destacar:

“Assim como o Cogumelo,
O Artilheiro nasceu;

Semelhante ao Cogumelo,
O Artilheiro morreu!”

Na mesma edição dava-se notícia de que o bispo diocesano anatematizara os escritos d'**O Guarda Nacional**.

A circulação do valente órgão, a partir de outubro, fazia-se apenas uma vez por semana. Terminou o ano com o n.º 87, de 9 de dezembro, para só reaparecer, continuando a numeração, a 24 de janeiro de 1844, quando se apresentou com o editorial “Boas festas e entradas de ano”. Reafirmou-se pronto para defender “a causa da Nação, os princípios constitucionais representativos e os direitos do povo brasileiro”, acentuando: “...eis-me, finalmente, outra vez, preparado a arrostar as perseguições e odiosidades do governo monstro, que nos dilacera, e do seu delegado, Barão da Boa Vista”.

Suavisada a tarefa dos polemistas, continuou a publicação, irregularmente, ora uma, ora duas vezes por semana, ora de quinzena em quinzena. Na edição de 28 de fevereiro, o editorial “Viva a oposição! Viva a Liberdade!” ocupou-se do julgamento do delito de imprensa de que fôra acusado o extinto **O Indigena**, assim concluindo:

“Pernambucanos! principiam os louros do Partido Liberal. Caiu o Ministério Honório; foi absolvido **O Indigena**; eia, não cedamos um passo do terreno que havemos vencido e que ocupamos. Nossos males breve terão de ser remedidos. Consciência, união, patriotismo”.

Afastado do governo provincial o Barão da Boa Vista, “derrotado o Ministério de 20 de janeiro de 1843”, e “caídos por terra os principais autores da oligarquia”, eis que tomou nova posição, a partir do n.º 105, de 9 de maio de 1844, o miliciano desenhado no cabeçalho d'**O Guarda**: apareceu de arma ao ombro. E o redator — que não era outro senão Jerônimo Vilela de Castro Tavares — entrou a apoiar o Ministério Liberal e o presidente Joaquim Marcelino de Brito, dando vivas ao Imperador por haver dissolvido a Câmara Legislativa, enquanto continuava a criticar as atitudes de Francisco do Rêgo Barros, Barão da Boa Vista.

Em sua nova situação de órgão governista, o jornal pas-

sou a enfrentar **O Guararapes**, que pisou no mundo da imprensa como... opositorista. Depois, a propósito das eleições de 7 de setembro, para juizes de paz e vereadores, desferiu ataques contra **O Nazareno** e seu redator Antônio Borges da Fonseca, acusando-o de baronista. Reacendia-se, por outro lado, a polêmica com o **Diario Velho**, ou seja, o **Diario de Pernambuco**.

“Finalmente, chegou a época em que é forçoso o G.N. deixar sua pátria, para, na Côrte, satisfazer a vontade de seus concidadãos, honrado pela maioria dos eleitores da província”. Despediu-se assim **O Guarda Nacional**, com seu n.º 132, de 13 de dezembro de 1844, uma vez que Jerônimo Vilela fôra eleito deputado geral.

Pouco mais de um ano depois, voltava **O Guarda Nacional** à circulação, precisamente no dia 16 de fevereiro de 1846 — n.º 1 — com a arma (no desenho do título) em posição de descanso.

Falando na primeira pessoa, no artigo inicial, sem assinatura, acentuou o redator que não pretendia mais escrever sob o mesmo título do periódico, isto porque o fazia recordar “um tempo calamitoso e desgraçado”. “Mas — acentuou — êsse meu propósito não pode ir avante e, embora eu me tenha metamorfoseado, não há remédio senão escrever o próprio G. N., aquêlê **Guarda** que primeiro descobriu os roubos do Palácio das Relações, do Arsenal de Guerra e Marinha, as belas traficâncias das obras públicas, do fardamento do **esparrela** e outros biquinhos mais”. Adiante, frisava:

“Sou o mesmo homem e o mesmo político de 1842, tenho os mesmos princípios, as mesmas convicções, a mesma resignação e coragem e meu fim ainda é pugnar pela Constituição, Liberdade, Independência e Integridade do Império”.

Concluindo: “Não quis continuar a numeração passada e principio numeração nova, porque há muita diferença entre as duas épocas, esta e a em que escrevi êste mesmo G. N.. Então eu fazia oposição a um govêrno monstro e arruinador do Império; hoje eu apoio, eu presto todo o meu contingente a um govêrno paternal e reparador dos males que sofre-

mos (2); então eu era perseguido oficialmente e sob a firma dos primeiros mandões da época; hoje eu sou considerado pelos influentes do dia, e minha perseguição limita-se ao círculo dos “guabirus”, a quem tenho cantado a vida, e cujas mazelas tenho com a maior coragem descoberto e pôsto ao ôlho do sol”.

Não teve mãos a medir no ataque ao Barão da Boa Vista, aos seus partidistas e aos periódicos conservadores, ou **guabirus**, como **O Lidador** e **A Carranca**, enquanto defendia a política praieira e o presidente Antônio Pinto Chichorro da Gama. O maior ridículo era desferido contra o **bezerro de pêra** e o **bode de pêra**, característicos atribuídos aos baronistas.

Nessa segunda fase, o virulento periódico praieiro não deu mais do que seis edições, tôdas no espaço de um mês, a última delas datada de 13 de março de 1846.

Ainda outra vez voltou **O Guarda Nacional** à circulação (3), com o n.º 1 de 1847, datado de 3 de novembro, sem qualquer alteração gráfica, a não ser a indicação do nome do impressor: S. Caminha.

Dizia o editorialista, no artigo de abertura, que uma vez restituído à sua pátria (4), não era possível que se conservasse silencioso diante dos “clamores d’**O Lidador** e d’**O Tribuno**”, apreciando “as insinuações pérfidas” de meia dúzia de “guabirus”. Aludiu ao período em que o Barão da Boa Vista era o “senhor despótico desta cidade e província”; atacou o redator do segundo dos mencionados periódicos, Antônio Borges da Fonseca, que “tomara a peito desmoronar o partido praieiro”, e concluiu zombando dos planos d’**O Nazareno** (5) e d’**O Lidador**.

Após outro artigo de ataque ao Barão, findou a edição com a nota a seguir: “O redator d’**O Tribuno**, que se acha condenado a não sei quantos anos de prisão, e como tal prê-

(2) Estava no poder o Partido Liberal.

(3) No seu registo dos “Anais”, Alfredo de Carvalho dera o número 6, de 13 de março de 1846, como tendo sido o último publicado.

(4) Falava em Pátria na acepção de Estado. O redator achava-se em férias parlamentares.

(5) O *Nazareno*, também de Bcrges da Fonseca, achava-se, então, suspenso.

so na cadeia desta cidade, apresenta-se candidato à deputação geral por esta província e da Paraíba! (6) O homem perdeu a cabeça, digam lá o que quiserem, pois então nivela os deputados do país aos condenados por crimes? (7) Sr. **Tribuno**: cumpra sua sentença, ou trate de se defender, se ainda tem recursos, e depois de sôlto e livre peça que o façam deputado; mas, agora...? perde seu tempo”.

Dessa nova fase, entretanto, só saíram quatro números (o redator adoecera), sendo o último datado de 3 de novembro, redigidos todos em linguagem polêmica, atacando as mesmas pessoas, os mesmos **guabirus**, e fazendo a defesa do redator-deputado. Arrematou (tratava-se de fase eleitoral) com quatro glosas ao mote:

“Coitado! pobre Barão!
Desta vez ficas mamado:
Nem votos prá Senador
Nem votos prá Deputado”.

Pela quarta vez reapareceu **O Guarda Nacional**: n.º 1 de 1848, a 23 de outubro. Mudara, apenas, a divisa, sob o título, para a seguinte: “Procuremos a todo custo obter e sustentar a liberdade, a ordem, e melhorar a condição e o estado do cidadão brasileiro”.

Escreveu o redator, de início: “Não entrava por certo nos meus cálculos que o partido “saquarema”, mais conhecido nesta província por “guabiru”, saindo da posição miserável a que o haviam reduzido seus princípios, e, mais do que tudo, os fatos monstruosos por êle mesmo praticados, galgasse o poder no dia 29 de setembro de 1848, e esteja hoje à frente do país, dirigindo o timão do Estado e senhor do destino dos cidadãos brasileiros!”

Com os “guabirus” no poder — acentuou — achava-se o país sob o cutelo do algoz e em perigo “a nossa liberdade, honra e vida”. **O Guarda** procuraria, por todos os meios, “obter e sustentar a liberdade e a ordem”, “promover os melhoramentos materiais e morais de sua terra, melhorar a condição e a sorte de seus patrícios e repelir a influência estrangeira na organização da política”.

(6) Da própria prisão Borges da Fonseca redigia seus jornais.

(7) Não era outro o crime, senão... delicto de imprensa.

Na edição seguinte, sob o título “Advertência”, lia-se: “Alguém talvez se tenha persuadido que o G. N., reaparecendo, tem por fim excitar os ódios, promover intrigas e concorrer assim para a desunião dos pernambucanos, como desde 1841 fizeram êsses afamados periódicos saídos do seio do partido que hoje se julga dominante; mas quem quer que assim pensa engana-se redondamente. O G. N. é homem público, tem princípios, tem convicções, e é para defender êsses princípios e essas convicções, aliás desde muito pronunciadas e conhecidas, que com algum sacrifício êle entra, novamente, em serviço”.

Após outras considerações, concluiu: “O G. N. sabe conciliar a dignidade, que muito presa, com os interesses da política que tem abraçado”.

A publicação continuou, normalmente, duas vêzes por semana, desferindo tremendos ataques ao gabinete Miguelista, ao govêrno provincial, exercido por Herculano Ferreira Pena, e aos jornais situacionistas, principalmente o **Diário de Pernambuco** e **A União**.

Na edição de 13 de novembro, o segundo editorial trazia o título “A província está em conflagração”. Referia-se ao movimento rebelde dos **praieiros**, que começou no dia 7, anunciando as primeiras escaramuças. E concluiu:

“Não sou um revolucionário e nem homem sem sangue; por meu conselho nunca se fêz uma vítima; mas também não sou impassível aos sofrimentos de minha Pátria. Não é reagindo sôbre um povo generoso e dócil, como é o pernambucano, e reagindo como fizera o sr. Pena, que poderia êle governar desempeçadamente; as vidas, a propriedade, a honra dos **praieiros** não são objeto de jôgo e do brinco de S. Ex.^a. S. Ex.^a traiu seus antigos amigos e aliados, traiu a deputação pernambucana, faltou ao cumprimento de sua promessa; não tem de que e nem de quem se queixar: a culpa é de sua cabeça e da camarilha que o dirige”. (8)

O periódico fêz, enquanto possível, a cobertura da Re-

(8) No artigo em referência, embora sem assinatura, estava implícita a redação do deputado Jerônimo Vilela de Castro Tavares, um dos líderes praielros, que logo mais iria juntar-se ao alto comando da Revolução, no interior do Estado, para onde viajou a 31 de dezembro, com Nunes Machado e outros.

volução Praieira, a par de comentários de incitamento à luta. E, no seu n.º 11, o miliciano desenhado no alto da primeira página voltou a usar a carabina em posição de combate.

Anunciando (edição de 1 de dezembro) o aparecimento de mais um órgão defensor da situação dominante, acrescentou **O Guarda**: “Contém **O Brado da Razão** dois artigos de fundo, e ambos têm por fim persuadir ao povo que os **Guabirus** são uns anjos do céu”, e que “nós, os praieiros, somos uns demônios, amaldiçoados por Deus Padre, Deus Filho e Deus Espírito Santo”.

Travou-se logo polêmica, não só em prosa, mas também em versos satíricos, como no arrematar desta glosa, na edição de 13 de dezembro:

“Mentindo nasceu **O Brado**,
Há-de mentindo morrer”.

Sôbre o tema “Brasil”, no artigo principal do n.º 21 (18 de dezembro), escreveu o redator: “...pobre país! só és Estado livre e independente na geografia e no nome, porque, de fato... os **marinheiros**, os lusitanos, apoiados por filhos teus, bem que degenerados e infames, ainda te escravizam e te prendem com os grilhões da antiga metrópole”.

A primeira página da edição de 20 de dezembro trouxe um quadro em tarja, dentro do qual se lia, encimado por emblema fúnebre: “Morreu o sr. major Luiz Inácio Ribeiro Roma (9), proprietário desta tipografia”. As três outras páginas ficaram em branco.

Pouco mais viveu **O Guarda Nacional**, ocorrendo o seu definitivo desaparecimento após o n.º 25, de 3 de janeiro de 1849 (**Bib. Púb. Est.**).

1843

O PAISANO — Jornal de orientação conservadora, entrou em circulação a 23 de fevereiro de 1843, no formato de

(9) Participante da Revolução Praieira, morreu em consequência de ferimento que recebeu em combate, no interior do Estado, por isto transferindo-se para a capital.

22 x 16, com quatro páginas de duas colunas, sendo impresso na Tipografia de M. F. de Faria. Constava do expediente: "...sairá às segundas e quintas-feiras e se venderá na loja de livros do sr. Pinto, no Largo do Colégio, por 40 réis". Ainda sob o título, com a assinatura do Marquês de Maricá, vinha o conceito: "Os homens nos parecerão sempre injustos, enquanto o forem as pretensões do nosso amor próprio".

Num artigo de apresentação de mais de três páginas, dizia não dar guarida em seu peito aos ódios e rancorosos ressentimentos que soem ter os contendores em política, inda que não seja isento de paixões".

"Só a verdade limpa e pura lhe saboreia: assim que desce à arena periodiqueira para pugnar pelos sacros foros da razão e da justiça", combatendo "as idéias que não esposar".

Continuou o editorial, defendendo a administração de Francisco do Rêgo Barros (Barão da Boa Vista) e condenando "as fraquezas da oposição".

Em seu número 4, a propósito das conjecturas em torno da "descoberta" do seu redator, frisava uma nota: "**O Paisano** declara, em alto e bom som, que não é nenhum frade, nem pescador, mas que também não dirá quem seja". E seguiu seu caminho, enfrentando os jornais da oposição, sem mais outro assunto além de aplaudir o Ministério de 20 de janeiro e tecer encômios ao governo provincial.

Circulando regularmente, a princípio duas vezes, depois uma, por semana, maior espaço de tempo decorreu entre os ns. 17 e 18, que circularam, respectivamente, a 11 e 27 de maio, declarando, no segundo, não haver arrepiado a carreira; e "agora tem sobejas razões para redobrar esforços, a fim de que a oposição não ganhe terreno". É que haviam saído em campo mais dois órgãos praieiros.

Sem deixar de manter em plano alto sua linguagem polêmica, **O Paisano** cuja redação era atribuída a João Floripes Dias Barreto, viveu até o n.º 22, datado de 7 de julho (**Bib. Púb. Est.**).

O ENDIGENA — Órgão político, trazendo sobre o título o desenho, em xilogravura, de um índio e, abaixo, a divisa "Liberdade ou Morte!", saiu a lume no dia 13 de maio de

1843. Formato de 28 X 20, com quatro páginas a duas colunas largas de composição. Impresso na Tip. Imparcial, adotou o Expediente a seguir: "...sairá por ora tôdas as semanas, em dias indeterminados, que serão anunciados antecedentemente. Subscrive-se para êle a 1\$000 por quartel e vendem-se a 100 réis os números avulsos na loja de livros da rua do Colégio n.º 13". Redação atribuída a Jerônimo Vilela de Castro Tavares e ao padre Francisco Muniz Tavares.

Prolixo artigo de três páginas fêz a apresentação do jornal, abordando o estado de decadência e sofrimento do país, para dizer da necessidade de evitar a ruína "iminente sôbre esta bela porção da América", tarefa a que se impunha **O Indígena**, já indicando as causas, já denunciando à Nação os seus autores. Aludiu à história do Brasil depois da independência, sob o domínio dos "mesmos homens, dominados pelos mesmos erros".

Rememorou deportações arbitrárias, os movimentos revolucionários, perseguições... Implantado o sistema monárquico representativo, nem assim houvera uma trégua. Criticou "os homens da política de 19 de setembro" (1837); "o gabinete de 23 de março (1841), êsse govêrno coberto de crimes", e o último, de 20 de janeiro (1843), que procurava agravar os males do país.

Concluiu conclamando, "para um mesmo centro político, todos os brasileiros honestos", quaisquer que tenham sido suas crenças, para, "arvorando o estandarte da nacionalidade", com "a divisa — Liberdade ou Morte! — esmagar "os incorrigíveis inimigos do Brasil".

Publicação regular, constava a sua matéria de dois a três longos artigos, sem qualquer outro assunto que não a política, censurando, a propósito de tudo, o govêrno central; e começou, no n.º 5, a polemizar com o **Diário de Pernambuco**, em tôrno da desaprovação imperial da proposta que indicava Jerônimo Vilela para lente do Curso Jurídico.

Manifestou-se contra a centralização; dedicou mais de um editorial à "interpretação do Ato Adicional"; afirmou, num título, que o "govêrno, e não a oposição, tem procurado destruir as instituições do país"; combateu a "influência do govêrno nas eleições", a degradação das Câmaras, a "oligarquia no Brasil"...

O n. 18, de 7 de setembro, ocupou três páginas com uma ode e um editorial a respeito da data, que a redação considerava “uma glória dos brasileiros”.

Além da contínua rusga com o chamado **Diário Velho**, o órgão anti-governista entrou a doestar, desde outubro, com o nôvo periódico **A Estrella**. No mês seguinte era o proprietário da Tipografia Imparcial, Luiz Inácio Ribeiro Roma, “citado para apresentar a responsabilidade dos primeiros artigos dos ns. 22 e 24 d’**O Indígena**”, nos quais a Promotora viu frases “injuriosas à pessoa augusta de S. M. o Imperador”. Acentuou a nota redacional sôbre o assunto: “O grande plano dos nossos salteadores políticos é intrigar a oposição com a Monarquia”.

Iniciado o processo, apresentou-se, espontâneamente, o oficial reformado de primeira linha Francisco de Paula Carneiro Leão como autor e responsável pelos artigos incriminados, contra o qual prosseguiu a demanda. Pronunciado em audiência de 1 de dezembro, pelo juiz municipal Vicente Ferreira Gomes, da 3.^a vara, foi prêso.

Terminado o ano com o n.º 32, de 20 de dezembro, o subsequente só foi publicado no dia 16 de janeiro, declarando a nota de abertura da primeira página: “Tendo de continuar a nossa tarefa no presente ano de 1844, anunciamos aos nossos leitores que nutrimos os mesmos sentimentos, temos as mesmas opiniões e nos achamos no mesmo pôsto. Defender os direitos do povo contra as prepotências do governo será sempre o nosso fim; e enquanto os negócios do Brasil estiverem no mesmo pé, seremos um soldado constante nas fileiras da oposição. Guerra à tirania, Liberdade ou Morte — continua a ser a nossa divisa”.

Depois, a 5 de fevereiro, estampava o seguinte: “Fazendo-se precisa a publicação d’**O Indígena** mais de uma vez por semana, advertimos que, para não alterar a subscrição, correrá a mesma por números, tendo direito a doze números quem der 1\$000; a 24, quem der 2\$000.

Em comentário intitulado “Viva a Liberdade de Imprensa!”, **O Indígena**, de 29 de fevereiro, deu ciência do resultado do júri do dia 24, que absolveu, por unanimidade, o autor dos artigos denunciados como injuriosos à pessoa do

Imperador. O réu teve como advogados Joaquim Vilela de Castro Tavares, José Antônio Pereira Ibiapina e Filipe Lopes Neto Jr. Nada obstante, o responsável Carneiro Leão só foi pôsto em liberdade a 4 de março.

Na mesma edição vangloriava-se o semanário com a queda do Ministério de 20 de janeiro, êsse filho primogênito do dia 23 de março, seguidor da detestável política de 19 de setembro", com o que principiava "a derrota da oligarquia".

Entretanto, **O Indígena** permaneceu em expectativa, entretendo-se em expor "as quixotadas" do Barão da Boa Vista.

O nôvo Ministério, organizado a 2 de fevereiro, de formação liberal, mereceu-lhe franco apoio a partir da edição de 18 de maio, por haver assinalado sua ascensão ao poder com a concessão da anistia. Depois (edição de 12 de junho), regozijou-se a redação com a posse do presidente da Província, Joaquim Marcelino de Brito, uma vez afastado do poder o Barão da Boa Vista, Francisco do Rêgo Barros.

Na edição do dia 26, elogiava o Imperador, que proclamara "uma política de justiça, de imparcialidade e de conciliação".

Sem mais alterações, uma vez deposta a arma do combate, veio **O Indígena** a encerrar sua existência com o n.º 59, de 8 de julho de 1844 (Bib. Púb Est. e Bib. do Inst. Arq.).

O COMETA — "Quem não quer ser lobo não lhe veste a pele" — Tendo esta máxima como divisa, iniciou o pequeno jornal (22 x 16) sua circulação a 19 de maio de 1843, com quatro páginas, impresso na Tip. Imparcial, de L. I. Ribeiro Roma, à rua da Praia n.º 55.

Fazendo oposição ao gabinete ministerial, fundou-se a fôlha para participar da campanha política a que se votavam o **Diario Novo**, **O Guarda Nacional**, **O Indígena** e **O Nazareno**. Prometia "desmascarar a impostura, fazer conhecidos os autores de nossos males, os traidores do Brasil, defender a honra e pugnar pela Liberdade".

O editorial de apresentação explicava, a seguir, o motivo por que adotara tal título: “Primeiramente, porque foi na duração do atual govêrno que apareceu um dêsses planetas, cujos efeitos, tendo sido assás sensíveis, ainda não puderam ser explicados pelos mais hábeis astrólogos e entendedores da matéria, fenômeno admirável, que parece vir anunciar-nos uma nova era e outra idade”. Em segundo lugar, esperava que o periódico, sendo “um planeta político”, pudesse operar “algumas mudanças no corpo moral da sociedade”, estendendo suas influências a tôda a província e predispondo os ânimos “para a revolução que nos espera”.

A política situacionista do Estado e, em particular, a administração do Barão da Boa Vista foram criticadas acerbamente, nas edições seguintes, inclusive em versos, sempre sem assinatura. Uma série de quadras satíricas — “A.B.C.” — na terceira edição do semanário, começou assim:

“Ajudai-nos, Deus supremo,
Tende de nós compaixão,
Permiti que vá por terra
O govêrno do Barão”.

A partir do n.º 6, o título **O Cometa** foi encimado por um clichê redondo, de cinco centímetros de diâmetro (depois substituído por um quadrangular), representando o rio Capibaribe, casas à margem, o céu estrelado e um cometa de grande cauda. Aos lados do desenho, a data e o número de referência da fôlha, em sentido vertical. Nalgumas edições, o clichê aparecia multicolor, serviço feito à mão, hàbilmente, após a impressão.

Tendo começado a sair uma vez por semana, passou depois do n.º 19, de 30 de setembro, a contar diferenças de mais de um mês entre cada edição. Assim é que o 21.º só apareceu a 30 de janeiro de 1844. Ficou então saindo ora uma, ora duas vêzes por mês.

Com o n.º 25, de 15 de abril, foi suspenso, para voltar a 17 de agosto, também de 1844. Seu editorial de abertura dizia:

“Caiu o Barão e nós suspendemos o nosso curso, porque julgamos eclipsada a sua má **Estrella** e todos os seus satéli-

tes; enganamo-nos, porém, e agora vem surgindo, opaca, lá pelos montes **Guararapes**.

“**O Cometa**, portanto, reaparece, com todo o seu fulgor, e quem tiver rabo de palha não se ponha no caminho, porque estamos resolvidos a não deixar intactos todos êsses meteoros de sinistro agouro”.

Entrou a fôlha a publicar-se, de nôvo, semanalmente, tomando como alvo principal de seus ataques os conservadores Maciel Monteiro e Nabuco de Araújo Júnior, combatendo, com fúria, a candidatura do segundo à deputação geral e atribuindo-lhe a redação do nôvo periódico baronista **O Guararapes**.

Outra vez suspenso, com o n.º 29, de 7 de setembro, sofreu aí maior trégua, só ressurgindo mais de um ano depois, a 28 de novembro de 1845. Sob o título vinha a quadra:

“Quem diria, caso virgem!
Que, à fôrça de ventos sus,
Um **Cometa** apareceu
Que arrazou os guabirus!”

(**Oliveira** — Descrição do Cachangá).

Ainda foram publicados alguns números, ora com seis, ora com quatro páginas, cheios de ridículo contra os baronistas, tanto em prosa, dialogada, quanto em longos versos chistosos.

Findou a existência d'**O Cometa** com o n.º 34, datado de 15 de janeiro de 1846, em cujo editorial, saudando o ano nôvo, dava graças à Providência por achar-se “dirigindo a nau do Estado um gabinete patriótico” e por manter-se na presidência da província “o honesto magistrado Chichorro da Gama”.

“Escrito pelo padre João Capistrano de Mendonça” — registou Alfredo de Carvalho (obra citada) — o jornal teve “grande voga, e o seu título, recordando o cometa de 1843, passou como alcunha ao redator, que ficou conhecido por **Frei Cometa**”.

Segundo referências da época, também foi redator da

fôlha o eclético Jerônimo Vilela de Castro Tavares (Bib. Púb Est.).

O CHORA-MENINO — Pequeno órgão conservador (22 x 16), apareceu, com quatro páginas de duas colunas, no dia 29 de maio de 1843, impresso na tipografia de Manuel Figueiroa de Faria. Via-se, sobre o título, uma vinheta fúnebre. Abaixo, assinado por **Um imitador de Bocage**, a quadra:

“Vós que as vossas ímpias vidas
Zelosamente guardais,
Como quereis, ó perversos!
Roubar a vida dos mais?”

Em três páginas e meia de “Introdução”, o redator recapitulou os “seis anos de tranquilidade e segurança” que vivera a província. Na coluna restante, dizia o “Programa”: “O Chora-Menino tem por objetivo a recordação das artimanhas e traições dos fingidos liberais, dêsses que têm sido causa de intempestivas revoluções, dando lugar a se derramar inútilmente o sangue brasileiro, a despeito de tôdas as leis divinas e humanas, bem como aconteceu no lugar acima citado, donde êste periódico deriva o seu título (1). O seu fim é a paz, e por ela não cessará de fazer votos ao Deus do Brasil”.

Só na edição seguinte apareceu o magro Expediente: “Vende-se na Praça da Independência, loja de livros ns. 6 e 8, a 20 réis”.

Continuando, cada editorial constituia a medida exata de uma edição, medida que, até o último número, não sofreu alteração. O redator comentava, exaustivamente, os sangrentos fatos de doze anos atrás, vituperando, com energia, a política liberal e exaltando o chamado partido “da ordem”, ou seja o Conservador. Ainda no n.º 2, repelindo insinuações da imprensa oposicionista, escreveu:

(1) Mais de cem anos decorridos, permanece o nome de Chora Menino, com a mudança, apenas, de Campina para Praça. Quando da revolta de setembro de 1831 — a Setembrizada — foram ali massacrados diversos soldados rebeldes e, segundo a lenda, quem passasse, tempos depois, à noite, pelo local, ouvia choro de meninos, os filhos das vítimas. “A Setembrizada” é título de um livro do historiador Milton F. de Melo, sobre aquêles acontecimentos. Recife, 1951.

“Se esta fôlha é carta de convite para o entêrro, como diz **O Cometa**, não é fora de propósito que se trate do funeral, quando a opposição só fala em matar; se é obra da mais supina ignorância, como diz **O Guarda**, para que tantas iras?”

Noutro tópicó: “Os 1250 exemplares do primeiro número desta fôlha, vendidos, em menos de 48 horas, em uma só loja, são uma das mais evidentes provas de que a illustrada população desta cidade e, com especialidade, a numerosa classe dos Leões do Brasil, não são indiferentes à voz d’**O Chora-Menino**, com o que êle muito se lisonjeia”.

Dirigindo-se, infalive’mente, aos Leões do Brasil, como símbolos da ordem e da paz; atacando a “já desacreditada, vencida e atordoada opposição”, sem personalizar nomes, a não ser dos jornais adversos, em linguagem candente, **O Chora-Menino**, que circulava semanalmente, deu à estampa dez edições, a última das quais datada de 31 de julho, quando o redator dec’arou retirar-se, vitoriosamente, do campo. E o fêz em prol’xa “Declaração”, afirmando peremptóriamente: “O redator desta fôlha é o mesmo que a opposição indica”. Era o padre João Barbosa Cordeiro (**Bib. Púb. Est.**).

O ATHLETA — Periódico liberal, começou a circu’ar á 2 (1) de setembro de 1843, em formato de 30 x 20, com quatro páginas a duas boas colunas de composição. Destinado a sair semanalmente, cobrava 1\$000 por assinatura trimestral e 100 réis por exemplar. Redação à rua do Colégio (quarteirão Sul da atual rua do Imperador) n. 13, sendo impresso na Tip. Imparcial, de L. I. Ribeiro Roma. Sob o título, fazendo **pendant** com o Expediente, lia-se à direita:

“.....Valor, constância,
Virtude, esforço, os únicos remédios
São dos males da pátria. Lamentá-la,
Chorá-la em ócio vil é ser covarde,
É não ser cidadão, não ser Romano”.

(“Catão”, por Garret).

(1) Não no dia 3, como registou A. de Carvalho.

Do editorial de apresentação constava: "...vem hoje **O Athleta** trazer ao edifício social o contingente de que lhe é devedor, denunciando à Nação, o único soberano, os desmandos e arbitrariedades do poder". Trataria de "defender os direitos do povo, combater a idéa de centralização e mostrar que ela, longe de firmar a unidade das províncias, a destrói; sustentar, com tôda fôrça quanto tiver, a inviolabilidade da Constituição" e, finalmente, demonstrar "que uma revolução geral, em todo o Brasil, é inevitável, atento o estado em que se acham todos os elementos sociais".

Outro editorial denunciou que o govêrno, "matando a liberdade de imprensa", promovia revoluções; e **Mestre Braz**, em artigo, ridicularizava a intolerância dos partidos.

Um "Post Scriptum", na edição seguinte, dava alviçeira notícia: "Temos a satisfação de anunciar aos leitores que os jornais chegados no vapor "Imperador" trouxe-nos (sic) a notícia de haver caído, na Câmara dos Deputados, a taxa de cinco réis sôbre os periódicos, ficando substituída por um impôsto sôbre as tipografias, igual ao que pagam as lojas. É um triunfo inesperado, que a Nação ganhou contra a tirania dos nossos opressores".

O assunto mereceu longo editorial no n.º 4, em que frisou o articulista não poderem os jornais sustentar-se se porventura vingasse a taxa de cinco réis por exemplar publicado.

Circulou **O Athleta** regularmente, dotado de artigos prolixos, às vêzes assinados por **Leônidas** ou **O Despertador**, além das estradas de **Mestre Braz**, tudo dentro do programa político enunciado, investindo contra os jornais que defendiam o gabinete ministerial e contra a administração de Francisco do Rêgo Barros (Barão da Boa Vista).

Teve curta existência o periódico em aprêço, que se extinguiu com o n. 7, de 21 de outubro (**Bib. Púb. Est.**).

O CATHOLICO — Impresso na Tip. de M. Figueiroa de Faria, em formato de 22 x 16, com quatro páginas de duas colunas, circulou o primeiro número a 3 de setembro de 1843, para publicar-se semanalmente, aos domingos. Subscrevia-se "na Praça da Independência, livraria, ns. 6

e 8, a 600 réis por quartel, pago adiantado". Em **pendent** com o Expediente, lia-se, abaixo do título, à direita: "Deus nos elegeu em Cristo antes do estabelecimento do mundo, pelo amor, que nos teve, para sermos santos e imaculados diante de seus olhos" (São Paulo aos Efiseos).

Seu programa foi enunciado no comentário final da edição de estréia, sob o título "Advertência". Dedicava-se ao "utilíssimo fim de a'entar a Fé Católica e de inspirar as virtudes cristãs", jamais descendo "a personagens sempre odiosas e contrárias à Caridade". Receberia correspondências e comunicados, "fugindo, todavia, de tratar assuntos de controversia, que mal assentam em um pequeno periódico e que não estão ao alcance de tôdas as pessoas". E acrescentou: "...em negócios de salvação eterna não admitimos tolerância de doutrinas".

Circulando ininterruptamente, o periódico não se afastou do caminho traçado, divulgando artigos doutrinários do Evangelho, variedades, ensinamentos cristãos, etc.

Publicaram-se, ao todo, 57 edições, a última das quais datada de 29 de setembro de 1844 (**Bib. Púb. Est.**).

A ESTRELLA — Trono e Constituição. Progresso e Ordem — Em formato de 37 x 25, com quatro páginas de três colunas a 16 cíceros, estreou sua circulação no dia 4 de outubro de 1843, obedecendo ao seguinte Expediente, colocado, em faixa, abaixo do título: "...publica-se uma ou duas vezes por semana na Tipografia do **Diário**, de M. F. de Faria. Subscrive-se na loja de livros da praça da Independência ns. 6 e 8, cinquenta números por 5\$000 pagos adiantados, e mais \$800 do porte das fôlhas, quando estas forem remetidas pelo Correio. Esta fô'ha não se vende por ora avulsa; os srs. subscritores, porém, que desejarem alguns exemplares de mais pagá-los-ão à razão de 100 réis por fôlha".

Dizia o artigo-programa, sob o título "Nossa divisa": "Cremos, e cremos firmemente, que a Nação Brasileira não pode existir sem Trono e sem Constituição; que a desapareição da Monarquia seria o mesmo que a aniquilação da Nação. Queremos, pois, o Trono, mas um trono inabalável e sólido, rodeado de todo o esplendor e majestade que é possí-

vel, um trono que esteja superior à atmosfera das discussões, um trono que dê luz e vida, como o sol, e não que reflita luz alheia, e já opaca, como a lua. Queremos Constituição; mas uma constituição respeitada e acatada, como a Arca Santa, na qual ninguém ouse tocar impunemente, sem missão legítima para o fazer”.

“Também entendemos que a humanidade deve progredir” — acentuou, adiantando que animaria o progresso “material e moral da nação”, das “fontes de riqueza”, dos “conhecimentos úteis”, da “aplicação ao trabalho”, da “educação familiar” e da “difusão das luzes”.

“Quanto à ordem, ela está tão identificada com o governo, tão frequentes são os excessos em que caem aquêles que tomam a peito endireitá-la, que não se pode defender a ordem sem defender o governo. Contudo, a nossa defesa ao governo se limitará àqueles atos que julgarmos justificáveis”.

Concluiu afirmando que **A Estrella** não era a continuação “de outro qualquer periódico; se algum lhe cedeu o passo, nem por isso lhe legou os princípios ou as idéias”.

O segundo número abriu com o Aviso a seguir: “Não duvidamos aceitar, e antes receberemos com prazer, os escritos que os nossos leitores tiverem a bondade de nos comunicar, uma vez que sejam conformes com a nossa doutrina e com os nossos fins, e sejam entregues no escritório do **Diario de Pernambuco**, ao Editor desta fôlha”.

Constituiu-se o periódico, cuja redação estava a cargo de Francisco de Paula Batista, de extensos e bem elaborados artigos, versando diferentes assuntos, como as doutrinas liberais, equilíbrio e ordem social e outros de caráter doutrinário; “Lições da Experiência”; “Agricultura”; “Notícias” e “Revistas dos jornais”, não faltando também transcrições e novelas em folhetim, ocupando êste o rodapé de três a quatro páginas. Em longo comentário, no n.º 10, sôbre a tradução do “Curso da História da Filosofia”, de Victor Cousin, **A Estrella** rendeu homenagem, “em nome da Filosofia e da Literatura Nacional”, ao escritor Antônio Pedro de Figueiredo, o **Cousin fusco**.

A edição de 2 de dezembro (n.º 18) foi dedicada ao aniversário natalício de D. Pedro II, saindo a primeira e a segunda páginas circuladas de vinhetas, cada uma com um poema (sem assintura) de saudação ao jovem monarca, também endeusado no editorial de mais de uma página.

Após haverem os redatores repousado “durante a festa”, em seguida ao n.º 24, de 22 de dezembro, só voltou à liza **A Estrella** no dia 30 de janeiro de 1844, dedicando toda a edição a reduzido folhetim e imenso retrospecto do ano transato, “uma volta rápida” ao globo, uma vista d’olhos ao passado”.

Pouco a pouco vinha o órgão por excelência doutrinário refutando insinuações da imprensa oposicionista, principalmente o **Diário Novo** e **O Indígena**, fazendo-o, inclusive, através da seção “Revista dos jornais”.

A respeito do corpo redacional, salientou, no n.º 33: “Para a nossa fôlha escrevem pessoas que não fizeram contrato algum com quem quer que seja, e a maior parte delas ou não são empregadas ou são de tal categoria que em nada dependem do governo”. A seção referida, que se manteve em constante atrito com os jornais adversos, adotando, porém, linguagem evasiva, foi suprimida com a edição de 27 de abril (n.º 42), porque nada podia produzir de útil “nem de agradável” para os leitores.

A mudança do Ministério, a substituição do Barão da Boa Vista na Presidência da Província, a dissolução da Câmara eletiva e “as contradições da política” não abalaram a orientação doutrinária d’**A Estrella**, que se dizia (n.º 51, de 20 de junho) “voluntariamente encarregada de uma missão de paz e de concórdia, acima de todos os interesses pessoais e das mesquinhas considerações da política de pedaços”. De vez em quando rebatia censuras da imprensa da oposição.

Proporcionou duas únicas edições de seis páginas — ns. 55 e 59 — nas quais inseriu longos discursos dos senadores Honório Hermeto Carneiro Leão e José Clemente Pereira.

Prosseguiu a existência do bem elaborado órgão até o n.º 68, de 16 de setembro de 1844 (**Bib. Púb Est.**).

1844

O AMIGO DOS HOMENS — Órgão de propaganda do Catolicismo (1), começou a circular a 7 de janeiro de 1844, em formato de 31 x 21, com quatro páginas de duas colunas largas. Trabalho gráfico da oficina de Santos & Companhia, à rua da Cruz (atual do Bom Jesus), D. 36. Acima do título via-se uma vinheta de símbolos religiosos, e, abaixo, em francês e português, o conceito: “A religião cristã, que parece destinada só para o bem da vida futura, faz a nossa felicidade, ainda mesmo na vida presente” (Montesquieu, “Esp. das Leis”, Cap. 3, L. 24).

Destinada a distribuir-se gratuitamente, cada semana, a folha visava ao “ensino e propagação da “santa fé católica”, em estilo “simples, claro e doutrinal”, para que fôsse inteligível aos menos instruídos. Publicaria “as notícias recebidas de estranhos países, ou quaisquer outros objetos interessantes, respectivos à Religião”.

A matéria do primeiro número constou de “Explicação do Evangelho”, “História Sagrada”, “Escritura Santa” e “Doutrina Cristã”. Assim prosseguiu a jornada dominical do periódico, inserindo apenas matéria doutrinária, em obediência aos temas iniciais, acrescidos de “Moral”, “Direito Divino”, “Conversões à Fé Católica” e a seção “Exterior”.

Circulando com a máxima regularidade, o derradeiro número do ano foi o 52.º, datado de 29 de dezembro (2) (Bib. do Inst. Arq.).

Prosseguiu a publicação em 1845, reduzido o formato para 22 x 16, passando ao padrão de oito páginas. Assim no ano seguinte. Em 1847, a vinheta colocada sobre o cabeçalho foi substituída pelo emblema IHS. Era impressor José dos Santos Tôres. Nenhuma alteração no programa dou-

(1) Segundo F. A. Pereira da Costa — “Anais Pernambucanos”, vol. VIII, pág. 437 — *O Amigo dos Homens* foi fundado pelo bispo português, radicado no Brasil, d. Tomaz de Noronha e Brito, e mantido pela Associação de Propagação da Fé, também criada pelo douto prelado.

(2) Em seu primeiro ano, *O Amigo dos Homens* não apresentou, do primeiro ao último número, nenhuma indicação do local onde era editado. Sem notas de Expediente nem matéria noticiosa, também não foi possível sabê-lo através dos

trinário. Encerrou o ano mencionado o n.º 204, de 26 de dezembro. Teria continuado em 1848, do que não há indícios (**Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.**) (3).

O JOÃO POBRE — Fôlha mensal, de crítica política, saiu a lume no dia 21 de março de 1844, confeccionada na Tip. Imparcial, de L. I. Ribeiro Roma, em formato de 21 x 15, com quatro páginas de duas colunas. Sôbre o título via-se o clichê de uma garça, ocupando grande espaço. Abaixo, a quadra seguinte:

“Se falar dos Franciscanos
Pode Nabuco, que é **nobre**,
Falar dêle e da mais súcia
Pode muito bem **O João Pobre**.”

(Floripes, Cap. 6. § 39).

O editorial de apresentação limitou-se, em mais de uma página, a justificar o título, descrevendo a personalidade em que ê'e se encarnava: o então deputado José Tomaz Nabuco de Araújo Júnior. A redação estaria a cargo do padre João Capistrano de Mendonça (1).

Saiu a 22 de abril o segúndo número, só com um longo artigo de crítica aos políticos situacionistas.

A partir do n.º 3, que só saiu a 20 de agôsto de 1845, a fôlha substituiu a quadra, que trazia sob o título, por esta outra:

“Quem não conhece
Mestre Nabuco,
Veja o retrato
Dêsse maluço”.

artigos de doutrina, de modo que poderia circular, como órgão local, em qualquer centro dominado pela lingua portuguêsã. Só se identificou como tendo redação no Recife por causa da casa impressora.

(3) Nas duas bibliotecas indicadas não existem mais do que raros números soltos, dos anos de 1845 e 1847.

(1) Conforme o registo de Alfredo de Carvalho, nos seus “Anais”. Entretanto, mais próximo da existência d’O João Pobre, o diário *O Liberal Pernambucano*, de 26/2/1857, atribuiu a paternidade do jocoso órgão ao poeta e jornalista Jerônimo Vilela de Castro Tavares.

Passou então a circular quinzenalmente, atacando e ridicularizando Nabuco de Araújo, sempre encarnado na figura do **João Pobre**, que, segundo a catilinária redacional, só se interessava por dinheiro, apoiando “praieiros” e “guabirus”, conforme a ocasião. Acrescentava aos longos artigos alguns poemas jocosos, tais como “Poesia de **João Pobre**” e “Mandamentos da lei de **João Pobre**”. O sexto e último número teve a data de 2 de outubro de 1845 (**Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.**).

GAZETA DO POVO — Órgão de oposição ao governo provincial, surgiu no dia 28 de março de 1844, em formato de 21 x 15, com quatro páginas, impresso na Tip. Imparcial, de L. I. Ribeiro Roma. L'a-se no expediente (colocado ao fim da quarta página): “A **Gazeta do Povo** sairá quando puder e não tem assinantes. Quem quiser lê-la há-de comprá-la, e seu preço, que é inalterável, é 40 réis. O **Diário Novo** av'sará o dia em que sair à luz êsse defensor dos direitos do povo”. Sob o cabeçalho, a quadra:

“Ah! Se de brio estímulos não sentes
 No coração, e livre ser não sabes,
 Manada vil, sabe servir ao menos,
 E sofre, e cala, e nunca mais te queixes”.

(Casti. An. Parl.)

O artigo de apresentação propugnou pela Liberdade, árvore que, tendo crescido no Império da América, sem que fôsse regada por alguém, estava “quase sêca, amortecida à fôrça de maus tratos e dos ardentes raios do Sol do despotismo”. A época era “das armas e não das danças; batemos à porta a bancarrota, o despotismo, a imoralidade; cumpre um remédio — alerta!”

Esclareceu, noutro tópico: “Eu sou do povo. Não represento interesses de alguém; meu único interesse é a liberdade, é a ordem e estabilidade de meu país”. E concluiu: “Se queremos ser livres, eu o repito, façamos esforços, unamo-nos como em coluna serrada contra os mandões da oligarquia”.

Noutros dois artigos, atacava o **Diário Velho** (cognome do **Diário de Pernambuco**) e a Assembléia Provincial, que não tinha mais “espírito público”. Um soneto satírico completou a edição.

Continuando, ocupou-se a **Gazeta do Povo**, exclusivamente, em criticar a administração do Barão da Boa Vista, seus auxiliares diretos e os jornais governistas, atribuindo-lhes apelidos e epítetos. Já no n.º 3, congratulava-se com a renúncia do Presidente da Província, que ia para o Rio de Janeiro combater o Ministério de 2 de fevereiro, que lhe era adverso e, segundo o editorial do n.º 4, “veio d’alguma maneira aquietar nossos espíritos, dando-nos as mais lisonjeiras esperanças de obtermos melhoramentos a nossos males”.

Não passou do quarto número, datado de 6 de maio (**Bib. Púb. Est.**).

A **MARMOTA** — Pequeno jornal de crítica política, impresso na Tip. de L. I. R. Roma, formato de 21 x 15 e composto em coluna larga, com quatro páginas, circulou o primeiro número a 12 de abril de 1844. Sob o título via-se a quadra:

“Nesta **marmota** perfeita
Verão todos os leitores
Quais são os aduladores
Do Barão!!

Abaixo, figurava o clichê em xilogravura, de um burro em pé, bem vestido, com livros nas mãos, olhando para uma cadeira, ao lado, que tinha no espaldar a palavra “Secretaria”. Ocupou quase toda a primeira página a legenda “O Gago”, seguida desta outra quadra:

“Diga se eu tenho razão
Qualquer que êste caso veja:
Não quero mais amizade
Com gente que me gagueja”.

(Maricas-Freira. Tom. I. pag. 25)

O editorial de apresentação, ocupando quase todo o restante do jornal, dizia ser êle governista, porque no govêrno tinha encontrado tôdas as facilidades para viver folgadamente, fazendo fa'catruas, arranizando o que queria, até mesmo amores. Era uma sátira tremenda ao Presidente da Província, Barão da Boa Vista, e seus áulicos.

Datado de 24 de abril, publicou-se o segundo e último número, em cuja primeira página se via outra xilogravura:

uma marmota mesmo, firme sôbre os pés, com fraque e colete, tendo à mão esquerda um livro e, à direita, por cima de um móvel, um maço de papéis, em que aparecia a palavra "Lógica". A legenda era "O Lógico", tendo abaixo esta diferente quadra:

"Se foi secretário o Gago,
Pra tal também tenho jeito,
E quanto a Patifarias
Eu muitas cá tenho feito".

(Chalacha, Tom. 5. pág. 98).

O editorial teve o mesmo feitiço satírico-humorístico, seguido de notas ligeiras nas quais se ridicularizava o ter o Barão largado a Presidência, terminando cada período da "Fantasia" a frase: "Chora, povo, chora, minha negra!" (Bib. Púb. Est.).

O GUARARAPES — "Mais um filho da imprensa", estreou sua publicação a 8 de agosto de 1844, em formato de 30 x 21, com quatro páginas de duas boas colunas. Impresso na tipografia de M. F. de Far'a, custava 80 réis o exemplar, sendo redigido por José Tomaz Nabuco de Araújo Júnior. Lia-se sob o título: "Homens cujos princípios foram repellidos pelos poderes políticos nacionais entendem que os devem prevalecer tentando revolucionar o Império" (proclamação de S. M. I. aos brasileiros, em 19 de junho de 1842).

Entrando na "liça política", consoante o artigo-programa, começou por dizer da necessidade de cortejar a opinião pública, contra a qual nada havia que se sustentasse, depositando-lhe tôda confiança, por considerá-la o "meio poderoso único e moral de triunfo para que os princípios que adotamos se realizem na administração do Estado, vencidas as idéas políticas que reputamos de sumo prejuízo para a felicidade pública". E acentuou: "Debaixo da influência de tão nobres princípios, a nossa divisa será sempre: Ordem no Interior — Dignidade no Exterior, que também é ordem". Ainda mais: "A Constituição, a lei terão em nós um defensor constante; e o cidadão oprimido ou proscrito achará em nossas colunas um eco contra a arbitrariedade e o vandalismo".

Após frisar que a vida privada não tinha cabimento nas suas páginas, “nem direta nem indiretamente”, concluiu: “...jamais dir-se-á que **O Guararapes** deixou de servir à causa da Pátria e do seu Monarca — a causa da ordem”.

Circulando bissemanalmente, com tôda regularidade, publicaram-se 22 edições, a última das quais datada de 18 de outubro.

Fazendo oposição ao gabinete ministerial e ao govêrno da Província, então exercido por Joaquim Marcelino de Brito, **O Guararapes** não admitiu em suas colunas outro assunto que não fôsse o ataque mais extremado aos políticos da “praia”, através de longos artigos ou de notas concisas, visando nomes e polemizando com os jornais adversos, principalmente o **Diario Novo** e **O Cometa**. Tudo em prosa maciça, só rarissimamente amenizada com um sonêto... político (**Bib. Púb. Est.**).

O REGENERADOR BRASILEIRO — Órgão político, de pequeno formato (21 x 16), com quatro páginas de coluna larga, iniciou sua existência a 25 de maio (1) de 1844, trazendo sob o título a divisa:

“Cessa tudo o que a antiga musa canta,
Que outro valor mais alto se levanta”.

Camões

Impresso em Nazaré da Mata, na Tip. Social Nazarena (pát'o da Matriz), do padre Luiz Inácio de Andrade Lima & Cia. (2), vendia-se a 40 réis o exemplar.

No artigo de apresentação, dizia o redator da fôlha, que era João Batista de Sá (3): “Nossa tarefa não se limitará sômente na demonstração dos direitos de todos os brasileiros: nosso fim é levarmos à maior evidência que, na Constituição que nos rege é que existe o germe de todos os males que nos têm levado à borda do abismo, e que o maior dos

(1) Não a 22 de agôsto, como está nos “Anais” de Alfredo de Carvalho.

(2) Cada edição impressa d’*O Regenerador Brasileiro* custava ao redator 4\$000, segundo revelou *O Nazareno*, em editorial de 9/9/1844.

(3) Não Jacinto Manuel Severiano da Cunha, vulgo *Jacinto dos Óculos*, como registou Alfredo de Carvalho (obra citada), o qual só apareceu na segunda fase do jornal, mais de um ano depois.

horrores que encerra êsse código anti-nacional, dado ao Brasil pela fôrça do canhão e baioneta, se'ado de comissões militares, é o § 4.º do art. 6, que reconheceu nossos mais encarniçados inimigos por cidadãos brasileiros, nivelando-os conosco no gozo de todos os direitos políticos.

“Mostraremos até as conseqüências terríveis que dêsse anti-brasileiro acôrdo se tem seguido, ao ponto de nos ter reduzido ao estado da maior desgraça e miséria, desesperação e morte.

“Mostraremos, finalmente, por fatos, o plano que, com a maior sagacidade, têm consertado êsses monstros para desunir-nos, enfraquecer-nos e reduzir-nos ao nada.

“Concluiremos, mostrando a necessidade de constituir-mo-nos de nôvo, regenerando a nossa independência e reassumindo todos os nossos direitos”.

No segundo artigo, intitulado “Imploração”, lia-se, a certa altura: “Nosso fim é sòmente congregar todos os brasileiros, sem exceção de família, em centro de união, a fim de que o Brasil seja só dos brasileiros”.

Ao pé da última página veio a “Advertência”: “Os embaraços em que nos temos visto, de dar publicidade a esta fôlha, por falta de tipografia, não nos permite por hora marcar dias certos de ser exposta ao respeitável público, porque mesmo a única com que contávamos, que é a do nosso amigo e patrício o sr. Roma, estando sujeita ao consentimento de uma sociedade que se diz opositorista, negou-nos a impressão, por cujo motivo recorreremos à Social de Nazaré (4), donde não podemos afiançar a sua regular aparição; todavia, irá aparecendo extraordinariamente, até que se nos proporcionem meios de regularidade. Os números avulsos vendem-se a 40 réis e se anunciará o aparecimento”.

O Regenerador só teve publicada nova edição a 15 de junho, continuando em dias indeterminados. Nela focalizou a “Origem da pobreza dos brasileiros” e o “Movimento lusitano”, assim concluindo: “Não esqueçais a recomendação que fêz o mártir pernambucano, o imortal Caneca:

(4) Só pelas circunstâncias mencionadas é que os quatro primeiros números foram impressos em Nazaré. A redação era no Recife.

Caute'la, união, valor constante.
Andar assim é bom andar.

Boa Viagem”.

Prosseguindo a campanha contra o predomínio português, liam-se, nas edições seguintes, artigos violentos, com títulos assim: “Ainda a pobreza e miséria pública”, “O Brasil é dos estrangeiros”, “Nôvo plano dos portugueses contra os brasileiros”.

Atingido o n.º 5, de 17 de julho, o jornal viu-se impresso no Recife (5), na mesma tipografia, que para aqui foi transferida.

Outra “Advertência”, no n.º 6, de 22 de agosto, esclarecia não pertencer o jornal a nenhum ramo político.

A edição seguinte, de 6 de setembro, foi impressa na Tip. Imparcial, de Luiz I. Ribeiro Roma, ocupando-se, da primeira à quarta página, em atacar o jornalista Antônio Borges da Fonseca, com quem rompera relações o redator d’O **Regenerador Brasile’ro**, dêle dizendo: “...um homem tão infame como o sr. Borges nunca vimos, nunca tratamos!”

Ficou suspenso o jornal. “Depois de uma longa interrupção que em nossa marcha fêz, premeditadamente, o partido da oligarquia, arrancando-nos da mão a pena por meio dos vis manejos e negras intrigas”, reapareceu o **Regenerador Brasile’ro** quase um ano depois, repetindo o n.º 7, a 2 de agosto de 1845, retirado do último o artigo O, que o precedia, não mais atacando os portugueses, mas censurando os atos do nôvo Ministério e concamando o govêrno imperial a matar a fome do povo. Voltou a ser impresso na Tip. Nazarena, dando, então, como editor responsável Jacinto Manuel Severiano da Cunha (**Jacinto dos Óculos**).

Passando a publicar-se semanalmente, embora por pouco tempo, a fôlha apareceu, em seu n.º 8, com dezoito pági-

(5) A tipografia d’O Nazareno, por motivo de perseguição ao seu redator, Borges da Fonseca, foi obrigada a mudar-se para o Recife.

nas (excepcionalmente por 160 réis o exemplar), divulgando um discurso do deputado geral A'vares Machado contra o projeto de colonização estrangeira, precedido de quatro páginas de "Reflexões" no mesmo sentido.

A campanha contra a colonização e o estrangeirismo foi o assunto quase único das demais edições, seguida de críticas à luta dos partidos, palavras de apoio à administração Ch'chorro da Gama, ataques a **O Azorrague** e repúdio às oligarquias.

Findou a vida do **Regenerador Brasileiro** com o n.º 15, datado de 29 de outubro de 1845 (**Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.**).

O PERNAMBUCANO — Periódico de orientação monarquista e religiosa, saiu à luz no dia 2 de setembro de 1844, em formato de 31 x 20, com quatro páginas de duas colunas a 16 cíceros. Impressão da tipografia de Santos & Cia., à rua da Cruz (atual do Bom Jesus) n.º 56.

"Mais um filho da Imprensa" — dizia o editorial de apresentação — "no tumulto da Política, abre êle os olhos para ver, aguça os ouvidos para ouvir, e vai também falar nos negócios da Pátria. **O Pernambucano** (1) não traz encomenda alguma, nem traçará programa: sem tomar contas a alguém por culpas passadas, e limitando-se só ao presente, falará como entender, segundo o que fôr vendo e ouvindo. E tal é a pureza de suas intenções, que êle convida a todos quantos lhe fizerem a honra de o ler, para que o desmintam quando assoalhar doutrinas falsas: que cubram-no de investivas quando se deslizar da decência ou quando embair o povo para especular com êle".

Servindo tais palavras de preâmbulo, prosseguiu o ar-

(1) Acusando a recepção do novo órgão, escreveu *O Nazareno*, de Antônio Borges da Fonseca, em sua edição de 6 de setembro:

"Aparece mais êste campeão no campo do jornalismo. Afora suas tendências monarquistas, o primeiro número está muito interessante. Notaremos, somente, ao contemporâneo que seu artigo sobre a dissolução da Câmara traz uma proposição um pouco fora das idéias comuns e geralmente recebidas; pesa muito ao ouvido o dizer-se que o Imperador, como chefe do poder moderador, é o lugar-tenente da Divindade. Ao menos não está nos princípios da ciência social uma tal entidade. Recomendamos, todavia, a leitura d'*O Pernambucano*".

ticulista estudando, comparativamente, a personalidade dos governistas e dos oposicionistas, para concluir, ao fim da terceira coluna, que tanto os primeiros quanto os segundos estavam lutando, no momento, “muito além do campo constitucional”. A matéria continuou, no segundo número, sob o título “O Governo Representativo e a Imprensa”.

Só na terceira edição foi divulgado o Expediente a seguir: “Subscreve-se para esta fôlha a 1\$000 por cada série de 25 números, pagos adiantados, na Livraria da rua da Cruz do Bairro do Recife, n.º 56, e na de Coutinho e Lopes, esquina da rua do Colégio, bairro de Santo Antônio. Nos mesmos lugares achar-se-ão à venda avulsos os ns. 1, 2 e 3 e os que forem saindo à luz, a 80 réis cada exemplar”.

De vida curta, o jornal primou pela circunspeção, com seu feitiço doutrinário e sua crítica construtiva, expressos em longos artigos, em que abordava “as exagerações dos partidos”; a atuação dos periódicos, nem sempre dedicados à “ciência política”; a Câmara dos Deputados e o que ela devia ser; a educação do povo; o voto nacional; relações do comércio; sistema eleitoral; a ciência humana em face da Religião e a enorme necessidade desta; normas cristãs; agricultura e variedades.

Alguns artigos tinham a assinatura de **H**; outros eram firmados com asteriscos, mas a maioria nada indicava. Seu corpo redacional era constituído de nomes da mais alta projeção intelectual, a saber: Pedro Autran da Mata e Albuquerque, José Bento da Cunha e Figueiredo, padre Lopes Gama e Francisco João Carneiro da Cunha.

Publicaram-se, apenas, oito números, o último deles a 17 de outubro (**Bib. Púb. Est.**).

O VERDADEIRO REGENERADOR — Surgiu esse órgão político no dia 7 de setembro de 1844, em formato de 21 x 16, composto numa só coluna larga, com quatro páginas, para vender-se o exemplar a 40 réis, custando 1\$000 a assinatura trimestral. Redigido por Antônio Borges da Fonseca, foi impresso na Tip. Nazarena, de A. B. da Fonseca & Cia., à rua da Penha n.º 5, pouco tempo depois transferida para o Largo do Paraíso n.º 4.

Dois editoriais ocuparam a edição: o primeiro, historiando e condenando o domínio português e inglês no Brasil; o segundo conclamando a união dos brasileiros para extirpar o mal; e concluiu: “Um povo não deve sofrer estrangeiros, que ousam impor-lhe a lei, e é de seu rigoroso dever expeli-los logo que se atrevam a querê-lo. O Brasil é e deve efetivamente ser dos brasileiros. Independência, liberdade ou morte!”

Circulando em dias incertos, o n.º 6 foi datado de 10 de outubro. Após uma pausa de dois meses e pouco, saiu a edição seguinte, precisamente, a 18 de dezembro, quando a tipografia ficou pertencendo apenas a Borges da Fonseca. Só a partir do n.º 8, de 4 de janeiro de 1845, ocorreu a publicação mais regularmente, cada semana.

De nenhum outro assunto tratava **O Verdadeiro Regenerador**, a não ser a nacionalização do comércio. Na última edição mencionada, lia-se, num artigo de quatro páginas: “Mas se os portugueses nos fazem consideráveis danos, não menores nos fazem os ingleses, que se julgam senhores deste país constantemente abandonado a suas traficâncias. E logo atrás dê'es está o francês, que nos vai lesando com seu sistema de futilidades e entesourando para consumirem depois no seu país, como hão feito todos êles ou quase todos”.

Mais adiante, oferecia à consideração da Assembléia Geral um decreto, segundo o qual se proibia a importação de colonos portugueses; os já residentes no país não poderiam ser empregados no comércio; nenhum estrangeiro poderia negociar a retalho, além de outros itens.

A “representação feita pe'os artistas e outros habitantes de Pernambuco” ao governo imperial, divulgada a 31 de janeiro (edição excepcional de oito páginas) ocupou vários números com editoriais incisivos, inclusive em po'êmica com o **Diário de Pernambuco**. O de 25 de fevereiro, a respeito, ocupando tôda a edição, assim concluiu:

“Oh! do povo, alerta! fazes causa comum com teus verdadeiros defensores, não caias nas rêdes dos realistas e te salvarás. Viva a soberania do povo, viva a liberdade, guerrã ao monopólio estrangeiro, abaixo a tirania. Concluiremos como outrora **O Typhis Pernambucano**:

“Cautela, união, valor constante,
Andar assim, que é bom andar!
Boa Viagem”.

Anunciando a subscrição de 25 números d'**O Verdadeiro Regenerador** por 1\$000, pagos adiantados, proclamou a redação: “É necessário que o povo concorra a animar uma emprêsa que lhe vai sendo tão útil, e que mais o será se tiver uma coadjuvação decidida da parte dos brasileiros todos, pois que a todos interessam as publicações da imprensa nazarena”.

Além dos próprios editoriais, o periódico transcrevia comentários d'**O Guaycuru**, que sustentava, na Bahia, idêntica campanha.

O artigo “Viva a pátria! prospere a liberdade”, divulgado a 15 de março, levou o promotor público da 1.^a vara a denunciar de Antônio Borges da Fonseca, que veio a escrever sem assinatura, como de praxe, a 1.^o de abril: “Vítima da brutalidade mais desenfreada, e mesmo da perfídia, nos achamos recolhidos à cadeia pública desta cidade, a pretexto de falsas injúrias a S.M. a Imperatriz, a Senhora D. Teresa, e ao menino imperial recém-nascido, a pretexto de falsas tentativas contra a integridade do Império e forma de seu govêrno; e tudo isto em o n.^o 17 dêste pobre jornal”.

A partir do n.^o 21, o órgão de Borges da Fonseca, que o estava redigindo da prisão, entrou em polémica com **O Clamor Publico**, recém-estreado no cenário da imprensa periódica e, depois, com **A Carranca**.

O n.^o 24, de 15 de maio, foi impresso, mas não circulou (como sucedeu com **O Nazareno**), obstado que foi pe'o juiz municipal, porque anunciara haver sido Borges da Fonseca pôsto em liberdade. Assim se explicou na edição do dia seguinte, sendo aquela distribuída posteriormente. Desde então, era impresso por Manuel Zeferino Pimentel.

No n.^o 31, sob o título “Viva a liberdade da imprensa”, anunciava-se o triunfo obtido com a absolvição, no dia 21 de junho, do jornalista, já em liberdade. Dizia um tópico: “Certamente não há-de ser em Pernambuco que o poder há-de conseguir sufocar a liberdade de imprensa; Pernam-

bucu é a primeira província do Brasil em matéria de liberdade, à qual há ê'se selado com seu precioso sangue desde muitos anos”.

Sem mais contratempos, continuou circulando a virulenta fô'ha, que, entretanto, estava com os dias contados. Seu último número foi o 35.º, datado de 16 de agosto de 1845 (Bib. Púb. Est.).

1845 (*)

O LIDADOR — Periódico conservador, deu à luz o primeiro número a 17 de março de 1845, em formato de 36 x 26, com quatro páginas a três colunas de 16 cíceros. Consta do expediente: "...pub'lica-se duas vêzes por semana, na tipografia de M.F. de Faria (ou seja, do **Diario de Pernambuco**). Vende-se avulso na loja de livros da Praça da Independência ns. 6 e 8, onde se subscreve a 2\$000 por vinte números pagos ad'antados, sem d'iferença de portes para as fôlhas que forem remetidas pelo correio”. Sob o título, à esquerda, resumia assim o seu programa:

“Conservação da Ordem Púb'ica.
Sustentação do Trono Imperial.
Manutenção das Instituições Liberais.

(*) Dos “Anais”, de Alfredo de Carvalho, consta, como primeira publicação estreada em 1845, *O Espelho*, do qual teriam saído “quatro ou cinco números a partir de fevereiro”, acrescentando: “Redigido por Antônio Borges da Fonseca, destinava-se a apresentar em estilo forte os caracteres dos figurões que nos oprimissem, e a fazer profecias”.

Entretanto, o mencionado não chegou a circular. Nenhum dos jornais da época lhe fêz qualquer referência. A comprovar, o fato de que os “Avisos Diversos”, do *Diario de Pernambuco*, registavam, invariavelmente, a saída de cada edição dos periódicos de Borges da Fonseca, o que não aconteceu com relação ao projetado *O Espelho*.

Ocorreu o seguinte: no seu número de 31 de janeiro de 1845, *O Verdadeiro Regenerador* divulgou o Aviso seguinte: “Temos esperança de publicar um jornal em oitavo, que sairá sempre às 6 horas da tarde e será oferecido pelas portas a 20 réis cada exemplar, com o título *O Espelho*. Seu fim será apresentar, em estilo forte, os caracteres dos figurões que nos oprimirem, e fazer profecias”.

Depois disto, não voltou *O Verdadeiro Regenerador* a tratar do assunto, nem dêle cogitou *O Nazareno*, ambos já redigidos pelo mencionado jornalista. *O Espelho* só existiu mesmo no anúncio. O historiador de 1908 fizera o registo, naturalmente, por conclusão...

Fiel Observância das Leis.
Austeridade na repressão dos crimes.
Progresso industrial e moral da popu'ação".

Em longo "Prospecto" de abertura, escreveu a redação: "...sem um representante, sem uma voz na tribuna, a maioria de Pernambuco olha a imprensa como salvaguarda de seus direitos, como órgão pelo qual pode protestar contra as vozes dos pseudos-representantes que lhe foram impostos pelas criaturas da Polícia".

Aludiu aos fatos ocorridos desde 2 de fevereiro, revela-
dores de "que o Ministério se tem suicidado como govêrno,
como poder, para existir somente como órgão de uma fação,
como instrumento de revolução". Criticou as eleições de
1844 e suas conseqüências desastrosas, aconselhando a luta
pela "realidade do sistema representativo", anulado "pela
onipotência e misteriosa ascendência de uma camarilha
de áu' cos, que se arrogou a direção dos destinos do Im-
pério".

Um dos cinco editoriais da fôlha, todos manejados por
jorna'istas adestrados, ocupou-se da administração local, fa-
zendo um exame do estado em que se achava a província de
Pernambuco na época em que o govêrno passou das mãos de
um Ministério enérgico e cheio de vida para o poder de ho-
mens tíbios e vacilantes como os membros do gabinete de 2
de fevereiro de 1844".

Após traçar um "quadro triste", concluiu que a provín-
cia fôra arrastada a tal situação pela "política de concilia-
ção e de reparação, a política incumbida de dar nôvo impu-
lso ao carro da revolução". E só o Imperador poderia salvar
o Brasil...

Circu'ando regularmente, **O Lidador** defendia o "parti-
do da ordem" — o Conservador, tecendo encôm'os ao Barão
da Boa Vista (Francisco do Rêgo Barros), "ilustre e cons-
pícuo pernambucano", enquanto atassa'hava o Partido Li-
beral e seus líderes, então ostentando o poder. Ocupava-se,
igualmente, da política das províncias e municípios e, a par-
tir do n.º 10, inic'ou a inserção de folhetins, que ocupavam,
geralmente, o rodapé de três páginas em cada edição. Não
faltavam transcrições da imprensa do Sul, e matéria inter-
nacional.

Na edição de 4 de maio, escreveu **O Lidador** que se via forçado “a descer da alta esfera” em que se achava, para repelir o **Diario Novo**, “êsse pelourinho de honestidade”, “êsse revérbero das intenções e da consciência do partido anarquizador” — o praieiro, daí estabelecendo-se polêmica, da qual participaram, igualmente, os demais órgãos situacionistas.

No n.º 22, o preço do exemplar, que era de \$120 desde o início, baixou para \$100. A partir do n.º 11 vinha a fôlha sendo impressa por Geraldo Correia Lima, na Tip. União, à rua Bela n.º 45.

Na edição seguinte, 16 de junho, sob o título “Perseguição da Imprensa”, escrevia-se: “Está chamado à responsabilidade **O Lidador** pelo sr. dr. Joaquim de Aquino! O motivo é, em um dos nossos números precedentes, haveremos taxado de infames os escritores da praia, e entre os que apontamos como autores dessas imortais produções vir o apelido do sr. dr. Joaquim de Aquino”.

Noutro tópico: “Já **O Clamor Publico** foi denunciado por, em um dos seus artigos, dizer-se que o delegado de S. José soltara um sujeito prêso por assassino; agora **O Lidador** experimenta a excitabilidade extrema e frívola do sr. dr. Joaquim d'Aquino, sendo denunciado ao nôvo juiz municipal, o sr. Olinda”.

No n.º 34, de 19 de julho, transcreveu as razões da apelação interposta à sentença que condenou a dois meses de prisão Geraldo Correia Lima, responsabilizado pelo que escreveu a redação (1).

Depois de ter censurado, incessantemente, a administração provincial de Manuel de Sousa Teixeira, inclusive divulgando, em várias edições, enorme lista de funcionários públicos do “partido da ordem” demitidos por êle, **O Lidador** entrou a atacar, a partir de 24 de julho, o presidente substituto, Antônio Pinto Chichorro da Gama, com maior ímpeto e mais virulência.

Entre os órgãos situacionistas com os quais **O Lidador**

(1) Não foi noticiado o resultado da apelação

polemizou, veio a ser incluído, no último quartel do ano, **O 7 de Setembro**, na pessoa do seu redator, o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama. Este foi, além de tudo, acusado de plágio na edição de 12 de novembro, com a transcrição, vis-a-vis, em colunas largas, dos artigos “A tolerância”, do padre acusado e do Conselheiro Rodrigues Bastos, extraído o segundo das “Meditações ou Discursos Religiosos”.

Depois do n.º 76, de 23 de dezembro, só veio a circular o seguinte a 15 de janeiro de 1846. Nessa edição, o padre Joaquim Pinto de Campos atirou-se contra o padre Lopes Gama, rebatendo-lhe a insinuação de haver sido outrora praeiro e de haver mudado de pensar, para afirmar que o seu acusador era “o único que sobre a terra seria, e é, capaz de vender seus pensamentos a mesquinhas e vergonhosas considerações, de que por mais de uma vez tem exibido um tristíssimo e lastimoso espetáculo!” Posteriormente, foram publicadas duas outras correspondências de padre-contrapadre, ainda mais violentas.

A 10 de fevereiro anunciou **O Lidador** ter sido novamente denunciado pelo promotor público, por crime de injúria à pessoa do monarca, no artigo do seu n.º 64. E transcreveu o comentário incriminado, demonstrando, em comentário precedente, que a praia não conseguiria, com tais métodos, fazê-lo perder o amor que consagrava à Monarquia.

Acentuaram-se os ataques ao presidente Chichorro da Gama, chamado de “perseguidor da imprensa”, assim concluindo um comentário da edição de 11 de fevereiro:

“Destruí, sr. Chichorro, o único desafôgo dessa imensa população que haveis perseguido bruta’mente; quebrai tipografias, metei em ferros e deportai aquêles que vos guerream pela imprensa; recrutai impressores, compositores, redatores; insultai os brios e orgulho dêste povo, e nada conseguireis; o nosso silêncio será mais terrível que a nossa palavra!”

Na edição seguinte, sob o título “A perseguição da imprensa oposicionista”, escrevia a redação: “Cinco são os processos que a Praia, na sua primeira investida contra a liberdade da imprensa, instalou nos tribunais da sua polícia”. E enumerou: o primeiro contra **A Carranca**; o segundo e o

terceiro contra **O Lidador**; o quarto contra **O Clamor Público**, e o quinto — do padre Lopes Gama — contra o padre Pinto de Campos. Quanto ao último, foi o delito cometido pelas colunas d'**O Lidador**, n.º 81; mas o recorrente desistiu da ação, para não ver processado o “responsável” pelo artigo incriminado: o impressor Joaquim Bonifácio Pereira...

Combateu, já a partir de março, as candidaturas Ernesto Ferreira França e Chichorro da Gama à senatória, defendendo as do “partido da ordem”, cuja lista para seleção, de seis nomes, era encabeçada pelo Barão da Boa Vista, terminando com o vigário Francisco Ferreira Barreto.

A edição de 7 de setembro inseriu dois sonetos patrióticos de João Batista de Sá. Raras outras produções poéticas foram divulgadas pelo **O Lidador**, em toda a sua existência.

O último número do ano foi o 146.º, de 28 de dezembro. E já a 11 de janeiro de 1847 estava novamente em forma o bem redigido órgão oposicionista, entregue que se achava aos cuidados intelectuais de José Tomaz Nabuco de Araújo Júnior, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, Antônio Peregrino Maciel Monteiro, João José Ferreira de Aguiar e outros, mantendo sempre linguagem panfletária na campanha de oposição ao governo provincial e aos líderes do Partido Liberal, tais como Nunes Machado, Felix Peixoto de Brito e Melo e outros.

Na edição seguinte, um artigo de duas páginas fez retrospectiva análise de 1846, da “vida de fadigas que viveu a oposição em todo esse ano”. No n.º 160, de 18 de março, mudou o nome do impressor para José dos Santos Tôrres.

A 21 de abril, em editorial de página inteira, tipo corpo 7 batido, o periódico criticou a prisão de Antônio Borges da Fonseca como o ato “mais grave e escandaloso” cometido pela **Praia**.

Tomava-se, assim, o caso do redator d'**O Nazareno** como novo tema de críticas à política praieira, cujos corifeus passaram logo a acusar o jornalista republicano de haver-se aliado aos guabirus. Mas **O Lidador** pôs os pontos nos ii, ao noticiar, a 9 de agosto, o “roubo” da Tipografia Nazarena:

“Sempre que havemos falado em prol do sr. Borges, prescindimos das suas opiniões, e só tratamos da causa da imprensa, que é a nossa causa, sendo que nos corre a obrigação de defendê-la quando agredida, ou na pessoa do republicano ou do praieiro ou do ordeiro”. Era — dizia — errada a jurisprudência da Praia no caso em lide, pois constituía uma ameaça à imprensa em geral; aplicada, na ocasião, ao escritor republicano, poderia estender-se, logo mais, aos conservadores ou ordeiros.

Tendo o **Diario Novo**, em editoriais de duas mais páginas batidas, estudado e atacado, desabridamente, a influência política das famílias Rego Barros — Cavalcanti e os “crimes perpetrados sob a administração do Barão da Boa Vista”, revidou-o **O Lídador**, em linguagem por igual enérgica, nos artigos de 16 de junho, 3 e 8 de julho, sob o mesmo título utilizado pelo contendor: “Justa apreciação do predomínio do Partido Praieiro”. Nesses extensos comentários (depois editados em plaqueta, pela Tipografia União, com a assinatura de Nabuco de Araújo), o autor fez uma análise detida dos produtivos períodos de governo do Barão e da liderança das duas mais nadas famílias, defendendo-as veramente.

Do n.º 191 em diante, transcreveu diversos prolixos discursos dos parlamentares que sustentaram o “exímio parecer” que anulou o pleito para senadores por Pernambuco.

Novas mofinas foram insertas desde o n.º 195, focalizando “o sr. Chichorro excomungado” (pastoral de 17/9/1845) e “o sr. Chichorro ju’gado prevaricador” (verdicto do júri de 27/5/1846).

A ocorrência de novas eleições parlamentares levou o bissemanário, após a edição (excepcionalmente de seis páginas) de 18 de setembro a suspender sua circulação. Voltando à lide no d’a 9 de outubro, abriu a primeira página a nota abaixo, em tipo corpo 16 negro:

“Expl’car ao público a razão por que **O Lídador** não tem aparecido é dizer aquilo que êle já sabe: o terror que dominou a cidade, nos dias aziagos de setembro, foi causa de que a tipografia não traba’hasse; a todos se antolha o risco que correriam os distribuidores se cometessem a temeridade de

percorrer as ruas da cidade com as nossas fôlhas; êsse perigo e a recordação de que o presidente da província era o ministro que em 33 mandou quebrar as tipografias da Côrte, nos fizeram tomar a providência de desmontar a nossa tipografia e ocultar os tipos; para pô-la a trabalhar foi de mister gastar tempo e fazer esforços: eis a razão da demora, razão bem digna da indulgência do público”.

Continuou a publicação, sem mais interrupções, tendo como temas principais as eleições de setembro e novembro, apuração e resultados. O último número do ano foi o 241.º, de 31 de dezembro.

Logo a 4 de janeiro de 1848 retornava à atividade, com artigo retrospectivo, sôbre o ano anterior, de duas páginas e meia. Na edição seguinte voltou o fo'hetim-rodapé, havia bastante tempo suspenso, iniciando a série “Estudos históricos”. A 8 de fevereiro publicou-se, ocupando mais de uma página, uma “Revista da imprensa pernambucana durante o mês de janeiro de 1848”, o que continuaria a ser feito cada princípio de mês, com relação ao anterior.

Após uma gestão de seis dias de govêrno, em substituição a Chichorro da Gama, o vice-presidente Manuel de Sousa Teixeira, já transfigurado em Praia Nova, o transmitiu ao padre Vicente Pires da Mota, procedente de São Paulo, de quem **O Lidador**, de 29 de abril, declarou esperar que consultasse “os interesses da ordem e da paz, de que tanto necessita a nossa terra”.

Os acontecimentos de 26 e 27 de junho, que tomaram o nome de “mata-mata marinho”, ocuparam grande espaço do órgão conservador, que os atribuiu, principalmente, ao ódio aos portugueses, acirrado pelo periódico **A Voz do Brasil**.

Em sua edição (n.º 294) de 4 de julho de 1848, publicou **O Lidador**, abrindo a primeira coluna da primeira página: “Desejosos de aumentar os meios de publicidade de que dispomos, não deixando em silêncio certos fatos estrangeiros, nacionais ou provinciais, que, por falta de espaço, não eram apresentados em nossa fôlha, temos resolvido que esta saia três vêzes por semana, em vez de duas, como tem sido desde a sua aparição até o presente, sendo porém as assinaturas na

razão de 1\$000 por mês. Com esta alteração não se torna mais pesada a assinatura, visto que, se dantes era de 2\$000 por série de 25 números, hoje ficará em igual importância por 24 números mensais, e o número que falta será completado com suplementos em certos casos”.

“Esperamos, portanto, que os nossos assinantes continuarão a prestar-nos a sua coadjuvação e que os nossos correigionários e amigos concorrerão a subscrever para a publicação da fôlha, que tem desempenhado o seu programa e sido o eco constante das reclamações dos perseguidos, o acoite dos perseguidores e a defensora das liberdades públicas, estigmatizando a prevaricação dos empregados díscolos, combatendo as infâmias da fação praieira, desmascarando a hipocrisia, a perversidade, o egoísmo, a ambição, as ladroëiras e as arbitrariedades dos seus indignos chefes, e do vil instrumento do poder, que êles empregavam para satisfação dos seus danados fins.

“Tais são os títulos pelos qua'is a nossa fôlha se recomenda e dos quais não esperamos desmerecer d'ora em diante — **Os Redatores**”.

Apesar do enunciado, **O Lidador** registou no expediente, abaixo do título, uma única parcela de assinaturas — a trimestral, por 3\$000, assim permanecendo até o fim. Este ocorreu, logo mais, com o n.º 311, de 12 de agosto de 1848, quando o vibrante órgão abriu a primeira página com o editorial “Despedida”, no qual declarou que cessavam suas atividades por achar-se o país “anarquizado, quase aniquilado”. Preenchera sua missão: denunciou e combateu os erros dos adversários, mas tudo em vão. Não era possível continuar, porque “a gente da situação” ap'audia os desmandos e dêles tirava a fôrça de sua estabilidade” (**Bib. Púb. Est.**).

O CLAMOR PUBLICO — Ordem e Liberdade — Iniciou sua atuação, na qualidade de órgão conservador, a 6 de abril de 1845, em formato de 22 x 16, com quatro páginas de coluna larga. Impresso na tipografia de M. Figueiroa de Faria, vendia-se o número avulso a 40 réis. Redator — João José Ferreira de Aguiar.

O editorial de abertura aludiu à conveniência do título

dado à fô'ha, dec'arando que ê'le explicava e simbolizava a voz poderosa levantada, "no Brasil inte'ro, contra o Ministério desva rado que, sem po'ítica e sem princípios, tem arastado o país às bordas do abismo; contra essa administração que só faz o mal que as outras faziam, mas não faz o bem que elas fizeram"; "con'ra o Paço"; "contra a Câmara, que matou o sistema representativo, excluindo da representação nacional os eleitos do povo"; "contra a fação que subiu ao poder, não para desempenhar alguma missão patr'ótica, algum princípio po'ítico, senão para vingar-se, para empolgar os empregos". Depois de outras graves acusações à "fação salp'cada de sangue", concluiu: "Assim exp'icado o nosso título e com ê'le os nossos princípios, vamos encetar a nossa emprêsa".

A partir do n.º 6, apresentou mais atraente aspecto, ostentando tipagem nova, com duas colunas normais de composição. Passara a ser impresso por Geraldo Correia Lima, na Tipografia da União, instalada à rua Be'a n.º 45, depois rua da União n.º 9.

Atacando e criticando a po'ítica praie'ra, como tema exclusivo de suas edições, divulgou em seu n.º 8 a seguinte Advertência: "Sempre que **O Clamor Publico** fôr censurado em t'ermos hábeis, responderá da maneira que fôr possível satisfazer aos seus leitores, mas, se porventura o fôr em o estilo arrieiral e próprio da canalha praieira, deixará de o fazer; mas daqui se não conclua que deixe de pô'r a ca'va ao sol dos indignos que c merecem".

O primeiro editorial do n.º 14 comentou o fato de haver sido a fô'ha chamada à responsabilidade, pelo subdelegado Manuel Came'lo Pessoa, por haver-lhe censurado a conduta como autor'dade policia'. Intensificaram-se os ataques àquele funcionário do govêrno e a tôda a agremiação policial. Três meses depois, **O Clamor Publico** dava notícia de que o editor e responsável pela publicação, Henrique de Azevedo Melo, fôra pronunciado "pelo mais que idiota juiz municipa' sup'ente da 2.ª Vara", tendo recorrido da sentença a 25 de agosto, sem que fôsse noticiado jamais o resultado do recurso.

Após assinalar o "resto de tranquilidade" que existiu na administração de Tomaz Xavier Garcia de Almeida e os "36

dias de delírios, injustiças e arbitrariedades cometidas pelo sr. Manuel de Sousa Teixeira, instrumento da Pra'a", o bissemanário recebeu (n.º 25, de 14 de julho) sob as melhores expectativas a gestão, recém-iniciada, do Conselheiro Antônio Pinto Chichorro da Gama. Já no n.º 29, porém, repeliu os "erros e arbitrariedades", vindo a acentuar, no n.º 31, que o novo presidente da Província, rasgando "as leis que devia respeitar", "praticou um ato de ferrenho despotismo", por haver privado um funcionário público do seu emprego vitalício.

Foi o princípio de uma série de ataques que não teve mais trégua. Acusado de contradição no tocante ao tratamento dado ao Presidente Chichorro, explicou-se **O Clamor Público**, em seu n.º 36, ao **Diário Novo**: "... não se pode conhecer as manhas de qualquer bêsta sem que se a tenha calgado".

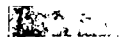
Criticava, paralelamente, o Gabinete de 2 de fevereiro, os líderes praieiros locais e sua imprensa, a começar pelo referido **Diário Novo**, levando-os sempre ao ridículo, através de notas picantes e, às vezes, de algum soneto, visando, sobretudo, ao redator d'**O Azorrague**, padre João Capistrano de Mendonça, apelidado **Frei Cometa**. Enquanto isto, enaltecia a política decaída de Francisco do Rêgo Barros (Barão da Boa Vista).

Outro valente contendor veio a enfrentar o órgão conservador, a partir do seu n.º 60, de 13 de novembro: o padre Lopes Gama, redator d'**O Sete de Setembro**, "um perfeito dicionário de descomposturas".

Divulgado o n.º 70 a 18 de dezembro, só retornou à lide no dia 16 de janeiro de 1846, assim justificando-se: "**O Clamor Público** retirou-se no fim do ano de 1845, sem dar algum outro cavaco mais do que advertir aos seus leitores que ia passar a festa, e continua agora a sua tarefa também sem se julgar em obrigação de cavaquear. Era seu desejo desfrutar por mais tempo os ares do campo, mas, lembrando-se de que é necessário tomar contas a esses **ladrões de firmas**, a esses **furta-cavalos**, a essa chusma de **rusguentos** e a essa **corja de quebrados** que pretendem soldar à custa dos bens alheios, sacrifica o seu repouso ao bem do país e vem começar a sua luta de honra".

Proseguiu, ininterrupta, a tremenda catilinária contra o **Petisca**, “autonomásia em linha obliqua” (n.º 74) do Presidente Chichorro da Gama, e contra **Frei Sarrabulho**, como chamava ao padre Lopes Gama, sem esquecer, igualmente, os demais elementos de projeção do situacionismo, ocupando-se, ainda, da política do interior da Província, sobretudo numa série de cartas sob o título “Correio de Goiana”.

Atingido o n.º 91, de 12 de maio, a fôlha adotou o formato de 31 x 20, a três colunas de composição, passando a vender-se o exemplar a 80 réis. Colocou-se no cabeçalho vistosa vinheta, representando “a Fama a voar de tuba embocada”. Abaixo do sub-título, alinharam-se duas máximas do Marquês de Maricá, a saber: “Os povos são por vêzes traídos pe'os seus delegados, como as viúvas, órfãos e ausentes pe'os seus procuradores” e “A celebridade do crime perpetua a sua execração”. Mais os versos:



“Eis soa o audaz clarim da pátria aflita.
Seu som terrível pedirá vitória”.

No editorial alusivo à reforma material levada a efeito, declarou o redator haver-se-lhe apresentado “a necessidade de ampliar a capacidade” da fôlha, para a defesa do nome de Pernambuco, tendo em vista que o Presidente Chichorro pretendia vender a Província, além das “opressões e vinganças individuais” que vinha praticando.

Dispondo de mais espaço, os artigos tornaram-se mais prolixos. Entrou, então, a combater as candidaturas, à Senatária, de Chichorro e Ernesto Ferreira França.

Os ns. 96 e 97 deram conhecimento — inserindo, inclusive, os quesitos e as respostas dos jurados — da absolvição, pelo Tribunal do Júri, sessão de 28 de maio, de Joaquim Bonifácio Pereira, responsável por um artigo divulgado no n.º 72, de 21 de janeiro, acusado de “concitar à resistência a autoridade pública e por injúrias dirigidas à S. M. o Imperador”.

Efetivada a eleição para preenchimento de duas vagas de senadores e apurados os respectivos votos, dados como eleitos os candidatos praeiros, **O Clamor Publico** conside-

rou finda a sua missão, o que ocorreu com o n.º 99, de 4 de julho de 1846, não sem deixar de dizer que “as listas sextup'as, que têm de subir à Imperial Presença, foram escritas com as pontas das baionetas do Presidente da Província” (Bib. Púb. Est.).

O AZORRAGUE — Jornal político, de orientação liberal, surgiu a 5 de maio de 1845, obedecendo ao formato de 20 x 14, com quatro páginas de coluna larga. Confecção da Tipografia Imparcial, de Luiz Inácio Ribeiro Roma, à rua da Praia n. 55. Sob o título, trazia a sentença: “Assim o querem, assim o tenham”.

Não indicando corpo redacional, o editoral de apresentação, sem assinatura, começou assim: “Arre, que já não posso sofrer com impassibilidade tanto desafôro dessa **cana-lha guab'ru!!** Apesar de terem tantase tão grandes mazelas, apesar de se acharem todos cobertos de quanta porcaria e sujidade há, êsses infames **baronistas** em vez de terem uma rô'ha na bôca, porque lá diz o adágio que **em bôca calada não entra mosca**, são sempre os primeiros a descompor os seus adversários políticos, atirando-lhes as imundícies de que estão cheios”.

Prosseguiu nesse teor a catil'nária, dizendo que os **guab'rus**, “ou, para falarmos em termos mais claros e inteligíveis, os **bandarras, girigotes, birbantes, frascários e assassinos** desta província” estavam muito assanhados, precisando de que alguém os chamasse a contas. Daí, a sentença: “Assim o querem, assim o tenham”. E “eis em campo **O Azorrague**, que não os poupará; cada **azorragada**, cada ferida mortal; e depois não se queixem, porque bem diz o adágio: “**quem bem está e pior escolhe, do mal que lhe vier não se enoje**”.

Em outro artigo, criticava a administração, embora liberal, do Presidente Tomaz Xavier Garcia de Almeida, chamando-o de protetor dos “cabanos, o maior f'agelo que pode oprimir esta malfadada província”.

Sem divulgar preços da assinatura ou do número avulso, **O Azorrague** começou circulando bissemanalmente, para depois sair três ou quatro vezes por mês, em datas indeterminadas. E não teve outro assunto na sua agenda, senão a

crítica desenfreada aos políticos conservadores, taxando-os de “quadrilha baronista”, “récua safada”, “quadrilha guabiru-cabana” e quejandos adjetivos. Bateu-se com **O Clamor Publico**, **A Carranca**, o **D'ario Velho** (como chamavam os praieiros ao **Diario de Pernambuco**) e **O Lidador**, e ainda com o órgão republicano **O Nazareno**, acusando-o de se haver tornado “guabiru”.

No mês de junho, assumia a Presidência da Província Manuel de Sousa Teixeira, outro liberal, mas devidamente apoiado pelo **O Azorrague**, continuando idêntico programa em julho, sob a Presidência de Antônio Pinto Chichorro da Gama.

A redação voltou-se, mais do que tudo, em agôsto e setembro, contra Antônio Borges da Fonseca, cognominado “o Cérbero”, e contra o tenente-coronel Manuel Joaquim do Rêgo e Albuquerque, não mencionado, êste último, senão pelo apelido de **Arara**, enquanto defendia o subdelegado de Afogados, Francisco Carneiro Machado Rios, alvo de tremenda sara vada de improperios do **Liberal Afogadense**, periódico que dizia redigido, assim como **O Echo da Verdade** (mas não o eram), por Borges da Fonseca. Ambos êsses jornalecos eram mencionados, nos comentários d'**O Azorrague**, com tipos de cabeça para baixo.

O último número do ano, o 50.º, circulou a 18 de dezembro, trazendo um único artigo, que encheu suas quatro páginas, inteiramente dedicado a “**O Clamor**, essa principal cloaca das imundícies das ratazanas do **grão partido da ordem**”.

Após quase um mês de férias, reapareceu o jornal a 12 de janeiro, saudando o ano de 1846, que aparecia “como uma manhã serena depois de procelosa tempestade, inspirando as mãs doces esperanças”. Essas esperanças estavam encarnadas na “polícia vigilante” do Presidente Chichorro da Gama, já não podendo a “caterva”, “com tôda a sencermônia, furtar cavalos e escravos”.

Sem mais alteração no seu programa, **O Azorrague**, a partir do n.º 59, teve como impressor S. Caminha.

Já saindo poucas vêzes por mês, veio o virulento órgão praieiro a extinguir-se com o n.º 61, datado de 20 de abril

de 1846. A redação estêve a cargo de Jerônimo Vile'a de Castro Tavares, padre João Capistrano de Mendonça e Joaquim de Aquino Fonseca (**Coleç. Fern. Pio e Bib. Púb. Est.**).

A **CARRANCA** — **Per'ód'co Político — Moral — Satírico — Cômico** — Impresso por Geraldo Correia Lima, na Tipografia União, à rua Be a (atual Uíhoa Cintra) n.º 45, deu a lume sua primeira edição a 10 de maio de 1845, para vender cada exemplar a 20 réis. Formato mínimo (15 1/2 x 10), com quatro páginas de uma só coluna (18 cíceros), apresentou sôbre o título pequena vinheta simbólica. Teve como redatores, segundo Faelante da Câmara (1), Antônio Peregrino Maciel Monteiro e o Desembargador Nicolau Regueira Costa. A êstes acrescentou Alfredo de Carvalho (2): Manuel Coelho Cintra, Luiz da Costa Pôrto Carreiro (?), João Batista de Sá, o último dos quais como redator único na segunda fase, "e outros".

Dizia o artigo-programa: "**A Carranca** há de tratar da vida alheia; não a vida doméstica, aquela que se passa entre as paredes do domicílio, entre os membros da família, mas a que cai no domínio do público". E mais: "...há de censurar, criticar, ridicularizar defeitos e vícios e também atacar maldades e crimes, como entender, e Deus a ajudará nesta obra de misericórdia". Terminou declarando ser "da oposição, da ordem, mas justo, sincero, franco".

O pequeno jornal teve como missão precípua criticar, satirizar, ridicularizar os líderes do Partido Liberal, sobretudo Nunes Machado. E combateu as idéias xenófobas de Borges da Fonseca, d'**O Verdadeiro Regenerator**.

(1) Estudo intitulado "Maciel Monteiro" — edição d'*A Cultura Acadêmica*, de 1905. Aludindo ao conteúdo intelectual d'*A Carranca*, acentuou Faelante da Câmara: "...a linguagem tem o sal da pilhéria, a nota irônica, o gume da sátira e, não desprezando êsse terreno, envolve os apodos no disfarce do espírito galhofeiro. Não se lê a descompostura torpe ao adversário a par do elogio despidorado ao amigo; o calão do desafôro não serve de pretexto para encômios sem conta aos patrões. E se alguma vez o ataque pessoal destoa do programa, pode-se ter a certeza de que não é de Maciel Monteiro".

Faelante da Câmara, homem de talento e sensibilidade, foi por demais condescendente para com a memória da turma, indubitavelmente, de alto nível intelectual, d'*A Carranca*. É o que se evidencia do manuseio da coleção do pequeno, mas furibundo, periódico conservador.

(2) In "Anais".

Publicado regularmente, ora duas, ora três vèzes por semana, após o n.º 18, de 12 de julho, o seguinte só circulou a 5 de agôsto, escrevendo, a propósito, a redação: “Não nos perguntem os amabiíssimos leitores porque aparece agora **A Carranca** depois de estar no escuro tantos dias. Já o dissemos uma vez e esta será a última: **A Carranca** não se obrigou, não contratou com ninguém a aparecer tal ou tal dia. Se os fregueses quiserem dar-lhe as boas vindas mediante os **quibus**, ficar-lhes-á muito obrigada; no mais, quer ser livre como o ar; e d.sse”.

A partir do n.º 25, de 3 de setembro, aumentou o formato para 21 x 15, passando as páginas a terem duas colunas normais, ao passo que subia para 40 réis o preço do exemplar. Sa.u do cabeçã ho a vinheta simbólica, para ser substituída, no n.º 29, por uma máscara pouco maior.

Assumindo o govêrno provincial Antônio Pinto Chichorro da Gama, tomou-o o periódico como a vo principal de seus ataques, à base da sátira e do ridículo. Enquanto isto, polemizava com os jornais situacionistas, à frente dêles o **Diário Novo**.

Lia-se na edição de 7 de outubro, sob o título “Duplicada mofina”: “Nos têrmos da Pastoral de nosso virtuoso prelado, de 17 do corrente mês, está o sr. Chichorro excomungado, por comunicar, como tem comunicado e continua a comunicar, com o excomungado vitando **Oxalá**, seu particular e íntimo amigo, com público desprezo da Religião Católica, Apostólica, Romana, com insultante acinte à Igreja e ao seu chefe episcopal”.

Outra vítima das penas venenosas d’**A Carranca** foi o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, redator d’**O Sete de Setembro**, a quem eram atirados terríveis baldões, inclusive nestes versos de um sonêto sem assinatura, na edição de 15 de novembro:

“Surgiu de pavorosas catacumbas
Um frade **bôrra**, outrora de São Bento;
Um frade bandoleiro, um catavento,
Tocador de fandango e de zabumba”.

“..... na Praia êste jumento
Exerce outras funções, carrega tumbas”.

E não parou mais de ridicularizar o padre-jornalista, do modo mais grosseiro que se possa imaginar, descendo mesmo à licenciosidade, a êste mister dedicando-se o desabusado jornal quase que exclusivamente (ocorreram vários outros sonetos), pouco espaço restando para o achincalhe ao presidente Chichorro, às vêzes chamado Cachorro... De vez em quando os carranudos redatores voltavam-se, também, contra **Frei Cometa**, como era apelidado o padre Capistrano de Mendonça, também jornalista, a quem se atribuía a redacção d'**O Azorrague** (3).

Terminado o ano com o n.º 54, de 22 de dezembro, continuou a numeração a 5 de janeiro de 1846. Intensificaram-se os ataques ao gabinete ministerial.

No dia 27 do referido mês, com sua assinatura, Joaquim Bonifácio Pereira, responsável pelo periódico, imputara ao Presidente da Província falta de cumprimento do dever e negócios ilegais, o que resultou num processo, por injúrias impressas, contra o acusador. Pronunciado e prêso em março, foi absolvido a 27 de maio, pelo juiz José Nicolau Regueira Costa, em segundo julgamento, conseqüente de apelação. O jornalista Antônio Borges da Fonseca foi o advogado do réu.

A partir de fevereiro, o jornal divulgou Comunicados sob o título "Os nossos princípios e a Praia", com a assinatura de **Polixeno**, e as "Variedades divertidas", de **Robrecht**. Depois, veio a campanha contra as candidaturas senatoriais dos baianos Ernesto França e Chichorro da Gama, a par de rudes ataques aos líderes praieros Nunes Machado e Urbano Sabino, redatores do **Diário Novo**.

Suspensa com a edição de 16 de maio, ressurgiu a fôlha a 17 de junho — n.º 81 — em cujo editorial — e no do n.º 82 — conclamou Chichorro da Gama a renunciar o Governo de Pernambuco "em nome da lei, da pátria, do Imperador, da humanidade, da religião e de Deus", uma vez que o júri de 27 de maio "absolveu **A Carranca**, acusada pelo presidente da província", o "infame prevaricador".

(3) Sob o título "Frei Cometa", estranhou *A Carranca* (16/9/1845) a nomeação dêle para pregador da Capela Imperial, chamando-o "frade de mão furada", "eminente de bochecho, pelintra, frascário e carregado de vícios".

Não se interrompeu jama's a catilinária contra a Praia e contra Chichorro da Gama, a respeito do qual, após chamá-lo de "eunuco", assim concluiu um soneto na edição de 22 de julho:

"Nosse empenho em maçar êsse maluco
É mostrar ao Brasil, ao mundo, à história,
Que a voz da Imprensa é a voz de Pernambuco".

Entretanto, **A Carranca**, que já vinha circulando com intervalos maiores, suspendeu sua publicação com o n.º 87, de 13 de agosto.

Reaparecendo, o n.º 1, de 9 de março (4) de 1847, abriu a primeira página, sob o título "Com a devida vênia", o soneto a seguir:

"Eis-me outra vez, piíssimos leitores,
Em tempo de quaresma! Quem diria?
Resoluta, a manter a liça em dia
Contra os da Praia invictos mamadores.

Os calungas da China, os Tremedores,
Raposas, Papa-Angu, Antas, Mumia,
Tôda essa malta e infame bicharia
Já não me ocupa a mente como atores.

A política, sim, o bem do povo,
Da pátria a glória, as leis, a liberdade
Me cumpre defender... É isto nôvo?

Se algum patricio houver nesta cidade
Que os princípios reprove em que me louvo,
Não é pernambucano, é nulidade".

No "Cavaco", logo abaixo, escreveu a redação que **A Carranca** tinha suspenso a publicação porque "cansada de expor à luz da evidência a desvergonha" da facção dos praieiros, "assentou que era ma'har em ferro frio demonstrá-la no intuito de corrigi-los. Razão teve portanto, de tomar um repouso para recomeçar com mais esforço (se é pos-

(4) Não 4 de março, como está na obra citada, de Alfredo de Carvalho.

sível) a necessária tarefa de desmorronar seus planos, desmascarar seus embustes e consignar à posteridade a protervia e os crimes da sua época. É agora”.

Concluiu pedindo a ajuda dos correigionários para “reconquistar e tornar uma realidade indefectível esse sistema de ordem, de paz e de moderação, por que tantos homens bons se têm sacrificado”.

Ocupou-se **A Carranca**, tão somente, nessa primeira edição, em atacar o Presidente Chichorro da Gama, fazendo-o não só em prosa, mas em glosas e num soneto, tudo sem assinatura.

A partir do n.º 2, o então semanário teve como impressor José dos Santos Torres. Sem dizer-se, abertamente, órgão do Partido Conservador, continuou a atacar, nessa segunda fase, a política praieira, através de artigos maciços e de versos satíricos. O padre Lopes Gama, ao lado de Jerônimo Viêla de Castro Tavares, entre outros, permanecia no índice dos carrancudos redatores, desapiedadamente ironizado, como sucedia a Chichorro da Gama. Na edição de 12 de abril, e na seguinte, atacava a “traição e prepotência” do juiz Manuel Mendes da Cunha e Azevedo (apelidado **Batoque**), que ordenara a prisão do jornalista republicano Borges da Fonseca, por suposto crime de imprensa através d’O Nazareno.

Do n.º 17 ao 20.º, **A Carranca** inseriu diferentes charges, em xi’ogravura, simbolizando o enforquilhamento do Presidente Chichorro nas eleições para senador, de que era candidato.

Antes, porém, do pleito eleitoral, encerrou-se, definitivamente, a existência do virulento periódico, com o n.º 25 (5), de 8 de setembro de 1847, quando era redigido, quase que exclusivamente, por João Batista de Sá (**Bib. Púb. Est.**).

O **FOGUETE** — Órgão praieiro, de pequeno formato (22 x 16), com quatro páginas de coluna larga, surgiu a 19 de maio de 1845, impresso por S. Caminha (até o n.º

(5) Não o n.º 23, constante do registo do referido autor.

3) e D. S. do Espírito Santo (o n.º 4), na Tipografia Imparcial, de Luiz Inácio Ribeiro Roma. Abaixo do título, a divisa:

“Não tenhas, minha Musa, medo deles,
Vai batendo de rijo, fogo nêles”.

J. A. de Macedo.

O editor'al de apresentação assim começou: “Senhores da alta gerarquia **cabana-guabiru**: a vossos pés vem, submisso, **O Foguete**, patentear as **momentosas e palpitantes razões** de sua aparição”. Em duas páginas, o articulista fez uma análise da situação da província sob o império dos **politições** de pêra, que eram os baronistas, prometendo “fazer com que se dê o seu a seu dono e chamar as coisas ao seu antigo pé”.

No primeiro artigo da segunda edição, referindo-se à “horda de assassinos e ladrões” de que se achava infestada “esta malfadada província”, escreveu **O Foguete**, entre outros conceitos de igual jaez: “...felzmente, Pernambuco, o Brasil inteiro, já não se engana com as lamúrias dessa tribo de gatunos que se quer locup'etar à custa da fazenda, honra e vida de seus adversários; não há dia em que ela deixe de praticar m.l atentados e atribuí-los, com todo o desvergonhamento, ao **Partido Praieiro**”.

Nesse diapasão seguiu-se a existência do panfleto, atacando, sobretudo, a indicação do presidente Tomaz Xavier Garcia de Almeida para a senatória, em azêda polémica com **O Clamer Publico** e **A Carranca**, periódicos conservadores, chamados órgãos da “canalha guabiru-cabana”.

Substituído, aquêlo, na administração da província, pe'lo vice-presidente Manuel de Sousa Teixeira, neste depositou **O Foguete** tôda confiança, elogiando-lhe o “caráter imparcial e justiceiro”, o mesmo fazendo, logo mais, quanto ao respectivo sucessor: Antônio Pinto Chichorro da Gama.

A partir da edição de 21 de junho, **O Foguete** passou a atacar, desabridamente, **O Nazareno** e os princípios republicanos do seu redator Antônio Borges da Fonseca, chaman-

do-o “o espoleta nazareno paraibano”, “sabujo”, “filho espúrio” e quejandos epítetos, numa arrasadora biografia (1). A par de tão degradante matéria, o jornal só fazia elogiar Chichorro da Gama, voltando-se, por último, contra o **Diário da Manteiga** (cognome do **Diário de Pernambuco**) e **O Clamor Público Monstro**. Redação atribuída (pelo **O Lidador**, n.º 25) a Joaquim de Aquino Fonseca.

E assim terminou a existência (irregular no tocante a datas) do espocante **Foguete**, cujo último número, o 13.º (2), circulou a 9 de setembro do mesmo ano (**Bib. Púb. Est.**).

O LIDADOR MONSTRO (ou **Registo das demissões e reformas dadas aos que pertencem ao partido da ordem, em razão da adesão que êles consagram ao Senhor dom Pedro Segundo, ou Quadro da inversão revolucionária e anarquizadora operada durante os 36 dias da fatalíssima administração do vice-presidente Manuel de Sousa Teixeira**) — Publicado em formato grande, sem data, circulou a 15 de agosto de 1845 (1 A), impresso por Geraldo Correia Lima, na Tip. **União**, à rua Be'a n.º 45, e editado pe'o **O Lidador**. Preço do exemplar — \$160. Sob o imenso título, lia-se: “**Ad perpetuam rei memoriam**”.

Divulgou, principalmente, a relação dos 303 funcionários, civis e militares, demitidos ou reformados durante a administração mencionada (que durou o curto período de 5 de junho a 11 de julho), acrescentando-lhes informes sobre cada um dêles e, no caso dos oficiais de polícia, a respectiva fôlha de serviços prestados (**Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.**).

O ECHO DA VERDADE (1 B) — Trazendo, sob o título, a divisa “Viva a Monarquia Constitucional”, começou a circular a 19 de agosto de 1845, em formato de 22 x 16, com quatro páginas de duas colunas. Impresso por Manuel Zeferino Pimentel, na Tip. Nazarena, de A. B. da Fonseca,

(1) A “biografia”, começada no n.º 7, prosseguiu e, ainda no n.º 12, trazia ao pé: “continuar-se-á”. Mas não continuou na edição seguinte e última.

(2) Alfredo de Carvalho registara o n.º 4 como tendo sido o último publicado.

(1 A) Informação colhida, quanto à data, na edição do *Diário de Pernambuco* do dia seguinte.

(1 B) Até o terceiro número, era, simplesmente, *Echo da Verdade*.

situada no Pátio do Paraíso D 4 (onde hoje está localizado o Edifício J. K.), anunciou vender-se o exemplar a 40 réis.

Abriu a primeira página a seguinte advertência, assinada por Condorcet: “Chegou o momento em que cada cidadão deve oferecer a seu país o tributo de suas reflexões e submeter seus pensamentos a todos aquêles que por um interesse comum estão ligados entre si”.

Lia-se no editorial de apresentação: “**O Echo da Verdade** é do povo, e somente para êle se dirige: a sua missão será provar-lhe, tão claramente como a luz meridiana, de que lado estão os traidores da sua boa intenção: abrir-lhe os o'hos e fazer-lhe sentir a sua posição, tão arriscada quanto me'indrosa”. E concluiu: “Morrãam os tiranos da pátria; morram êsses malvados hipócritas intitulados **patriotas praieiros** e viva a Liberdade e a Ordem”.

Inserindo artigos maciços, de ataque ao govêrno provincial de Chichorro da Gama e seus satélites da Pra'a, sem faltarem versos satíricos, a êles caricaturalmente atribuídos, e mais notas ligeiras, envolvendo, igua'mente, a personalidade do padre Lopes Gama, publicou-se semana'mente, em dias indeterminados, até o n.º 6, datado de 2 de outubro do mesmo ano (2 B).

Quando parecia haver perecido, apareceu a 7.^a e última edição d'**O Echo da Verdade** no dia 22 de novembro (Bib. Púb. Est.).

O VERDADEIRO — Jornal político, apareceu no dia 3 de setembro de 1845, em formato de 21 x 16, com quatro páginas de coluna larga. Impresso por Manuel Zeferino Pimentel, na Tipografia Nazarena, situada à rua Direita, D. 1, e redigido por Antônio Borges da Fonseca. Preço do exem-

(2 B) *O Foguete*, órgão praieiro de linguagem virulenta, divulgou, no seu n.º 13, do dia 9 de setembro de 1845, o “anúncio” a seguir:

“Em Olinda, em uma casa de *Madeira*, onde há um homúnculo muito vermelho, bem conhecido pela sua brutal incontinência e não interrompida embriaguês, dá-se gratuitamente *O Echo da Verdade*; todos aquêles que tiverem necessidade de visitar os lugares de despejo público o poderão ali procurar para o único mister que serve — *O Dr. Besouro*”.

A palavra *Verdade* era colocada, nêsse “anúncio”, de cabeça para baixo.

p'ar — 40 réis. Sob o título, a divisa, em latim e português: “Pratique-se a justiça, embora se aniquile o mundo”.

Constava do editorial de apresentação: “Observaremos sempre a verdade em nossos escritos, seja contra quem fôr, tôda vez que convenha ao bem do país”.

“Procuraremos demonstrar ao povo os erros em que êle está imbuído; rasgar a venda que êle tem atada aos olhos; mostrar-lhe os inimigos e traidores da pátria, apontar-lhe o caminho que lhe convém trilhar nessa desordem...”

Dizia-se neutro, mas chamaria “para o Partido Liberal todos os homens amantes da liberdade”. Criticou, noutro artigo, a hegemonia da família Cavalcanti, concluindo com as “Ilusões Praieiras”.

Circularam mais duas edições, que foram as últimas, à 17 e 26 de setembro. Nelas atacava a facção praieira que estava no poder e defendia o diretor d'O Nazareno, acusado, pelo O Azarogue, de se haver vendido aos “guabirus” (Bib. Púb. Est.).

O SETE DE SETEMBRO — Periódico Político, Moral e Literário — Entrou em circulação no dia 7 de setembro de 1845, em formato de 30 x 21, com quatro páginas, sendo impresso na Tipografia Imparcial, de Luiz Inácio Ribeiro Roma, à rua da Praia n.º 55. Redação a cargo do padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, publicando-se às terças e sextas-feiras. Assinatura semestral — 4\$000; preço do exemplar — 80 réis.

O extenso editorial de abertura constituiu um hino de louvor à data da Independência do Brasil, ao dia “maior e mais respeitável de quantos assomam, radiantes, no vasto Império da Santa Cruz”.

Seguiu o jornal sua meta, orientado pela política liberal (ou praieira) de apoio ao governo provincial de Antônio Pinto Chichorro da Gama, atacando o Partido Conservador, também chamado Baronista ou Ordeiro, e seus líderes, o recente predomínio das famílias Rêgo Barros — Cavalcanti, “a grande afluência de artistas estrangeiros, que têm vindo para o Brasil tirar o pão dos próprios brasileiros”, etc., fo-

calzando temas democrático-sociais e clamando contra o “grau de miséria e opressão” que, durante muitos anos, pesou sobre a maioria dos pernambucanos.

Era, segundo o historiador Amaro Quintas, “uma linguagem corajosa e avançada” a que usava o famoso **Padre Carapuceiro** no seu interessante bissemanário.

Pugnando pelo regime representativo, escreveu êle, na edição de 12 de dezembro de 1845: “Não ju'guem, porém, os doutores d'**O Lidador**, e mais pasquins da façção ordeira, que eu tenho o regime representativo pelo **non plus ultra** do aperfeiçoamento social. Não: conheço-lhe muitos defeitos; mas sei que é um sistema de transição, é uma necessidade da época em que vivemos; é uma passagem para um futuro mais feliz”.

Não se cansava o redator de criticar a turma “guabiru”, também assim cognominados os conservadores, em termos enérgicos e violentos, acusando-a de furtos e assassinios durante sete anos, denunciando, sobretudo, que um “bando de salteadores infestava os arredores do Recife”, chefiado por José do Rêgo Barros, irmão de **Chico Macho**, ou seja, Francisco do Rêgo Barros, o Barão da Boa Vista.

Enquanto isto, Lopes Gama enfrentava respeitáveis antagonistas, que o acutilavam pelas colunas d'**O Lidador**, d'**A Carranca**, d'**O Clamor Público**, d'**O Esqueleto** e d'**O Raio**. A par da polêmica política, eivada de ódio, choviam epigramas de parte a parte. Os contendores eram, sobretudo, chistosos e satíricos.

O Sete de Setembro viveu regularmente, transpondo o ano de 1846 já com 32 números publicados, para continuar seguindo a numeração.

No mês de fevereiro, edição do dia 10, o padre Joaquim Pinto de Campos, um dos contendores na mira de Lopes Gama, entrou mais forte por intermédio d'**O Lidador**, no ataque à reputação do confrade de batina. O ofendido “deu-lhe o trôco” a 3 de março. Declarou que, não sendo do seu feitio “recorrer ao préstimo do punhal ou do bacamarte”, como era peculiar à “gente da grã-patacoada da ordem”, correu aos meios legais, apresentando queixa à polícia.

Logo, entretanto, o “testa de ferro” Joaquim Bonifácio Pereira assumiu a responsabilidade do escrito de Pinto de Campos, pondo-se êste ao largo.

Nas edições subseqüentes do seu jornal, o **Padre Carapu-ceiro**, desistindo do processo intentado, fêz do outro padre o alvo mais acentuado de suas diatribes, chamando-o de vil, covarde, patife, bandalho, infame, cachorro, sevandija, ridículo, moleque, semvergonha, “mais filho do pai que da mãe”, etc.

Ao atingir o n.º 58, de 31 de março, após a inserção de dois longos artigos de crítica a **O Lidador** e seus redatores Nabuco de Araújo e Figueira de Melo, e de defesa da Praia e da candidatura de Chichorro da Gama à Senatória, viu-se estampado, fechando a última página, o seguinte Aviso: “Aqui termina por ora **O Sete de Setembro**; porque o seu redator tem de aprontar-se para a sua viagem à Côrte, como deputado da Assembléia Geral. Mas antes de partir ainda escreverá um número extraordinário de despedida. Mas adverte-se que só fica interrompido durante a sua ausência; e que continuará com a sua volta da Côrte”.

A edição extraordinária, n.º 59, com o artigo “As minhas despedidas”, circulou a 16 de abril de 1846, não voltando mais à tona a gazeta do inolvidável Lopes Gama (1).

O LIBERAL AFOGADENSE — Trazendo sob o título o slogan “Guerra aos tiranos”, apareceu êsse órgão político no dia 11 de setembro de 1845, em formato de 21 x 16, com quatro páginas de coluna larga. Impressão da Tipografia Nazarena, instalada à rua Direita D 1, a cargo de Manuel Zeferino Pimentel, custando 40 réis o exemplar.

Dizendo-se um nôvo campeão da liberdade, veio destinado a atacar o “vil e infame partido praieiro”, devido à no-

(1) Não foi possível encontrar mais do que um comprovante d’*O Sete de Setembro*: o mencionado n.º 58, metido entre os avulsos da Biblioteca Pública do Estado. As demais notas bibliográficas colhi-as nos “Anais”, de Alfredo de Carvalho, e no livro “O Padre Lopes Gama político”, de Amaro Quintas, escritor que possui coleção quase completa do periódico, mas tão bem guardada, na sua grande biblioteca, que não consegui pôr-lhe a vista em cima. Outra coleção existe na Biblioteca Nacional, conforme consta do fichário. Quando a requeri, lá no Rio de Janeiro, não foi encontrada.

meação de Francisco Carneiro Machado Rios para as funções de sub-delegado de polícia de Afogados, com a patente de tenente-coronel, declarando, no editorial de apresentação, que divulgaria “seus atentados, seus novos crimes, desmascarando-o”. E não fez outra coisa o afoito jornalzinho, estendendo sua catilinária a **O Azorrague** e seu principal redator, Jerônimo Vilela de Castro Tavares, a quem chamava “Dr. Macota”, além de atribuir-lhe outros epítetos depreciativos.

Publicando-se semanaalmente, em dias incertos, **O Liberal Afogadense** extinguiu-se com o n.º 8, de 1.º de dezembro (Bib. Púb Est.).

O ARARA — Periódico praieiro, entrou em cena a 30 de setembro de 1845, obedecendo ao formato de 21 x 16, com quatro páginas a duas colunas de composição. Trabalho material da oficina de Luiz Inácio Ribeiro Roma, trazia, sob o título, estes dois versos de Camões, omitindo o nome do autor:

“Cesse tudo o que a antiga Musa canta,
Que outro valor mais alto se alevanta”.

Três quartos de página de frente foram ocupados pelo cabeçalho, dêse constando um clichê simbólico, em xilografia. A apresentação começou com os seguintes versos:

“És **O Arara**,
Moço fida'go,
É mais esbelto
Do que um galgo.
Ó quanto é lindo
O seu nariz!
Parece um tórno
De chafariz”.

Seguiram-se mais seis oitavas, descrevendo a personalidade do tenente-coronel Manuel Joaquim do Rêgo e Albuquerque, cujo apelido servia de título ao jornal, para continuar em prosa, que ocupou o restante das páginas.

No meio do artigo, misto de sátira e ridicularia, dava-se a legenda do clichê: “**O Arara**, que, na estampa que acima

se vê, se acha vestido de saia e timão, com um pranchão atravessado no bico; uma caixinha ao pescoço, um punhal na mão direita; um peixe, de cuja bôca saem umas letras, na mão esquerda, e umas pedras nas unhas dos pés, é o **herói** de nossos dias, que apresenta um número considerável de feitos **gloriosos**, e por isso não é mister uma pena muito hábil para immortalizar-lhe o nome”.

A par de longos comentários a cêrca dos “feitos” do referido oficial da Guarda Nacional, só citado pelo apelido, a fôlha atacou, igualmente, “a imprensa Nazarena”, cujo redator, Antônio Borges da Fonseca, acusado de haver-se tornado Guabiru-Cabano, também não era mencionado pelo nome, mas sômente pelo depreciativo epíteto de **Cérbero**, a quem atribuía a responsabilidade pela redação d'**O Liberal Afogadense** (1), chamando-o, na edição de 12 de dezembro, “ladrão, porco e descarado, nôvo judeu”.

Junto ao **Arara** e ao **Cérbero**, eram a'vo da catilinária e das inomináveis picuinhas d'**O Arara** os maiores da política conservadora, então no ostracismo, sempre através de apelidos, tais como **Chico Macho**, o **Mandioca**, **Bento Garampa**, o **Bode do Dízimo**, **Cuco Barbado**, o **Cloaca**, o **Anacletinho**, **Juburu Moleque**, etc. Os ataques visavam, ao mesmo tempo, a **O Lidador**, órgão “caramuru” por excelência. Enquanto isto, a redação defendia o famoso sub-delegado e comandante do batalhão da Guarda Nacional de Afogados, Francisco Carneiro, nomeado pelo presidente praxeiro Chichorro da Gama.

Viveu o periódico, irregularmente, até o n.º 9, de 23 de dezembro, voltando, com o 10.º, a 28 de janeiro de 1846. Foi o último (**Bib. Púb. Est.**).

O CLAMOR PUBLICO MONSTRO — Ordem e Liberdade — N.º 1 (sem ter segundo), impresso por Gera'do Correia Lima, na Tip. União, à rua Bela, n.º 45, circulou (sem mencionar data) no dia 29 de agosto (1 A) de 1845. Preço do

(1) Numa Correspondência ligeira, publicada no *Diario de Pernambuco* de 15 de dezembro de 1845, Borges da Fonseca, chamando ao redator d'**O Arara** “sevandija e canalha”, fêz sentir que não escrevia n'º **Liberal Afogadense**.

(1 A) Informação colhida no noticiário do *Diario de Pernambuco* da mesma data, em contradição com Alfredo de Carvalho, que registrara: “em dias de setembro”.

exemplar — 0\$80. Apresentou-se em formato de 31 x 20, com quatro páginas de três colunas, uniformemente composto em tipo corpo 8, batido, divulgando vasta matéria, constituída de artigos e sueltos contra o Presidente Chichorro da Gama e contra os praieiros em geral.

Seu objetivo primordial foi proporcionar “aos amigos da ordem” a leitura das razões do recurso que Henrique de Azevedo Me’o, editor d’**O Clamor Público** e proprietário da oficina gráfica que o imprimia, fizera subir, com data de 25 de agosto, à presença do juiz de Direito da 1.^a Vara, “para efeito de obter a revogação da pronúncia contra êle proferida pelo juiz municipal da 2.^a vara, no processo de abuso de imprensa intentado por Manuel Camelo Pessoa” (**Bib. Púb. Est.**).

O PRAIEIRO — Periódico Político Tão Sòmente — Começou a circular a 23 de outubro de 1845, em formato de 22 x 16, com quatro páginas de duas colunas. Apresentou, como divisa, a seguinte “máxima do Partido Nacional”: “Liberdade na eleição dos representantes do país, re’a administração de justiça, economia nos dinheiros públicos”.

Impresso na Tip. Imparcial, de L. I. R. Roma, defendeu a administração provincial, que assumira o poder com a queda do Partido Conservador, e atacou o chefe da Igreja Católica em Pernambuco, lamentando fôsse êle “tão míope e tão pouco generoso”, pretendendo “excomungar todo mundo só pelo fato de não ser baronista”.

No segundo número, de 3 de novembro, regozijava-se o redator com a representação praieira pernambucana na Côrte, cuja conduta considerava exemplar, pois v.nha prestando “importantes” serviços ao país.

Através de extensos comentários, prosseguiu **O Praieiro** sua missão de órgão situacionista, tecendo encômios ao Presidente Chichorro da Gama e atacando desabridamente a anterior predominância das famílias Rêgo Barros e Cavalcanti e os jornais que as defendiam, sobretudo **O Lidador**.

Chegou o inquieto órgão da Praia a abusar do direito de ridicularizar os políticos decaídos, fazendo-o em prosa e verso.

Circu'aram nada mais que oito edições, uma por semana, a última das quais no d.a 14 de dezembro (**Bib. Púb. Est.**).

1846

A VOZ DA RELIGIÃO — Semanário católico, surgiu no dia 4 de janeiro de 1846, em forma'o de 24 x 16, com oito páginas. Impresso na tipografia de Santos & Cia., tinha como redator o Cônego Francisco José Tavares da Gama. Sob o título figurou a seguinte frase latina: "**Unus Dominus, una Fides**" (Ep. ad Ephes. IV. 5).

Lia-se no "Prospecto" (assim designado o editorial de apresentação): "Os artigos, de que a presente fô'ha há de constar, todos hão de ter a Religião por objeto, e na escolha dê'es atenderemos às d ferentes classes de leitores, consultando não só a utilidade, sobretudo, mas também o gôsto un'ido à utilidade e quanto fôr compátivel com os graves objetos de que devemos ocupar-nos. Atenderemos igualmente às circunstâncias peculiares do nosso país, ao estado de instrução do povo, aos abusos dominantes".

Jornal eminentemente doutrinário, publicou-se com tôda regu'aridade, aos dom'ngos, contendo oito páginas invariáveis. A par de cerrada campanha contra o Protestantismo, divulgava: "V.das dos Santos mais ilustres"; "Histórias edificantes"; excertos de escritores antigos e modernos, sôbre a Religião Católica; Máximas e Pensamentos; traduções de **L'Ami de la Religion**, poesias do padre Ca'das ("Salmos") e do Vigár'o Francisco Ferreira Barreto; artigos diversos e noticiário das principais so'enidades da Igreja.

A Voz da Religião prolongou sua existência, sem a'teração do ritmo inicial, pelo espaço de cinco anos, extinguindo-se com o n. 261 (1), de 29 de dezembro de 1850, quando, justificando a paralisação, escreveu o redator: "Bem a nosso pesar, paramos com a sua publicação, obrigando-nos a isso motivos urgentes".

(1) Não o n.º 26, como está nos "Anals", evidente êrro de revisão.

Constitui-se, a coleção completa, de três volumes, servidos de página de rosto e sumário das matérias divulgadas (**Bib. Púb. Est.**).

O ESQUELETO — Periódico Moral, Satírico, Político — Trazendo sob o título o **slogan** “Guerra à Tirania e ao Despotismo”, saiu a lume no dia 16 de fevereiro de 1846, em formato de 22 x 16, com quatro páginas de duas colunas. Vendia-se o exemplar a 40 réis, sendo impresso por **Geraldo Correia Lima**, na Tipografia União, à rua Bela (atual Ulhoa Cintra) n.º 45.

Seu programa ficou expresso na parte final, a seguir, do editorial de introdução: “...não é certamente inoportuna a nossa aparição, para que, de acôrdo com os demais periódicos ordeiros existentes, se não cesse de clamar contra os ladrões, que oprimem nossos direitos e liberdades, e que roubam tão desapiedadamente nossas vidas e propriedades. É, pois, neste sentido e com êste fim que vamos escrever: conte, portanto, a quadrilha **petisca-praieira** com nosso esforço em descobrir e expor à luz do meio dia as suas melgueiras, sejam desta ou daquela classe os seus autores. Deus nos queira ajudar nesta empresa, livrando-nos do punhal pol. cia!”.

A partir da terceira edição, figurou no cabeça’ho o cli-chê de um esqueleto, em xilogravura, com o título por cima e o **Expediente** aos lados.

Além de censurar a administração de Antônio Pinto Chichorro da Gama, o periódico condenou, em sucessivos artigos, a atitude da Pra:ia contra a liberdade de imprensa. No mesmo n.º 3, profligou a denúncia dada contra **O Clamor Público** e a prisão de Joaquim Bonifácio Pereira, responsável pelo **O Lidador**.

“Sim, briosos pernambucanos. — concluiu um dos editoriais — verdadeiros amigos da ordem e da liberdade: é mister unirmo-nos para que, cerrados em uma só coorte, com a razão e com a lei, e mesmo com tudo que de direito fôr, façamos recuar a tirania que nos oprime. Valor, união e constância”.

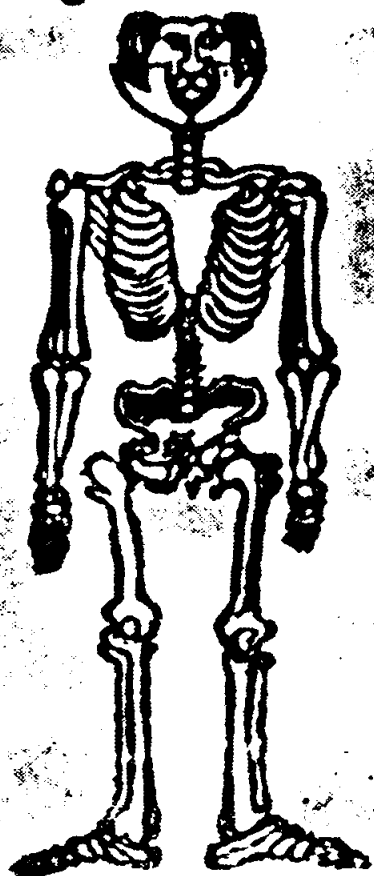
O ESQUELETO.

Recife 31 de Março
de 1846.

PREÇO 40 REIS.

Typ. da União, rua
Bella N.º 45,

NUMERO 9.



PERIÓDICO MORAL

SATIRICO POLITICO.

Guerra a ty-
despo-

rannia e ao
tismo.

O Esqueleto.

Ja mais ninguem no mundo tem offerecido mais armas contra si mesmo, do que o bem conhecido redactor do *Sete de Setembro*, por quanto ostentando elle de sete caras, todos o conhecem, huns por sem brio, outros por venal, outros por inconsequente, aquelles por republiceiro, estes por perfido e ingrato; todos emfim por hum frade mui pouco exemplar: isto posto, tendo o *Esqueleto* de responder ao que exige o n. 35 do referido *Sete*, em que explicando elle o proveito das decomposturas, pede, que exhibamos (nos os ordeiros), o nosso programma politico; pensamos que o não podemos satisfazer melhor do que deduz-

zindo dos seus mesmos principios escriptos, por huma ordem inversa, o fundamento dos nossos principios, isto he; o systema geral, os theoremas administrativos, que com huma só palavra definimos — Ordem. — O *Sete* quer hum programma politico; apesar de que elle o não tenha exhibido da sua parte, nem o possa fazer, por que do seu lado as obras desmentem todas as palavras, nós o satisfaremos, para sua inteira confusão.

Diz o *Sete* das sete, (n. 35.) «A ordem não pertence privativamente a nenhum systema politico; — He verdade; mas nenhum systema politico pode subsistir sem que seja sustentado pelo: principios de ordem que lhe são relativos: o complexo desses

Desde o n.º 4 (1), **O Esqueleto** (2) bateu-se com **O Guarda Nacional**; impugnou, vigorosamente, a eleição de Chichorro da Gama para o Senado e impôs a mais severa crítica ao padre Lopes Gama, redator d'**O Sete de Setembro**, cognominando-o **Frei Sonâmbulo, Três-Caras e Frei Calunga**, a'ém de chamá-lo "escritor inconseqüente e venal". Atacava, ainda, o **Diario Novo**, o **Bezerro de Pêra**, **O Azorrague** e demais fôlhas situacionistas.

Não teve mãos a medir o semanário, às vêzes bissemanário, na crítica veemente à política praieira, então no poder. E terminou sua atuação na imprensa com o n.º 13, de 27 de abril, edição que abrigou um artigo de página inteira, a última, assinado por **J.V.C.T.**, contra Chichorro da Gama (**Bib. Púb. Est.**).

O POSTILHÃO — Periódico Monstro, Universal, Etc., Etc. — Circulou o "1.º Correio" (queria dizer: 1.º número) a 11 de maio (1 A) de 1846, em formato de 16 x 10, com quatro páginas a uma coluna de composição de 17 cíceros. Impresso por Geraldo Correia Lima, na Tipografia União, vendia-se o exemplar a 20 réis.

Abrindo a edição, dizia o editorial, intitulado "Pregão": "Aqui as têm os fregueses, fresquihas, quentinhas, sa'tando, pu'ando, colhidas neste instante, cada qual mais importante"! A concluir: "...cheguem, amigos, velhos ou moços, feios ou bonitos, nobres ou plebeus, ricos ou pobres, brancos ou pretos, aqui têm notícias! **comprate il mio specifico!** notícias em barda! E tudo por um vintém: **per poco io vo lo do**".

Seguiu-se o "Regulamento", ou seja, programa: "**O Postilhão** chega a esta praça quando pode"; "fará imparcial justiça a todos, ao revés do Chichorro, que só faz justiça aos contrários". E traçou o roteiro de cada edição: "Notícias

(1) Anunciando, nos "Avisos Diversos" do *Diario de Pernambuco*, de 3 de março, o n.º 4 d'*O Esqueleto*, dizia o encarregado: "Está assás interessante, porque, respondendo ao *Guarda Nacional*, define satisfatoriamente o esqueleto à que seu título alude, e traz, além disso, outros artigos de bom gosto".

(2) O nome do jornal significava uma crítica à pessoa física do Presidente Chichorro da Gama.

(1 A) Não no mês de março, registado nos "Anais".

da 1.^a Plana: Côrte — Ministério — Assembléia; 2.^a Plana: Presidência — Eleições — Polícia. Finalmente: “Notícias a granel ou **tuti casti de divertimenti**”, acrescentando: “**O Postilhão** não pára em parte alguma; corre por tôdas as ruas, não conversa, senão para trocar a sua mercância pelos cobrinhos, que aliás não fazem quebrar nem o lojista, nem o agricultor, nem ninguém”.

A partir do “2.^o Correio”, o cabeçalho foi encimado pelo desenho, em xilogravura, de um indivíduo a cavalo, em disparada, rebenque à mão, tendo uma faixa sôbre a blusa, com a palavra “Notícias”, e no chapéu o dístico “União”, clichê pouco depois substituído por outro menos mal alinhavado e sem dizeres.

Abrindo sempre com o “Pregão”, vinham após as epígrafes programadas, publicando-se a fôlha em datas irregulares, às vêzes dando dois números numa semana, outras saindo com diferenças de mês, variando também a quantidade de páginas, mínimo de quatro e máximo de oito. Tôda a matéria se constituia de virulenta crítica ao Presidente Chichorro da Gama, aos demais líderes do Partido Liberal e ao *Diário Novo*, em linguagem achincalhante. O “Pregão” do n.^o 6, por exemplo, começou assim: “**Comprate! comprate! comprate il mio specifico! per poco io vo lo do!** Agora, sim! São notícias, mas que notícias! notícias chicharras! notícias chichorrias, chichorráticas, chichorrinas, etc.!”

Nas “Notícias a granel” do n.^o 10, ou 10.^o Correio, lia-se: “...estão os Praieiros divididos em Cachorristas, Mulambistas e Elefantistas. O primeiro bando compõe-se dos adutores por vício; o segundo, dos esfaimados; o terceiro, dos que ainda crêm que na Pra.a há pérolas, só pela razão de haver estêrco”.

Escreveu o redator, no “Pregão” do “19.^o Correio”, que resolvera dar nova orientação às notícias, passando a proporcionar-lhes títulos ocasionais, em vez de dividí-las em três ordens, como vinha acontecendo.

Desejoso de que os “pios fregueses” houvessem passado “festas felizes e regaladas”, o “Pregão” do primeiro número de 1847, “26.^o Correio”, datado de 18 de janeiro, auspiciou, quanto ao nôvo ano: “...que Deus permita nos seja mais

propício que o passado, livrando-nos das sangrentas garras dêsse esfaimado e asqueroso abutre, que tanto nos tem corroido e dilacerado. Assim seja!”

Mais algumas edições, e **O Postilhão** encerrou sua missão de jornal puramente combativo com o “30.º Correio”, de 30 de março de 1847, embora o derradeiro comentário terminasse com a advertência: “continuar-se-á” (**Bib. Púb. Est.**).

O BEZERRO DE PÊRA — Jornal do tipo joco-sério, circulou a 17 de março de 1846, em formato de 22 x 16, com quatro páginas de coluna larga. Impresso por S. Caminha, na Tipografia Imparcial, de L. I. R. Roma, à rua da Praia n.º 55, trazia sobre o título o desenho, em xilografura, de um bezerro deitado, com cabeça de homem e pêra (1). Abaixo, os seguintes versos de Bocage:

“Digam-me, agora, os sábios da Escritura:
— Que segredos são êstes, da Natura?”

Tôda a edição, quase exclusivamente em versos, ocupou-se em invetivar e ridicularizar os “baronistas” e “guabrus” (sinônimos de Conservadores), através de apelidos, visando especialmente a determinado líder político, a quem era atribuída a alcunha do título.

O último número, que foi o segundo, datado de 3 de abril, acompanhou, num só artigo de quatro páginas, o diapasão do anterior, em linguagem que chegou a ser desrespeitosa (2) (**Bib. Púb. Est.**).

O RAI0 — Periódico político, surgiu a 28 de março de 1846, dispondo de quatro páginas, formato de 22 x 16, a

(1) A respeito do chamado Bezerro de Pêra, escreveu *O Lidador*, de 11 de março de 1846: “Em dias do mês passado, extrairam os carneiros do Matadouro, do ventre de uma vaca morta, um bezerinho que começava a encabelar, e entre outros pontos onde mais cabelos havia, notava-se uma porção debaixo do queixo, o que deu lugar a um engraçado do açougue gritar: — O bezerro tem pêra!”

(2) Segundo comentou o conservador *O Esqueleto*, a 25 de março de 1846, só o *Frei Calunga* (cognome do padre Lopes Gama) ou Jerônimo Vilela de Castro Tavares era capaz de escrever “um papelucho tão indecente, imoral e obsceno como *O Bezerro de Pêra*. Por sua vez, o jornaleco *O Papa-Angu*, em sua edição de 15 de abril, afirmava ter sido Jerônimo Vilela quem redigiu o referido órgão praieiro. E foi mesmo.



O BEZERRO DE PERA.

*Digão-me agora os sabios da Escripura
Que segredos são estes da natura.*

1846.

TERÇA-FEIRA 17 DE MARÇO.

N. 1.

Tem sido pouco apreciado o nascimento do bezerro de pera: os guabirús tratad de occultar este facto, aliás importante, e alguns praeiros, entendendo que isto está na ordem natural das cousas, nad tem encarado o negocio pelo lado da *maravilha, e do misterioso!* Cumpre pensar differentemente: sabe-se que differentes phenomenos teem apparecido em a natureza, porque ella fertil na producção, como que de quando em quando quer apresentar hum facto extraordinario, mas este de que se tracta agora está sobre tudo! Hum bezerro de suissas, bigode, e *pera* em huma epocha, em que se proclama por todos os cantos **castigo contra os guabirús, hum bezerro de pera** quando huma parte da especie humana, querendo distinguir suas opiniões das opiniões de seos semelhantes, recorre ao signal da *pera*, que consiste em hum pugillo de cabellos criados, nascidos, crescidos e já muito grandes logo abaixo do beiço interior, é por sem duvida facto importantissimo, e misterioso! Seria bom que o bixo fosse remettido para o Museo do Rio de Janeiro, mas que antes se consultassem todos os Medicos, e Cirurgides, todos os phisicos, chemicos, naturalistas, mathematicos, enfim todos os homens que tem certa ordem de conhecimentos, a fim de se ouvir a opiniaõ d'elles á respeito do *prodigio* que nos occupa! Tem-se visto homens com ar dedos, carneiros com 6 pés, animaes hermaphroditas, caxorro sem rabo, pato sem bico, cobras com azas, boi móxo, bode com 3 chifres, galiubas suras, papagaio contrafeito etc. etc., porem be-

duas colunas de composição. Trabalho material da Tipografia União, à rua Bela, n.º 45, tinha como impressor Geraldo Correia Lima. Preço do número avulso — 40 réis.

Sobre o título, em largura integral por sete cm. de altura, via-se mal feita gravura em madeira, representando um raio em direção à fachada do Palácio do Governo, em cuja varanda conversavam três pessoas, deparando-se, na praça defronte, em diferentes posições, miniaturas de bode, burro, gato, serpente, dragão, camelo montado por padre, peixe fora d'água, tartaruga, leão e navio ancorado na Praia, símbolos característicos — dizia — da situação dominante (1). Sob o título, os versos.

“O Raio que, voraz, tudo derriba,
Há de em cinzas tornar nossos flage'os”.

O editorial de apresentação aludiu à “tempestade política” do momento; aos choques da “feroz e anárquica” administração de Chichorro da Gama com “uma verdadeira e legal oposição”, choques “do crime com a virtude”. Daí o **Raio**, “prestes a cair sobre aquêlê **palác'io amarelo**, onde o crime e a tirania em forma humana se têm refugiado com os seus comparsas”.

Ocorreu outro violentíssimo artigo, mas de ataque ao padre Lopes Gama, a quem chamava “o Frei Sarrabulho”, “o ca'uniador por ofício, assassino da honra alhe a por dinhe'ro, vil bajulador”, “serpe ingrata”, “relapso, apóstata, imoral, vil, infame” e quejandos adjetivos.

Três edições apenas, do furibundo jornal foram publicadas, a última das quais a 6 de maio, tendo como única meta atacar Chichorro e Lopes Gama, condenando, sobretudo, a eleição do primeiro e do ex-ministro Ernesto Ferreira França para senadores por Pernambuco (**Bib. Púb. Est.**).

O PAPA-ANGU — Periódico Extraordinário, Oposicionista, Satírico, Político — Iniciou sua existência a 15 de abril de 1846, sendo impresso por Geraldo Correia Lima, na Tipografia da União, à rua Bela, n.º 45, e vendido a 40 réis

(1) A descrição do clichê, feita através da “Explicação da nossa estampa” (n.º 2 d'O Raio), difere da que se lê nos “Anais”, de Alfredo de Carvalho, muito falha.

o exemplar. Sobre o título, uma xilogravura, representada por um homem — o papa-angu — prestes a montar a cavalo, com uma vasilha e uma colher levando comida à boca; abaixo, as duas quadras seguintes, irônicamente assinadas por **Frei Cometa** e **Frei Calunga**, respectivamente:

“Quem nunca viu
Mestre Vilela,
Veja o retrato
Dêste michela”.

“Não tenhas medo,
Meu bom Vilela;
Fogo de riço
No tal Lamela”.

Não saíram mais do que três números, o segundo a 14 de maio e o último a 1 de junho, nem o jornal feriu outro assunto, a não ser a personalidade de Jerônimo Vilela (o **papa-angu**) e do Presidente Chichorro da Gama, criticando-os desabridamente, além de ridicularizá-los em versos chistosos. Seguiu o mesmo caminho d'**O Esqueleto**, combatendo a candidatura do segundo ao Senado (**Bib. Púb. Est.**).

O **ELEITOR** — Circu'ou no dia 27 de abril de 1846 (1), em formato de 22 x 16, com quatro páginas de coluna larga. Trazia, sob o título, a divisa: “Plena a inteira liberdade de voto. Sufrágio universal. Repulsa ao governo infame que rouba os direitos sociais”. Impresso por Manuel Zeferino Pimente¹, na Tipografia Nazarena, à rua das Florentinas, D. 8, e redigido por Antônio Borges da Fonseca, vendia-se o exemplar a 20 réis, nas livrarias: da Praça da Independência n. 6 e 8, e da rua do Rosário, Casa da Fé.

O editorial de apresentação constituiu um apêlo ao eleitorado, em face de eleições próximas, no sentido de que votasse, para o Senado, “sômente em pernambucanos e nunca em candidatos que só valem porque têm o poder e o bacamarte ao seu lado”.

(1) Na mesma data, anunciava-se, nos “Avisos Diversos” do *Diário de Pernambuco*, o aparecimento d'*O Eleitor*, acrescentando: “Está muito interessante e digno de ser lido por todos os pernambucanos, e tanto mais quanto, sômente custa um vintém cada exemplar. Leiam-no e abracem as suas doutrinas e Pernambuco não será aviltado”.

Findou a edição de estréia com a transcrição de extenso artigo do jornal **Governista Provinciano**, de Niterói, que fizera o elogio e a propaganda do candidato pernambucano Visconde de Goiana, Bernardo José da Gama.

No segundo (e último) número, de 30 de abril, o redator conc'omou os "proprietários e agricultores da província" a não "sacrificar a Pátria" nem "humilhar Pernambuco", o que fariam caso votassem nos candidatos alienígenas Chichorro da Gama e Ernesto Ferreira França para senadores, aconselhando-os a sufragar os nomes de Antônio Joaquim de Melo e Visconde de Goiana. Concluiu atacando o **Diario Novo**, além de divulgar duas transcrições, tudo tendo como motivo a campanha eleitoral! (**Bib. Púb. Est.**).

O SAQUAREMA — Periódico Político e Algumas Vêzes Noticioso — Surgiu a 8 de maio de 1846, em formato de 31 x 22, com quatro páginas de duas boas colunas. Impresso na Tipografia União, à rua da União n.º 9, por Geraldo Correia Lima, assinava-se a 1\$000 por série de 15 números, custando 80 réis o exemplar. Exibiu, sob o título, a seguinte sentença: "**Le gouvernement monarchique a un grand avantage sur le despotisme Comme il est de sa nature qu'il y ait sous le prince plusieurs ordres qui tiennent à la constitution, l'état est plus fixe, la constitution plus inébranlable, la persone de ceux qui gouvernent plus assurée**" (Montesquieu, "L' Esprit des Lois", Liv. 5, Chap. XI).

Depois de fazer, no artigo-programa, uma exposição das condições políticas do país e da província, acentuou o editorialista: "**O Saquarema**, sim, é periódico de oposição, e oposição veementíssima; mas nêle guardaremos sempre a decência e respeito que as conveniências sociais aconselham e que o homem bem educado jamais esquece. Receberemos, portanto, somente Comunicados e Correspondências que não se afastem desta regra inviolável, e que igualmente harmonizem com os nossos princípios e com o fim a que nos propomos".

Prestou, ao terminar, esclarecimentos a respeito do título do jornal: "...na Côrte do Rio de Janeiro, a política que deixou o poder, quando subiu o Ministério de 2 de fevereiro,

é gera'mente conhecida pelo vocábulo Saquarema; e até na Câmara dos srs. senadores, uma das notabilidades brasileiras chamou à lei da reforma do Código do Processo, e a outras promulgadas, quando vigorava essa política, Leis Saquaremas. Nós, portanto, querendo dar ao nosso periódico um nome que exprimisse o seu fim, nenhum achamos mais apropriado do que **Saquarema**". Tal nome, finalmente, significava o seu credo político, embora em Pernambuco se chamasse Baronista, Ordeiro, etc.

Indicou, adiante, a seguinte lista saquarema para a escola de do's candidatos a senadores: Visconde de Goiana, Barão da Boa Vista, Barão de Itamaracá, Conselheiro Sebastião do Rêgo Barros, comendador Pedro Francisco de Pau'a Cava'canti de Albuquerque e padre Francisco Ferreira Barreto.

Um artigo de mais de duas páginas, na mesma edição, ocupou-se em criticar as candidaturas situacionistas à senatória, de Ernesto Ferreira França e Chichorro da Gama. Por fim, condenou, em uma coluna batida, o contra'to das publicações oficiais, efetuado, sem concorrência pública, com o **D'ario Novo**, assunto que — a par de comentários estafantes em tórno do pleito eleitoral, logo realizado, e da inserção dos primeiros resultados colhidos — ocupou sucessivos artigos de estilo panfletário, chegando ao cúmulo de divulgar tôda a documentação referente àquele a'to do governo da província, o que fez no n.º 7, de 3 de agôsto, que sa'u com dez páginas, a maior edição já verificada na imprensa da época, vendido cada exemplar ao preço extraordinário de 160 réis.

Publicando-se irregularmente, em média quinzenal, **O Saquarema** não teve outro objetivo senão eleitoral, atacando, desabridamente, o Presidente Chichorro da Gama e demais líderes praieiros, em linguagem mesmo insultuosa. Efetivadas as eleições, apuradas favoravelmente ao "inimigo", findou a existência do virulento órgão com o n.º 9, de 31 (1) de agôsto (**Bib. Púb. Est.**).

O PROGRESSO — Revista Social, Literária e Científica
— Entrou em circulação a 1.º de julho de 1846, no formato

(1) Não 21, como registou Alfredo de Carvalho.

de 23 x 16, com 60 páginas, sendo impressa na oficina gráfica de M. F. de Faria. Redator-chefe e responsável pela gerência — Antônio Pedro de Figueiredo (1). Subscrevia-se a 3\$000 por seis números, mediante pagamento adiantado, “no Recife, na loja do sr. Cardoso Aires; em Santo Antônio, na livraria da Praça da Independência ns. 6 e 8, e na Boa Vista, em a Botica do sr. Moreira”.

Abriu a edição de estréia uma “Exposição de Princípios” de nove páginas maciças, assim iniciada: “Persuadidos de que para a razão do homem só há legítimos os dados da razão, não aceitaremos senão aquilo que nos apresentar os caracteres da evidência, e não reconhecemos dogma algum que tenha o privilégio de dirigir os nossos atos, antes de nos ter convencido o espírito”.

O editorialista focalizou o mundo moral e o mundo físico, adiantando: “Aplaudiremos, pois, e animaremos, quanto em nós couber, tôdas as tentativas do espírito humano que neste sentido se façam; e sem que demos, em nossas páginas, mui amplo lugar às considerações metafísicas, contudo iremos noticiando aos nossos leitores os mais importantes trabalhos que sobre tais matérias apareçam”.

Mais adiante, aludiu ao “glorioso progresso das ciências”. Passando a tratar da política, declarou: “...somos partidários da ordem na sociedade, do acôrdo e disposição regular dos interesses e dos homens; mas deve-se ver também que queremos a liberdade — a expansão livre dos indivíduos e das massas”.

Quanto à organização governamental, emitiu o seguin-

(1) Mais de um mês antes, precisamente a 25 de maio de 1846, sob o título “Publicação Literária”, divulgou A. P. de Figueiredo, uma nota, no *Diário de Pernambuco*, a respeito da fundação d’O *Progresso* declarando inicialmente: “A vista do movimento intelectual que se há manifestado em alguns pontos do Império, e que deu lugar à recente criação de vários jornais literários e científicos em Maranhão e Bahia, seria sobremaneira vergonhoso que Pernambuco se conservasse ainda impassível por mais tempo”. Realmente, acentuava, entre a “ruma de periódicos” de natureza política aparecidos no Recife, não existia “um só que, estranho às paixões pessoais e às emoções do dia”, pudesse “servir de asilo ao livre pensamento e às considerações serenas da filosofia e da ciência”. Daí porque, ajudado “de alguns amigos penetrados das mesmas idéias, possuidos dos mesmos sentimentos e guiados pelas mesmas aspirações”, resolvera fundar uma publicação mensal, cujo título indicava o alvo a que tendia — O *Progresso*.

te ponto de vista: "...no estado atual do Brasil, a forma constitucional¹, com um Monarca hereditário e duas Câmaras efetivas, nos parece oferecer mais garantias de estabilidade que as outras formas de governo". Entretanto, "o que primeiro e acima de tudo somos é amigo do povo, o que queremos é a felicidade da nação, considerada no seu todo e nos elementos que a compõem".

No fim, ocupou-se das letras e das artes, ainda "mui pouco desenvolvidas" no Brasil; os homens ainda não tinham podido cuidar noutra coisa que não fôsse "viver"; mas havia "grandes aspirações e desejos". "Pela nossa parte — concluiu — animaremos com a nossa débil voz tôdas as tentativas que aparecerem neste sentido", estimulando a "caminhar com ânimo e independência".

O **Progresso** publicou-se, a princípio, com regularidade, cada mês, com quantidade de páginas variável entre 50 e 60, obedecendo ao programa enunciado. Não foi possível, todavia, continuar o ritmo mensal, completando-se o ano com a edição de novembro, num total, seguido, de 228 páginas, constituindo o Tomo I. No ano seguinte foram dados a público, apenas, cinco números, formando o Tomo II, com 302 páginas. Finalmente, ocorreram mais três edições em 1848, a última das quais no mês de setembro, menos proporcionadas, somando 106 páginas (2).

Divulgava a excelente revista, além de editoriais, artigos assinados com iniciais, assim dividida a matéria: "Revista Científica", "Revista Literária", "Revista Política" (Exterior e Interior), "Variedades", "Poesia" e outros trabalhos, focalizando temas como: Comércio Internacional, Colonização do Brasil, Latifúndio Territorial, Liberdade de Imprensa, Formas de governo, etc., afora traduções sobre Lei Agrária, o Comunismo na Alemanha, o Socialismo na Suíça e a Doutrina de St. Simon.

O engenheiro Louis L. Vauthier iniciou colaboração no primeiro número, assinando L. e, depois, L. L., mas, logo no terceiro, inseria a redação um comentário a respeito da

(2) Os três Tomos acham-se reunidos num só volume, existente na Biblioteca Pública do Estado e na do Liceu de Artes e Ofícios. O Tomo III, de 1848, à parte, é encontrado, igualmente, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, de São Paulo.

volta dêle para a França, criticando a administração provincial por haver afastado um técnico tão operoso, que executara obras importantes para o Estado, contratado que fôra pelo govêrno do Barão da Boa Vista.

O professor José Soares de Azevedo colaborou na parte poética, com a assinatura S. A., até o terceiro número. No seguinte começava a inserção de poemas de Antônio Peregrino Maciel Monteiro, que assinava M M, também autor da série de comentários intitulada "Revista Científica". Com a assinatura O., um dos redatores estabeleceu polémica, nas edições de 1846, com o **Aprendiz de Filosofia** (como se ocultava Antônio Vicente do Nascimento Feitosa), que, no **Diário Novo**, lhe refutava os pontos de vista sôbre o importante tema.

Em cinco artigos (a partir do n.º 3), intitulados "Interesses provinciais", sugeriu o colaborador Henrique Augusto Millet, com a assinatura H. (3), vários projetos de lei à Assembléia Legislativa, propondo, após longos comentários justificativos, fôssem cr'ados: um Conselho Provincial, para examinar as contas das repartições estaduais e municipais e estabelecimentos de caridade; nova circunscrição territorial, dividindo a província de Pernambuco em três círculos: do Capibaribe, do Una e do São Francisco; um "impôsto sôbre as heranças e legados de tôda espécie"; outro impôsto sôbre os rendimentos acima de 200\$000 anuais, e, finalmente, um banco popular.

Não deixou **O Progresso** de censurar, com veemência, a indicação do Presidente Chichorro da Gama e do líder político Ernesto Ferreira França para a representação de Pernambuco no Senado. Atacava, de modo geral, a política do Partido Liberal, ou Praieiro, dando pleno apoio aos conservadores chamados Guabirus. Fazia-o, sobretudo, nas "Revistas Políticas" com a assinatura R.R. Outros artigos, como a série "Reforma do Sistema Penitenciário", eram assinados por A.

(3) O engenheiro francês Henrique A. Millet, pai do famoso jurista recifense de igual nome, era, conforme escreveu o periódico *O Argos Pernambucano*, edição de 18 de janeiro de 1851, "socialista desenfreado e inimigo da propriedade... alheia, bem entendido".

Na primeira edição de 1847, que saiu em março, iniciava-se a publicação da peça dramática "As sete cordas da Lira", de George Sand, sem qualquer indicação do tradutor, que, no entanto, foi A. P. de Figueiredo, prosseguindo até o último número do periódico, sem chegar ao fim (4).

Na "Revista Bibliográfica", que substituiu a "Revista Literária", A. ocupava-se de livros e comentava a opinião dos outros jornais, do Recife, e de fora do Estado, a respeito da receptividade d'O **Progresso**, que por alguns era atacado, enquanto outros lhe transcreviam os artigos, com encômios. "O principal órgão do socialismo em França" aplaudiu o seu programa "inteiramente conforme às doutrinas da Escola Societária". E foi precisamente por causa de suas idéias reformistas que Antônio P. de Figueiredo se viu demitido, em 1846, pelo governo provincial, da função, que exercia, de professor adjunto do Liceu (5).

Cem anos decorridos, o historiador Amaro Quintas (6) promoveu a reedição d'O **Progresso**, o que foi feito "pelo governo do Estado de Pernambuco, como parte do programa das comemorações do centenário da Revolução Praieira". Circulou em 1950, num volume de 920 páginas seguidas (7), afora a capa e o prefácio, sendo confeccionado na oficina da Imprensa Oficial.

(4) O drama "As sete cordas da lira" foi também divulgado, isoladamente, em fascículos.

(5) Quatro anos depois do ato do Presidente Chichorro da Gama, reparou a injustiça o Presidente Honório Hermeto Carneiro Leão, segundo notícia de 17/4/1850, do periódico conservador *A União*, "provendo o nosso amigo na cadeira de Linguagem Nacional, lugar para o qual êle tem mais habilitações que qualquer dos candidatos que poderiam se apresentar".

(6) Amaro Quintas escrevera, no *Diário de Pernambuco*, a 12/7/1946, longo artigo a propósito do centenário d'O *Progresso*, quando sugeriu a reimpressão da revista, lamentando que A. P. de Figueiredo, "aquêlê homem extraordinário", não tivesse merecido do Recife "nem uma rua nem um simples beco com o seu nome". A data foi igualmente lembrada por Z. (Aníbal Fernandes), na coluna "Coisas da Cidade" do mesmo jornal.

(7) A quantidade de páginas da reedição é mais elevada do que o total das edições originais da revista, devido ao fato de haver sido composta em tipo de maior corpo, tornando bastante sensível a diferença do volume. De sorte que o índice copiado ao fim dos dois primeiros tomos não corresponde à numeração das páginas da nova edição, o que deixa o leitor de após 1950 em dificuldade à procura das diferentes matérias.

Em substancioso prefácio de 26 páginas, focalizando, detidamente, a personalidade de Antônio P. de Figueiredo, que fôra chamado **o Cousin fusco**, devido à sua aproximação ideológica com o filósofo francês Victor Cousin, escreveu Amaro Quintas:

“Esse homem tão atacado pelos de seu tempo e tão esquecido pelos pósteros não podia ficar apenas nas crônicas das lutas partidárias dos meados do século, amesquinhado pe'os seus opositores na rudeza do apelido infamante. Ele precisava ser situado dentro do seu verdadeiro lugar de estudioso dos nossos problemas sociais. Se o sociólogo Gilberto Freyre (8) já o tinha, como tal, revelado ao mundo intelectual brasileiro, impunha-se, todavia, como trabalho de homenagem e de justiça, a reimpressão de sua mais notável obra. E esse trabalho agora se realiza com a nova edição de **O Progresso**. É como que uma manifestação de reconhecimento e de admiração a um dos vultos mais significativos da geração de um século atrás”.

Frisou, mais adiante, o prefaciador: “...é na sua revista, que ora reeditamos, onde encontramos não só uma experiência jornalística única para o seu tempo, como também a condensação dos seus princípios ideológicos. Porque na obra do mulato pernambucano temos que ver duas coisas: o socialista buscando uma solução para os problemas de então, em função dos postulados do socialismo dito utópico da primeira metade do século passado, e o estudioso objetivo — o idealista orgânico da classificação do sr. Oliveira Vianna — preocupado em resolver êsses problemas dentro de um sentido realista, dentro das nossas necessidades” (**Bib. Púb. Est.**).

1847

O NOVO MESQUITA DE CAPOTE — Impresso por Francisco Antônio Xavier, na Tip. Nazarena, de Beroaldo Soares dos Reis, à rua da Aurora, saiu o primeiro número no dia 26 de abril de 1847, em pequeno formato de 20 x 14, com quatro páginas de uma só coluna de composição. Custava 20 réis o exemplar.

(8) “Nordeste” e “Um engenheiro francês no Brasil”.

Em ligeiro artigo de apresentação, declarou estar na rua para não deixar sem sucessor **O Mesquita de Capote**, que existiu em 1835. Mais alguns conceitos chistosos e concluiu: “**O Novo Mesquita** vai andando, e nada de processo com ê'e; basta que lhe mandem dizer à casa: — Cale-se!, para logo meter êle a viola no sacco” (1).

Circulando uma vez cada semana, sua matéria era constituída de crônicas em prosa e verso, de tom humorístico-satírico-crítico-ridículo, tendo como alvo destacados elementos do Partido Liberal, nomeando-os, sobretudo, por apelidos, inclusive O Petisca, assim cognominado o Conselheiro Chichorro da Gama, Presidente da Província.

A primeira crônica do n.º 3 foi dedicada ao padre Lopes Gama “o nunca assás louvado, gaiato e característico sonâmbulo-carapuceiro-sete-de-setembro”. Em meio a outras quadras, com estas duas pretendia o redator significar as qualidades políticas negativas do “biografado”:

“Viva a pátria! Um grande herói
Entre nós apareceu.
Frei Miguel brada bem forte:
— Êste herói, gentes, sou eu...

Agora... o'ê! aqui estou...
Agora toca a falar...
Se arranjar o bspado
Adeus, súcia calabar!”

Adotando política meio conservadora, meio republicana, **O Novo Mesquita de Capote** visava à derrubada do Presidente Chichorro da Gama do poder. Pouco viveu, entretanto, o irrequeto periódico, cujo último número foi o 4.º, datado de 12 de maio (**Bib. Púb. Est.**).

O **HOMEM DO POVO** — Exibindo o lema “A nossa liberdade, honra e vida estão em perigo”, circulou o n.º 1 a 27 de maio de 1847. Impresso por Francisco Antônio Xavier, na Tipografia Nazarena, de Beraldo Soares dos Reis, instalada à rua de Santo Amaro, anunciou o custo de 20

(1) O redator assim satirizava os autores de processos contra o jornalista Antônio Borges da Fonseca, d'O Nazareno.

réis por exemplar. Formato de 20 x 31, com quatro páginas de coluna larga.

Declarou, no artigo-programa, que vinha “advogar os direitos do povo, aliás já tão bem defendidos pelo mui heróico redator d’O Nazareno”. É que “são poucos todos os clamores da imprensa, órgão fiel dos gemidos surdos de um povo sofredor”. Criticou a “oligarquia infernal que nos governa” e os “demagogos infames”. E disse ainda: “...como homem do povo, nós vimos, por meio da imprensa, reiterar, diante dos nossos irmãos, as verdades que têm sido proclamadas por tôda a oposição”.

O restante da edição constou de um editorial contra “a perseguição atroz e infame que há feito o negro partido da Praia ao muito heróico denodado patriota o sr. Antônio Borges da Fonseca”, com acérrimos ataques aos “calabares”.

O n.º 2 apareceu a 7 de junho, contendo dois únicos artigos: o primeiro, intitulado “A esco’ha dos senadores”, condenando a imposição, pelo govêrno imperial, dos nomes de Ernesto Ferreira França e do presidente Chichorro da Gama, para assim concluir: “Pernambuco, desenganado de que será escravo, não hesitará um momento em perder a vida, ou ganhar a liberdade, e de nôvo proclamará — Liberdade ou Morte!”; e o segundo, novamente, em defesa de Borges da Fonseca, contra os “calabares” do Partido Liberal.

Não passou do segundo número, sendo sua redação atribuída ao líder republicano Afonso de Albuquerque Melo (Bib. Púb. Est.).

O VOLCÃO — Fôlha de orientação liberal, apareceu no dia 7 de agosto de 1847, em formato de 20 x 14, com quatro páginas de duas colunas. Abaixo do título, trazia a divisa: “Sôbre o ladrão está a confusão e sôbre o que fala por uma língua dobre cai uma nota péssima de infâmia” (Ec’esiástico). Impressão a cargo de S. Caminha, na Tipografia Imparcial, de L. I. Ribeiro Roma, à rua da Praia n.º 55.

Destinava-se — consoante o artigo-programa — a “submergir debaixo de suas inflamadas lavas a essa caterva de vis escravos, miseráveis, que só se curvam ao ouro de seus

senhores, filhos desnaturados que, alimentados no regaço da Pátria, aí mesmo aguçam os viperinos dentes com que pretendem dilacerar-lhe as entranhas”, acentuando: “**Car-rancas, Lidadores e Nazarenos** arderão em suas labaredas”. Ao mesmo tempo, defendia o Presidente Chichorro da Gama, vítima da sanha dos “guabirus”, e condenava a oligarquía Cavalcanti - Régo Barros, a que chamava o “partido dos ratazanas”.

Assim prosseguiu **O Volcão**, desferindo petardos contra os líderes do Partido Conservador, na linguagem contundente comum aos periodistas da época.

A partir da quinta edição, ostentou, sôbre o título, um clichê da altura de meia página, representado por três homens, de casaca e longas barbas, em atitude de palestra, vendo-se ao fundo, por trás de algumas casas, um vulcão em a'ividade; em plano menor, aos pés dos referidos cidadãos, contava-se igual quantidade de ratazanas, comp'etando o desenho, noutra ângulo, traba'hadores no campo.

Foi efêmera, como de praxe, a existênc'ia do jornaleco, que terminou com o n.º 7, de 18 de setembro. Ter'a sido redigido pelo padre João Capistrano de Mendonça (**Bib. Púb. Est.**).

O TRIBUNO — Trissemanário político, começou a circular a 13 de agosto de 1847 (1), em substituição a **O Nazareno** (Ver o volume “Diários do Recife — 1829/1900”), que fôra suspenso (2). Formato de 22 x 15, com quatro páginas a duas colunas de composição. Direção de Antônio Borges da Fonseca. Impressor — Manuel Rodrigues Pinheiro. Confecção material da Tipografia União, à rua da União n.º 9. Constava, ainda, do expediente: “Subscreve-se para êste pequeno diário (?) a \$500 por mês, na Livraria da Praça da Independência ns. 6 e 8, e na loja de encaderna-

(1) Na seção “Avisos diversos”, do *Diário de Pernambuco*, anunciou-se que o nôvo periódico estaria à venda ao meio dia, acrescentando: “Defensor do povo e de seus direitos inalienáveis, contém êste número artigos dignos da séria atenção de todos os que amam a êste Pernambuco e à sua liberdade. *O Tribuno* é cosmopolita, defende a liberdade de todos os povos que habitam o mundo conhecido”.

(2) Embora voltasse *O Nazareno*, após sete meses de eclipse, continuou a sair *O Tribuno*.

dor na mesma praça n.º 12. Os distribuidores estão encarregados também de promover assinaturas”. Número avulso — 40 réis. Sob o título trazia o **slogan**: “Isto é verdade, mas vós a não deveis dizer”.

Prosseguiu o periódico a campanha encetada pelo **O Nazareno**, contra a política do Partido Liberal. E logo tomou como alvo de incessantes ataques o Presidente da Província, Antônio Pinto Chichorro da Gama, e Ernesto Ferreira França, candidatos à senatória, impostos pela Côrte, escrevendo, a propósito, no n.º 4 (3), de 18 de agosto:

“Impor a um povo indivíduos determinados, forçar um povo a votar nêles com exclusão de qua'quer outro, é tirar-lhe inquestionavelmente o direito de se fazer representar ou de esco'her os seus representantes, é menoscabar a dignidade de todos os concorrentes”.

Prosseguindo, lia-se no n.º 7, do dia 23: “Pernambuco será aviltado se votar em Ernesto e Chichorro; temos nós muitos patrícios, votemos nêles”.

Maior era a indignação d'**O Tribuno** porque os dois candidatos eram baianos. “Não vedes nisto o propósito de aviltar o Leão do Norte? A questão não é de partidos, é da Província. Quereis ver acabar-se a oposição e nos retirarmos do campo? e concordamos todos? Apresentai, Praieiros, uma chapa de pernambucanos”.

A catilinária de Borges da Fonseca, em editoriais e notas enviados da cadeia da rua do Imperador, onde estava prêso, envolvia os líderes liberais Urbano Sabino Pessoa de Melo e Joaquim Nunes Machado, redatores do **Diário Novo**, e os padres Leonardo João Grego e João Capistrano de Mendonça, o famoso **Frei Cometa**.

Publicou-se **O Tribuno**, com ligeiras lacunas, até o n.º 20, de 16 de setembro, quando sofreu uma interrupção. Voltando no dia 1.º de outubro, escreveu a redação:

“O estado de perfeita anarquia em que nos achamos, promovida pela administração do sr. Chichorro, deu lugar

(3) Faltam, na coleção manuseada, os três primeiros números.

a que a Tipografia União, não pudesse trabalhar desde o dia 18, pois que era ameaçada de ser quebrada pelos grupos facciosos capitaneados pela própria polícia. E, quando pudesse a tipografia trabalhar, quem se animaria a distribuir gazetas da oposição, se os sediciosos atacam a todo mundo e a gente mais honesta e grada, e até ameaçam de espancar, e até espancam, e matam, como se tem feito, sem que a polícia veja ou conheça os perpetradores de tão graves delitos? (4).

“Eis, pois, porque só hoje é que pôde sair este **Tribuno**, e continuará regularmente, dando conta dos funestos acontecimentos havidos desde o oninoso 7 de setembro até agora”.

Depois de polemizar, em artigos assinados, com Nunes Machado, que o atacava rudemente, através do **Diario Novo**, Borges da Fonseca, dirigiu, pelo seu jornal, edição de 29 de outubro, n.º 35, um apêlo “aos pernambucanos e paraibanos”, pedindo-lhes que o honrassem com sua confiança, elegendo-o “ao alto cargo de representante da nação”.

Após algumas considerações, salientou o candidato prisioneiro: “Excusado é dizer, estendidamente, meus princípios; são ê'es bem conhecidos: hei de defender o povo, sustentar nossa dignidade nacional e lutar, braço a braço, se de tanto carecer meu país, para acabar com a experêcia estrangeira que nos está reduzindo à miséria e fazendo que sejamos colonos em nossa terra” (5).

O **Tribuno** ocupava-se, também, da política paraibana, através de correspondência da vizinha capital.

Verificada extensa lacuna na coleção, viu-se que o n.º 63 circu'ou a 23 de dezembro de 1847, continuando a falta de comprovantes.

Os ns. 76 e 77, de 7 e 8 de fevereiro de 1848, ocuparam-se do segundo julgamento de Borges da Fonseca, pro-

(4) Referia-se ao aparato policial motivado pelas eleições de 19 de setembro. Na tipografia em aprêço imprimia-se, principalmente, o órgão guabiru *O Ladrador*, que atacava, com rudeza, o govêrno da Praia.

(5) O jornalista não foi eleito.

cessado por “delito de Imprensa” cometido n’O Nazareno, devendo o Tribunal do Júri reunir-se, para tal fim, na segunda das datas referidas. Pretendia a “súcia”, que esperava nova sentença condenatória, transferi-lo para o degredo de Fernando de Noronha, ao que escreveu o réu:

“A imprensa não pode ser sufocada; quando a comprimem, ela aparece logo, cada vez mais forte, mais poderosa; ai de vós se credes que vossa salvação depende do meu sacrifício — é que fraco julga’s o vosso domínio. Andai, andai, e não tropeceis no caminho; e estai certos que os amigos não deixarão morrer de fome a minha família: é quanto basta”.

Por sua vez, O liberal (pseudônimo não identificado), em longo Comunicado, urgiu que os pernambucanos salvassem o seu “enérgico defensor”, que padecia, pelo espaço de dez meses, na prisão, sem ter crimes, enquanto tantos “assassinos e ladrões” andavam pelas ruas da cidade. No estado em que êle se achava, mal alimentado e doente, morreria, infalivelmente. “E então! Ó! A virtuosa espôsa chorará a morte do marido, os tenros fi’hos a perda de um pai amoroso, e nós, o povo, um amigo, um defensor. Eia, pernambucanos! rodeemos o Tribunal do Júri e casa da Câmara Municipal, e os vossos amigos estarão convosco”.

No longo editorial do dia 8, Borges da Fonseca pediu a dedicação do povo; que não abandonasse “a casa dos jurados”, qualquer que fôsse a ação da polícia; que o assistisse “até a derradeira hora, mas sempre tranqui’o, sempre grave, sempre digno de si”. E dirigindo-se aos jurados: “Não temais a façção quando tiverdes por vós o partido popular. A imprensa, que se reveste de tôdas as formas, de tôdas as linguagens, a imprensa que leva a luz de uma a outra ex-reimidade do Império, viverá, embora não viva eu. Ela não precisa de armas, nem de empréstimos, nem de d’p’omacia, basta fazer-se ouvir, e então tôdas as classes serão por ela melhoradas”.

Não existem comprovantes das edições imediatamente posteriores ao julgamento de Borges da Fonseca, que foi condenado a quatro anos e oito meses de prisão e multa.

O n.º 83 saiu a 19 de fevereiro, ao passo que o 96.º e o 97.º foram publicados, respectivamente, nos dias 5 e 11 de

abri¹, continuando a estampar artigos e sueltos, alternados com versos satíricos, contra Chichorro da Gama e demais líderes praieiros. Saíu o n.º 103 a 6 de maio (6) e o 116.º a 7 de setembro, ainda de 1848.

Esta última edição inseriu violento editorial a propósito da data da Independência, o qual, criticando a sujeição que nos queria impor a Côrte do R.º de Janeiro, assim concluiu:

“É uma verdade, pernambucanos, que ao Sul devemos o estado deporável em que nos achamos; é ele que consome a nossa renda e nossos braços para sustentar guerras de capricho; nossa fortuna, nosso repouso constantemente se enterram nas campinas do Sul; lá vamos nós morrer a bala, a laço, a frio, nus e cheios de miséria. Consideremos em nosso aviltamento, unamo-nos, sacrifiquemos êsses ódios pequeninos, mesquinhos, e o Norte do Brasil será salvo, e o Sul conhecerá que o Norte é uma parte essencial desta grande nação brasileira. Deus e liberdade/Viva a democracia!”.

No terceiro artigo da edição, intitulado “O baile”, lia-se êste outro enérgico tópico: “Os pernambucanos devem estar alerta; se o poder fôr tão louco que pretenda revolucionar o país, o povo deve-se apossar do poder e proclamar a separação do Norte e a República. Nós não queremos revoluções feitas pelo poder; nós não queremos o Senado aniquilado pelo poder; nós não queremos Senado nomeado pelo Imperador, sem eleição; vejam aí essas novas constituições da Europa e fiquem certos que não retrogradaremos”.

(6) Segundo o registo de Alfredo de Carvalho, nos “Anais”, *O Tribuna* interrompera sua publicação entre 19 de junho e 22 de agosto, “em virtude de nova prisão do seu redator”, prisão que não ocorreu, porque Borges da Fonseca não tinha obtido liberdade. O que houve foi, a 27 de junho, segundo dia do mata-mata marinheiro, a sua transferência para a corveta “Euterpe”, onde ficou incomunicável por pouco mais de um mês.

Transcrevendo Alfredo de Carvalho, Hélio Viana, em sua “Contribuição à História da Imprensa Brasileira”, pág. 567, trocou a expressão “entre 19 de junho e 22 de agosto” pela seguinte: “a 19 de junho e 22 de agosto”.

João Peretti, na plaqueta “O Movimento Praieiro”, também cometeu o lapso da “nova prisão”.

É igualmente errônea a informação dos três mencionados autores, de que Borges da Fonseca, em abril de 1847, se ligara aos Guabirus.

A julgar pe'a afirmativa de Alfredo de Carva'ho (7), depois de 7 de setembro publicaram-se mais quatro edições, a derradeira das quais, com o n.º 120, datada de 4 de novembro, já Borges da Fonseca absolvido no terceiro julgamento e pôsto em liberdade (8).

A partir do n.º 63, fôra **O Tribuno** impresso na Tipografia Brasi'eira, à rua do Rosário n.º 44, depois transferida para a rua da Glória n.º 7; e, do n.º 90 por diante, na nova Tipografia Nazarena, instalada no mesmo endereço acima, mas logo transportada para a rua do Nogueira n.º 19 (Coleç. Fern. Pio) (9).

O ELEITOR PERNAMBUCANO — Jornal de orientação conservadora, teve seu primeiro número publicado a 14 de agosto de 1847, em formato de 21 x 15, com quatro páginas de duas colunas. Redigido por Antônio Joaquim de Melo, exibiu como divisa o seguinte conceito de Montesquieu (“Espírito das Leis”, Liv. II, cap. II): “Quando o povo tem que dar seus sufrágios, convém, por seu próprio interesse, que ê se seja escarecido”. Impressão de José dos Santos Tôres, na Tipografia União.

O editorial de apresentação expressou claramente os objetivos da fô'ha, frisando: “O inimigo que **O Eleitor Pernambucano** se propõe a combater é o governo, porque se arroga o direito de impor-nos a eleição de dois indivíduos que em tempo nenhum devem figurar como representantes de Pernambuco; é também o partido praieiro, porque êste, para poder gozar da vida que tem, não duvida aceitar essa desgraçada imposição”.

Artigos e sueltos sucederam-se, nas quatro únicas edições do periódico, não se abordando, nêles, outro tema que não a condenação das candidaturas de Ernesto Ferreira França e Chichorro da Gama, o Presidente da Província; chamando “desonestíssimos” os líderes do Partido Liberal; apontando aos concidadãos o “abismo em que os pseudos

(7) Obra citada.

(8) Dezoito anos depois, voltou o vibrante *O Tribuno* à circulação, o que constará do volume V desta obra: “Periódicos do Recife — 1851/1875”.

(9) Existe, na Biblioteca Nacional coleção incompleta, compreendendo o n.º 13, de 1 de setembro, até o n.º 62, de 17 de dezembro de 1847.

monarquistas” pretendiam precipitá-los; atacando Nunes Machado, Urbano Sabino, Antônio Afonso, Jerônimo Vilela e Felix Peixoto; fazendo, finalmente, ingentes apelos ao eleitorado, para que não sufragasse aquêles nomes. Tudo isto, entretanto, sem indicar os candidatos da oposição.

O quarto (e último) número saiu a 2 de setembro (**Bib. Púb. Est.**).

O PROLETÁRIO — Periódico Político — Editado por J. F. de Sousa e impresso na Tip. Libera^l, de Francisco Borges Mendes, à rua das Águas Verdes n.º 48, deu-se à publicação, pela primeira vez, no dia 18 (1) de agosto de 1847, para ser vendido o exemplar a 40 réis. Sob o título, o lema: “**Vis, vi repellitur**”. Formato de 21 x 16, com quatro páginas de duas colunas.

Em seu artigo de apresentação, dizia acompanhar a campanha d’**O Volcão**, “êsse intrépido defensor das liberdades públicas”, acentuando: “...baterá, com tôdas as fôrças, não só a oligarquia odiosa e desprezível da nossa província, como a fação devastadora, que do areal passou-se à câmara vitalícia, e nesse respeitável Areópago pretende acastelar-se”.

Após outras considerações, o editorialista explicou a razão do título. Um padre corrompido tivera ocasião de qualificar o corpo eleitoral da província de **proletário**; “e como o redator dêste jornal é eleitor, fôrça é que, tomando êsse nome, esmague o infame jesuita e todos aquêles que com êle fazem côro”.

Seguiram-se artigos contra o republicano Antônio Borges da Fonseca e o seu **O Tribuno**; contra Francisco do Rêgo Barros (Barão da Boa Vista) e contra o escritor Antônio Joaquim de Melo, não faltando, ao fim, uma coluna de versos licenciosos contra os “guabirus”.

Focalizando, sobretudo, os três mencionados personagens, prosseguiu a fôlha o seu caminho, publicando-se bissemanalmente quase até o f.m. Artigos longos ou notas bre-

(1) Não no dia 8, como está consignado nos “Anais”, de A. de Carvalho.

ves e alguns versos, não viam outro assunto, na pena do redator, senão a catilinária anti-conservadora. No n.º 8, excepcionalmente com oito páginas, entrou em cena o “sevandija padre Campos, êsse miserável que faz o descrédito e o opróbrio da classe sacerdotal”.

Concluída a campanha em favor dos candidatos “praieiros” à senatória — Ernesto Ferreira França e Antônio Pinto Chichorro da Gama, êste presidente da Província, e efetuadas as eleições do dia 19, findou a missão d’**O Proletário** com o n.º 9, de 29 de setembro (**Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.**).

O ARTISTA — Periódico Político — Saiu a lume no dia 20 de agosto de 1847 (omitidos dia e mês), em formato de 21 x 15, com quatro páginas. Impressor — A. M. Santos Caminha, sendo o trabalho material da Tipografia Imparcial, situada à rua da Praia n.º 55. Acima do título via-se uma vinheta simbólica e, abaixo, a seguinte sentença bíblica: “Fugi daque’es que fingem ter piedade, mas que não possuem nem o espírito nem a virtude de’a” (S. Paulo, Epíst. 2.ª, A Themotheo, cap. 3 v. 5). Redação atribuída a Jerônimo Vilela de Castro Tavares.

Foi especialmente para desmascarar a “terrível hipocrisia” do partido guabirú (conservador) que **O Artista** resolveu “intrometer-se na arena periodiqueira”. Foram “os homens outrora do punhal e do bacamarte” “a causa de todos os males” que pesavam “sôbre a c’asse dos artistas”.

O Artista — continuou o artigo de apresentação — lembrar a “os feitos dessa súcia infernal que se denominou partido da ordem, durante o longo período em que estêve no poder”.

Os restantes artigos criticaram, acerbamente, o governo do Barão da Boa Vista, sobretudo no caso do engajamento de “195 estrangeiros que vieram para Pernambuco tirar o trabalho aos nossos artistas”, frisando: “Foi na administração do sr. Barão da Boa Vista que uma chusma de Vauthier, Bolitreau, Milet, **et reliqua, et reliqua, et reliqua** entisicavam os cofres provinciais em detrimento dós artistas do país, que eram capazes de fazer muitas das obras em que êles se ocupavam”.

A partir do n.º 2, vinha a data — 27 de agosto. O n.º 3 circulou a 2 de setembro, cujo editorial, ocupando duas páginas, assim concluiu:

“Desengana-te, Barão,
Que o povo não come pa'ha;
Para ti, êle bem sabe,
Nunca passa de canalha”.

Seguiu-se tremendo ataque a **O Tribuno**, de Antônio Borges da Fonseca, “pasquim para onde transm'grou o espírito satânico do “cão cêrbero” que animava o nojento **Nazareno**”, “tão infame como o seu rabiscador, que, não obstante achar-se acorrentado (1), não cessa de ladrar à proporção que lhe atiram com o bôlo”. Outros ataques foram desferidos contra os políticos da oposição.

Passou a fô'ha a circu'ar bissemanalmente. O n.º 4 apresentou-se com seis páginas, descrevendo, em longos versos satírico-humorísticos, “o meeting guabiru do dia 29 de agosto” completando a edição dois sonetos e dois epigramas. Prosseguiu com quatro páginas, sempre ferindo a “súc'a-guabiru-cabana-nazarena” em prosa e verso, sobretudo a po'ítica decaída do Barão da Boa Vista.

O n.º 7, de 18 de setembro, conclamou os pernambucanos a elegerem no dia seguinte, para a senatória, o presidente da província Chichorro da Gama e Ernesto Ferreira França, candidatos do Partido Liberal. Longa versalhada, a respeito, arrematou:

“Um Chichorro e um Ernesto,
Cidadãos de distinção,
Só dos bons pernambucanos
Carecem da estimação”.

Transferiu-se o n.º 8 para 30 de setembro, cujo editorial se congratulou com a tranqüilidade das eleições realizadas e a vitória dos pra eiros, acentuando que “baqueou para sempre, em Pernambuco, a o'ligarquia Rêgo Barros-Cavalcanti”.

O 9.º e último número circulou a 9 de outubro, ainda

(1) Borges da Fonseca encontrava-se prêso, mas, da própria cadeia redigia **O Tribuno**, substituto d'O **Nazareno**.

dedicado à vitória dos liberais, tecendo loas ao “inclito Gama” (Bib. Púb. Est.).

A BARCA DE VIGIA — Jornal Político — Editado por J. T. A. O. de Melo e impresso na Tipografia Liberal, de F. B. Mendes, situada à rua das Águas Verdes n.º 48, teve seu primeiro número em circulação a 21 (1) de agosto de 1847. Formato de bolso: 16 x 10, uma só coluna de composição e quatro páginas. Mencionado o preço de 20 réis por exemplar, lia-se abaixo do título: “Pague os Direitos”.

“Para que serve uma barca de vigia colocada bem junto à bôca da barra?” — perguntava o artigo de apresentação — “Não é para observar e pilhar qualquer mercadoria que porventura queiram fazer passar sem que tenha pago aos cofres nacionais os competentes direitos?” Faria o mesmo, portanto, o periódico, no tocante à política, observando “certas proposiçõesinhas, certos fatos, assim com ar de quem não quer a coisa”.

Só divulgou mesmo matéria política, criticando o Partido Conservador e, particularmente, a liderança do Barão da Boa Vista.

Circulando duas vezes por semana, o pequenino e valente órgão defendeu o Partido Liberal, a administração do Presidente Chichorro da Gama e sua candidatura, junto à de Ernesto Ferreira França, ao Senado, ao passo que atacava a “súcia-guabiru-cabana” e os periódicos que a defendiam, polemizando, inclusive, com **O Tribuno**, de Antônio Borges da Fonseca.

Alguns versos satíricos completavam cada edição, menos a de 7 de setembro, dedicada à data, com artigo alusivo e a reprodução do “Hino Nacional” (da Independência) ao passo que no n.º 9 saía uma imitação, sob o título “Hino Nacional dos Cinco Mil”.

Era redigido pelo padre Leonardo João Grego, português radicado em Pernambuco, ajudado por Jerônimo Villela de Castro Tavares.

(1) Não no dia 17, como está nos “Anais”, de Alf. de Carvalho.

Publicaram-se, apenas, nove números, o último datado de 28 de setembro (**Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.**) (2).

O VOTANTE DE SÃO JOSÉ — Jornal de bolso (formato de 15 x 12), com quatro páginas de uma só coluna, saiu o primeiro número a 22 de agosto de 1847. Impresso por José dos Santos Tôrres, na Tipografia União, trazia sob o título a divisa: “Morrer pela Pátria é doce e decoroso” (Horácio).

De orientação conservadora, o bissemanário, dirigindo-se aos “amados comparoquianos”, levantou bandeira contra o encarniçamento da luta partidária de então, conclamando o povo pernambucano, sem distinção, a repelir a candidatura ao Senado de “dois homens que lhe são inteiramente estranhos”, ou seja, Ernesto Ferreira França e o Presidente Chichorro da Gama, ambos baianos.

Em suas quatro edições — a terceira de seis páginas — a redação só fez atacar os políticos praieiros, em artigos bem lançados, criticando, sobretudo, “certo frade”, que semeava “a guerra e a discórdia” entre seus irmãos, fugindo “das orações e vigílias”.

O último número teve a data de 5 de setembro (**Bib. Púb. Est.**).

O HOMEM DO POVO — De feição liberal, surgiu no dia 23 de agosto de 1847, em pequeno formato de 20 x 14, com quatro páginas, apresentando abaixo do título, à direita, o seguinte expediente: “Vende-se na casa do trabalhador, junto à do solapador, perto do pescador político e do catavento, pelo preço de dois reales”; à esquerda vinha a divisa, assinada por Horac: “**Ludus animo debet aliquando dari ad cogitandum melior ut redeat sibi**”. Impresso na Tip. Imparcial, à rua da Praia n.º 55, por S. Caminha.

Lia-se no artigo-programa: “Iremos pondo no olho do sol tudo quanto soubermos dos planos dos aristocratas, dos barões, dos nobres, das famílias feudais; não queremos a monarquia representativa tão pura, como nos garante a

(2) A coleção da Biblioteca do Estado acha-se desfalcada do primeiro número.

Constituição do Império; não reconhecemos direitos exclusivos da família, não reconhecemos senão uma família privilegiada, isto é, a Família Imperial, a dinastia reinante, porque é um dogma do Pacto Fundamental; não reconhecemos outros títulos, que não sejam as virtudes, os talentos, porque estes são os únicos títulos que distinguem os cidadãos brasileiros, segundo os preceitos da mesma Constituição”.

Publicou-se, apenas, três vezes a audaciosa fôlha, cujo principal objetivo se cifrou em atacar e ridicularizar o ex-presidente da província, Barão da Boa Vista, “outrora rei do Norte”, também chamado “Chico Macho” e “Chico Palacete” (1), o que era feito, igualmente, em versos humorísticos, inclusive assinados pelo **Poeta Maxixe**. No segundo número, longa nota, sob o título “A Casa de Orates”, levou ao ridículo o jornalista Antônio Borges da Fonseca (2).

A última edição saiu a 16 de setembro (**Bib. Púb. Est.**).

HUM DOS CINCO MIL — Jornal Político — Editado por J. F. de Sousa e impresso na Tipografia Liberal, de F. B. Mendes, à rua das Águas Verdes n.º 48, deu à luz o primeiro número no dia 2 de setembro de 1847. Formato de 21 x 16, com quatro páginas de coluna larga. Custava o exemplar 40 réis. Sob o título, a sentença: “Tremei, oh! guabirus, dos cinco mil”.

Em artigo de apresentação, dizia-se plebeu, disposto a exprimir verdades duras contra os nobres, “forte pela sua convicção e escudado na razão que lhe assiste para sustentar os seus princípios” e, sobretudo, “desmascarar os hipócritas”. Depois, frisou:

“Aparecem os **Cinco Mil** (1 A) tão somente para sustentar a eleição dos Exm.ºs Srs. Ch'chorro da Gama e Ernesto Fer-

(1) Amigos de Francisco do Rêgo Barros, Barão da Boa Vista, haviam-lhe oferecido, quando ele deixou o governo de Pernambuco, uma mansão residencial, na rua da Aurora. Daí chamarem-no, os inimigos, “Chico Palacete”.

(2) Concluiu-se que *O Homem do Povo* de agosto/setembro constituiu uma réplica a *O Homem do Povo* de maio/junho, onde o redator d'*O Nazareno* foi elevado à posição de herói.

(1 A) Os *Cinco Mil* — outra denominação dada aos *praieiros*, motivada por uma passeata que estes realizaram quando do advento do Ministério de 2 de fevereiro de 1844, com a participação, segundo o *Diário Novo*, de 5.000 pessoas. Os conservadores (*guabirus*) deram-lhes, então, o apelido, em caráter de ridículo.

re'ra França, na qual se interessa a causa do partido praieiro, que é a do mesmo povo”.

Tôda a matéria do periódico, que se publicava em dias indeterminados, constou de artigos, notas ligeiras e versos, em estílo crítico-satírico-jocosos, contra os “saquaremas-baronistas-nazarenos-Rêgo Barros-Cavalcantis e Patuléias”.

Entre os versos publicados, salientaram-se o “Hino Nacional dos Cinco Mil”, o “Pelo Sinal dos Cinco Mil” e o “Pai Nosso dos Cinco Mil”.

Encontrados, apenas, seis comprovantes, o último dos quais datado de 2 de outubro, sendo atribuída a redação ao padre João Capistrano de Mendonça, por êsse motivo alchunhado “Capelão dos Cinco Mil” (Bib. Púb. Est.).

O jornal continuou, todavia, no ano seguinte, pois **O Lidador**, de 18 de março de 1848, divulgou o seguinte anúncio poético, sob o título “Publicação Literária”:

“Aos **Cinco Mil** correi! ei-los cantados
 Num poema, chamando as atenções
 Dos amigos das Musas ilustrados,
 Em linguagem que toca os corações;
 Mas não podendo ser de graça dados,
 Custa cada exemplar cinco tostões.
 A ê'e, bons leitores! Se os quereis,
 Da Independência à Praça os achareis”.

A TEMPESTADE — Periódico Político — O primeiro número circulou no dia 2 de setembro de 1847, em formato de 21 x 15, com quatro páginas de coluna larga. Imprimiu-se na Tipografia Liberal, de F. B. Mendes, para ser vendido o exemp'ar a 40 réis. Editor — J. T. A. O. de Melo. Apresentou, como divisa, os versos abaixo:

“O caso conto como o caso foi:
 Na minha frase de constante lei,
 O ladrão é ladrão; o boi é boi” (1).

(1) Acha-se aí omitido o primeiro verso — “De circunlóquios eu nada sei” — da quadra plagiada do n.º 3, do *Pharol Maranhense*, de São Luiz, editado em 1827.

Sem artigo-programa, o b'ssemanário, que tinha como redator Jerôn mo Vilela de Castro Tavares, entrou logo no tema capital: o repúdio aos candidatos "guabirus" à senatória e a propaganda dos candidatos "praieiros" Chichorro da Gama e Ernesto Ferreira França.

De nenhum outro assunto cogitou o redator, além do mencionado, nas edções seguintes. No n.º 3 inseriu um sonêto do co'aborador A. L. P. de Carvalho, que assim concluiu a louvaminha poética:

"Chichorro! ó! memória do Brasil!
Senador hás de ser sem vio ência,
Com os votos liberais dos C'nco Mil!"

O 5.º (e último) número publicou-se a 19 de setembro, abrindo-o uma proclamação "Aos Praieiros", na qual se lia: "Hoje é o dia em que se acham anunciados tantos desastres, em que se acha anunciada uma grande tempestade". Eram as eleições e a ameaça que dec'arava pesar sôbre os pernambucanos, ad antando: "Cada vida de um lusitano custaria dez nacionais". Concluiu apontando as urnas: "Não receieis a tempestade do Catucá, e a Pátria será sa'va".

Essa derradeira edição contou oito páginas, quatro das quais em versos crítico-satírico-chistosos, acompanhando-a ainda um Suplemento de quatro páginas, ocupado com o poema, em decassílabos, "Pavorosa ilusão dos guabirus" (Bib. Púb. Est.).

A RATOEIRA — Periódico Pequeno: Mas Gostosinho. — Circulou o primeiro número (que também foi o último) a 3 de setembro de 1847, em formato de 21 x 15, com quatro páginas de duas colunas. Impresso por S. Caminha, na Tipografia Imparcial, à rua da Praia n.º 55. Sôbre o título via-se um desenho em xilogravura, ocupando seis centímetros de altura, em tôda a largura, representado pe'a rua da Aurora e rio Capibaribe: na margem próxima do leitor, diversos guabirus focinhando pelo chão e, em meio, algumas ratoeiras preparadas para apanhá-los. Sob o cabeça'ho vinha a chistosa divisa: "**Non cum pitomb's, maxixis net quiabus, sed cebo, touciniove pilhantur guabirus**" (Latim do Bode em Pé).

Um único artigo encheu-lhe tôdas as páginas, ass'im iniciado: "Guabiru é rato e rato muito ladrão". Frisou que havia venenos, havia gatos, mas não havia "nada contra guabiru como uma boa e bem armada ratoeira".

Os conservadores tinham, segundo o comentarista, feito causa comum com o "cana'hocrata", o "capadócio" Borges da Fonseca, "apóstolo burlesco da propriedade republicana", e êste armara-lhes uma ratoeira: **O Nazareno**.

Após despender grande soma de adjetivos depreciativos contra tal união, concluiu: "...os tão apregoados am gos da ordem, enfim, conspiram de parceria com êsse pe'intra para a separação das províncias e para a burlesca e quixotal Confederação do Equador" (**Bib. Pú. Est.**).

O LIBERAL — **Jornal Político e Literário** — Apareceu no dia 7 de setembro de 1847, em forma'o de 31 x 22, com quatro págnas de duas colunas largas. Destinado a publicar-se bissemanalmente, às têrças e sextas-feiras, estabeleceu os preços de \$080 por exemplar e de 2\$000 pe'a assinatura tr mestral, sendo redigido por Francisco Borges Mendes, proprietário da Tipografia Liberal, onde se imprimia. Sob o título, trazia, em francês e português, as seguintes palavras de Lamennais: "A experiência aconselha o respeito para com aquêles que regem os destinos das nações; porque, logo que desaparece o respeito do rei, começa a ruína do povo".

"O nosso jornal — l'a-se no editorial, intitulado "Prospecto" e assinado pelo redator — cujo título sub'ime revela a magnitude dos pensamentos, tem de sustentar os verdadeiros interesses da nação brasileira, que se acham identificados com a melhor forma de govêrno". Mais adiante, resumiu o seu programa: "defender o Monarca e defensor perpétuo do Brasil, o Sr. D. Pedro II, e a nossa Constituição Liberal".

No decorrer de sua existência, o periódico enalteceu a administração do Presidente Chichorro da Gama e sua candidatura ao Senado, inclusive através de sonetos sem assinatura. Enquanto isto, inseria sucessivas transcrições da imprensa do Rio de Janeiro. Os artigos próprios eram assinados: **O Redator** ou **Os Redatores** ou **B. M.**. Não faltavam, igualmente, recortes de debates parlamentares.

Sem grande expressão, publicou-se **O Liberal** até o n.º 16, de 5 de novembro (**Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.**).

A **GRANDE TEMPESTADE** — Número primeiro (e único), saiu a lume no dia 14 de setembro de 1847, em formato de 31 x 22, com quatro páginas de duas boas colunas. Impresso por José dos Santos Tôres, na Tipografia União, apresentou-se com a seguinte divisa: “Vingar os amigos e desmascarar os contrários” (Máxima Chichorral).

Em toda a largura da página, encimava o título uma xilogravura de 7 1/2 centímetros de altura, representada por uma praia sob céu tempestuoso, na qual se viam três jornalistas (o último, um padre), empunhando exemplares d'**O Proletário**, **O Volcão** e **O Artista**, órgãos praieiros, ao passo que, através das ondas encrespadas do mar, se aproximava um navio com o timoneiro a atirar prospectos. Preço do exemplar — 80 réis.

Todo o conteúdo dos editoriais, a começar pelo “Proêmio”, era constituído de tremenda catinária contra o partido da Praia, visando, sobretudo, ao Presidente da Província, Antônio Pinto Chichorro da Gama, sob os títulos “Tufão”, “Relâmpago”, “Trovoada” e “Trevas! Horror”. Esses artigos profetizavam graves acontecimentos para o dia 19 de setembro, quando das eleições para o Senado, acontecimentos que teriam sido estimulados pela linguagem dos órgãos situacionistas e seriam desencadeados pela polícia, desejosos, esta e aqueles, de que vitoriasse o candidato liberal: o próprio Chichorro. O derradeiro comentário encerrou a quarta página com a seguinte paródia:

“Cesse tudo o que a infâmia narra e canta,
Que a Praia mais infâmia em si levanta!”

Atribuía-se a redação do desabusado órgão a João Batista de Sá e ao padre Joaquim Pinto de Campos (1) (**Bib. Púb. Est.**).

(1) A propósito, escreveu **O Volcão**, de 18 de setembro de 1847, aludindo ao aparecimento d'*A Grande Tempestade*: “Consta-nos que é redator em chefe um tal João Batista de Sá, a quem a Natureza assinalou pondo-lhe uma forquilha no beijo da racha; e que é seu ajudante certo padre borrego ou jumento lá de Tôres, um *malsin* de sotaina, célebre por sua alta ciência de arranjar casamentos e prostituir as casadas”.

A GRANDE TEMPESTADE — Aparentando simples reimpressão (1), circulou êsse jornal na mesma data do anterior, com idêntico formato, utilizando-lhe as palavras do expediente, inclusive a menção do impressor e oficina, menos o clichê do cabeçalho. No entanto, ao pé da última página, dizia haver sido impresso por A. P. C. (Antônio Pereira da Chaga), na Tip. d'A Voz do Brasil.

Divulgou, copiada, tôda a matéria do panfleto conservador, mantendo todos os títulos. Como, porém, a composição fôsse feita em tipo de corpo maior, o último comentário, aquêle intitulado "Trevas! Horror!", teve de ser sacrificado, mediante a seguinte explicação: "Por falta de espaço não acabamos com êste artigo, que pouco ou nada interessa".

Em se's linhas, fechando a edição, é que foi dado o motivo da cópia do jornal, mediante a advertência: "Eis, ó pernambucanos, a obra prima dos marinheiros e guabirus; dêses vândalos que hoje vos querem dominar com a capa da ordem; cumpre, pois, que lhes faça s guerra, guerra de morte, se quereis viver com honra e liberdade — O transcritor" (Bib. Púb. Est.).

A VOZ DO BRASIL — Periódico nacionalista, veio a público no dia 27 de outubro de 1847, obedecendo ao formato de 22 x 16, com quatro páginas de duas colunas. Confecção da Tipografia Liberal, de F. B. Mendes, à rua das Águas Verdes n.º 48. Preço do número avulso: 40 réis. Trazia, sob o título, a advertência:

"Não tenhas, minha musa, mêdo dêles,
Vai batendo de riço, fogo nê'es".

Ressaltou o "Prospecto" de abertura: "...a população brasileira vive, em sua pátria, escravizada, ou, para melhor dizer, esmagada pe'a influência estrangeira, e até hoje ainda não apareceu um escritor generoso, e verdadeiramente patriota, que tratasse de debelar pela imprensa essa influência maligna, que faz com que, em vez de constituirmos uma nação rica, pelos recursos que oferece o nosso território, vivamos na miséria e na ignomínia".

(1) Alfredo de Carvalho registara, apenas, a qualidade de "reimpresso", sem pormenores.

O articulista aludiu aos 26 anos de independência do Brasil, período durante o qual só o estrangeiro tinha lucrado, acentuando, após uma série de longas considerações:

“Impressionados, pois, por esta atualidade, em que só encontramos calamidades contra os brasileiros; e riquezas, abundância e prosperidade em favor dos estrangeiros, temos resolvido encarregar-nos d’ardua tarefa da redação desta fôlha, em que, fazendo abstração de partidos e divisões políticas de localidades, só nos ocuparemos de combater a influência estrangeira, fundados nas idéas que acima ficam expendidas e que servirão de programa ao nosso trabalho”.

Não fêz outra coisa, realmente, o jornal redigido por Inácio Bento de Lóiola. E, já no n.º 5, escrevia: “Sentimos que por aí haja quem espalhe que **A Voz do Brasil** será sufocada ou mudará de linguagem. Declaramos, portanto, aos nossos patrícios e, ao mundo inteiro, que estamos resolutos a continuar na honrosa empresa que encetamos, até vermos sacudida dêste país essa cáfi'a de portuguezes, ou marinheiros, que tanto nos tem arruinado, pois não é possível que o povo brasileiro continue em semelhante aviltamento. Não, e muitas vêzes não! O cálix do sofrimento já se há esgotado e não sabemos com que título, lei ou tratado vêm para aqui êsses ladrões tomar conta de nosso comércio de retalho, da nossa indústria e das artes”.

Findou declarando: “Se nossas vozes não chegarem ao último degrau do Trono brasileiro, então tremei, ma vados, do nosso valor, e nesse **dies irae**, em que um povo maguado terá de vingar afrontas, não haverá seleção; sim, nesse ajuste de contas, não nos escapará marinheiro”.

Publicava-se duas vêzes por semana e, a partir do n.º 9, passou a ser impresso em oficina própria. Ocorreu ligeira trégua na passagem do ano, entre as datas de 18 de dezembro (n.º 9) e 7 de janeiro de 1848 (n.º 10). Na edição seguinte, prolixo editorial denunciou que a primeira investida dos portuguezes contra **A Voz do Brasil** foi o fechamento da Tip. Liberal; mas fôra tudo vão, porque — acentuou — “apareceram em nosso socorro tantas tipografias!” Concluiu pedindo a um ão de todos — “guabirus”, “praia-ve'ha” e “praia-nova” — contra o inimigo comum: a portuguesada.

Não descansou jamais a pena de Inácio B. de Loio'a, ajudado, na sua faina de xenófobo exaltado, por algumas Correspondências e Comunicados, que feriam o assunto-chave por todos os lados. Censurava-se, inclusive, a participação de lusitanos como oficiais da Guarda Nacional e a intromissão de padres, também lusitanos, na vida pública do país.

Sob o título "Timbuzada", divulgou, na edição de 5 de fevereiro, a nota a seguir: "Um destes dias saltaram aqui mais 72 **timbus** (também assim chamados, em tom de ridículo, os portugueses) e, como que por acinte aos pernambucanos, passearam em grupo por tôdas as ruas desta cidade. Senhores do governo! senhores representantes! o boi aperreado dá em arremeter! Mais cautela e mais atenção com êste povo!"

Logo mais, no dia 26, a nota intitulada "Atenção!" ressaltava: "Só da festa para cá têm entrado nesta cidade mais de 200 **timbus**. E tudo vai tão caladinho da Silva! Vivam os paiois, os presuntos! Senhores, vivô!..."

Entretanto, não era satisfatória a situação do periód'co, que se viu constrangido a dar, certas vèzes, uma só edição por semana. Muitos assinantes despediram-se, achando cara a contribuição mensal de 500 réis, deslembrados das grandes despesas de uma tipografia; "...o que ma'or lástima nos causa (edição de 4 de março) é vermos que uma grande parte desses brasileiros amarinhe'rados, que se negam a dar 500 réis mensais para uma semelhante empresa, sejam os mesmos que se prestam a dar, não 500 réis, mas 10\$000 e 20\$000 por cada mês para sustentarem êsses teatros, essas sociedades de danças, êsses presepes, êsses conventic'ulos, enfim, para onde levam suas caras espôsas e filhas, e pelo braço entregam-nas a uma corja de marotos (ó! vergonha!) que aqui vivem sem família, sem pátria e, até, sem religião, para passarem as noites escouceando-as, pinoteando com elas e, o que é mais, desacreditando-as!!"

Nada obstante, conforme nota publicada no n.º 22, de 28 de março, não era crível conservar-se **A Voz do Brasil** em tão acanhado formato, "à vista da magnitude da doutrina e da influência dos artigos que temos a publicar". Ass'im, com a ajuda "do i'ustrado e patriótico povo pernambucano", equiparar-se-ia "com as grandes fôlhas que circulam nesta cidade" e, com isto, julgava "fazer mais êste serviço à pátria".

Na verdade, a edição seguinte, de 5 de abril, apareceu em formato de 31 x 21, a duas boas colunas de composição. Outra inovação foi o cabeçalho, representado por uma xilogravura de oito centímetros de altura, em tôda a largura da página, cujo desenho se constituiu de uma cena à beira-mar, onde três indivíduos discutiam entre si, ladeados por dois índios tocando trombetas, destas saindo uma flâmula com o título **A Voz do Brasil**; ao fundo, os arrecifes e o mar com algumas embarcações.

No texto, vinha a expl'cação: "A presente estampa que aparece no frontispício desta fôlha é bem significativa: ela representa, pela efígie dos dois indígenas, que aos ares fazem soar, nas suas trombetas, tristes e clamorosos lamentos, o emblema do Brasil. O grupo do centro mostra que o indivíduo da esquerda, que está de cabeça baixa, semblante descarnado e vestido de trapos, é um brasileiro implorando o socorro e a proteção do da direita, que é um português rico, negociante, o qual, com uma mão cheia de cédulas falsas, que acaba de tirar da embarcação, volta com desprezo as costas ao brasileiro, e vai arranjar o labrego, que está no meio, ainda narrando o modo que descobriram para o arranjo das mesmas cédulas".

No mês subsequente, ou seja, a 2 de maio, entrou a figurar, como impressor, o nome de Antônio Pereira da Chaga.

Prosseguiu o mesmo tom panfletário. E anunciou que um "dragão lusitano", acusado de atos despudorados, a havia chamado à barra do Tribunal. Iniciou-se o respectivo processo, mas foi de água abaixo.

Da edição de 9 de junho por diante, colocou-se sob o título, em coluna larga, o Expediente: "**A Voz do Brasil** sairá uma vez por semana. Subscrive-se nesta tipografia a 2\$000 por quatro meses, pagos adiantados. As correspondências dos srs. assinantes, que forem de interêsse público e as que se opuserem à influência estrangeira serão inseridas grátis; e as dos srs. que não forem assinantes serão publicadas mediante uma pequena paga, contanto que não sejam contra brasileiros". No mês de agosto, voltou a circulação a fazer-se bissetimanalmente.

Em seu n.º 37, de 27 de junho, o periódico teceu co-

mentários de apoio ao “mártir da liberdade” Antônio Borges da Fonseca, aconselhando-lhe resignação, pois não tardaria que fôsse “coberto de louros, no glorioso dia da nossa regeneração”.

Graves acontecimentos ocorreram a 26 e 27 de junho, com o massacre de elementos do comércio português, em consequência do que, Inácio Bento de Loiola veio a ser prêso no dia 3 de julho, sendo mandado trancafiar na Fortaleza das Cinco Pontas, de onde, uma semana depois, foi transferido para o brigue “Ca'iope”. Dali redigia êle notas assinadas dando conta de sua vida de prisioneiro, sobretudo os trâmites do processo que contra si foi instaurado.

A Voz do Brasil não alterou o seu programa anti-lusitano, ajudado com a assinatura B.B.B. em diversos artigos, além dos costumeiros Comunicados e Correspondências. A partir de julho, começou, porém, a atacar os guabirus (conservadores) e seu porta-voz **O Lidador**, enquanto defendia o Partido Liberal genuíno ou Pra'ia Velha. Depois do Presidente Pires da Mota, passou a ser alvo de severas críticas do jornal de Loiola o vice-presidente de Pernambuco, no exercício da Presidência, Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, “homem estúpido, de maus costumes, grosseiro por excelência, adulator sem segundo, vil instrumento de paixões alheias”. Mas o criticado logo foi substituído pelo Desembargador Antônio da Costa Pinto, bem recebido pela **Voz**.

Finalmente, a edição de 18 de agosto noticiou a libertação, quatro dias antes, de Bento de Loiola, quando teve fim o processo, uma vez que não foi comprovada sua participação nos fatos de 26/27 de junho. O editorial a respeito ressaltou que foram 45 dias da “mais injusta e arbitrária perseguição, principiada pelos marinheiros e guabirus e sustentada por três praieiros que, clandestinamente, tomaram a direção dêsse partido, na ausência de seus dignos chefes”. Concluiu dizendo que a polícia proibiu manifestações públicas de regozijo pela libertação do jornalista; só não pôde proibir que grande massa popular fôsse à sua casa cumprimentá-lo, ocasião em que fêz servir “um esplêndido copo d'água”.

Iniciou a redação tremendas críticas aos dirigentes praieiros; à “côrte do Rio de Janeiro, essa Gomorra do inferno” e ao **Diario Velho (Diario de Pernambuco)**, “êsse botijão de matérias pútridas onde os marinheiros vão mijar”.

O n.º 56, de 7 de setembro, foi dedicado à independência do Brasil, inserindo dois artigos e quatro sonetos de exaltação à data (sem assinatura). O primeiro editorial frisava parecer-lhe a independência “mera ficção”, asseverando: “O estrangeiro, e especialmente o português, continuou e continua ainda a exercer sobre nós a sua dominação cruel, o seu predomínio bárbaro”. Findou conclamando os brasileiros a concluírem a grande obra de 7 de setembro, para “que sejam independentes de fato”.

A propósito de uma traficância cometida em nome do seu jornal, escreveu Loiola uma nota em tipo corpo 16, abrindo a primeira página do n.º 62, de 29 de setembro, na qual afirmou: “...declaramos que ninguém, além do abaixo-assinado, escreve para **A Voz do Brasil**, e outro qualquer que se incubar redator deste periódico é um infame, um ladrão, um trapaceiro”.

A Revolução Praieira de novembro teve apenas ligeira cobertura nas páginas do bissemanário, que dera para ocupar-se mais intensamente da política do **Gabinete Ministerial**, condenando os saquaremas ou guabrus e a administração provincial de Herculano Ferreira Pena, que — adiantou, na edição do dia 23 — “nos insulta por todos os modos”. Alguns versos patrióticos ou satíricos vinham sendo, excepcionalmente, publicados. Não deixava o articulista, entretanto, de espinafrear os portugueses, acusados de pretender conquistar Pernambuco, em parceria com Herculano Pena e seus sequazes, e de comentar as prisões de rebeldes pernambucanos.

O editorial do n.º 82, de 5 de dezembro, responsabilizou o Presidente da Província “por tanto sangue, tantas lágrimas, tantos sustos, tantas aflições, tantas agonias, tantos vexames que sofrem os pernambucanos”, acentuando tratar-se de “uma fera, um monstro, um malvado, um demônio”.

Nas edições ulteriores foi intensificada, igualmente, a campanha contra as famílias Rêgo Barros-Cavalcanti.

Mas não pôde prosseguir a existência do jornal. A edição de 5 de janeiro de 1849 informou haver sido prêsso, dois dias antes, o redator Inácio B. de Loio'a e recolhido ao estado maior do corpo policial, diligência efetuada (esclareceu

a fôlha seguinte) “na ocasião em que êle se achava jantando com sua senhora e onze filhos”.

Foi o n.º 93, de 9 de janeiro do ano em referência, o último d’*A Voz do Brasil* (1) (Bib. Pú. Est.).

A SENTINELLA DA LIBERDADE — ALERTA! — Começou a circu’ar no dia 6 (1 A) de novembro de 1847, em formato de 15 x 10, com quatro páginas de coluna larga. Redator — Manuel Rodrigues (2 A) do Passo, estando o trabalho material a cargo da Tipografia Brasileira, situada na rua do Rosário da Boa Vista n.º 44, depois transferida para a rua da Glória n.º 7.

Periódico de orientação liberal, seu primeiro artigo, após repudiar o domínio dos estrangeiros, principalmente portugueses, no comércio brasileiro, constituiu um chamamento aos eleitores para votarem “em cidadãos de reconhecida capacidade” para a representação de Pernambuco na Assembléia Legislativa federal.

Uma nota ligeira e algumas máximas completaram a edição de estréia do pequenino e vibrante órgão da Praia Nova, assim chamados os elementos dissidentes do Partido Liberal.

O terceiro número, do dia 17, apresentou-se, excepcionalmente, com seis páginas, tôdas ocupadas com um só editorial, desmentindo, de comêço, fôsse “órgão de uma sociedade de cabras e negros” que tencionavam “fazer uma revolução para matarem e deitarem para fora da província os portugueses, vulgarmente conhecidos por marinheiros”. A segunda metade do artigo defendeu o padre Capistrano de Mendonça da pecha de guabiru, quando se mostrava sempre “um exímio liberal”.

Na edição seguinte, alertava os leitores, conclamando-os a salvar a pátria, não votando em candidatos que só viam os

(1) Na parte ineditorial do *Diario Novo* de 19 de janeiro de 1849 salu o seguinte: “*A Voz do Brasil* suspendeu a sua aparição até que Deus seja servido valer-nos na presente conjuntura”.

(1 A) Não no dia 3, como registou, nos “*Anais*”, Alfredo de Carvalho.

(2 A) Outro lapso cometeu o autor citado, ao atribuir ao jornalista o nome Manuel Francisco do Passo.

próprios interesses, “tratantes políticos” que só faziam entregar o país aos estrangeiros.

O n.º 6 saiu extraordinariamente em formato de 31 X 22 (duas colunas de 16 cíceros), com um só artigo em suas quatro páginas, repisando o tema eleitoral e acrescentando ao cabeçalho a frase: “Ela morre, mas não se rende. Alerta!”, que continuou, voltando, porém, ao formato de bolso. Mas, no n.º 11, de 26 de janeiro de 1848, assumiu o formato definitivo de 22 x 16, passando a vender-se a 40 réis o exemplar.

“Em tôdas as edições, atacava o Presidente Chichorro da Gama e os líderes da **praia velha**, a que chamava “molambos”, tais como Nunes Machado, Urbano Sabino e Antônio Afonso Ferreira, polemizando, ao mesmo tempo, com o **Diario Novo**. As demissões, em massa, assinadas pelo chefe do govêrno, passaram a constituir uma mofoina, abrindo a primeira página de cada edição, sob o título “**Ad perpetuam rei memoriam**”.

A 4 de fevereiro, **A Sentinella da Liberdade** exaltava a personalidade de Antônio Borges da Fonseca, que ia submeter-se a júri após dez meses de sofrimento, na prisão, “por amor ao povo”, “sem ter cometido delito”. Na edição do dia 15, comentava o julgamento efetuado, atacando a “comissão militar” a que chamavam júri, por ter condenado o réu. Dirigindo-se a Borges da Fonseca: “êle nos achará sempre constantes a seu lado prontos a passar tôdas as provas e martírios por que êle passar; nunca o deixaremos porque somos gratos aos seus serviços e à sua patriótica missão que desde a idade de 19 anos tomou sôbre os seus ombros de defender os direitos do povo oprimido e guerrear os tiranos”.

No mencionado n.º 16 vinha o Aviso: “**A Sentinella da Liberdade** sai duas vêzes por semana. Subscreve-se para ela a 1\$000 por trimestre, no Atêrro da Boa Vista n.º 76”.

Na edição de 22 de fevereiro o primeiro editorial foi dedicado ao aparecimento do periódico **O Camarão**, “parto imundo da Praia Velha”; ao mesmo tempo começou a publi-

cação, em série alfabética, do “Dicionário político, divertido e crítico” (3 A).

A última página da edição seguinte foi ocupada por tremenda sátira, em forma de anúncio, sob os seguintes títulos: “Teatro Chichorrino — As 8 horas em ponto. Domingo, 27 do corrente, representar-se-á, pe'a primeira vez, neste nôvo teatro, o drama em três atos intitulado **O mendigo discarado**”. O enredo situava, no primeiro ato, Chichorro da Gama paramentado de mo'ambos, com uma salvinha, a pedir votos; no segundo, aparecia êle em suntuoso pa'ácio, de pena em punho, a assinar demissões, terminando por morrer; no terceiro, encontrava-se numa caldeira de fogo, no inferno, a gritar para os diabos que o escarneciam: — Está demitido! demitido! demitido!, ouvindo-se, então, uma voz, que rematava:

“Que bárbaro coração,
Que, até dentro do inferno,
Pronuncia demissão!”

A partir do n.º 20, de 29 de fevereiro, alterava-se o cabeçalho, sendo o título substituído por um clichê, em xilogravura, com sete centímetros de altura, em tôda a largura da página, representado por uma fortaleza e, de pé, em primeiro plano, um soldado de guarda junto a uma guarita, ficando à sua direita uma pirâmide encimada por um clarim. Logo abaixo da mo'ina, inscreveu-se a epigrafe, que continuou nas edições seguintes: “Pernambucanos! a luta está travada; o que nos cumpre agora é: vencer ou morrer. Alerta, pernambucanos!”

A **Sentinella** defendeu, num artigo que ocupou tôda a edição de 14 de março, Joaquim Vilela de Castro Tavares de acusações d'**O Camarão**. Voltou-se, depois, contra o **Diario**

(3 A) Algumas definições do “Dicionário”:

Chichorro — Diabo baiano que aqui saltou com a calxa de Pandora debaixo do braço. Diabo de osso, pele e pêlo.

Eleitores — Máquinas portáteis de que se serve o govêrno para as operações eleitorais.

Honra — No sentido da *Praia Velha*, é roubar para enriquecer.

Independência do poder judiciário — História da Carochinha.

Lei — O pucha-encolhe dos déspotas.

Ministros — Uma súcia de patuscos, que recebem cortesias e dispõem a seu bel prazer do Tesouro.

Novo, cujo diretor, general Abreu e Lima, era chamado “miserável regateira”, “louco rematado”, “escritor mercenário”, “ladrão” e “sevandija requintado”.

Continuou atacando os líderes da Praia Velha, principalmente Nunes Machado, chamando-o “perfeito patife”, “um infame”, “juiz indigníssimo”, etc.

Finalmente, Chichorro da Gama veio a ser substituído no governo de Pernambuco, e o artigo principal da edição de 22 de abril endeusava o novo presidente, Manuel de Sousa Teixeira, “talhado pela Providência para tornar venturosos os seus patrícios”. Enxotado em prosa o verso, o ex-presidente ainda mereceu, em meio a uma saraivada de impropérios, a décima a seguir:

“Parabéns, pernambucanos,
 Já Deus de nós se lembrou,
 Felizmente nos livrou
 Do mais cruel dos banhos.
 Dos praias velhos cabanos,
 Gente vil e regateira,
 Formada na ladroeira,
 Nas infâmias e traicões.
 De Chichorro e dos ladrões
 Nos livrou Sousa Teixeira”.

Pouco demorou, porém, o novo presidente, substituído que foi pelo padre paulista Vicente Pires da Mota, de quem disse **A Sentinella** de 9 de maio: “S. Ex.^a foi um anjo que nos apareceu”.

Finda a sua missão de órgão de oposição à Praia Velha, o periódico deixou de existir após o n.º 38, de 12 de maio de 1848 (**Bib. Púb. Est.**).

O BRASILEIRO — Jornal Político — Iniciou sua existência a 4 de novembro de 1847, em formato de 22 x 16, com seis páginas (continuou com quatro) de duas colunas, ficando a sexta em branco. Editado por J. J. de S. Ana, imprimia-se em tipografia própria, situada à rua do Rosário da Boa Vista n.º 44. Constou do cabeçalho a sentença: “O bem público é o fim de toda associação pacífica”. Preço do exemplar — 40 réis.

Depois de desenvolver considerações em torno da queda do “partido denominado da ordem”; da regeneração da “pátria dos Camarões da mais vergonhosa servidão” e dos objetivos da agremiação liberal, acentuou o editorialista, no artigo de apresentação:

“É, portanto, para promover os verdadeiros interesses do povo; para mostrar à população que o partido praieiro não é um partido composto somente de ganhadores, que sai a campo **O Brasileiro**, apoiado por uma numerosa sociedade e destinado a sustentar, na quadra atual, o pôsto mais honroso, qual o de fazer com que o partido praieiro tenha uma direção que satisfaça antes ao povo do que à ganância de alguns”.

Por fim, aludindo ao pauperismo existente no Brasil, onde o trabalho era monopolizado pelos alienígenas, bradou: “... qual o homem nascido neste belo solo, que, a não estar de todo corrompido, deixará de conhecer a necessidade de fazer baquear a influência estrangeira, tornando o Brasil verdadeiramente dos brasileiros, assim como as demais nações são dos que nascem em seu solo?”

Dois outros artigos completaram a edição, ambos abordando o tema Eleições.

Publicação bissemanal, mas em dias variados, seguiu **O Brasileiro** seu caminho de órgão anti-guabiru, ou melhor, anti-conservador e, por exceção, nacionalista. O n.º 5 inseriu, pela primeira vez, o Aviso: “As pessoas que quiserem assinar para esse periódico poderão d’rigir-se a essa tipografia, sendo a assinatura cinco tostões por mês”.

O n.º 8, de 4 de dezembro, saiu, excepcionalmente, com seis páginas, uma vez que o editorial “Praia Nova, Praia Velha” ultrapassou as quatro costumeiras, ficando, porém, página e meia em branco. O artigo em aprêço constituiu uma definição do que eram os dois campos políticos nos quais se dividiram os liberais, com uma demonstração das boas qualidades de um e das qualidades negativas do outro, concluindo com a seguinte declaração de atitude:

“Isto pôsto, fique quem quiser na Praia Velha, que **O Brasileiro** não pode deixar de pertencer à Praia Nova, bem

que não ache própria tal denominação, pois cabe mais aos que a compõem o nobre título de Partido Brasileiro”.

Ocupou-se, exaustivamente, das eleições de dezembro, condenando a atuação do triunvirato Nunes Machado — Urbano Sabino Pessoa de Melo — Antônio Afonso Ferreira, e atacando a administração do Presidente Antônio Pinto Chichorro da Gama, ao passo que altercava com o **Diario Novo**.

Atingido o n.º 16, de 3 de fevereiro, **O Brasileiro** (troca-do o s da segunda sílaba pe' o z) aumentou o formato para 31 x 21, a duas colunas de 16 cíceros, subindo o preço do exemplar para 80 réis.

Não alterou mais a tecla dos ataques virulentos, dedicando cada vez mais longos artigos à polêmica com o órgão principal da Praia Velha e seus redatores.

A partir da edição de 10 de fevereiro, deu grande cobertura ao julgamento em que o jornalista Antônio Borges da Fonseca foi pronunciado por crime de imprensa, descrevendo-o sob o título “A morte do Júri em Pernambuco”, comentando-o em sucessivos editoriais e condenando-o como uma iniquidade, um “juricídio”. Frisou, na edição de 16 de fevereiro: “Vemos nê'e ca'cada a liberdade da imprensa e morta a instituição do Júri, essas duas garantias sem as quais não é possível um governo livre”. E, entre outras apóstrofes: “O julgamento do sr. Borges da Fonseca foi uma perfeita monstruosidade”.

Ao **Diario Novo** veio a fazer companhia **O Camarão**, outro órgão da Praia Velha, que passou, igualmente, a ser assunto d'**O Brasileiro**. Êste, em seu n.º 39, de 26 de abril, assim iniciava um editorial: “Felizmente, embarcou o sr. Antônio Pinto Chichorro da Gama para o Rio de Janeiro no dia 19, deixando afinal livre da sua péssima administração esta província, sôbre a qual sacudiu tantos e tantos males”.

Bem recebido foi o padre Vicente Pires da Mota, nôvo Presidente de Pernambuco, pelo periódico, que continuou a desferir rudes ataques à Praia Velha, acusando-a de ameaçar a ordem pública por haver perdido posições no governo.

Ia no fim a existência d'**O Brasileiro**, que já não ostentava a bandeira nacionalista e deixou quase de tomar conhecimento da façção "guabiru". Sua linguagem extremara-se no ataque à Praia Velha, a seus jornais e seus líderes, inclusive o ex-presidente Chichorro, em descomposturas tremendas. Teria sido redigido por Joaquim Vilela de Castro Tavares e Antônio Carneiro Machado Rios, vítimas de injustiças da administração provincial.

Finou-se o violento periódico com o n.º 44, de 13 de maio de 1848 (**Bib. Púb Est.**).

1848

O BOM SENSO — Órgão conservador, surgiu no dia 11 de fevereiro de 1848, em formato de 21 x 16, com quatro páginas de duas colunas. Impressa por José dos Santos Tôres, na Tipografia União, adotou o preço de 40 réis para o número avulso. Sob o título, lia-se a seguinte advertência: "Ouve os conselhos da prudência, que te hão de salvar: os passos dessa gente te conduzirão a um abismo insondável".

Constituiu-se a edição de cinco editoriais, em tipo miúdo. O primeiro, intitulado "Ded'catória", apontava **O Bom Senso** aos "desordeiros e faquistas", aos fraudadores, prevaricadores e anarquistas do poder; no segundo, fazia um apanhado dos fatos políticos de 1847; o terceiro criticava, acerbamente, o governo de Chichorro da Gama; no quarto, era enaltecido o Barão da Boa Vista; o quinto, finalmente, sob o título "A Praia chibatando o povo", focalizou o terror policial verificado por ocasião do julgamento, pelo Tribunal do Júri, do jornalista Borges da Fonseca, ocorrido três dias antes.

Redigido por João Batista de Sá, segundo referência da época, o jornal não passou do primeiro número (**Bib. Púb. Est. e arquivo de José Crespo**).

O CAMARÃO (1) — Pequeno periódico político, confeccionado no formato de 21 x 16, com uma coluna larga de

(1) Título dado em honra a Antônio Filipe Camarão, herói da guerra contra os holandeses em Pernambuco.

composição, apareceu a 18 de fevereiro de 1848, trazendo abaixo do título o slogan: “Deus, Pátria, Constituição e Liberdade”. Impresso por A. M. dos Santos Caminha, na Tip. Imparcial, não tinha dia marcado para circular, fazendo-o quando fôsse possível.

Lia-se, no editorial de apresentação, que a fôlha vinha “sustentar a política dominante, essa política que principiou a triunfar em o sempre memorável dia 2 de fevereiro de 1844”. Dispunha-se a desmascarar os falsos patriotas que dividiram em dois o Partido Liberal, concluindo: “Somos praieiro, e praieiro muito velho, debaixo de cujas bandeiras prometemos pelear como um soldado fiel”.

Outros artigos condenaram a “traição” da Praia Nova e o predomínio de Antônio Carneiro, nôvo chefe dos guabirus, do qual, em prosseguimento, dizia a redação, no n.º 2, ser um “capadócio de conta, homem sem educação, sem nenhuns princípios, habituado a falar de Deus e de todo o mundo”.

Sucederam-se, nas colunas d’O Camarão, ataques aos guabirus, aos praias-novas, principalmente Joaquim Vilela de Castro Tavares (2), e ao republicano Antônio Borges da Fonseca, polemizando com a imprensa que os defendia, sobretudo com O Brasileiro, redigido pelo primeiro, e elogian-do a política do Presidente Chichorro da Gama. Assim succedeu até o n.º 9, de 29 de março, que foi o último (3) (Bib. Púb. Est.).

A BARCA DE SÃO PEDRO — Periódico Político e Talvez de Oposição — Surgiu na arena da imprensa a 25 de maio de 1848, trazendo, abaixo do título, a divisa “Deus

(2) No artigo único do n.º 8, lia-se: “Bicho ou homem, homem ou bicho, o certo é que na natureza orgânica ainda não se observou um fenômeno semelhante. Urra, berra, rincha, zurra, silva, zune, grasna, orneja e, finalmente, se o puserem em um poleiro, também cacareja. É uma coisa chamada Joaquim Vilela”.

(3) A *Sentinella da Liberdade*, um dos periódicos que faziam guerra a O Camarão, publicou, em seu número 32, de 18 de abril, o seguinte mote:

“Chorai, pobre chimangada:
Camarão morreu. Que dor!”

A glosa ao mote acima não pode ser transcrita aqui em atenção ao decôro público.

neumque jus!" e, noutra faixa, em tipo miúdo, a indicação: "Este periódico pertence à nova Sociedade Imperial Pernambucana, e tem por objeto sustentar os princípios liberais professados pelo partido nacional praieiro, cujos princípios são: Monarquia — Integridade do Império — Constituição e reformas na administração geral e provincial pelos meios que a mesma Constituição oferece".

Impresso na Tip. de L. I. Ribeiro Roma, por Santos Caminha, no formato de 29 x 20, a duas colunas de 17 1/2 cíceros, apresentou a seguinte nota de expediente, fechando a quarta e última página: "**A Barca de S. Pedro** sairá regularmente duas vezes por semana, e enquanto não forem marcados os dias de sua aparição, será anunciada pelo **Diário Novo**. Recebem-se assinaturas na Loja de Livros, pátio do Colégio n.º 2, à razão de 2\$000 por cada série de 25 números. Na mesma Loja vendem-se os números avulsos a 80 réis cada um".

Iniciando o artigo de apresentação, escreveu o redator, que não era outro senão o General José Inácio de Abreu e Lima: "É costume justificar o título de um jornal, quando este título tem uma significação latente. O partido nacional de Pernambuco tomou a denominação de "praieiro" porque a imprensa, que o sustentava, existia, e ainda existe, na rua da Praia; aceitamos este nome como aceitaríamos outro qualquer para sermos conhecidos, e esta casualidade tem para nós alguma coisa de bom agouro".

Esclareceu, a seguir, que a redenção do gênero humano foi fundada "sobre a profissão de fé de um pescador": São Pedro, príncipe dos Apóstolos, acrescentando: "Ocorre, igualmente, que o atual pontífice, o SS. Padre Pio IX, sucessor do bemaventurado apóstolo São Pedro, professa os princípios liberais do partido praieiro, procurando à face do Orbe católico a regeneração do mundo civilizado por meio de reformas salutares. E como os nossos princípios são os mesmos, como desejamos a liberdade civil e política e a fraternidade entre todos os homens, qualquer que seja a sua crença, a sua raça, ou a sua posição no globo terráqueo, nenhum outro título nos quadraria melhor do que o símbolo do pescador Pedro, príncipe dos Apóstolos; portanto, **A Barca de S. Pedro** será um periódico popular e político para tratar tão somente das necessidades do povo, da sua moralidade e civilização".

Em mais três artigos, condenou as “ominosas administrações dos Suassunas ou Boa-Vistas”, no setor provincial, e o governo absoluto que anulava a Constituição do país “por meio de leis secundárias”, exemplificando-o com vários casos, a salientar: “Diz a Constituição que todos podem comunicar os seus pensamentos pela imprensa sem prévia censura, contanto que respondam pe'os abusos, e logo uma lei regulamentar c'lassifica de abuso a tôda e qualquer expressão do pensamento, ficando por consequência nulificada esta garantia, a primeira de um povo que se diz l.vre”.

Seguiu-se a publicação, em datas indeterminadas, variando de bissemanário a bimensário (1), inserindo longos artigos, nos quais focalizava “assuntos do poder”, “a lei do padroado”, “privilégios das c'asses”, “expedições de Pernambuco”, “a magistratura no Brasil”, “a Guarda Nacional”, etc.

Num comentário sob o título “Os guabirus camaleões”, no n.º 7, comentou os altos e baixos dos guabirus (ou conservadores), assim concluindo:

“Finalmente, não se deram por vencidos, **raparam as pêras** e começaram a grunhir pe'as ruas, dizendo que eram Praias Novas! Guabiru pra'a-nova? Impossível; e por fim de contas, nem influência legítima, nem ordeiros, nem sequaremas, nem republicanos, nem Praias-Novas, nem o diabo que os carregue, porque enfim guabiru é guabiru”.

O n.º 9 divulgou os Estatutos da Sociedade Liberal Pernambucana, que tinha apenas dois meses de vida e já contava — segundo nota à parte — perto de mil sócios.

A par de artigos próprios, a fôlha transcrevia outros, do **Diario Novo**, por exemp'lo, com cujas idéias comungava. E, sem al'mentar linguagem de excessiva violência, focalizou, no n.º 10, a indiferença dos dominadores do poder, na esfera federal, como na provincial, em “matéria de moralidade”, citando uma série de assassínios impunes, para arrematar:

(1) Publicou o *Diario Novo* de 3/6/1848: “Hoje, sábado, sai o 3.º número da *Barca de S. Pedro*. Ela aí vem. Donde? da rua da Praia, vistosa e com vento em pôpa; traz notícias de todos os tamanhos. Fala de umas coisas que a todos interessam. Quem a quizer ver, ouvir, cheirar ou apalpar pode fazê-lo mediante 80 réis, na loja de livros n.º 2, Pátio do Colégio”.

“Necessitamos, portanto, de uma organização completa em todos os ramos da pública administração; necessitamos de grande reforma em todos os estabelecimentos de instrução, desde as escolas primárias até as Academias; necessitamos mais que tudo de homens que de coisas, de muita inteligência e de muita probidade”.

Atacou **O Lidador** e bateu-se pela reforma da Constituição e pela colonização do Brasil, mas com “a nossa própria população” (n.º 18), “debaixo da direção de bons missionários” (n.º 19). E transcreveu, do **Diário Novo**, grandes elogios ao deputado Nunes Machado, expressos em extensos artigos.

Não foi longa a existência da bem dirigida **Barca**, cujo último número, o 20.º, saiu a 23 de outubro do mesmo ano (**Bib. Púb. Est.**).

O GRITO DA PATRIA — Periódico Republicano Federativo — Entrou em circulação no dia 31 de maio de 1848, obedecendo ao formato de 37 x 27, com quatro páginas a três colunas de 15 cíceros. Redator — João de Barros Fação de Albuquerque Maranhão. Impressor — João Ferreira de Sousa. Sob o título, trazia a divisa:

“De Deus vem a Justiça, a liberdade,
Fraternal união, doce igualdade”.

(Do Pontífice Pio IX)

Do expediente constava: “**O Grito da Patria** recebe grátis, de seus assinantes, correspondências e comunicados que desempenharem o pensamento do seu prospecto”. Subscrevia-se a 2\$000 por trimestre, pretendendo sair semanalmente. Preço do exemplar — 80 réis. Confecção material da Tipografia d’**A Voz do Brasil**.

O “Prospecto” (artigo-programa) dizia que um grupo de brasileiros honestos se decidira a esclarecer seus compatriotas sobre as vantagens do governo republicano; daí o surgimento do jornal. Não acreditava P. P., signatário do editorial, houvesse brasileiro tão degenerado que oferecesse “a menor oposição à santidade de semelhantes princípios”, mas perdoaria ao louco, ao “miserável frenético” que

recusasse receber seus “saúáveis conselhos”. Uma comissão de redação examinaria a correspondência que lhe fôsse enviada.

Seguiram-se dois imensos artigos assinados por P. P. (pseudônimo do redator único), completando as quatro páginas da primeira edição, o primeiro, sob o título “Tudo para o povo e pelo povo”, atacando a tirania dos reis, e o segundo criticando o padre Vicente Pires da Mota, que então ocupava a Presidência de Pernambuco.

A segunda edição apresentou dois extensos comentários filosóficos de P. P.; uma “Ode à Escravidão da Pátria” em quase duas páginas, completadas com um soneto transcrito. No n.º 3 apareceu Y. X., com “A verdadeira origem das desgraças do Brasil!”, em duas páginas batidas. Outro colaborador assinava-se: ***

Prosseguiu P.P., de edição em edição, a divulgar artigos sempre longos, criticando o regime, as Assembleias, a aristocracia, a magistratura, baronistas e praieros, focalizando, também, a política internacional, sobretudo os movimentos republicanos da Europa.

No n.º 5, de 29 de julho, o primeiro artigo de P. P. apresentou o seguinte título: “Estabelecendo-se o governo republicano-federativo, convém forrar logo os escravos? Não”. Terminou conclamando os brasileiros a proclamarem o governo sugerido na epígrafe, assim arrematando: “Basta de tantos ‘atrocínios, estratégia e corrupção!’”

A situação do jornalista Antônio Borges da Fonseca mereceu d’**O Grito da Pátria** o máximo apoio, através de artigos redacionais ou transcritos, até o regozijo manifestado pela absolvição e libertação do redator d’**O Nazareno**, que passou mais de um ano na prisão, vítima de perseguições do governo provincial.

A partir do n.º 4, o periódico passara a ser impresso na Tip. Nazarena, à rua do Nogueira n.º 19, tendo co’ocido sob o título, na terceira coluna à direita, o seguinte slogan: “**O Grito da Patria é cidadão do Universo**”. E iniciou, no oitavo número, a inserção do projeto da Constituição da República Francesa, de Lammenais.

Publicando-se descuidada e irregularmente, não viveu além do n.º 13, datado de 18 de novembro do mesmo ano. Como que em despedida, P.P., num dos cinco artigos que assinou, na última edição, deixou expressa a advertência:

“Tiranos, reis e imperadores do mundo: é chegado o tempo de vosso extermínio; os vossos serralhos não prostituirão mais a honra de imensas famílias, votadas às vossas volutuosidades execrandas; as vossas côrtes desaparecerão da face da terra, porque nesses lugares, onde impera o crime e a corrupção, só tem templos e altares a perfídia...”

Após algumas considerações de igual jaez, concluiu: “Viva a República; fora o Senado; morra o despotismo!” (Bib. Púb. Est.).

O PARLAMENTAR — Periódico Político — Entrou em circulação a 1.º de junho de 1848, obedecendo ao formato de 22 x 16, com quatro páginas de duas colunas. Sob o título, a máxima do Marquês de Maricá: “Quando os bons capitulam com os maus, sancionam a própria ruína”. — Redator — Antônio Pedro de Figueiredo. Impresso na Tipografia União, tinha como encarregado dêsse serviço José dos Santos Tórres. Preço do exemplar — 40 réis (1).

O editorial de apresentação atacou, desabridamente, a política dos praieiros em face do resultado das eleições que os colocaram no poder desde fevereiro de 1844, concluindo por declarar que o periódico tinha por objetivo principal “o exame dos atos da chamada Assembléia Provincial de Pernambuco, sob promessas de que não suportará que os seus membros poluam impunemente os lugares que conquistaram à força de violências e infâmias”.

Em suas poucas edições, o semanário cumpriu o programa traçado, ocupando-se, também, da política do Una, de Goiana e Rio Formoso; do “estado desgraçado em que o sr. Chichorro deixou o Palácio do Govêrno desta província” e da nulidade da eleição, para senadores, dos “despresíveis” Antônio Pinto Chichorro da Gama e Ernesto Ferreira França.

(1) “Quem quiser comprar *O Parlamentar*, procure na rua do Rosário Estrelta, em casa do *Cousin fusco*, que é o redator” (anúncio publicado no *Diario Novo* de 5 de junho de 1848).

Não saíram mais de cinco números d'*O Parlamentar*, o último dos quais datado de 1.º de julho (2) (**Bib. Púb. Est.**).

O CAPIBARIBE — Periódico Político — Saiu a lume no dia 10 de julho de 1848, em formato de 28 x 19, com quatro páginas de duas colunas largas, trazendo, sob o título, o **slogan**: “Justiça e Tolerância”. Impresso na Tipografia Brasileira (1), à rua dos Pires n.º 40, divulgou o Expediente a seguir: “Sai duas vêzes por semana. Subscreve-se para êle a 2\$000 por série de 25 números, no Largo do Colégio n.º 6 e no Atêrro da Boa Vista n.º 47, onde se vendem números avulsos a \$080 cada um, e recebem-se assinaturas, pagas adiantadas”.

Em longo editorial de abertura, doutrinou o redator: “...cremos firmemente que nenhum homem, ainda do mais mediano senso comum, deixará de conceber que, sem justiça e tolerância, não é possível a manifestação da verdadeira opinião pública; que, sem justiça e tolerância, não é possível um govêrno livre; que, sem justiça e tolerância, nenhuma outra coisa podemos ter senão o domínio de fações que se forem substituindo no poder; que, sem justiça e tolerância, só há despotismo, tirania no último auge”.

Numa “Declaração” final, afirmou que a imprensa pernambucana se havia “apartado, ou mais ou menos, da decência” que devia “caracterizar o escritor público”. **O Capibaribe**, porém, não se chafurdaria no “lodaçal imundo de descomposturas em que tem visto chafurdar-se muitos contemporâneos. Sua linguagem será forte e enérgica quando fôr necessário; porém sempre decente. Fará censuras quando entender que as deve fazer, mas nos têrmos em que as leis permitem”. Só entraria, finalmente, na liça com quaisquer contemporâneos se êstes guardassem “a mesma decência”.

(2) Confirmando a curta existência d'*O Parlamentar*, escreveu *O Lidador*, na sua “Revista da Imprensa Pernambucana”, a 5 de agôsto de 1848: “Apenas viveu um mês”.

(1) Da ata da sessão extraordinária de 15 de junho de 1848, da Câmara Municipal do Recife, constou o seguinte item: “Compareceu o cidadão Manuel Rodrigues do Passo e declarou ser êle o proprietário . . . Tipografia Brasileira”.

Noutro editorial, o maior da edição de estréia, focalizou os acontecimentos de 26 e 27 de junho — o chamado mata-mata marinho — lamentando-os e acusando os “molambos” ou “chimangos” ou “praias velhas” de os haverem planejado, e a **A Voz do Brasil** de tê-los estimulado. Continuou a desenvolver-se o assunto em outras edições. Na terceira, dirigindo-se ao nôvo Presidente da Província, desembargador Antônio da Costa Pinto, alertava-o contra “uma façção composta, na mor parte, de aventureiros, que nem sabem o que é política e princípios políticos”, repetindo: “. . .queremos, em uma palavra, Justiça e Tolerância”.

Redigido pelo bacharel Joaquim Vilela de Castro Tavares, elemento de projeção da Praia Nova, seus artigos constituíram, durante algum tempo, cerrada ofensiva contra o **Diario Novo**, órgão da Praia Velha, visando, principalmente, aos irmãos Luiz e José Inácio Ribeiro Roma.

Não deixava, todavia, de abordar temas econômicos e de natureza social, em editoriais de grande apuro. A partir do n.º 20, passou a circular três vêzes por semana, sem alterar o custo da assinatura. Mas foi suspenso, após o n.º 28, de 21 de outubro, por “circunstâncias imperiosas”.

Ressurgiu a 6 de novembro, “para defender o pôsto de honra” em que se colocara, “firme nos seus princípios”, dada a necessidade de “debelar essa façção corruta, para que possa esta província ter moralidade”.

Irrompendo, então, a Revolução Praieira, deu pleno apoio às forças legais e ao govêrno conservador de Herculano Ferreira Pena, assim como, a partir de 15 de dezembro, ao respectivo substituto, Manuel Vieira Tosta. Continuou, em 1849, atacando os “molambentos” e condenando o derramamento de sangue ocorrente em diversos municípios da província. Proporcionou grande cobertura noticiosa, sobretudo, ao ataque da capital, no qual a derrota do principal reduto, a Soledade, “enfraqueceu e desmoralizou” (edição de 17 de fevereiro) os “molambos-cabanos”.

Em fins de março já era uma realidade o aniquilamento dos insurrectos e, dispondo de mais espaço, voltou o jornal a doutrinar a cêrca do tema Justiça e Tolerância, sucedendo-se editoriais a respeito da Monarquia Representativa,

Voto Livre, Assembléia Legislativa Provincial, a Pacificação e Ecos da Revolta, mais a transcrição de comentários da imprensa carioca. Estampava discurso do deputado e redator Joaquim Vilela de Castro Tavares.

Tomando nôvo rumo, **O Capibaribe** abriu a primeira página do n.º 80, de 6 de junho, com extenso artigo intitulado “O Partido Constitucional”, abordando as variações da política brasileira, cujos partidos viviam a guerrear-se, todos, porém, visando ao mesmo fim: a Constituição do Império. Diante do que, sugeriu a reunião de todos os brasileiros em uma só agremiação: “. . .o Partido Constitucional, que em verdade consideramos uma criação nova, exigida pelas novas necessidades da política e no qual esperamos ver alistados todos os brasileiros”.

Após outras considerações, concluiu: “Quem não fôr demagogo há-de pertencer ao Partido Constitucional”.

Dentro dêsse nôvo espírito, combateu, em diferentes editoriais, a propaganda revolucionária, que se alastrava sob as fórmulas “Constituinte — Federação — República”. Já no mês de julho, começou a tecer elogios ao nôvo Presidente da Província: Honório Hermeto Carneiro Leão.

Defendendo, enquanto isto, os princípios do pretendido **Partido Constitucional**, entrou em luta com **O Maccabêo**, nôvo órgão praieiro genuíno, e com o **Diario Novo**, o qual, tendo passado algum tempo suspenso, voltara à liça.

O n.º 103, de 7 de setembro, homenageou a Independência do Brasil, inserindo um poema cívico de página e meia, sem assinatura. Mas o artigo “**O Maccabêo** em apuros” alcançou o recorde de prolixidade, ocupando todo o n.º 112 e mais de metade do 113.º.

A começar do n.º 118, dedicou-se **O Capibaribe**, unicamente, à propaganda e defesa da candidatura de Manuel Vieira Tosta ao Senado Federal, como representante de Pernambuco. E encerrou, nesse passo, sua existência de jornal ora doutrinário ora combativo, com o n.º 124, de 28 de novembro de 1849 (**Bib. Púb. Est.**).

O ECLECTICO — Periódico Político — Circulou pela primeira vez a 13 de julho de 1848, em formato de 21 x 15, com quatro páginas de duas colunas. Sob o título, trazia a

divisa: “A política mantém a ordem entre os interesses e as paixões inimigas (**Col. de Pens.**)”. Redator — Manuel Rodrigues do Passo, proprietário da Tipografia Brasileira. Subscrevia-se a \$500 por série de 25 números, custando um exemplar 40 réis.

Dizia o editorial de apresentação: “**O Eclectico** manifestará seu juízo sobre as opiniões políticas; combaterá as pretensões funestas e desarrazoadas; fará justiça ao mérito onde quer que êle apareça, dando o verdadeiro aprêço à virtude e reprovando o vício em qualquer parte onde existir; e não deixará em olvido o comércio e a indústria do país”.

Ocupou-se o periódico, quase somente, na sua efêmera existência, em profligar os acontecimentos de 26 e 27 de junho, quando elementos portugueses foram massacrados na rua do Rangel, defendendo a atitude do governo provincial e atacando, desabridamente, o **Diario Novo** e seu redator, o General José Inácio de Abreu e Lima, lançando-lhe epítetos arrazadores, tais como: “o ente mais infame que dar-se possa”; o “homem mais desgraçado e mais bandalho”; filho de padre, gerado no leito da prostituição”, etc.

Repelindo “calúnias” d’**A Voz do Brasil**, a redação defendeu a personalidade do padre João Capistrano de Mendonça, afirmando que êste nada tinha com **O Eclectico**.

A edição final — n.º 4 — circulou a 7 de agosto (**Bib. Púb. Est.**).

A MENTIRA — Impresso na Tipografia Nazarena, à rua do Nogueira n.º 19, por Manuel Rodrigues Pinheiro, apareceu em cena a 17 de julho de 1848, em formato de 21 x 15, com quatro páginas de duas colunas. Sob o título vinha o seguinte: “A esperança do ímpio é como a lanugem que pelo vento é levada; e como a espuma tênue, que pela tempestade é espalhada; e como o fumo, que pelo vento é dissipado; e como a lembrança do hóspede de um dia, que passa (**Sabedoria, 5.15.**)”. Cons’ava do expediente: “**A Mentira** não tem nem quer assinantes; quando tiver de sair será anunciada para se procurar na mão dos distribuidores e nesta tipografia. **A Mentira** recebe mentiras e vende a 40 réis”.

Lia-se no editorial de apresentação: “Vivendo o Brasil sobre o império da estratégia, esperteza e engano, sobre o

império da fraude e da mentira, justo é que tenha a mentira um representante no jornalismo. É a mentira representada na própria casa do monarca, nos conselhos da coroa, nas tribunas das assembleias geral e provincial, no Supremo Tribunal de Justiça, nas Relações, nas justiças de primeira instância, na polícia, na administração das rendas públicas e, até, por nossos pecados, na casa do Senhor, no templo do Deus vivo, do Deus de paz e de clemência, e finalmente nos teatros, justo é que tenha também um representante no jornalismo”.

Concluiu o articulista, após outras considerações: “Não vedes aí tanto representante da verdade? O **Diario de Pernambuco** não mente; não mente o **Diario Novo**; O **Lidador** não mente; não mente **A Barca de São Pedro**; não mente, enfim, **O Eclectico**: são todos êles advogados da verdade, e só da verdade, e, se bem que **A Voz do Brasil** de quando em quando minta alguma coisa, não pode ainda ser reconhecida como legítima representante da mentira. Estão feitos os cumprimentos: — **Sans faççon**, digníssimos colegas”.

Numa “Advertência”, declarou: “Não se importe diabó nenhum com o nome do cujo representante d’**A Mentira**; façam de conta que é o João Maluco, o pai da pobreza, ou outro animal assim por aí a’gures; será grande importância que embirrem neste exame em uma época em que o poder manda trancafiar, nas presigangas, os pobres redatores que lhe não agradam, como já lá estão o sr. Antônio Borges da Fonseca, honrado redator d’**O Nazareno**, periódico quase representante da mentira, e o sr. Inácio Bento de Loiola, honrado redator d’**A Voz do Brasil**”.

Publicando-se semanalmente, embora em dias incertos, o periódico, que era redigido por Afonso de Albuquerque Melo (1), ocupava-se em defender Borges da Fonseca, ata-

(1) Segundo Alfredo de Carvalho, *A Mentira* fôra redigida por Antônio Borges da Fonseca, o que não podia ter acontecido, porque êsse jornalista se encontrava prêso, incomunicável, na corveta “Euterpe”, justamente quando apareceu o nôvo órgão. Outra razão é que os jornais de Borges da Fonseca tinham a marca inconfundível da sua ortografia fonética, o que se não dava com *A Mentira*.

Baseado no historiador pernambucano, cometeram o mesmo engano Hélio Viana (obra citada, pág. 571), e João Peretti, no ensaio “A Revolução Praieira”.

Comprovando-o, no segundo número d’*A Mentira* escreveu o redator: “Muito ambicionávamos ver em estado de escrever ao sr. Antônio Borges da Fonseca”...

cando, ao mesmo tempo, os políticos e os jornais conservadores e liberais, êstes últimos no poder. A edição de 17 de agosto deu notícia do julgamento daquele jornalista e de sua absolvição, seguida de apelação, sendo êle mantido prêso até 19 de setembro.

Os acontecimentos da rua do Rangel, de 26 e 27 de junho, mereceram vários artigos da fôlha, com acusações aos portugueses, como iniciadores da desordem, dela participando, de mãos dadas, praieiros e guabirus. Além de constantes ataques ao ex-presidente Chichorro da Gama, outros eram desferidos, rijamente, contra os deputados Nunes Machado e Urbano Sabino.

O n.º 8 inseriu uma carta defensiva de Nunes Machado, tendo o n.º 9 (e último) circulado a 14 de setembro (Bib. Púb. Est.).

A REFORMA — Liberdade. Igualdade. Fraternidade — Apareceu no dia 27 (1) de julho de 1848, em formato de 22 x 16, com quatro páginas de duas colunas. Trabalho material da Tipografia Nazarena, situada à rua do Nogueira n.º 19; impressor — Manuel Rodrigues Pinheiro. Preço do número avulso — 40 réis.

Da ligeira nota de abertura, sob o título “Os nossos princípios”, constou que defenderia a necessidade de “reformas radicais na nossa organização social e política”.

Publicação semanal, seguiu sua meta, comentando a situação, independentemente do partidarismo em que se dividia a política local. Para o redator, tinham o mesmo valor negativo liberais e conservadores. Pugnava pela republicanação do país, entendendo que, “de tôdas as formas de governo”, a republicana era a mais perfeita.

Condenou “a carnificina dos dias 26 e 27 de junho”, assim como o exacerbamento da linguagem d’**A Voz do Brasil**. Era **A Reforma** favorável à nacionalização do comércio a retalho, mas obedecendo aos meios legais; formulou, até, um projeto a propósito, dentro do plano de reformas constante do programa que se traçara.

(1) Não no dia 2, como está nos “Anais”, de Alf. de Carvalho.

Num Aviso inserto no n.º 4, adiantou que aderira “à declaração de direito ao trabalho, proclamada pela jovem República Francesa”, assim concebida: “O govêrno deve a todo cidadão instrução gratuita, meios de subsistência e socorro no caso de velhice ou moléstia”.

Reduziu-se a existência da fôlha a cinco edições, a última das quais datada de 19 de agôsto (**Bib. Pú. Est. e Bib. Nac.**).

ADVOGADO DO POVO — Periódico defensor dos interesses do vizinho Estado da Paraíba, deu início à sua circulação a 1.º de agôsto de 1848. Formato de 22 x 16, a duas colunas de composição, com quatro páginas. Impressor — Manuel Rodrigues Pinheiro, sendo o trabalho efetuado na Tipografia Nazarena, à rua do Nogueira n.º 19. “Subscreve-se — dizia o expediente — a 2\$000 por quatro meses, e avulso a 40 ré's, saindo dois números por semana”. Lia-se sob o título: “Tudo para o povo, com o povo e pelo povo” (máxima republicana) e “Tudo para o rei e pelo rei” (máxima realista).

Ligeira nota explicativa dizia: “...na Paraíba ainda não há liberdade de imprensa, pois a única que existe em exercício está sujeita à especialidade de seu proprietário, que não quer atirar-se para fora de sua rotina; assim de necessidade nos foi recorrer à imprensa democrática de Pernambuco, já que nosso fim é advogar a causa do povo”.

Em artigo a seguir, definiu o **Advogado do Povo** os princípios que o norteavam, aconselhando fôsse a população convocada “para estabelecer uma assembléia constituinte”, a fim de substituir a que fôra imposta pelas baionetas do tirano Pedro I.

“Governista na província”, apoiando as “virtudes reconhecidas” do presidente paraibano João Antônio de Vasconcelos (1), a fôlha fêz campanha para as eleições municipais, apontando ao sufrágio das urnas os candidatos da situação. E defendeu a causa de Antônio Borges da Fonseca (2), prêso

(1) Como se vê, o *Advogado do Povo* não “atacava violentamente” o presidente Vasconcelos, conforme registaram os “Anais”.

(2) Outro lapso cometeu Alfredo de Carvalho, ao dizer que Borges da Fonseca redigira o jornal em causa, no que foi seguido por outros historiadores.

no Recife, convidando-o a assistir o pleito de 7 de setembro e declarando-o líder incontestável dos paraibanos.

Lia-se, a propósito, em artigo de 25 de agosto: “Pensemos em nós e confiemos que o martírio do nosso resoluto Borges da Fonseca nos será escada para, saindo da nulidade a que nos condenou o egoísmo de fações selvagens e estúpidas, subirmos ao pôsto em que a natureza nos pôs, por nossa posição geográfica e por nossos recursos imensos, inesgotáveis, e só hoje improdutivos pela incapacidade dêsses realistas facciosos, que estão cada dia prontos para assassina-rem-se, contanto que dêem nisto gôsto ao bezerro de ouro”.

Escrevendo, a 6 de setembro, sob o título “A Revolução”, sentenciava o **Advogado do Povo**: “Nós não queremos uma república especial, ficando o mesmo o predomínio do sul; queremos uma república democrática e federal; se os homens do sul pensam que hão de subordinar o Norte, estão enganados”.

“Se, com efeito, a côrte fizer uma revolução contra o Senado, contra quem fôr, as províncias do Norte devem imediatamente cortar suas relações com a Côrte e criarem em cada uma um govêrno provisório, prontas a reconhecerem o primeiro centro republicano puro que se estabelecer ou na Bahia ou em Pernambuco”.

Borges da Fonseca teve ocasião de publicar cartas no **Advogado do Povo**, mandadas da prisão, conclamando os seus amigos a votarem nos nomes que indicava.

Sob o título “Paraibanos, atendei!”, H. D. (Henrique Félix de Dácia era, indubitavelmente, o redator da fô!ha), após elogiar, em longo artigo, o “honrado Vasconcelos”, a quem os políticos da oposição faziam guerra de morte, exortou: “. . .despresa! êsses monstros e reconheci por vosso amigo defensor e, finalmente, por vosso único chefe o mártir da liberdade, o imortal Antônio Borges da Fonseca; segui as suas doutrinas; uni-vos; fraternizai-vos. . .”

Êsse artigo veio publicado no n.º 9, de 22 de setembro, que foi último a circular (**Bib. Púb. Est.**).

Deu à luz, apenas, o n.º 1, datado de 3 de agosto de 1848, em formato de 22 x 16, com quatro páginas, trazendo sob o título o lema: “União e Fraternidade”.

Impresso na Tip. Brasileira, de M. Rodrigues do Passo, à rua dos Pires n.º 40, acompanhou **O Capibaribe** no ataque às “doutrinas subversivas propaladas pelo **Diário Novo** e seus satélites **A Voz do Brasil** e **A Barca de São Pedro**”, visando, sobretudo, aos irmãos Luiz e José Inácio Ribeiro Roma.

Pretendia continuar, a publicação, defendendo as doutrinas “da justiça e tolerância, da união e fraternidade”, o que não foi possível (**Bib. Púb. Est.**).

A UNIÃO — Em substituição a **O Lidador**, começou a circular no dia 14 de agosto de 1848, obedecendo ao mesmo aspecto, com quatro páginas, e à mesma orientação conservadora. Redação e oficina à rua da União n.º 9. Assinava-se a 3\$000 por trimestre, pagos adiantadamente, e vendia-se o exemplar a 100 réis, “na loja de livros de B. V. Coutinho, rua do Colégio n.º 1, e na de Cardoso Aires, rua da Cadeia do Recife, 31”. Sob o título trazia a divisa: “**Virtus unita crescit**”.

Do editorial de apresentação constava o seguinte: “O fim desta fôlha é a união dos pernambucanos em um só pensamento político e social: êste pensamento, que simboliza perfeitamente as principais necessidades da época; que serve de ponto de convergência a tôdas as opiniões discordes, que resume todos os princípios preponderantes na sociedade; que, por assim dizer, é uma **religião** no meio de tantas seitas; êste pensamento ei-lo:

1.º — porfiar pela fiel execução da Constituição e seu desenvolvimento no sentido da ordem e do progresso;

2.º — defender, com tôdas as fôrças do patriotismo, a liberdade do voto;

3.º — acoroçoar e proteger com sinceridade e consciência o desenvolvimento de tôdas as indústrias provinciais;

4.º — cuidar com desvelo da educação moral da população;

5.º — tolerar tôdas as opiniões e admiti-las à discussão e à análise.

“Este programa compreende as importantes questões e interêsses conexos com a organização da sociedade que formam e é, por assim dizer, o pentálogo da nossa fé política”.

A parte, lia-se a “Declaração”: “Como já se tenham recebido as assinaturas pelo trimestre d’ **O Lidador**, que principiou a decorrer de julho a setembro próximo, e **A União** se publique no mesmo formato e nos mesmos dias, julgamos de nosso dever prevenir aos assinantes daquele periódico que serão indenizados com **A União**, que espera merecer o mesmo acolhimento”.

Seguindo a meta inalterável do órgão substituído, o substituto lançava longos e bem elaborados editoriais de ataque às hostes liberais, acolhendo Correspondências e Comunicados no mesmo sentido; transcrevia resenhas de sessões parlamentares; divulgava “Variedades” e uma “Revista Comercial”. Fêz oposição ao governo provincial do desembargador Antônio da Costa Pinto, último da série de presidentes do Gabinete liberal de 2 de fevereiro de 1844. Polemizava com o **Diário Novo**, onde pontificavam o General Abreu e Lima, Nunes Machado, Filipe Lopes Neto Júnior e outros ilustres praieiros.

A partir da segunda quinzena de outubro, uma vez elevado ao poder o Partido Conservador (Gabinete de setembro de 1848) e Herculano Ferreira Pena feito Presidente da Província, tornou-se **A União** situacionista e, no mês de novembro, começou a fazer a cobertura da revolução praieira, que irrompeu no dia 7. Foi autêntico órgão oficial das forças legais, divulgando ordens do dia, proclamações, correspondências das frentes de combate e tremendos editoriais contra os revoltosos, o que continuou, sem trégua, no ano seguinte.

Afastado da liça, em fevereiro de 1849, o grande contendor **Diário Novo**, e terminado o movimento rebelde no outro mês, tiveram os redatores d’**A União** ligeiro período de calma. Enfrentaram, porém, de junho a dezembro, terrível opositor — **O Maccabêo**, de Nascimento Feitosa, com êle travando acesa polémica, êste último em defesa dos princípios liberais, justificando a causa dos que empenharam a

vida por novas formas de govêrno à base da instalação de uma Constituinte.

Mas, os assinantes do jornal, que se publicava às terças, quintas e sábados, não vinham cumprindo suas obrigações junto à gerência, que veio a fazer, a 4 de janeiro de 1850, um apêlo, para que pagassem os atrasados, a fim de se não embarçar a regularidade da publicação. Criou-se, em maio do referido ano, a seção "Teatro", a cargo de **O Klapa**, que ocupava dois a três rodapés de cada edição. João Batista de Sá assinava, algumas vêzes, poesias ou Correspondências, sendo outros colaboradores **O Nôvo Sonâmbulo**, **O Constitucional**, **Soldado Veterano**, etc. Alguns artigos de 1849/1850 tinham assinatura de **Horácio Hermines** (pseudônimo de Antônio Rangel de Tôrres Bandeira).

A partir de agôsto entrou **A União** em luta contra o periódico então fundado pelo republicano Afonso de Albuquerque Melo e intitulado **A Revolução de Novembro**, dêle dizendo, num dos artigos de polêmica, a 19 de setembro, ser "um enigma jornalístico" e acrescentando: "...à sua frente não vemos figurar uma idéia criadora, uma concepção de férteis resultados para a sociedade" (1).

Concomitantemente, enfrentou três ardorosos campeões do Partido Liberal: **O Argos Pernambucano**, **O Echo Pernambucano** e **A Imprensa**, o último de publicação diária e todos os três nascidos no mês de setembro. Assestou-lhes **A União** sua dialética conservadora, ou seja, guabiru, não lhe sobrando mais espaço para temas diferentes. A polêmica predominou, assim decorrendo o tempo, sempre quente para êles, até encerrar-se a atividade do ano com o n.º 340, de 24 de dezembro.

Suspenso por motivos desconhecidos, reapareceu quatro meses após, continuando a numeração precedente a 2 de maio de 1851, para circular apenas duas vêzes por semana: às târças e sextas-feiras, diminuindo para 2\$000 o custo da assinatura trimestral. Lia-se no editorial alusivo: "...esta-

(1) Sacramento Blake, no seu "Dicionário Bibliográfico Brasileiro", atribuiu ao emérito escritor Antônio Rangel de Tôrres Bandeira os artigos intitulados "A Revolução de Novembro", insertos, sem assinatura, nas edições d'A *União* de números 300, 303, 314, 315, 328, 331, 332 e 333.

remos, como sempre, firmes em nosso pôsto; e, gostosos, afrontaremos, com a mesma coragem dos tempos adversos, quer a cólera dos nossos inimigos, quer os comprometimentos de qualquer natureza que do exato desempenho da nossa sagrada missão possa resultar-nos”.

O ano todo foi de polêmica com **A Imprensa** e depois com **O Liberal Pernambucano**, também diário, que a substituiu no mês de agosto. Após o n.º 408, de 23 de dezembro, ocorreu outro interregno, porém menor (prováveis férias dos redatores), até 25 de março de 1852, quando voltou a publicar-se trissemanalmente, restabelecido o preço de 3\$000 por trimestre.

O corpo redacional d'A União era constituído de José Bento da Cunha e Figueiredo, José Tomaz Nabuco de Araújo Júnior, Antônio Peregrino Maciel Monteiro, também famoso poeta; Antônio Rangel de Tôrres Bandeira, João José Ferreira de Aguiar, Francisco de Paula Batista e Floriano Correia de Brito.

Na edição de 1.º de maio, dizia uma nota que o monsenhor Joaquim Pinto de Campos não era membro da redação, apenas contribuindo com alguns Comunicados. Meses depois, o célebre sacerdote, numa Correspondência publicada a 4 de agosto, declarava haver deixado de “escrever para **A União**”. Dentre os motivos alegados, salientou a ocorrência de “desinteligências imaginárias nas fileiras do partido da ordem”, cujos princípios eram “imutáveis como Deus, que é a ordem suprema do universo”.

Enquanto isto, não se interrompera a catilinária contra a turma oposicionista chamada, como consta da edição de 8 de julho, “fação torpe e imoral que, para vergonha eterna de Pernambuco, aí vegeta sob a denominação de **praia constituinte**”...

De outro gênero foi a contenda iniciada, nas colunas do jornal, pelo colaborador Pedro Autran da Mata e Albuquerque. Este lançou extenso artigo, na edição de 31 do mês em referência, no qual, ao defender-se da pecha de “socialista”, que lhe atribuíra o deputado Morais Sarmiento, declarou cifrar-se o Socialismo “na comunhão de bens e de mulheres”. Desafiou-o, então, o escritor Antônio Pedro de Figueiredo,

pelo **Diario de Pernambuco**, a que indicasse quem apregoara tão “monstruosa doutrina”. Refutou-o, ainda, através d’**A Imprensa**, fazendo longa demonstração em torno das bases da nova doutrina. Mas não foi possível convencer o professor Autran, que manteve seu ponto de vista em oito alentados artigos, o último dos quais lançado a 16 de setembro.

Reduzindo os períodos de descanso de fim de ano, o n.º 520 saiu a 23 de dezembro e o subsequente no dia 4 de janeiro de 1853, quando novamente voltou ao regime bissemanal. O n.º 620 circulou a 24 de dezembro e o seguinte no dia 10 de janeiro de 1854, quando verberou, em artigo redacional: “É sinceramente penoso para nós termos de estrear, no novo ano de 1854, a nossa carreira jornalística protestando contra a linguagem descomedida do órgão oposicionista **O Liberal Pernambucano**, em relação à administração provincial e àqueles que a sustentam”, adiantando: “Inventar não é acusar, descompor não é convencer”.

A polêmica — que tivera uma trégua durante a gestão terminada em abril de 1853, do Presidente Francisco Antônio Ribeiro, combatida, ao mesmo tempo, por conservadores e liberais — intensificou-se sob o governo do ex-redator José Bento da Cunha e Figueiredo, prosseguindo enquanto viveu o periódico. Este chegou ao fim do ano com o n.º 735, de 23 de dezembro.

Circulando com regularidade, iniciou 1855 a 10 de janeiro, transferindo-se a tipografia, no mês de julho, para a rua da Aurora n.º 23, e atingiu o n.º 834 no dia 22 de dezembro. Findou aí a existência do acreditado órgão guabiru (**Bib. Púb. Est.**).

A VERDADE — Órgão republicano, saiu o primeiro número a 21 de agosto de 1848, em formato de 22 x 16, com quatro páginas de duas colunas. Impresso por M. R. Pinheiro, na Tip. Nazarena, trazia sob o título a advertência: “Ó vós que andais por caminhos desvairados, atendei, ouvi a verdade”. Preço do exemplar — 40 réis. Redação atribuída a Afonso de Albuquerque Melo.

Apareceu com o objetivo de “dissipar o êrro”, conforme o artigo-programa, adiantando: “A primeira das verdades políticas que conhecemos, adaptada ao nosso país, é a forma

de governo republicana, único meio que nos pode salvar". E concluiu: "...quem quiser que nos siga".

Tanto na primeira quanto nas demais edições, liam-se longos editoriais de doutrinação republicana, e de repúdio à chacina da rua do Rangel, falando em justiça e tolerância, nas fações realistas, etc. A edição de 22 de setembro, n.º 4, congratulou-se com a libertação do jornalista Antônio Borges da Fonseca, "depois de um longo martírio de 17 meses da mais iníqua prisão, acentuando:

"Escritor denodado e incorruptível, neste tempo de proezas mostrou que é digno das honras que têm merecido os mais célebres campeões da liberdade; mostrou aos escravos da realeza, e desenganou-os, que não há meio, além do seu assassinato, de matar no seu coração o puro sentimento da liberdade; mostrou aos republicanos como, incorruptível sob a tirania da realeza, seu coração está puro, sua alma forte e valente e preparada para por-se à frente do movimento republicano, quando o povo o quiser fazer, quando compreender a verdade e o seu bem".

Na mesma edição, criticou **A Voz do Brasil** e os festejos com que a **Praia Velha** aguardava a chegada de Nunes Machado do Rio de Janeiro.

O n.º 5 (e último) só circulou a 25 de novembro, contendo dois editoriais, que lhe tomaram as quatro páginas, nêles atacados, ao mesmo tempo, o imperador, as fações saquarema e praieira e o "infame escravo Chichorro" (**Bib. Púb. Est.**).

A VERDADE — Periódico Político — Circulou a 22 de novembro de 1848, em formato de 22 x 16, com quatro páginas de duas colunas. Impressão a cargo de José dos Santos Tôrres, na Tipografia União. Sob o título, a sentença a seguir, do Conde de Villemur: "Sem justiça, a tolerância é fraqueza; sem ordem, a liberdade é furor".

Em seu editorial de abertura, de quase três páginas, o novo órgão conservador ocupou-se da situação política, do movimento subversivo de Nazaré da Mata, Olinda e Igarassu e das "calúnias" e "mentiras" assacadas pelo **Diário Novo** e pelo **O Guarda Nacional** contra o Presidente Herculano Ferreira Pena.

Noutra ordem de comentários, condenou a atitude do deputado Nunes Machado, que chegara do Rio de Janeiro para chefiar a Revolução Praieira, e deu algumas notícias da sedição.

Não passou do primeiro número, continuando, todavia, com título diferente, como se verá a seguir (**Bib. Púb Est.**).

O BRADO DA RAZÃO — Periódico Político — Começou a 27 de novembro (1) de 1848, em tudo igual ao precedente, acrescentando vender-se o exemplar a 20 réis.

Explicou, no primeiro artigo, que a direção do jornal o denominara **A Verdade**, e assim circulou uma vez. Entretanto, havendo outro órgão com aquela denominação, resolveu mudá-la, acrescentando: “Com este nôvo título continuaremos, com igual porfia e perseverança, a desfazer tôdas as astúcias e mentiras assoalhadas por êsses fautores da sedição, que indignamente concitam o povo incauto a empunhar as armas contra o govêrno legítimo, unicamente com o fim de continuarem a viver à custa do Tesouro público e sem trabalhar honestamente”.

Ocupou-se o periódico, — cuja circulação se fêz, inicialmente, duas vêzes por semana, — como tema único, da Revolução Praieira, então em pleno auge, condenando a atuação dos chefes do movimento, que transformaram a “bela província de Pernambuco” “em um vasto teatro de guerra e de matança”, conclamando os pernambucanos a ouvirem “a voz da razão”, enquanto polemizava com os jornais da facção libera! genuína, principalmente o **Diario Novo** e o **Guarda Nacional**. Sucediã-se editoriais e sueltos, em tipo miúdo, num mesmo diapasão, e mais sonetos e glosas satíricas, que enchiam de ridículo as fôrças rebeldes e seus líderes, a exemplo do seguinte mote, no n.º 4:

“Com praieiros eu não vou
Nem para o império celeste”.

O último número do ano saiu a 23 de dezembro, circulando o n.º 9 a 3 de janeiro de 1849, quando o primeiro edi-

(1) Não “de dezembro”, como está nos “Anals”, de Alfredo de Carvalho.

torial exaltou a administração de Herculano Ferreira Pena, ao ensejo de sua substituição, no govêrno, por Manuel Vieira Tosta, que ocorrera a 15 de dezembro.

Passou **O Brado da Razão** a publicar-se irregularmente. Ao atingir o n.º 13, exultou: “Os **dies irae** e as **vésperas sicilianas** verificaram-se no memorável 2 de fevereiro de 1849, aniversário fatal da subida do partido praieiro e dia final da influência desse partido em Pernambuco”. Referia-se ao combate da Soledade, no qual perdeu a vida Nunes Machado. Terminou com uma saudação aos corpos de voluntários, assinada **Os RR.**, e um “Hino à Pátria”.

Os jubilosos redatores, em prosseguimento, desmandaram-se em ataques aos próceres liberais Jerônimo Vilela de Castro Tavares, Felix Peixoto de Brito e Melo, Nascimento Feitosa e outros. O n.º 19, de 9 de maio, inseriu discurso do deputado Antônio Peregrino Maciel Monteiro, de felicitações ao Presidente Tosta, pe a pacificação da Província. No n.º 22, dois sonetos e o poema “Letras patrióticas” ocuparam a página de frente, assinados por J. B. de Sá Júnior. Já antes, lam-se versos patrióticos, conservadores, de J. B. de Sá (João Batista de Sá).

Nôvo presidente teve Pernambuco no mês de julho, e **O Brado da Razão** despediu-se, saudosamente (ns. 23 e 24), de Tosta, saudando o nôvo “astro” governamental Honório Hermeto Carneiro Leão. Tudo acompanhado de sonetos e poemas.

Prosseguiu a campanha contra os derrotados praieiros, vindo a ser enfrentados os novos periódicos liberais **O Maccabêo** e **O Vapor da California**. A 19 de outubro, dedicou tôda a edição ao embarque, para a ilha de Fernando de Noronha, dos cabeças da rebelião, envolvendo-os no mais doloroso ridículo.

O Brado findou sua existência fazendo a propaganda eleitoral do ex-presidente Tosta para senador por Pernambuco. O último número publicado foi o 32.º, a 27 de novembro, precisamente o dia em que completava o primeiro aniversário (**Bib. Púb. Est.**).

1849 (*)

O BRINCO DAS DAMAS — Jorna'zinho literário, surgiu a 26 de junho de 1849, em formato de 20 x 13, com quatro páginas de duas colunas estreitas. Sob o título via-se pequena vinheta, representada por um cesto de flôres. Impressão da tipografia do *Diário de Pernambuco*, situada na antiga rua das Cruzes, D. 3. Redação atribuída ao acadêmico Joaquim Pires Machado Portela.

Circulou semana'mente, inserindo contos, poesias, charadas, pensamentos, enigmas e ligeiras transcrições. Tudo sem assinatura. Sua publicação estendeu-se até o n.º 11, de 3 de setembro (1) (**Bib. Nac. e Bib. Pú b Est.**) (2).

O MACCABÊO — Fôlha de orientação liberal, surgiu a 4 de julho de 1849, em formato de 30 x 21, com quatro páginas a duas colunas de composição. Constava do Expediente: "Publica-se às têrças e sextas-feiras, ou nos dias imediatos quando aquêles forem dias santos de guarda, na Tipografia Liberal de M. E. de Moura & Cia. (1 A), situada à rua do Range¹, 1.º andar da casa n.º 77, onde se recebem as assinaturas a 1\$500 por trimestre, pagos adiantados. Vende-se avulso por 80 réis, na praça da Boa Vista n.º 24 e no pátio do Colégio, loja de livros n.º 2".

Numa segunda faixa do cabeçalho, trazia a seguinte divisa, em latim e português: "Aceita de boa mente tudo o

(*) Dos "Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro — 1881/1882" consta haver sido publicado, em 1849, em Pernambuco, *O Sulista*, "periódico político e moral", impresso na tipografia de M. F. de Faria e incluído no "Catálogo da Exposição de História do Brasil", de 1881. Entretanto, Alfredo de Carvalho não conseguiu "ver êste jornal, nem encontrar mais informações a seu respeito". Nas mesmas condições encontra-se o atual pesquisador. Não o mencionou o *Diário de Pernambuco* nem qualquer outro jornal da época. Em conclusão: não existiu.

(1) Alfredo de Carvalho registara a data do n.º 9 como tendo sido 6 de setembro, dando-o, além disso, como último publicado...

(2) Na Biblioteca Nacional existem, d'O *Brinco das Damas*, os ns. 1 (faltando as duas primeiras páginas), 3 e 9. Na Biblioteca Pública do Estado encontra-se, unicamente, o n.º 10. As edições, até o n.º 11, eram anunciadas pelo *Diário de Pernambuco*, nos "Avisos Diversos".

(1 A) A firma proprietária da tipografia estava assim constituída: Joaquim Elviro de Moraes Carvalho, Antônio Anes Jácome Pires Júnior, José Antônio de Figueiredo e Manuel Elias de Moura, os quais assinaram têrmo de declaração na Câmara Municipal do Recife.

que te suceder; e tem sofrimento na tua dor, e ao tempo da humilhação tem paciência; porque no fogo se prova o ouro e a prata, e os homens que Deus quer receber na fornalha da humilhação” (Eccles. Cap. 2.º, v. 4 e 5).

Longo editorial de apresentação abordou o tema geral — Liberdade, clamando os liberais pernambucanos a se unirem para debelar “a hidra do despotismo”. Concluiu explicando a razão do título do jornal: quando Antiocho assolava a Judéia, profanando o templo de Deus e condenando inocentes à morte assados em frigideiras, além de praticar outras crueldades, levantou-se um Maccabêo “para defender sua religião, seu templo, seu povo”. No momento em que novos Antiochos pisavam direitos e profanavam lares, “um nôvo Maccabêo se levanta entre nós para defender os nossos direitos conculcados, a nossa pátria ofendida, os nossos pais e filhos acorrentados, as nossas fazendas roubadas, as nossas espôsas e filhos entregues ao abandono e ao desespero”.

Outro comentário focalizou a chegada do nôvo Presidente da Província, Honório Hermeto Carneiro Leão, desejando que fôsem assegurados os direitos individuais, conspurcados na gestão de Manuel Vieira Tosta.

Fina'mente, dizia uma “Declaração”, assinada pe'os redatores Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, Joaquim Elviro de Moraes Carvalho e José Antônio de Figueiredo: “Ontem à tarde, quando se estava acabando de imprimir a presente fôlha, o sr. dr. Chefe de Polícia mandou prender o alemão Carlos Muhlert, que é o compositor principal, com o intuito de embargar a publicação da mesma. Para logo, os abaixo-assinados se dirigiram ao Exmº Presidente da Província e, representando-se a cêrca de semelhante excesso, tiveram em resposta que S. Exª passava a dar as providências necessárias para que fôsse respeitada a liberdade de imprensa; liberdade tanto mais necessária quanto se achavam próximas as eleições. Praza aos céus que S. Exª não nos deixe sem esta garantia”.

Pôsto em liberdade o “encarregado de montar a tipografia e de dirigir materialmente os trabalhos da mesma”, circulou **O Maccabêo** com um dia de atraso. Aliás, consoante o comentário intitulado “A história da imprensa”, inserto no n.º 2, a estréia houvera sido p'anejada para os últimos

dias do governo Tosta, o que não foi possível levar a efeito devido à pressão policial.

Também se publicou o seguinte, já no fim da quarta página, sob o título "Anúncio": "As co'unas desta fôlha estão abertas às queixas contra as violências praticadas nas administrações Pena e Tosta. Os queixosos, guardando em suas expressões a devida decência, pode-las-ão remeter, com os respectivos documentos, a esta tipografia".

Em seu n.º 4, o periódico regozijou-se com o reaparecimento do **Diar'io Novo**, que sofrera o "mais odioso e bárbaro despotismo". Já antes, começara a polemizar com o órgão conservador **A União**, em meio a ataques às duas administrações pretéritas. E continuou, semanas a fora, criticando o chefe de polícia Jerônimo Figueira de Melo e vituperando o processo monstro contra os revolucionários de novembro de 1848. Fêz a campanha praieira das eleições marcadas para 5 de agôsto; mas, cinco dias antes, desaconselhava o exercício do voto pelos liberais, em virtude da coação já esboçada pelas autoridades da polícia.

Nada obstante, **O Maccabêo** permanecia em atitude de discreção no tocante ao Presidente Hermeto. Na edição de 14 de agôsto, iniciou longérrimo estudo sob o título: "Quais as causas da revolta de Pernambuco? São locais ou gerais? É possível restituir a Província a um estado normal? Marcha que mais apta parece para a obtenção dêste f.m".

Ante as novas eleições de setembro, após desabridos ataques aos "carrascos" Figueira de Melo e Nabuco de Araújo Júnior, um artigo do n.º 18 apelava para que os pernambucanos os riscassem da lista de seus representantes à Câmara federal. Outro alvo de ferrenhos ataques foi o Promotor Francisco Xavier Pa's Barreto, acusador dos rebeldes praieiros, também candidato à deputação.

A partir do n.º 26, **O Maccabêo** vo'tou-se contra a Praia Nova, constituída de elementos dissidentes do Partido Liberal, assim concluindo um artigo da edição seguinte: "Todo brasileiro amigo de sua pátria não pode ver sem dor o caminho tortuoso que as coisas públicas vão seguindo entre nós. Reformas radicais são necessárias; é o único meio de salvar o país do abismo em que o querem precipitar os homens da compressão, do despotismo, do regresso".

Saindo um pouco do ramerrão dos artigos políticos, às vezes através de transcrições coincidentes com o pensamento da redação, o jornal iniciou, no seu n.º 30, de 12 de outubro, a inserção do folhetim “As memórias de além-túmulo”, de Chateaubriand, ocupando rodapés de duas a três páginas em cada edição.

As eleições de outubro, para o Senado, e a deportação do revolucionário anistiado Bernardo José da Câmara mudaram a posição discreta que **O Maccabêo** vinha mantendo em face da administração provincial. “Temos tido garantias? — lia-se no n.º 33 — tem-se respeitado a Constituição? a lei tem tido execução? têm sido respeitados os direitos de cada um? E, pelos fatos, somos forçados a dizer — Não”. No n.º 36: “. . . por que razão S. Ex^a o sr. Presidente consente que, de maneira tão impolítica, se esteja perseguindo a imprensa liberal?”

Mereceu críticas, por outro lado, a atitude de Hermeto Carneiro Leão relativamente ao recrutamento e aos insurretos Pedro Ivo e Caitano Alves da Silva, ambos com a cabeça a prêmio.

Prosseguiu fazendo oposição sistemática ao governo local; mas estava no fim a existência do tão virulento quão bem redigido jorna^l, que só conseguiu atingir o n.º 47, de 11 de dezembro do mesmo ano, deixando por continuar o folhetim de Chateaubriand (**Bib. Púb. Est.**).

O BEIJA-FLOR — Anunciou o **Diário de Pernambuco**, a 7 de julho de 1849, na seção “Avisos Diversos”: “Com o título acima, sai hoje dos nossos prelos o primeiro número de um jornalzinho elaborado por João Ferreira Vilela, cujo jornal de ora em diante continuará a sair todos os sábados”.

Continuou a circular, realmente, mas em dias incertos, vendido o exemplar a 40 réis, e concluiu a primeira série com o n.º 8, a 20 de setembro.

A segunda série teve início a 6 de outubro, quando passou a dar oito páginas, a 120 réis o número avulso, salientando o anúncio: “Recebem-se assinaturas a 1\$200 por trimestre em papel branco, e a 1\$500 em papel de côr”. O n.º 5 apresentou “o retrato do desembargador Nunes Machado,

em uma gravura e o começo de biografia desse pernambucano”.

Parou com o n.º 8, de 20 de dezembro do mesmo ano, sendo tôdas as edições anunciadas pelo **Diario de Pernambuco**. Não existem comprovantes nas bibliotecas.

A AGUIA CATHOLICA — Semanário exclusivamente religioso, surgiu no dia 4 de agosto de 1849, impresso na oficina gráfica de M. Figueiroa de Faria. Trazia sob o título a seguinte frase do Apocalipse: “**Audiamus vocem Aquilae volantis per medium coeli**”, repetida em português. Preço do exemplar — 100 réis.

Seu aparecimento foi anunciado em edições sucessivas do **Diario de Pernambuco**, a partir de 28 de junho, através da nota a seguir: “Uma associação de literatos pretende publicar um periódico sob o título de **Águia Catholica**, por meio do qual se derrame pelo povo, tão carecedor de instrução, tudo quanto diga respeito à santa e veneranda religião de nossos pais, assim do dogma, como da moral evangélica, disciplina e rito da igreja, menos todavia a parte po'êmica. Sairá à luz todos os domingos, em formato grande, isto é, em uma fôlha ordinária de papel. Subscree-se na praça da Independência, lojas ns. 6 e 8, à razão de 400 réis por mês. Excusado se faz o mostrar a grande utilidade de um periódico desta natureza. A religião é o primeiro e mais forte elemento da sociedade; e o povo que fôr mais instruído na religião augusta de Nosso Senhor Jesus Cristo e mais fiel fôr na prática da moral evangélica, êsse será o povo verdadeiramente livre, bem morigerado e feliz”.

Embora publicado na data certa, um “Aviso diverso”, no **Diário** de 8 de agosto, dizia não ter sido possível ainda fazer a distribuição d'**A Águia Catholica**, devendo os assinantes mandarem buscar o primeiro número no ponto indicado.

O n.º 2 foi anunciado pelo **Diario** do dia 13; mas não continuaram os anúncios. Segundo Alfredo de Carvalho (1), a publicação estendeu-se até o n.º 11, de 13 de outubro.

(1) Consta do registo dos “Anais” que existiam coleções d'*A Águia Catholica* na Biblioteca Pública do Estado e na do Gabinete Português de Leitura. Por incrível que pareça, não existem mais...

O VAPOR DA CALIFORNIA — Periódico do tipo jocoso-sério, surgiu no dia 30 de agosto de 1849, em formato de 22 x 16, com quatro páginas de duas colunas. Redator — Jerônimo Viêla de Castro Tavares, então prêso na Fortaleza do Brum. Confeccionado na Tipografia da Viúva Roma & Filhos, o primeiro número foi impresso por J. F. dos Santos e os seguintes por T. F. Ferreira. Sobre o título via-se pequeno clichê de um vapor de rodas deitando rolos de fumaça.

Sob o cabeça'ho, em tôda a largura da página, vinha o Expediente: "**O Vapor da California** não tem dia certo para saída; o **Diario Novo** é sempre quem o anunciará; recebe Correspondências e artigos decentes, com a competente responsabilidade. Preço de cada número — 40 réis". Mais abaixo, exhibia-se a quadra seguinte, assinada por J. J. Inácio:

"No vapor da Califórnia
Pode segu'r muita gente;
Os camarotes são bons,
O vapor é de patente".

No editorial de abertura explicava-se a razão do título. "...há entre nós muita gente ambiciosa, e não só ambiciosa de dinheiro, como de mando, de poder, de títulos, de honras, e tolo há que, desconhecendo-se perfeitamente, ambiciona ser deputado, senador, ministro e tudo quanto pode aspirar um homem inteligente e de letras, um homem de prestígio e saber. **O Vapor da California**, construído para o serviço do país, encarrega-se de levar para aquêle lugar tôda essa gente, onde pode ser muito útil e satisfazer tôdas as ambições".

"Um chefe de polícia venal e corrompido, que solta presos por dinheiro, que trafica com os créditos do país"... "Um juiz de direito que, sem consciência de sua missão, atropela os direitos da parte, zomba das leis, escarnece da justiça pública"... "O militar que, a trôco de um galão, sacrifica a honra e o brio nacional; o frade ingrato", etc., "todos devem ir para a Califórnia; não é porque a Califórnia seja um lugar de degredo, mas é porque indo êles para ali, segue-se uma de duas: ou emendam a vida, mudando de terra e de gênero de trabalho, visto que por lá vão cavar

ouro, ou o Diabo os carrega; e, em ambos os casos, a sociedade lucra muito com isto”.

Um segundo artigo, mais formal, assim concluiu: “**O Vapor da Califórnia** é das idéias do progresso, é também reformista, constituinte, e é por entender que só a Constituinte nos salvará, que está resolvido a levar para a Califórnia êsses monstros que hoje dirigem os destinos do país e com cuja presença no Brasil muito teria a perder a civilização, a liberdade e a religião. Essa gente deve ser expelida de nosso seio, uma vez que nossa moralidade nos não permite enforcá-los sem forma de processo”.

As edições seguintes apresentavam, como matéria principal, longas “entrevistas” com os guabirus que se “candidatavam” a viajar para a Califórnia. Declaravam êles suas “qualidades”, seus “feitos”, ora como perseguidores, ora como “ladrões” e “peculatórios”, ora como depravados, imorais, infames, venais, prevaricadores, etc. Assim é que foram “tomando passagem”: o chefe de polícia Figueira de Melo, o promotor Francisco Xavier Pais Barreto, o juiz Nabuco de Araújo, responsáveis pela prisão, acusação e pronúncia dos próceres da Revolução Praieira; os padres Pinto de Campos, Muniz Tavares e Venâncio Henrique de Rezende; o poeta Maciel Monteiro, “tão belo, tão amável, tão simpático, tão cheiroso...”; o socialista Antônio Pedro de Figueiredo (“...não me valeu o Cousin...”) e muitos outros elementos de proa do situacionismo ou transfugas do partido praieiro.

Forte na sátira, no remoque e no ridículo, tanto em prosa quanto em verso, não fez outra coisa o terrível periódico senão atacar, sem limitação de adjetivos pejorativos. Ilustrou o editorial do n.º 6, de 19 de setembro, a quadra a seguir:

“Quem viver em Pernambuco
Deve estar desenganado,
Que ou há de ser Cavalcanti
Ou há de ser cavalgado.

Extinguiu-se **O Vapor da Califórnia** com o n.º 13, de 16 de outubro, porque, dias antes, o redator e, conjuntamente, os demais cabeças da Revolução Praieira tinham sido embarcados, na corveta “Euterpe”, para o degrêdo de Fernando de Noronha (**Bib. Púb. Est.**).

O RECREIO DAS BELLAS — **Periódico Literário** — Impresso na Tipografia Imparcial, tendo como redator Filipe Néri Co'ação, circularam 23 números, entre 8 de setembro de 1849 e 15 de fevereiro de 1850. Era publicado aos sábados. Formato in-4.º (“Anais”, de A. de Carvalho).

Meses após, segundo o **Diário de Pernambuco** de 10 de junho de 1850, os ns. 1, 2 e 3 do pequeno órgão foram reimpressos e postos à venda.

O FISCAL — **Periódico Político e Noticioso** — Saiu a campo no dia 17 de setembro de 1849, em formato de 31 X 20, com quatro páginas a duas boas colunas de composição. Trabalho material da tipografia de Inácio Bento de Lóiola, situada à rua da Praia n.º 45. B'ssemanário, assinava-se a 2\$000 por trimestre, custando 80 réis o número avulso.

Destinava-se, conforme o “Prospecto” de apresentação, a “defender a santa causa da liberdade, **multando no grau máximo** a todos os infratores das leis divinas e humanas”. Da “correição” a que se votava **O Fiscal** não escapariam “ladrões, assassinos, prevaricadores, contrabandistas, monopolistas”, nem “os próprios estrangeiros” que abusassem da hospitalidade do país.

O segundo editorial atacava os “tigres sequiosos de sangue, os execrandos Manuel Vieira Tosta e Jerônimo Martiniano Figueira de Melo”, seguindo-se quase duas páginas de versos em memória de Nunes Machado; uma seção de “Portarias” satíricas, assinadas pe'lo **Ajudante de Ordens**, e, por fim, ligeiro comentário a cêrca da anistia concedida ao jornalista Inácio Bento de Lóiola, “que se achava prêso desde 3 de janeiro do corrente ano e últimamente pronunciado pelo sr. chefe de polícia, como **cabeça** do crime de rebelião” (1).

Uma “Advertência”, no n.º 2, dizia: “O sr. José Joaquim da Silva Samico é a única pessoa competente para receber a subscrição d'**O Fiscal**, apresentando o recibo rubricado pelo proprietário desta tipografia”.

(1) Assim concluiu o comentário: “Com a soltura do nosso amigo cessaram, em grande parte, os padecimentos de sua cara espôsa e oito meninos pupilos, que de continuo viviam na prisão da fortaleza do Brum, encerrados em um pequeno quarto, compartilhando os tormentos da vítima imolada ao furor do monstro mais horrendo dos nossos dias!!! — Os RR”.

No n.º 3, o “Anúncio” a seguir fechava a quarta página: “**O Fiscal** publica qua’quer Comunicado ou Correspondência que estejam em regra e respeitem a moral e os bons costumes, mas não sendo os responsáveis **galegos, corcundas ou fidalgos**, porque com êsses monstros **O Fiscal** não pactua, vão escrever na Califórnia uns e outros em Mossamedes”.

Numa definição de princípios, começou o editorial do n.º 4: “Que **O Fiscal** é da grei liberal, sabe-o todo mundo; mas como a’guém possa haver que tenha como coisas distintas as duas idéas — Liberal, Constituinte — declara **O Fiscal** que êle é uma e outra coisa, isto é, Libera’-Constituinte”.

Após uma série de considerações, adiantou: “... se quiserem saber mais, convoque quem direito tiver a Constituinte, e quem puder faça deputado ao redator d’**O Fiscal**, e então êle, segundo suas fôrças, dirá o seu pensamento todo inteiro, sem coação e nem mêdo. E basta por agora. Rogamos, entretanto, ao celeberrimo chefe de polícia de 1848 e 1849, o desembargador **avulso e graduado** Figueira de Melo, não instaure nova devassa para processar-nos como **cabeça de rebelião**”.

O objetivo primordial do periódico era o repúdio à influência lusitana, escrevendo, a propósito (ainda n.º 4): “...os brasileiros não podem ser felizes enquanto os portugueses dominarem o Brasil”. Entretanto, havia “bons portugueses” e, para distingui-los dos maus (n.º 6), passaria a chamar a êstes últimos de “**galegos, sapos-cururus, timbus, bacorotes, mamelucos, marotos, pés de chumbo, pés de pato**, etc.”

Noticiou, depois, que, entre os dias 11 e 13 de outubro, os acusados cabeças da Revolução Praieira, General Abreu e Lima, Filipe Lopes Neto, Jerônimo Viêla e outros, que se achavam presos na Fortaleza do Brum, foram recambiados para a corveta “Euterpe”, assim como Antônio Borges da Fonseca, que estava trancado em cadeia comum, e Bernardo José da Câmara, acusado como cúmplice de guerrilhas de Pedro Ivo, tendo o barco levantado ferros, no dia 15, em demanda da ilha-prisão de Fernando de Noronha. Divulgou, enquanto isso, o poema “A partida dos liberais deportados”, sem assinatura.

Uma vez que não tinham trégua as perseguições à imprensa, o n.º 19, de 20 de novembro, advertiu que **O Fiscal** publicaria “os anúncios dos demais periódicos” que houvessem de sair pela sua tipografia, “visto ter acabado o **Diário Novo**”.

Cumprindo o seu programa de defesa da Constituinte, o jornal atacava sempre os portugueses, a política conservadora e seus dirigentes, focalizando as eleições senatoriais e a “máquina infernal” da administração provincial, exercida por Honório Hermeto Carneiro Leão; criticando a justiça que condenou os cabeças da revolução e, vez por outra, variando a matéria com poesias civicas ou satíricas, não sem lembrar, no primeiro caso, a memória de Nunes Machado.

Nada obstante a inserção das cartas que escrevia “aos srs. redatores”, e da questão, que fazia, de só aparecer como proprietário da tipografia, Inácio Bento de Lóiola foi o redator principal d'**O Fiscal**, cujo derradeiro número dado à publicidade foi o 25.º, de 11 de dezembro (2) (**Bib. Púb. Est.**).

O ESFORÇO — Periódico Político — Iniciou sua publicação a 29 de setembro de 1849, em formato de 31 x 20, com quatro páginas de duas boas colunas. Impresso na Tip. da Viúva Roma & Filhos (1), à rua da Praia n.º 55, utilizando papel verde, trazia sob o título o slogan “Progresso e Ordem”.

Constava do artigo “Introdução”, de quase três páginas, em tipo miúdo: “Cumprimos um dever criando a presente gazeta, que nada é senão um **Esforço** para que o governo do Brasil preencha o fim legítimo da sua instituição, que é a defesa dos direitos sociais dos membros da comunidade brasileira”. Mais adiante, advertiu: “Cumpre, em suma, que o Brasil não dê mais um passo sem que haja uma

(2) Por compreensível coincidência, o último número d'*O Fiscal* saiu no mesmo dia do último d'*O Maccabêo*, encontrando-se em ambos acerba crítica ao governo de Hermeto Carneiro Leão, que se tornara algoz da imprensa liberal.

(1) Antiga Tipografia Imparcial, pertencia a Luiz Inácio Ribeiro Roma. Falecendo este a 20 de dezembro de 1848, vítima da Rebelião Praieira, sua viúva, a sra. Umbelina Coelho da Silva, assumiu a direção do estabelecimento, constituindo nova firma.

Assemb'êia Constituinte e se realizem, na organ'ização do seu govêrno, certas reformas que são indispensáveis para o bem político dos brasileiros”.

Constituiu-se **O Esforço**, cuja circulação se fazia em datas não determinadas, um acervo de extensos editoriais em tórno da política brasileira e, particularmente, pernambucana, vituperando a atuação do Presidente da Província, Honório Hermeto Carneiro Leão, que determinara a deportação, para a ilha de Fernando de Noronha, de Bernardo José da Câmara, como cúmplice da revolta de Pedro Ivo, e a transferência, para o mesmo degrêdo, de vários próceres da Revolução Praieira. O n.º 3 divulgou, a propósito, um poema cívico de A. Marques Rodrigues.

Não foi a'ém do n.º 4, datado de 10 de novembro, quando incluíra, como impressor, o nome de J. F. de Sousa. Era red'gido por Estêvão de Albuquerque Melo Montenegro, que depois passara a assinar-se Estêvão Benedito de França (**Bib. Púb. Est.**).

A **TROMBETA** — Impresso na tipografia de I. B. de Loiola, à rua da Praia n.º 45, circulou o primeiro número no dia 3 de outubro de 1849, em formato de 22 x 16, com quatro páginas. Preço do exemp'ar — 40 réis. Como divisa, apresentou, sob o título, a seguinte quadra:

“Povo, acordai
De tanto dormir.
Hoje a liberdade
Deve ressurgir”.

Não tendo “dia certo para saída”, esta seria anunciada pelo **D'ario Novo**. Receberia “Correspondências e artigos decentes, com a competente responsabilidade”.

Consoante o editorial de abertura, **A Trombeta**, “sensível aos males de sua pátria”, vinha “fazer ecoar suas vozes em defesa da Liberdade de seus filhos”.

“...inda que débil, será expressiva e liberal. Matérias graves tem ela a encarar; contínuos tropeços tem que encontrar; com tôda laia de gente tem que disputar”... Transmitiria, por fim, a todo o povo o que houvesse “de bom, de belo e de gostoso”.

Completaram a edição o comentário “O estado mísero e degradante do pobre povo brasileiro”, notas e versos ligeiros.

Seguindo a mesma orientação dos jornais praieiros, **A Trombeta** teve, como era de praxe, curta existência, condenando, no seu decorrer, principalmente, a deportação dos “ilustres mártires da Pátria” (Borges da Fonseca, Jerônimo Vilela e outros) para Fernando de Noronha, e a “corja nojenta de guabirus”, “injúrias da Pátria que os viu nascer”.

No último número, que foi o quarto, de 14 de novembro, figurou como impressor M. C. da Silva (**Bib. Púb. Est.**).

A TENTATIVA FELIZ — Semanário nativista, estreou sua publicação a 6 de outubro de 1849, sendo impresso na oficina gráfica de I. B. de Lioia, com quatro páginas, no formato de 22 x 16. Sobre o título via-se pequena xilogravura, figurando fardos e barris numa praia e, ao fundo, um navio de velas enfundadas. Abaixo, com a assinatura **J. J. Monteiro**, a quadra:

“Nova gente, nova terra
Vamos, lusos, procurar;
Na famosa África temos
Outro céu, outro passar”.

Declarando-se, caricaturamente, órgão dos portugueses, visava a promover o embarque deles no barco cujo nome servia de título ao jornal, para Mossamedes, na África, constituindo uma réplica a **O Vapor da Califórnia**, que só conduzia guabirus brasileiros...

Afora o editorial, compunha-se a matéria de “Notas oficiais”, divididas em Portarias, Avisos, Requerimentos, Editais e “Ao Público”, assinadas por **J. J. Monteiro**, simplesmente **Monteiro**, ou ainda, **Conde de Tomar**, nelas indicando-se os “ga’egos” que deviam embarcar, deixando o Brasil para os brasileiros.

No artigo de abertura do n.º 3, falava mais claro o redator: “Portuguêses: a um povo se não embarça na carreira da civilização e liberdade; e os brasileiros já são um

povo; é tempo de se constituirem, o céu o quer, e no poder do homem não está mais deixar de convocar-se a Assembléa Constituinte. Demos, pois, por gôsto, aos brasileiros o que é dêles, antes que êles o tomem à fôrça”.

Foi outro pequeno e bravo jorna! de curta vida, pois circulou, apenas, até o n.º 5, datado de 7 de novembro (**Bib. Púb. Est.**).

A GAZETA DO POVO — Saiu a lume no dia 8 de outubro de 1849. Impresso por T. F. Pereira, na Tip. da Viúva Roma & Filhos, à rua da Praia n.º 55, formato de 22 x 16, com quatro páginas, vendia-se o exemplar a 40 réis. Redação atribuída a Afonso de Albuquerque Melo. Abaixo do título, a seguinte quadra, servindo de divisa:

“A nossa voz, levantai-vos,
Deixai o sono profundo:
Recordai vossos direitos,
O sol luz prá todo mundo”.

Após definir o que é o povo, em l'geiro editoria!, declarou ocupar-se de tudo, em suas colunas, que a êle respeitasse, acentuando: “Cumprer saber que êste jornal não é literário, nem científico, nem político, mas simplesmente noticiador do que fôr ocorrendo em mal do povo. Seus redatores são todos os homens que, vivendo do seu tarbalho, o vêem hoje entorpecido pela concorrência do estrangeiro e cobardia de uns poucos de girigotes, arvorados em senhores ricos e fidalgos e, últimamente, em dominadores. Assim, aqui não se pode achar estilo ou luxo de dição; cada coisa virá a lume com o nome conhecido que Deus lhe deu; porque a verdade primeiro que tudo”.

Não obstante a declaração de não ser órgão político, a **Gazeta do Povo**, em sua curta existência, não tratou de assunto diferente, defendendo a formação de uma Assembléa Constituinte e atacando os guabrus (que ocupavam o poder), os ga'egos (portuguêses) e o órgão conservador **A União**, em linguagem, inclusive, satírica e de ridículo, não faltando versos chistosos e achincalhantes.

Circularam, apenas, quatro números, o último dos quais datado de 25 do mesmo mês de outubro. Foi quando

exibiu, acima do título, artística vinheta representando um anjo a tocar trombeta (**Bib. Pú. Est.**).

A VIOLETA — Periódico Literário — Apareceu, conforme os “Avisos Diversos” do **Diario de Pernambuco**, no dia 28 de outubro de 1849, para circular “todos os domingos quando algum inconveniente não embargar a sua publicação”.
Custo do exemp'ar — 40 réis.

Editou-se, não muito regu'armente, até o n.º 10, de 29 de dezembro. Ao iniciar a segunda série, datado de 19 de janeiro de 1850, apresentou-se em melhores condições, assim anunciado nos constantes “Avisos Diversos”: “Continua a sair êste periódico, em formato de 8 páginas; subscreve-se em diversos pontos, a 640 réis por 10 números e 100 réis o exemplar”.

Ficou, porém, no n.º 6, de 16 de março.

O ROLHA (1) — Número único, circulou a 10 de novembro de 1849, em formato de 22 x 16, com quatro páginas de duas colunas. Impressão a cargo de J. F. Sousa, na Tip. Imparcial, da Viúva Roma & Filhos. Sobre o cabeçalho, ocupando quase meia página, com os lados em branco, via-se uma xilogravura de exótico e acachapado indivíduo. Abaixo, à direita, a quadra:

“Cheguem, gentes! venham ver
Coisa nova, raridade!
Da natura o parto informe,
O Rolha monstr'osidade!”

O editorial fez a apresentação do “esquisito produto” de museu, “o imenso, impagável e nunca assás analisado **Brito Rolha**,

Da natureza
Mono biforme;
Na esperteza
Rato enorme”.

(1) A turma da Praia chamava *O Rolha* ao jornalista e líder político conservador Floriano Correia de Brito, redator do *Diario de Pernambuco*.

Ocupou-se o desabusado jornal em criticar a ação das forças do governo em luta com os rebeldes de Pedro Ivo, assim como o exercício da chefia de polícia por Figueira de Melo e o ato do Presidente Honório Hermeto Carneiro Leão, que deportou, para Fernando de Noronha, um grupo de praieiros revoltosos. A quarta página constou de "Variedades", em prosa e verso (**Bib. Pú b Est.**).

O **GALLEGO** — Jorna'eco de combate à política liberal, surgiu a 24 de novembro de 1849, em formato de 21 x 15, com quatro páginas de papel de côr e uma só coluna de composição. Impressão a cargo de **A. P. R.**, na tipografia de Inácio B. de Lóiola. Sôbre o título, tomando ma s de uma página, via-se o clichê, em made'ira, de um "galego" esbaforido, a lingua de fora, curvado ao pêso de volumosa ma'a às costas, tendo à sua frente a figura da Morte a ameaçá-lo e duas figurinhas de "a'mas do purgatório", com asas, a atormentarem-no. Abaixo, a quadra:

"Eu sou o galego
Lá da bot'ca;
Sou muito amante
De quem m'enrica".

Segu'ndo-se a publicação, em datas indeterminadas, usava linguagem contundente, achincalhante, em notas ligeiras, de mau estílo. Defendeu os "guabirus novos" (o governo provincial) contra os "guabirus vel'hos"; aplaudiu a condenação dos líderes da Revolução Praie'ra e chamava "a'farrábios imundos" aos periódicos liberais. Dizia-se, irônicamente, no n.º 4, "órgão do partido português", e ogian-do o lusitano que abjurava a sua cidadania para dedicar-se de todo ao Brasil.

Circu'aram cinco edições, a última das quais datada de 15 de dezembro.

"Depois de dez meses de interrupção", reapareceu **O Gallego** (n.º 6) a 12 de março de 1850, "ma's desempenado e com o mesmo cofre, pôsto que vasio, porém desassombrado das a'mas do outro mundo". Fôra substituído o clichê do cabeçalho por outro, reduzido ao "galego" de mala às costas. Sob o título, a mofina:

“Portugal, pátria minha, infame e vil,
Refúgio das nações, nação de m...!”

Não tinha “dia certo para sair” e vendia-se o exemplar a 40 réis. Divulgou matéria idêntica à da fase anterior, nela predominando a sátira e o chiste mal alinhavados.

Publicaram-se mais dois números, sendo o 8.º datado dos referidos mês e ano (**Bib. Púb. Est. e Arq. de Fern. Pio**) (1).

A GRINALDA — Periódico Dedicado às Damas — Divulgou o **Diário de Pernambuco**, de 29 de dezembro de 1849, nos “Avisos Diversos”: “Publicou-se o primeiro número deste interessante jornal, contendo: “Introdução”; o começo de um romance, “A Freira”; “Revista do Recife” e poesias. Espera-se a coadjuvação do sexo amável para esta publicação, em que as suas virtudes e belas qualidades são o principal objetivo. Acha-se à venda na livraria do Colégio, n.º 9”.

Impresso na oficina gráfica de M. F. de Faria, custava \$050 o exemplar, tendo circulado, segundo os “Anais”, de Alfredo de Carvalho, até o n.º 5, de 7 de fevereiro de 1850.

1850

A MARMOTA PERNAMBUCANA — Publicou-se, pela primeira vez, a 21 de março de 1850, em formato de 20 x 21, com quatro páginas a duas colunas de 14 cíceros. Trabalho material da Tipografia Imparcial, da Viúva Roma & Filhos. O Expediente, sob o título, era redigido em versos:

“Não se quer assinaturas
Para não fazer torturas;
Se vende dinheiro à vista
A quem tem cobre na crista.

É para todos
Imparcial;
Ama a virtude,
Detesta o vício”.

(1) Coleções Incompletas.

No segundo número, acrescentou:

“Sai terças e sextas-feiras
Com bons artigos e brincadeiras”.

Êstes dois versos foram substituídos, no n.º 14, pela quadra seguinte, que permaneceu, entre as duas outras, até o fim:

“Sai duas vêzes por semana
Esta folhinha pernambucana,
Em belos tipos e bons papéis,
Custando, apenas, 80 réis”.

Abriu o texto da edição de estréia, em seis linhas de tipo corpo 8, sem título, esta simples notinha: “Eis-aqui **A Marmota**, fôlha do povo brasileiro, a cartilha dos rapazes do tom e a querida das moças de bom gôsto; o seu fim é dizer a verdade a todos, observar a lei, respeitar o govêrno estabelecido, promover a união e concórdia, criticar os abusos e sustentar a nossa única e verdadeira religião de Jesus Cristo. Amém”.

Seguiram-se dois longos artigos, intitulados “Vista séria” e “Vista agradável”, dedicados, o primeiro, “a todos os senhores pernambucanos” e o segundo “às moças e também às velhas folgazonas”. Nêles, o redator, que se chamava Próspero Diniz, fêz uma digressão a respeito de suas atividades jornalísticas. Fundara **A Marmota** na Bahia; levou-a, depois, para a Côrte (1), de onde demandou a Pernambuco, trazendo conselhos de “bom-viver” de S.M.I. para os habitantes da província. Narrou sua viagem do Rio de Janeiro ao Recife, focalizando aspectos para os quais logo chamou a atenção do Presidente da Província.

Depois, o Expediente: “**A Marmota Pernambucana** sairá tôdas as terças e sextas-feiras, com variedade e novos escritos; por causa das baratas, os números avulsos se vendem a 80 réis, cada um, na loja da Viúva Roma & Filhos e na tipografia da rua da Praia, e sendo em dúzia dá-se por três patacas”.

(1) Na verdade, o livro “Biografia do Jornalismo Carioca”, de Gondin da Fonseca, regista o aparecimento, a 7 de setembro de 1849, d’*A Marmota na Côrte*, pertencente a Próspero Ribeiro Diniz e Francisco de Paula Brito.

Periódico sobretudo humorístico, seus editoriais, sempre extensos, cogitavam de temas os mais diversos, a destacar: “O mundo”, “A cama” (“nenhum escritor fizera ainda o elogio da cama”), “As gazetas” (2), “Os cabelos”, “Os caixeiros de venda”, “A gordura” (“dá-me gordura que eu te darei formosura”), “O relógio”, “As qualidades do amor”, “Os beijos”, “Qual será a razão por que as mulheres não têm barba?”, “O tabaco”, “O verdadeiro amante”, “O desengano”, etc. Era patente a pretensão do redator, de imitar o estilo chocarreiro das crônicas do padre Lopes Gama.

Quase sempre, abria o texto uma “Parte Oficial”, data-da do Palácio da **Marmota Pernambucana** e assinada: O dr. Próspero Diniz. Constava de reclamações, a respeito de falhas na administração pública. Grande espaço — às vezes mais de duas páginas — era dedicado à poesia (3), romântica ou humorística, de autoria do redator, do **Dr. Carapuça** ou de Manuel Rodrigues do Passo, João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão, João Pedro da Cunha Vasconcelos, Manuel Feliciano Ribeiro Diniz, Fernando Trigo de Loureiro, José Antônio da Cunha, Rêgo Rangel e outros.

A partir do n.º 14, **A Marmota** imprimiu-se na Tipografia União, à rua da União n.º 9, tendo deixado a anterior porque a proprietária, sr^a Umbelina Roma, só lhe dava “a letra mais velha e estragada que havia na casa”, tornando o periódico “o sobejo das impressões”.

Em defesa da influência portuguesa no Brasil, o redator, a começar de junho, em edições esparsas, entrou a criticar **O Conciliador**, que atacava os “galegos” e “marinheiros”, assim como **O Patuléa**.

(2) Após descrever como eram feltos os jornais, como eles viviam e para que serviam, concluiu o editorialista: “Em suma, falando-se com verdadeira justiça e imparcialidade, pode-se dizer que as gazetas importantes e dignas de serem compradas, nesta terra, são duas, a saber: *A Marmota*, porque sempre traz algum escrito agradável, e o *Diario de Pernambuco*, porque é num papel grande, que serve bem para embrulhar duas ou três libras de bolacha...”

(3) Assinado por *A Palmatória Pernambucana*, publicou o *Diario de Pernambuco*, a 23 de abril de 1850, nos “Avisos Diversos”: “Roga-se ao govêrno d’*A Marmota* que não mais nos dê tanta maçada de versinhos em sua fôlha; pois, se continuar, terá ela o mesmo fim daquelas que vão para embrulhos de venda sem ser lidas”.

“A febre gazeteira” serviu de tema ao editorial do n.º 46 (4), nêles focalizados os pequenos jornais do Recife, que nasciam e logo morriam, uns “até do mal de sete dias, como foi o tal **Tanjasno** e, além dêste, **O Academico**, **A Violeta**, **O Jasmim** e outros que, infelizmente, já estão enterrados para embrulharem cuminho e café moído”. Aludiu ao aparecimento d’**O Telegrapho**, como imitador d’**A Marmota**, frisando: “Não traz nada de instrutivo, quer se fazer joco-sério à força”. Referiu-se, finalmente, a **O Zoilo**, **O Conciliador**, **O Patulêa** e **O Constituinte**.

Mantendo o programa que se traçara, de órgão essencialmente literário e humorístico, **A Marmota Pernambucana** prosseguiu — não sem deixar de rebater mais um violento ataque d’**O Conciliador** (5) — até o n.º 54, de 2 de novembro de 1850, que foi o último, embora devesse continuar na edição seguinte o editorial “A língua portuguesa”, de tão longo que era (6) (**Bib. Púb Est.**).

O ACADEMICO — Periódico Científico e Literário — “Saiu à luz o primeiro número dêste periódico (notícia do **Diario de Pernambuco** de 9 de maio de 1850), contendo: Introdução; biografia do capitão de mar e guerra Joaquim Marques Lisboa; fases da vida humana; a humanidade; o ministro inglês e a Europa; Kossuth; poesias e um judicioso pensamento. Assina-se a 500 réis mensais, na livraria da rua do Colégio n.º 9, onde se vende avulso a 160 réis o exemplar”. Foi impresso na tipografia de Manuel Figueiroa de Faria.

Sem outras notícias da continuação, encontram-se referências ao n.º 5 d’**O Academico** no periódico **O Telegrapho**, de 12 de setembro do mesmo ano.

(4) Cada edição do curioso jornal era anunciada nos “Avisos Diversos” do *Diario de Pernambuco*, com a indicação dos artigos nela contidos. Ao anúncio do n.º 46, de 16 de setembro de 1850, acrescentou-se o seguinte esclarecimento: “Acha-se encarregado da *Marmota*, por ser o proprietário dela, o sr. Felix Cipriano da Silva Teixeira, que não é português”.

(5) *O Conciliador* (edição de 30 de outubro de 1850) qualificara Próspero Diniz como “ratão nojento, tão nojento no físico como no moral e como nas ações” e “indivíduo de baixos costumes”.

(6) Regressando à Bahia, Próspero divulgou, na seção “A pedido”, do *Diario de Pernambuco*, de 25 de novembro do referido ano, longo artigo de “despedida ao povo pernambucano”, em derramada linguagem de gratidão e lisonja, seguido de também extensa versalhada, sob o título: “Sentimentos da minha alma na hora da despedida”.

A SAUDADE — **Periódico de Instrução e Recreio** — Publicou-se o primeiro número a 21 de maio de 1850, em pequeno formato, impresso na oficina gráfica de M. Figueiroa de Faria. Assinatura trimestral — 1\$000; número avulso — 40 réis, distribuindo-se em diversos pontos da cidade.

Anunciado nos “Avisos Diversos” do **Diario de Pernambuco**, atingiu o n.º 5, datado de 12 de junho.

ALVA — Tendo começado a publicar-se na Paraíba (1), passou a ser impresso no Recife, do n.º 6, de junho, ao n.º 10, de outubro de 1850, completando o total de 152 páginas. Sob o título trazia a epígrafe: “A literatura é a expressão da Sociedade” (Bonald)). “Humilde ensaio”, era redigido “pelos acadêmicos João da Costa Ribeiro, José Carlos da Costa Ribeiro, Olinto José Meira, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Adelino Antônio de Luna Freire e Salvador Henrique de Albuquerque, os dois últimos dos quais muito contribuíram, com os seus escritos históricos, para dar-lhe um caráter especial” (“Anais”, de A. de Carvalho).

O CONCILIADOR — **Periódico Nacional, Político e Noticioso** — Entrou em circulação a 12 de junho de 1850, no formato de 30 x 20, com quatro páginas a duas colunas de 14 cíceros. Redator-proprietário — Inácio Bento de Loio^a. Lia-se no Expediente, em coluna dupla, abaixo do título:

“Aparecerá nas têrças e sextas de cada semana, ou nos dias imediatos quando êstes forem dias-santos de guarda, na tipografia d’**A Voz do Brasil**, rua da Praia n.º 45, onde se recebem anúncios e correspondências que não contiverem ofensas à moral pública e vida privada, sendo tudo legalizado, quando esta circunstância se fizer necessária. O preço da assinatura é de dois mil réis por trimestre, pagos adiantados. O escritório do periódico é na mesma tipografia”. Depois, adotou o preço de 80 réis para o número avulso.

(1) Em comentário sob o título “Publicação Literária”, no *Diario de Pernambuco* de 1 de fevereiro de 1850, M. acusou o recebimento do primeiro número do *Alva*, “jornal literário publicado na Paraíba”, correspondente ao mês de janeiro.

Escapou ao registo de José Leal, no livro “A Imprensa na Paraíba”, edição de 1962.

Segundo o “Prospecto” de apresentação, tinha como objetivo — depois de tanta luta fratricida, de “tantas privações e vexames” e, uma vez “reaparecido o império da lei, a paz e a tranquilidade pública” — prestar seu contingente para consolidá-la e “procurar acalmar os ânimos dos pernambucanos que ainda se acharem exacerbados pelo calor da luta”. Daí, o título que escolhera.

Em meio a algumas considerações em tórno da política nacional¹, frisou: “Sim, o povo brasileiro não vive, vegeta; o estrangeiro apoderou-se de todos os seus recursos, do comércio, da indústria e das artes, e faz com que êle, em vez de constituir-se uma nação rica e poderosa, pelos recursos que oferece êste país, viva na miséria e ignomínia, ludibriado e escarnecido por êsse mesmo estrangeiro que acolheu em seu seio”.

Num segundo artigo, **O Redator** (assim assinado) esclareceu sua posição, dizendo não ser sectário “de partido algum”; só tomaria partido quando fôsse tirada do Brasil a “maldita influência” dos “pés redondos”.

Comentou, no terceiro, a situação dos presos de Fernando de Noronha: viviam bem tratados, à vontade, os portugueses para lá enviados por crimes comuns, inclusive falsificadores de moeda, ao passo que os brasileiros, acusados de crimes políticos, sofriam privações e maltratos.

Ainda uma “Declaração”, fechando a última página, concluiu: “A vida laboriosa em que nos achamos para curar dos meios de manter uma família tão numerosa quanto perseguida, nos priva inteiramente de procurar subscritores que sustentem a nossa fôlha, e por isso esperamos dos nossos caros patrícios que concorram a proteger-nos com suas assinaturas — **O R.**”

O Conciliador publicou-se normalmente, pugnando pela nacionalização do comércio; pela reforma dos oficiais de marinha “que não nasceram no Brasil”; pela regulamentação do “recrutamento ou caçada humana”; pela quebra do arbítrio dos presidentes de província, etc. Focalizou, em artigos redacionais e transcrições, a situação do revoltoso Pedro Ivo; clamou contra o martírio do jornalista Antônio Borges da Fonseca na prisão da Ilha Rata; bateu-se com

A Marmota Pernambucana e com **A União**, a que chamava “União africanista”; atacou os padres Pinto de Campos e Lopes Gama e criticou, acerbamente, a política saquarema ou guabiru, assim cognominada a turma do Partido Conservador.

As estiradas políticas eram, porém, amenizadas com algumas poesias do Vigário Barreto e de frei Bernardino de S. Eufrosina Rêgo, além do folhetim “Palavra dum cren-te”, iniciado no n.º 3 para ir até o fim da publicação e continuar n’O **Echo Pernambucano**.

Em artigo assinado, **O Redator d’O Conciliador** elogiou, no n.º 10, a atuação do presidente da Província, José Idefonso de Sousa Ramos, o qual, em dois meses de administração, não praticara “um só ato de injustiça”.

Com o n.º 24, de 3 de setembro, o periódico deu por terminada a sua missão, para ser substituído pelo **O Echo Pernambucano (Bib. Púb. Est.)**.

O PATULÉA (1) — **Periódico Político-Joco-Sério** — Surgiu no dia 14 de junho de 1850, em formato de 21 x 15, com quatro páginas de duas colunas, para vender-se o exemplar a 40 réis. Impressão a cargo de Antônio Maria O’Connell Jersey, na Tipografia Imparcial, da Viúva Roma & Filhos, à rua da Praia n.º 55. A partir do n.º 2, constou do expediente: “Publica-se duas vezes por semana, târças e sextas-feiras, ou nos dias imediatos, sendo aquêles feriados, e vende-se na praça da Independência n.º 33 e rua da Cruz do Recife n.º 14”.

Ainda sob o título, trazia a divisa pelo avesso: “**Jacta est álea**”, com a assinatura: **César, ao atravessar o Rubicon**. Aos lados do cabeçalho, vindo as linhas de composição em sentido vertical, tipo corpo 10, colocaram-se: à direita, o artigo 179, § 4.º da Constituição Política do Império, e, à esquerda, o artigo 86 do Código Criminal. Ao atingir o n.º 4, adotou o regime de assinaturas, à razão de 1\$000 por trimestre, pagos adiantadamente.

(1) Título adotado em face à semelhança dos princípios defendidos pelos chamados *patuléias* de Portugal, em 1846, e pelos *praieiros* de Pernambuco.

No editorial de apresentação, após exaltar a política liberal, declarou: "...pelo atual administrador da província se não repetirão as cenas escandalosas que tanto nodoaram os seus antecessores; queremos convencer-nos que S. Ex^a jamais consentirá que a política atire à queima-roupa nos distribuidores de fôlhas oposicionistas, nem que os seus colaboradores sejam metidos em navios de guerra, recrutados ou mandados para Fernando, e os proprietários ameaçados de ver lançar na maré os prelos, tipos, caixetas, etc."

"Homem do povo — acentuou o articulista — para êle escreveremos no intuito de o advertir e não seremos nós os que lhe lisonjaremos as paixões ruins, os que perverteremos a sua boa índole, como o fizeram os **nossos senhores** com os seus **Lidadores, Esqueletos**, etc., etc."

Afora o citado "Nossa profissão de fé", a edição de estréia inseriu, na última página, a nota "Ao público", segundo a qual **O Patuléa** publicaria "todos os fatos verdadeiros praticados por qualquer autoridade em menoscabo das leis do país"; as correspondências deviam ter a respectiva firma reconhecida; abria colunas, também, "aos amantes das Musas", só admitindo, porém, versos satíricos, uma vez guardado "o conveniente decôro".

Circulando regularmente, a fôlha cumpriu o seu programa, através de artigos e notas e das sátiras atiradas à Assembléia Provincial, sob o título "Honrada sala dos Orates no Forte do Matos".

No n.º 10, de 15 de julho, arrematou a última página a nota a seguir: "O redator d'**O Patuléa**, por motivos particulares, deixou a tipografia da sr^a Viúva Roma & Filhos, e passou à d'**A Voz do Brasil**". E o nome do impressor veio a figurar como Editor.

A redação manteve polêmica constante com os periódicos **A União** e a **Marmota Pernambucana**, criticando a política conservadora, os ingleses africanistas e os "marinheiros" ou "galegos", como chamava aos portugueses. Linguagem virulenta, pendia, às vezes, para a licenciosidade.

Na edição de 16 de agôsto, apareceu, na segunda página d'**O Patuléa**, sob o título "**La Marmota** pedinchando, /El

Galego esmolando”, um clichê em madeira, representado por dois homens, o primeiro com um jornal à mão e o outro entregando-lhe uma sacola, tendo abaixo a legenda: “Os mandamentos dos galegos são quatro: pão, cordas, chouriço e saco”. Seguiu-se longo artigo, entremeado de versos, em que se acusava o jornal adverso, redigido por um baiano “chamado Bertoldo”, de receber 24\$000 por mês, da “súcia galegal”, para injuriar os brasileiros. E salientou:

“Pernambuco!... Pernambuco!
Eu lamento o teu estado!...
Como assim tu agasalhas
Um Berto!do tão safado?!!”

Sucederam-se os editoriais dêsse quilate, até que, a 2 de setembro, era divulgada a seguinte nota de despedida: “**O Patuléa**, no seguinte número (25.^o), finda a sua tarefa; e será substituído pelo **Formigão**, cujo primeiro número sai no dia 7 de setembro. Os senhores subscritores fiquem cientes que não haverá interrupção alguma na entrega do nôvo periódico, assim como não alterará o preço da assinatura”.

O último saiu datado de 3 de setembro, nêle escrevendo a redação: “. . .na publicação do periódico, que hoje finda, não fomos embaraçados nem pelo govêrno nem pela polícia e nem pela justiça; e pôsto que alguns miseráveis rabiscadores governistas clamassem pelo Promotor, quando se viam atrapalhados para responder-nos, nunca êstes urros acharam eco: um pequenito periódico os embatucava, os amedrontava, que miséria! . . . E concluiu: “**O Patuléa** finda glorioso” (Bib. Púb. Est. (2) e Bib. do Inst. Arq.).

O JASMIM — Consta dos “Avisos Diversos” do **Diário de Pernambuco**, de 22 de junho de 1850: “Saiu à luz **O Jasmim**, periódico recreativo dedicado ao belo sexo”. Custaria 1\$000 a série de 12 números, vendendo-se o exemplar, em diversos pontos da cidade, a 80 réis.

Ao que tudo indica, não continuou.

(2) A coleção da Biblioteca Pública do Estado acha-se desfalcada do último número.

Sem, igualmente, haver avistado comprovante, Alfredo de Carvalho registou nos "Anais", por engano, que o pequeno jornal fôra publicado a 24 de junho...

O BELLO SEXO — Periódico Literário e Recreativo — Entrou em circulação datado de maio de 1850, no formato de 23 x 15, com 16 páginas de coluna larga, impresso em papel assetinado, na tipografia do **Diario de Pernambuco**, situada na antiga rua das Cruzes, D. 3. Redator: Antônio Vitrúvio Pinto Bandeira e Acióli de Vasconcelos. Trazia sob o título:

**"Il est doux de trouver dans une epouse chère
des arts consolateurs qui sachent nous distraire"**.

(Casimir Bonjour).

Apresentou, na abertura, as seguintes "Condições de assinatura": "O **Bello Sexo**, destinado especialmente à diversão daquela fração do gênero humano cujo nome o adorna, é publicado pela sua respectiva associação, mensalmente, em livrações de 12 a 16 páginas, no formato de oitavo português. A sua assinatura é trimensal (?) pela quantia de 1\$000, pagos à entrega do primeiro número. Recebem-se assinaturas: no Recife, na livraria de M. F. de Faria; em Olinda, em casa do Redator".

Obedecendo ao enunciado, a revistinha, que circulou regularmente, alguns meses, divulgou originais, em prosa e verso, de Vitrúvio, o mais constante; J.T.S. Quintanilha Júnior, T.C.C. Galvão, João Clímaco Lobato, João da Costa Ribeiro, R. S. Pais de Andrade, F. de Araújo Barros, P. W. Cantanhede, M. A. Vilela, **Nabor**, L. Q. Pessoa, **Hugolino**, Joaquim F. Duarte Júnior e outros.

O último número do ano foi o 5/6, correspondente aos meses de setembro/outubro, com 24 páginas, enquanto o penúltimo saíra com 20, formando um Tomo de 92. Publicou-se, ainda, o n.º 1/2, de maio/junho de 1851 (1), quan-

(1) No seu registo, Alfredo de Carvalho mencionou, apenas, a parte referente a 1850.

do o redator foi substituído por João Clímaco Lobato. Teve 32 páginas, no que ficou reduzido o Tomo II (Bib. Nac.).

O TANJASNO (1) — **Periódico Joco-Crítico** — Trazendo sob o título a divisa: “**Ego te intus, et in cute novi**” (Persius), saiu o n.º 1 no dia 30 de julho de 1850, em formato de 21 x 15, com quatro páginas de duas colunas. Imprensa da Tipografia da Viúva Roma & Filhos, à rua da Praia n.º 55.

Apresentou-se o curioso órgão com uma “Introdução” de quase duas páginas de observações literárias, para dizer, no fim, que o seu programa ficava expresso no título. Seguiu-se extenso comentário de crítica ao **Diário da Manteiga** (2), “o jornal de aspecto mais repugnante, de forma e plano mais sem graça”. Estava assinado por M. G., ao passo que A. C. firmava algumas quadras chistosas, terminando com uma “Mofina”, em língua inglesa, por **Acadêmico**.

Não passou do primeiro número (Bib. Púb Est.).

O TELEGRAPHO — **Periódico Joco-Sério** — Divulgou a edição de estréia a 1º (1 A) de agosto de 1850, impresso na oficina gráfica da Viúva Roma & Filhos, em formato de 30 x 20, com quatro páginas de duas boas colunas. Preço do exemplar — 80 réis. Abaixo do título, uma xilogravura de 12 cm de altura representava a torre do Telégrafo Ótico (2 A), lendo-se à direita: “**O Telegrapho** sairá uma vez por semana, e só mudará desta ordem sendo que existam novidades que, por extraordinárias, tornem a sua aparição necessária por mais de uma vez”. À esquerda, os versos:

“Riez en — avec moi...

Ah! pour rire

Et pour tout dire,

(1) Ensina Jaime Seguíer, no seu “Diccionario Prático Ilustrado”, edição de 1928: “*Tanjasno*, s m (de *tanger* e *asno*?). Gênero de aves, semelhante ao tordo, mas mais pequeno”.

(2) Título deprimente atribuído ao *Diário de Pernambuco*.

(1 A) Não no dia 5, como está nos “Anais”.

(2 A) O Telégrafo Ótico era, à época, instalado na torre da Igreja do Divino Espírito Santo, situada na Praça 17, antigo Pátio do Colégio.

**Il n'est besoin, ma foi,
D'un privilège du roi!"**

(Chanson, de Beranger)

Segundo a "Introdução", o repórter **João das Bandeiras**, do seu torreão do Pátio do Colégio, observaria, munido de um "óculo de dois canudos", todos os acontecimentos da cidade, descobrindo-os "através de grades, panos, portas, portões e paredes, paredões e tôdas as coisas acabadas em ães, assim como as ações boas e más cometidas; descortinaria até os pensamentos guardados nos escaninhos do cérebro". E advertiu: "Assim, pois, leitores e amável sexo, guardai-vos de serdes vistos por êste óculo, porque então sem remédio haveis de ser apresentados pelos bandeiro!as do meu **Telegrapho** à população curiosa que não dorme. Acautelai-vos; refreai vossas paixões e maus costumes". Não tocaria, no entanto, em individualidades, concluindo: "...seus escritos serão gerais, falará das ações e não das pessoas".

A exemplo d'A **Marmota Pernambucana**, o nôvo órgão abriu com uma "Parte Oficial", para lembrar "ao poder competente" o mau estado das "ruas, becos, cais e praças", as traficâncias dos "lojistas, boticários, barbeiros, etc., etc.", sendo as denúncias emanadas do "torreão do **Telegrafo**". A matéria restante dividiu-se em crônicas ligeiras e versos humorístico-românticos.

No n.º 3, a nota do lado direito do cabeçalho foi substituída pela seguinte: "**O Telegrapho**, em razão da grande afluência que tem de matérias, sairá duas vezes por semana. Não há dúvida, agora é que o nosso **bom Joãozinho** há de mais que nunca desenvolver-se com o manejo do seu óculo".

Bastante parecido com o periódico mencionado, ocupava-se, em editoriais, dos mais diversos temas, a saber: "A arte de conservar a beleza", "O macaco", "O **telégrafo em movimento**", "Os ovos", "Os amores de um velho", "As feias", "O matrimônio, qual seu princípio e o seu fim", "A noite", etc., afora a "Correspondência d'O **Telegrapho**", pelo **O Sineiro da Sé**, autor de pesadas críticas aos periódicos **O Zoilo** e **A Marmota Pernambucana**; alentadas crônicas da temporada do Teatro Santa Isabel e, finalmente,

poesias, do soneto ao epigrama, sem assinatura ou de João Ferreira Vilela e outros (3).

O interessante jornal só chegou ao n.º 14, de 29 de outubro (Bib. Púb. Est.).

A REVOLUÇÃO DE NOVEMBRO — Órgão republicano, redigido por Afonso de Albuquerque Melo, surgiu o n.º 1, 1.ª série, a 19 de agosto de 1850, em formato de 30 x 20, com quatro páginas a duas colunas largas de composição. Impressor — Manuel Rodrigues Pinheiro, sendo o trabalho gráfico da oficina da Viúva Roma & Filhos. Assinava-se a 2\$000 por série de 25 números, custando 80 réis cada exemplar.

Sôbre o título via-se uma xilogravura, na altura de 8 cm, ao centro, representando um catafalco sôbre o qual estava uma cobra enrodilhada, tendo na cauda o dístico “O Brasil não é dos brasileiros”; por trás, sôbre uma almofada, um braço decepado segurava a bandeira “Constituinte”; numa fita, em volta, a expressão “O Brasil devia ser dos brasileiros”, e à direita, um livro aberto — “A Constituição do Império” — exhibia o artigo 36, § 4.º.

O artigo principal, intitulado “Revolução”, ocupou pouco mais de três páginas, seguido d’ “A situação”, que continuou nas três páginas da segunda edição, esta completada com o editorial “Viva a Constituinte”, que, por sua vez, encheu mais três colunas da terceira edição. O prolixo jornalista assim concluiu o primeiro comentário:

“Não há nada mais glorioso do que a revolução de novembro, em que um estandarte de redenção santificou o sangue que correu; se o triunfo ainda não apareceu, êle surgirá mais brilhante. Não se desvaire, pois, o povo; compreenda a situação do Brasil, a sua situação; não se manche em atos impuros, arrastado por suas paixões. Ponha-se firme, na expectativa, que chegará o dia do salvamento com o triunfo da bandeira redentora, com o triunfo da Constituinte”.

(3) No seu registo sôbre *O Telegrapho*, escreveu, errôneamente, Alfredo de Carvalho: “Pertencia à política liberal e discutia o processo dos presos implicados na Revolta Praieira”.

Na verdade, nem uma coisa nem outra. A coleção manuseada acha-se virgem no tocante ao assunto.

A certa altura do terceiro editorial, salientava o redator: "Somos republicanos; mas não queremos falar do Imperador; porque os republicanos não se ocupam dos reis, porque êles só merecem compaixão ou desprezo; pois êles não têm culpa do que fazem. Nós falamos da Monarquia, isto é, mostramos os males que dela provêm, que partem da corrupção e baixeza dos Paços, e o provamos".

Num "Post Scriptum", lia-se: "Cada um dos artigos dos três números desta fôlha não daria uma perfeita mostra de nossa política; dá-la em um só número não permitia a extensão que demandava a matéria de cada um dos ditos artigos; por isso, damos todos três à luz em o mesmo dia (1).

Na última página da terceira edição havia, finalmente, dois comentários ligeiros: um sôbre o martírio de que era vítima o líder republicano Antônio Borges da Fonseca, prêso, "entregue a tôdas as flage!ações", e o outro protestando contra as ameaças feitas à Viúva Umbelina Roma, para que não imprimisse **A Revolução de Novembro**, e contra "o poder cativo dos portugueses". Concluindo, advertiu que o partido republicano estava "sempre pronto a se ligar com os liberais realistas, contanto que êles conheçam que o poder os pretende trair com promessas falazes".

Tendo circulado com a mesma data os três primeiros números, o quarto só apareceu mais de um mês depois, a 29 de setembro, para continuar, ora duas vêzes por semana, ora uma, e até mais espaçadamente. Começou, então, a divulgar a série de artigos "**A União, O Argos Pernambucano, o Diretório e A Imprensa**", ocupando seis edições seguidas, quase todos enchendo-as da primeira à última página. Nêles o redator rebatia acusações dos dois primeiros jornais, um do Partido Conservador e outro do Praieiro, terminando por argüir sôbre a existência do diretório liberal, com ligeiras referências ao diário, também liberal, **A Imprensa**.

O n.º 10, dedicado ao dia 5 de novembro, segundo aniversário da revolução (2), "dia mais glorioso que tudo que há de glória em seu passado", noticiou, ao pé da última página: "Houve uma reunião dos redatores d'**A Imprensa, A**

(1) "...tal foi a fôrça de vida que presidiu ao seu nascimento, que em o mesmo dia se publicaram três números" — escreveu *O Argos Pernambucano*, de 7/9/1850, a propósito da aparição d'*A Revolução de Novembro*.

(2) A data oficial é 7 de novembro.

Revolução de Novembro, O Echo Pernambucano e O Argos Pernambucano e acordou-se no meio de dirigir a marcha do Partido Liberal na Província de Pernambuco, de maneira a produzir os efeitos salutaros que dêle se devem esperar”.

Seguiu-se outra série de longos artigos, sôbre o tema “A revolução de 1848”, iniciada no n.º 11.

Dizia uma nota da última página, no n.º 13: “O sr. José Joaquim Tavares da Costa está autorizado para cobrar a primeira série desta fôlha, à vista dos recibos rubricados pelo sr. João José de Albuquerque”.

Do n.º 15 em diante, em vista do grande acervo de trabalho que pesava sôbre a tipografia do **Diario Novo**, passou **A Revolução de Novembro** a ser impressa na tipografia de Inácio Bento de Loiola, à rua da Praia n.º 45.

Em artigo do n.º 16, o redator dissertou, longamente, à cêrca dos desmandos policiais e do abuso do poder, frisando: “O que é Pernambuco? O teatro das provocações! Aqui está o céu e o inferno! A graça, a tentação, o flagelo; sata-naz mordendo e sorrindo. O poder flagela, com a mais cruel tirania, para cansar, para enfraquecer, para dobrar; e com êste riso que escarnece no momento da dor, oferece a sua graça ao convertido que se dobrar”.

Na edição seguinte o assunto principal foi “O tráfico”, a respeito do qual se escreveu que estava “o govêrno do Brasil — govêrno lusitano — em talas entre os seus senhores portugueses e os senhores inglêses”.

Vinha o periódico inserindo cartas do jornalista Borges da Fonseca, procedentes de Fernando de Noronha, o qual doutrinava sôbre a Constituinte e a República.

O n.º 17 saiu a 21 de dezembro, continuando a publicação, segundo Alfredo de Carvalho, até o 21.º, datado de 15 de janeiro de 1851 (**Bib. Púb. Est.**) (3).

O **ZOILLO — Periódico Crítico** — Apareceu na arena jornalística a 19 de agôsto de 1850, em formato de 21 x 15,

(3) A coleção está desfalcada dos quatro últimos números.

com doze páginas de coluna larga, impresso na Tip. da Viúva Roma & Filhos, à rua da Praia n.º 55. Sob o título, a divisa: “A crítica razoável é, para todos os ramos de aplicação do espírito humano, o que o céu e o inferno são para a ordem moral”. O expediente, ao pé da última página, intitulado “Razão de ordem”, rezava: “**O Zoilo** sairá três vezes por mês, assina-se a 500 réis por mês e vende-se o número avulso por 200 réis, na rua do Colégio, loja do livro azul, e na casa do Tesoureiro, que ainda não sabemos quem é — quem tem bôca vai a Roma”.

Ocupou duas páginas o editorial de apresentação, de caráter satírico-humorístico, figurando um diálogo entre o jornal e o público, sem expressar, todavia, qualquer programa. Constituiu-se a matéria restante de azedas críticas aos pequenos órgãos redigidos por acadêmicos, frisando, num dos artigos, que alguns dêles havia “duma tal sordidez que só podem ter em compensação o descrédito simultâneo do seu autor e da classe acadêmica”. Reprovava “êstes escritos inspirados pela vaidade de escrever e nenhum zêlo pela dignidade e reputação acadêmica...” Como representantes de tal categoria, citou **O Bello Sexo**, **O Album dos Academicos Olandenses**, **O Jasmim**, **A Alva** e **O Acadêmico**; “. . . êste, que por seu título devia simbolizar a classe, infelizmente também mora na Ásia Menor e deu para fazer charadas e tocar guitarra, porque viu que êste era bom meio de divertir a gente”.

Foram visados, diretamente, pelo redator d'**O Zoilo**, os poetas Antônio Vitrúvio e O'into José Meira. A poesia dêste último, “O Retrato”, sofreu a mais contundente dissecação. Finalmente, as três páginas finais foram dedicadas ao necrológio do padre-acadêmico Tomé Inácio Gomes.

Além de não aparecer, no cabeçalho, responsável pela publicação, nenhum artigo trazia assinatura. Era, entretanto, redigido por acadêmicos, à frente dêles o quintanista Jerônimo Macário Figueira de Melo (**Coleç. Fern. Pio**).

Houve um segundo número (1), que circulou em fins de agosto (2).

(1) Alfredo de Carvalho (obra citada) registara, apenas, allás interrogativamente, a existência do n.º 1.

(2) Está nos “Avisos diversos” do *Diario de Pernambuco* de 29 de agosto: “**O Zoilo** — Saiu à luz o segundo número dêste periódico e acha-se à venda nos lugares do costume”.

A linguagem d'O **Zoilo**, como era de esperar, mereceu grande repulsa. Daí o surgimento d'O **Brado da Indignação** (Ver pág. 350), destinado a puchar-lhe as orelhas. E O **Telegrapho** (3), que nada tinha com o caso, chamou-o, entre outros epítetos malcriados, "guardanapo secreto".

A REVISTA THEATRAL — Anunciada para 31 de agosto de 1850 (o que levou Alfredo de Carvalho a cometer um lapso, nos "Anais"), não pôde circular nessa data, em virtude de atraso na Tipografia da Viúva Roma & Filhos, só aparecendo no dia 3 de setembro, conforme consta dos "Avisos Diversos" do **Diário de Pernambuco**.

Foi possível manusear o n.º 2, publicado no dia 7 do referido mês e apresentado em formato de bolso, ou seja, 15 x 10 1/2, com quatro páginas, a composição em coluna de 18 cíceros. À guisa de programa, juntava-se ao cabeçalho a quadra:

"Censurar os maus atores
E aos bons dar mil louvores,
É tarefa principal
Da **Revista Theatral**".

Constituiu-se sua matéria de uma série de reflexões em torno do drama "Maria Joana ou A mulher do povo", completando a edição um soneto dedicado ao empresário do Teatro Santa Isabel, Germano Francisco de Oliveira, tradutor do original francês da referida peça (**Bib. Púb. Est.**).

O ARGOS PPERNAMBUCANO — Fôlha de orientação liberal, surgiu a 7 de setembro de 1850, 1.ª série, edição de oito páginas, no formato de 28 x 19. Impressor — M. Pinto C. Pessoa. Constava do Expediente: "Publica-se por séries de 25 números, na Tipografia Nacional, rua Direita, 2.º andar, n.º 5 (depois mudou-se para a rua do Passeio, trecho da atual avenida Martins de Barros n.º 19), onde se recebem as assinaturas a 2\$000 por cada série, pagos adiantados, e vende-se avulso por 100 réis". Sob o título, a divisa: "**Centum luminibus cinctum caput Argus habebat**" (Ovidio, I, Met.).

“Quando a opressão honoriana fêz calar a imprensa nesta desventurada Província de Pernambuco — começou o editorial de apresentação — fomos compelidos a suspender a publicação d’**O Maccabêo**; mas, suspendendo-a, fizemos um protesto contra aquêle ato de violência, e nos comprometemos para, com todos os nossos correligionários do Império, prosseguirmos nela, logo que a situação do país o permitisse”.

Chegada a ocasião, apresentava-se “na arena política”, para sustentar os princípios do Partido Liberal. Adotara o nôvo título como “emb!ema da vigilância” contra “as invasões do poder despótico e absoluto”. Disponha-se a censurar os “atos arbitrários” dos empregados públicos de qualquer categoria, mas sem ultrapassar os “limites da decência e da verdade”. Demonstraria “os princípios essenciais da política da atual governança e os fundamentos do Partido Liberal, tratando, igualmente, de assuntos extra-partidários.

Em seguida à assinatura **Os Redatores d’O Maccabêo**, outro artigo dizia, a certa altura: “Monarquia representativa é a nossa divisa, e achando-se esta forma de govêrno verdadeiramente falseada, hemos mister de reformas radicais. Por essas reformas bradaremos constantemente, por estas reformas faremos os últimos esforços”. Mais dois alentados comentários encerraram a edição: “O dia 7 de setembro” e “**A Revolução de Novembro**”, atacando o periódico aparecido com êsse título e repelindo-lhe a asserção de que o movimento rebelde de 1848/1849 fôra estimulado pelas idéias republicanas.

Logo no n.º 2 alterou-se o formato d’**O Argos Pernambucano**, passando para 32 x 26, com três boas colunas de composição e quatro páginas, na última das quais uma “Declaração e Protesto” chamava a atenção de certos periódicos seguidores da política liberal, para que respeitassem, “sobretudo, a decência e a moralidade pública”, a fim de não colocar o partido em apuros.

A par da matéria política, condenou “a demolição da Capela do Senhor Bom Jesus das Portas”, ao que se seguiu um sonêto, no mesmo sentido, do vigário Francisco Ferreira Barreto.

Precedido de vinheta fúnebre, ocupou-se o editorial do n.º 3, longamente, do assassinio do tenente-coronel Francisco Cordeiro de Carvalho, que teria sido mandado executar pelo padre Joaquim Pinto de Campos (1). Entrou em polémica, ao mesmo tempo, com a conservadora **A União**.

Prosseguiu o semanário, defendendo, entre outros pontos de vista, a dependência das províncias “para manter a unidade, a Monarquia”. Continuou a atacar Pinto de Campos e os princípios políticos de Afonso de Albuquerque Melo, redator d’**A Revolução de Novembro**. Reivindicou “uma reforma radical no sistema eleitoral!” e bateu-se pela nacionalização do comércio a retalho.

A partir do n.º 11, as edições passaram a sair com bastante atraso. Já em 1851, o n.º 15, de 2 de fevereiro, com apenas duas páginas, foi dedicado à memória do chefe da Revolução Praieira, Nunes Machado, com vinheta fúnebre, tarja e extenso necrológio. Não conseguiu jamais regularizar a circulação, sem que houvesse, enquanto isto, qualquer alteração no programa liberal de defesa da Constituinte, transcrevendo, igualmente, comentários de jornais afins, de outros pontos, sobretudo os **Argos** (2). Entre os ns. 23 e 25, tinha como impressor M. F. Chaves.

Publicados os primeiros 25 números, começou a segunda série, n.º 1, a 7 de setembro de 1851, escrevendo o redator, a propósito: “**O Argos Pernambucano** continuará a ocupar-

(1) Assim concluiu o artigo: “...uma lágrima, uma saudade pelo homem virtuoso que, em vez de achar, na hora extrema, o auxílio da religião prestado por um sacerdote, caiu vítima do punhal de um sacerdote.

O padre acusado envolveu num processo *O Argos Pernambucano* e o diário *A Imprensa*, procurando responsabilizar o impressor M.P.C. Pessoa; mas não logrou êxito, por falta de provas contra o “testa de ferro”.

(2) Estava em voga o nome da “personagem mitológica de cem olhos” (“Peq. Dic. Bras. da Língua Portuguesa” 9.ª edição). Nos anos de 1850/51, circularam: *O Argos Paraíba*, *O Argos Alagoano*, *O Argos Baiano*, *Argos Cachoeirano*, *O Argos Cearense*, *O Argos Piauiense*, *O Argos Maranhense*, *O Argos Natalense* e *O Argos San’Amarense*.

Ao registar, em sua edição de 23/11/1850, o aparecimento d’*O Argos Piauiense*, comentava o... *Pernambucano*: “Um *Argos* a mais é um elo que tem de prender a cadela que liga o Norte do Brasil. Cada vez a nação se vai tornando mais vigilante, mais compacta, mais unida debaixo de um só pensamento, debaixo de uma só vontade; de uma coleção de indivíduos ela se vai tornando um só homem; e o brado d’este homem aniquilará para sempre os inimigos da nação”.

-se da política geral do país; suas armas serão o raciocínio e a argumentação, com as quais conseguirá provar que o único meio de salvar o país é uma Constituinte”.

Só saíram quatro outras edições até 31 de janeiro de 1852. O n.º 6, de 2 de fevereiro, com duas páginas, mas apenas uma impressa, constituiu outra homenagem à memória de Nunes Machado. O n.º 7 publicou-se a 20 de fevereiro e o 8.º, mais de cinco meses depois, a 1.º de julho, demora que ocorreu tendo em vista “motivos muito ponderosos”.

Daí por diante, até o fim, o periódico normalizou-se como semanário. Repleto de longos editoriais e transcrições, **O Argos Pernambucano** encerrou sua existência com o n.º 15, da 2.ª série, a 30 de agosto de 1852. Foi seu redator principal Antonio Vicente do Nascimento Feitosa (**Bib. Púb. Est.**).

O ECHO PERNAMBUCANO — Liberdade. União. Pátria — Em substituição a **O Conciliador**, sob a diretriz de Inácio Bento de Loiola, auxiliado por José Ângelo Márcio da Silva, começou a circular a 7 de setembro de 1850, obedecendo a idêntico formato, com quatro páginas. Manteve a mesma faixa de Expediente, precedido da seguinte indicação: “Este periódico é nacional, político e noticioso”.

O editorial de abertura constituiu uma homenagem à data da independência do Brasil e à memória do seu “exímio filho” Joaquim Nunes Machado, para concluir com a apresentação do programa do jornal, assim arrematando: “**O Echo Pernambucano** pertence, pois, ao grande Partido Liberal; está convicto de tôdas as idéias por êste partido enunciadas; um sincero compromisso o liga a defendê-las, e um concurso leal, franco e dedicado à grande causa fará não sair de seu pôsto. A discussão será a nossa guia, e o nosso talisman a bandeira que alevantamos: Reformas — Constituinte”.

Fechou a quarta página a advertência: “Dividimos êste periódico em duas partes, reservando a primeira parte para as publicações da redação tendentes ao fim a que nos empe-

nhamos; e a segunda parte para tôdas as publicações em geral: artigos, comunicados, correspondências, notícias internas e externas, etc., etc.”

Logo no n.º 1 iniciava-se o folhetim “Da soberania do povo e dos princípios do govêrno republicano moderno”, por M. Ortolon, numa tradução de Antônio Pedro de Figueiredo, já enfeixado em livro, impresso pela Tip. Imparcial e pôsto à venda na Livraria do bacharel B. Coutinho (1).

Em edições sucessivas, a redação comentou, abundantemente, a revolução de novembro de 1848, a ilegitimidade da Constituição brasileira e a urgência da Constituinte. Transcreveu, em série, o “Livro do Povo”, de Lammenais.

Atingido o n.º 9, a direção reclamava o pagamento das assinaturas do extinto **O Conciliador** e do primeiro trimestre d'**O Echo Pernambucano**, “a fim de coadjuvarem a publicação desta fôlha, que luta com dificuldades pela falta de meios, atenta às perseguições e despesas extraordinárias por que tem passado o redator durante a dominação atual”. A cobrança estava a cargo de Pedro Alexandrino Alves, depois substituído por José Joaquim Tavares da Costa.

A nota a seguir foi inserida na parte final da edição de 15 de novembro (n.º 20): “A redação d'**O Echo Pernambucano** aceita e publica, nas páginas do seu periódico, qualquer censura, comunicado ou correspondência que não contiverem ofensas à moral pública e vida privada, ainda que sejam a favor ou contra qualquer estrangeiro. Não aceita, porém, nenhum artigo contra os liberais brasileiros ou que

(1) Após a revolução francesa de fevereiro de 1848, Ortolon foi nomeado Ministro da Instrução Pública. Antônio Pedro de Figueiredo precedeu sua tradução de um prefácio de cinco páginas, no qual frisou que se tratava de uma exposição “das idéias teóricas da revolução”, adiantando: “...ainda fervia o alvoroço nas ruas de Paris, obstruídas pelas barricadas, e já o anfiteatro da escola de Direito via apinhar-se no seu recinto aquêles corajosos mancebos, ávidos de ouvirem da bôca do ilustre professor, que na véspera havia pelejado com êles, o desenvolvimento dos princípios por que acabavam de derramar o sangue e arriscar a própria vida!”

Concluiu o prefácio: “Possa a leitura destas lições contribuir a dirigirem o espírito da nossa brilhante juventude para as importantes questões da organização social dos povos, e dest’arte concorrerem para a felicidade da nossa querida pátria”.

sendo **corcundas**, forem honestos e tolerantes. Finalmente, declara que, com especialidade, compreende nessas exceções o atual administrador da província, não só pelo seu honesto e regular procedimento público, como pelos particulares obséquios que lhe deve — **O R. d'O Echo**".

Com o n.º 30, de 20 de dezembro, encerrava-se a atuação do periódico em 1850, para continuar a 3 de janeiro, escrevendo o editorialista: "Seja a Constituinte a primeira palavra saída da nossa pena, ou seja, a primeira expressão **simbólica** das nossas idéias e dos nossos sentimentos no principiar dêste ano de 1851 — para que faça sentir a profundidade das nossas convicções".

O n.º 37 divulgou uma carta assinada com asteriscos (***), mas, na realidade, de Estêvão de Albuquerque Melo Montenegro (depois mudou o nome para Estêvão Benedito de França), o qual se despedia dos leitores, por deixar a função de redator, seguida do "Agradecimento" de Inácio Bento de Loiola.

Em edição especial, homenageando a memória de Nunes Machado, o n.º 40, de 2 de fevereiro, saiu com duas páginas, apenas, a primeira das quais cercada de vinhetas negras e encimada de emblemas fúnebres, começando em baixo editorial alusivo ao primeiro aniversário do desaparecimento do chefe da Revolução Praieira.

Interessante matéria teve início a 1.º de abril: o folheto "O pastor e a ovelha", para "instrução da mocidade, oferecido e dedicado aos pais e chefes de família, interessados na religiosa e civil educação de seus filhos e família", pelo bispo João da Purificação Marques Perdigão.

Escreveu a redação, a 30 de maio, que o partido guabiru de Pernambuco tinha sido dividido em quatro frações, assim denominadas: "**guabirus genuinos** ou **fidalgos** propriamente ditos; **guabirus corcundas**, que são os espoletas dos fidalgos e dos **galegos**; **guabirus** republicanos e **guabirus saquaremas**"; as duas últimas espécies, porém, eram constituídas de homens "probos e honestos".

Não faltaram, quase sempre, versos transcritos ou originais, nas colunas do órgão por excelência político, inclusive do poeta F. A. Cezário de Azevedo. Divulgavam-se Cor-

respondências diversas, a ressaltar algumas do jornalista Antônio Borges da Fonseca, prêso em Fernando de Noronha, em consequência de sua participação na revolução de 1848/1849.

Terminado o ano e começando 1851 sem alteração, **O Echo** veio a sofrer modificações a 1.º de setembro: cresceu o formato para 37 x 25, a três colunas de 16 cíceros; colocou sob o título a indicação: “Jornal Político, Social e Noticioso”, e subiu o preço da assinatura para 2\$000 por série de 20 números, passando para 100 réis o custo do exemplar. Ainda após, no cabeçalho, a sentença de M. Ortolon: “Três unidades existem no coração do homem: um Deus, uma Pátria, uma Família; uma destas unidades é o povo, porque povo, pátria é sempre a mesma idéia, sob dois aspectos diferentes”.

Constou do texto uma curiosa advertência: as colunas d'**O Echo** ficavam franqueadas aos críticos teatrais, contanto que não envolvessem a política em seus artigos; “porque, neste caso, publicaremos somente os que pertencerem ao lado liberal, cuja causa defendemos”; a redação não perderia seu tempo com teatros nem os frequentaria enquanto visse a política saquarema.

Tendo como impressor Manuel Rodrigues Pinheiro, seguiu-se a publicação com regularidade, bissemanalmente, assim entrando 1852. Não havia trégua na campanha contra o Partido Conservador e a predominância do comércio português, mantida constante polêmica com **A União**. O governo provincial, entretanto, aqui e acolá, merecia-lhe êncômios. A edição de 28 de maio, por exemplo, dizia ser o Presidentê Sousa Ramos “o sol radiante que veio dissipar o espesso nevoeiro que ameaçava desabar sobre nossas cabeças”, afirmando que continuava a dar-lhe apoio no Ministério, para o qual fôra chamado, embora se tratasse de “um Ministério tão desacreditado”.

A edição de 9 de julho dedicou sua primeira página, tôda em tarja, ao falecimento do revolucionário Pedro Ivo Veloso da Silveira, “uma das estrêlas que mais abrihantavam o horizonte da regeneração da pátria”, conforme rezava o necrológio. Logo mais, anunciava-se haver sido pôsto em liberdade, a 21 de agosto, o jornalista Borges da Fonseca,

o qual, em artigo intitulado "Aos brasileiros", declarou que, "depois de 34 meses de atroz perseguição", estava pronto para reatar a campanha pró-Constituinte, apenas descansasse das atribuições que sofrera.

Eliminado da Sociedade Liberal Pernambucana, por desobediência às instruções políticas dela emanadas, Inácio Bento de Loiola defendeu-se, num artigo de duas páginas, a 23 de novembro, das acusações que teriam motivado aquela resolução.

A 3 de janeiro de 1853, **O Echo Pernambucano** augurava, para "compensação de tantos males" proporcionados pelo transato, um ano propício, "que abrirá, nos fatos da história, uma nova era, fazendo por uma vez baquear a infernal política luso-saquarema, e que nos trará brevemente a Constituinte soberana".

Melhorou, então, a parte redacional do periódico, cuja matéria se tornou mais variada. Criou-se a seção "Correio Semanal", de "crítica joco-séria", destinada a dar conhecimento aos leitores das notícias "tanto políticas como impolíticas, cumpridas e curtas, grossas e finas, tesas e murchas, velhas e novas". Apareceu o folhetim "Palavras dum cren-te" (2). Intensificaram-se as "Notícias da Pátria". Prosseguiu a campanha contra o "comércio a retalho exercido por estrangeiros". Raros anúncios. E aumentou para 120 réis o custo do exemplar.

Encerrou o ano a edição de 16 de dezembro. Ne-la fez o redator um retrospecto de sua situação, frisando que seguiria "uma marcha mais moderada, sua linguagem não foi tão exaltada", em virtude da moderação das administrações geral e provincial "e mesmo das autoridades policiais". Não deixou, porém, de alimentar polêmica com os conservadores **Diario de Pernambuco** e **A União** e com **O Liberal Pernambucano**, órgão da Sociedade Liberal Pernambucana.

Prosseguiu o jornal em 1854, a 7 de janeiro, em cuja quarta página firmou Bento de Loiola a nota a seguir: "O

(2) Esse trabalho, iniciado n'º *Conciliador*, devia logo ter prosseguido n'º *Echo*, sendo sempre protelado.

abaixo assinado é o único encarregado da direção d'**O Echo Pernambucano**. As correspondências e anúncios, quer de interesse público ou particular, só serão entregues ao abaixo assinado ou, em carta fechada, a pessoa de sua família". Noutra nota pedia-se que os assinantes, devedores de mais de um ano, pagassem para continuar a receber a fôlha (3).

A guisa de folhetim, começou, na edição de 10 de fevereiro, a publicação, em rodapé, do "Projeto de reforma comercial, com a indicação do meio seguro da nacionalização do comércio", apresentado ao governo de S.M.I. pelo dr. Luciano Lopes Pereira.

Defendendo o governo de José Bento da Cunha e Figueiredo, o redator d'**O Echo**, na sua interminável polêmica com **O Liberal Pernambucano**, rebateu, inclusive, críticas de **Veritas** e do **Dr *****, pseudônimos em que se ocultava o "chefista maceióense" José Ângelo Márcio da Silva, o mesmo que, em 1850, redigira os primeiros editoriais do jornal de **Loiola**. **O Xenofonte**, em Correspondências de Maceió, participou da polêmica com **Veritas**.

Interrompida a circulação a 19 de novembro, começou 1855 com a edição de 9 de janeiro, em formato maior, de 45 x 30, quatro colunas de 16 cíceros, tendo elevado o preço da assinatura para 3\$000 por série de 25 números, e para 160 réis o exemplar. Pela primeira vez constou do cabeçalho: "Propriedade de Inácio Bento de Loiola, redator".

Prosseguiria, segundo o editorial, a carreira encetada, acompanhando a opinião pública sem renegar as crenças liberais, censurando e elogiando as autoridades, quando necessário; empenhando-se, finalmente, pela indústria e obras públicas.

No n.º 5 dessa nova fase instalou-se, em rodapé, o "Folhetim Político", de **Alpha**. Surgiram novas Correspondências, focalizando, sobretudo, a política de Goiana, cujo juiz de direito, José Nicolau Rigueira Costa, pouco antes também criticado como chefe de polícia, viu publicado, a 16 de

(3) Avisos semelhantes vinham sendo publicados periodicamente, desde o primeiro ano, e o foram até o fim, porque jamais faltaram assinantes relapsos, mal já hoje de mais de um século de existência.

fevereiro, o “poema épico” “Rigueirada”, assinado por A. Pinheiro de Mendonça, ocupando o Canto I cinco colunas batidas. Começou assim:

“Herói na maldavez e na impostura,
Juiz trombudo, corrutor, perverso,
Dragão nas fúrias, javali nas obras,
No veneno falaz, serpente astuta”.

Por todo o ano, manteve **O Echo** sua posição de fôlha polemista, liberal e nacionalista. A 8 de janeiro de 1856 foi-lhe novamente o formato aumentado, atingindo 50 x 31, a cinco colunas de composição. Assinatura anual — 12\$000. Num retrospecto dos acontecimentos, escreveu o redator, que mudara de atitude quando à política local:

“A ominosa administração do sr. Conselheiro José Bento, durante o ano pretérito, foi a mais deplorável e fatal, porque expandiu, na província, o germe da imoralidade e prevaricação a mais infrene”.

Sôbre o domínio português do comércio a retalho, lia-se, em meio a extensas considerações: “. . . a opinião das massas a respeito expande-se; e não há publicista e estadista que, **bona fide**, exhiba a solução do problema, que encontra entraves e dificuldades insuperáveis a resolvê-lo com sabedoria e no interesse real do país”.

No ano em referência, o bissemanário divulgou importantes artigos de Antônio Rangel de Tôrres Bandeira, inclusive em defesa do escritor luso Antônio Feliciano de Castilho. Liam-se raras poesias de A. B. Gitirana da Costa.

Abriu a edição de 18 de abril a nota seguinte: “Estamos autorizados a declarar, a quem possa interessar, que o sr. Inácio Bento de Loiola, proprietário desta tipografia, deixou de ser o editor dêste jornal desde o dia 18 de março próximo passado. No arquivo da Municipalidade existem as participações convenientes acêrca do que fica anunciado”. Na edição seguinte, lia-se: “Impresso por Manuel Bernardo Pereira”.

Pouco depois, o proprietário da tipografia, declarando haver-se afastado da atividade por motivo de enfermidade,

pedia excusas aos leitores pelos senões verificados na impressão, devidos à inexperiência do nôvo encarregado da tipografia.

Não se alterou a posição do jornal, de combate ao govêrno provincial de José Bento da Cunha e Figueiredo, substituído, a 1.º de junho, pelo conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo.

Em consequência da campanha, foi Inácio Bento de Loiola, no mês de abril, chamado a prestar contas à justiça, por delito de imprensa, denunciado pelo administrador da Casa da Detenção, Florêncio José Carneiro Monteiro. Entretanto, o processo arrastou-se lentamente. Pronunciado, o réu foi a júri no dia 22 de dezembro do ano seguinte, sendo absolvido (4).

A epidemia do cólera, na província, teve constante cobertura do periódico, a par da batalha, entre a alopatia e a homeopatia, pela primasia na cura dos enfermos, com grande participação do dr. Sabino Pinho, apóstolo do sistema que vinha revolucionando a Medicina (5).

Encerrou-se a existência d'O **Echo Pernambucano** com o n.º 48, ano VII (aliás, VI), de 25 de junho de 1856 (**Bib. Púb. Est.**).

A ESMERALDA — Periódico Dedicado às Pernambucanas — Impresso na tipografia de Manuel Figueiroa de Faria, circulou o n.º 1 (que foi também o último), no dia 7 de

(4) O *Jornal do Commercio* (substituto d'O *Echo*), em sua edição de 26/12/1857, descreveu, em artigo intitulado "Memorável triunfo da Imprensa", a sessão do Tribunal do Júri em que foi julgado o alferes de segunda linha Inácio Bento de Loiola no "processo por abuso de liberdade de exprimir o pensamento", instaurado por insinuação do presidente José Bento da Cunha e Figueiredo, porque tivera "o arrojo de admitir, em seu periódico, algumas censuras severas, mas justas, contra o ex-presidente e seu espoleta-mor". Fecharam-se os "canais, tanto no juízo inferior, como superior, à defesa do denunciado"; daí o fato de ter sido pronunciado e submetido a júri, durando tudo mais de um ano. Finalmente, absolvido, "venceu a Imprensa, e venceu com dignidade". Os doze jurados "deram o triunfo às idéias do século — liberdade de exprimir o pensamento".

(5) A época do cólera em Pernambuco, o dr. Sabino Pinho, então deputado, apresentou à Assembléa Provincial um projeto de criação da cadeira de Homeopatia no Ginásio Pernambucano, sendo porém derrotado ("O diabo a quatro na cidade", n'O *Echo Pernambucano* de 20/5/1856).

setembro de 1850. Preço do exemplar — 40 réis, em vários pontos da cidade (In “Avisos Diversos” do **Diário de Pernambuco**).

O FORMIGÃO — Periódico Político e Moral; Crítico, Satírico e Cômico — Saiu à luz do publicismo no dia 7 de setembro de 1850, em formato de 22 x 15, a duas colunas de composição e quatro páginas, como substituto d’**O Patuléa**. Pequena vinheta, sôbre o título, mostrava um guabiru cavalgado por um formigão. Impresso na Tip. Liberal, à rua Estreita do Rosário n.º 15, subscrevia-se a \$500 por série de 25 números, custando 100 réis o exemplar. Editor — A. M. O’C. Jersey.

Constava do “Prospecto” de abertura: “Queremos fazer rir os nossos leitores à custa das mazelas dos nossos adversários políticos, a ver se conseguimos a emenda dêstes”, adiantando: “Asseveramos aos nossos amigos que não escapará guabiru que deixe de chupar sua escovadela; e ai! daquele que se fizer bonito de corpo, porque então será retratado no **Formigão** com todos os ff e rr”.

“Entenda-se por guabiru — esclareceu — tudo que não é liberal puro e decidido”.

Inseriu mais um artigo sôbre a data; poesias em louvor de Pernambuco e uma reportagem satírico-humorística, fechando a edição o Aviso seguinte: “Os senhores a quem gratuitamente remetíamos **O Patuléa** podem mandar buscar nesta tipografia **O Formigão**”.

No n.º 2, quando o formato foi aumentado para 27 x 18, começou a seção “El Nicolau Segundo, Palmatória do Mundo”, encimando-lhe o título uma xilogravura, cujo desenho representava um “tribunal correccional” e seus componentes, tendo o executor das correições, de nome **Pão Duro**, palmatória à mão, a erguê-la contra pacíficos cidadãos.

Em comentário do n.º 4, ocupou-se o desabusado órgão dum assassinio verificado em terras do Brejo da Madre de Deus, do qual teria sido mandante o cônego Joaquim Pinto de Campos, delegado de polícia do referido município, que, na edição de 26 de setembro, foi alvo de tremenda adjectivação, como se vai ler:

“Como se atreve um malvado, com descarada e insólita audácia, a ameaçar aquêles que clamam, que bradam pela punição do assassino, do réprobo, do ímpio, do sacrílego, do devasso, do Calabar, do dilapidador, do passador de cédulas falsas, do salteador, do traidor, do canibal, do sedutor, do falsário, do infame, do Judas, do ladrão, do desavergonhado, do corruto, do blásfemo, do velhaco, do selvagem, do perverso, do arrenegado, do demônio coroado, do monstro bípede composto de todos os vícios e crimes?!!!”

Em consequência de tão audaciosa linguagem, o sacerdote ofendido intentou processo contra **O Formigão**, mas não passou da primeira audiência. Na edição de 7 de outubro era Pinto de Campos “excomungado” pelo “Tribunal Correccional” de **El Nicolau II**, seção satírico-humorística que permaneceu durante toda a existência do jornal. Outra seção de boa verve foi a intitulada “Ferroadas do **Formigão**”. Alguns versos, no mesmo estilo ou com pretensões a épicos, eram divulgados, inclusive nos ns. 14 e 25, em saudação ao líder rebelde Pedro Ivo.

Continuou a atuação joco-séria d’**O Formigão**, sempre a desferir ferroadas contra o “padre Campos assassino”, contra **A União** e **A Marmota Pernambucana** e contra a turma saquarema-guabiru-conservadora, até o n.º 26, de 5 de dezembro de 1850, último publicado.

Não foi, todavia, por vontade própria que o jornalista O’Connel encerrou a carreira do seu jornal. O fato ocorreu como a seguir se resume, consoante extensa carta publicada no diário **A Imprensa**, de 14 de dezembro do mesmo ano, precedida de palavras de apoio ao redator prejudicado:

A Tip. Liberal achava-se em poder de O’Connel, emprestada por José Higino de Miranda, “ao qual estava ela cedida de há muito pelo proprietário, o falecido Francisco Borges Mendes, em razão de uma hipoteca sobre a mesma tipografia, da quantia de 600\$000”. No dia 6, começou o jornalista a ser importunado por oficiais de justiça, até que, no dia 9, lhe invadiram a residência, com mandado de seqüestro do Juiz de Órfãos, a requerimento de Camilo Henrique da Silveira Távora, “que se intitulava tutor dos menores filhos do falecido Borges”, conduzindo todo o material, constante de “quatro estantes, três pares de caixetas, dez

galés, um prelo de pau e tipos para um periódico em quarto". Estava composto um número do jornal "e os esbirros o levaram". Tudo isto teve a cumplicidade do delegado Barata, que mandou prender O'Connel, sob a alegação de que se recusara a entregar a tipografia (1) (**Bib. Pú. Est. e Bib. Nac.**).

A FADA — Fôlha humorística fingindo seriedade, surgiu a 14 de setembro de 1850, em formato de 21 x 15, com quatro páginas. Confeccionada na tipografia d'A **Voz do Brasil** e impressa em papel de côr, constava do Expediente não ter dia certo para sair, custando o exemplar 40 réis. Sob o título, lia-se: "— Manas, fademos? Fademos". E ainda: "Permita Deus que quem tantos males tem causado ao nosso país seja condenado à execração pública".

Consoante o artigo de abertura, **A Fada** estaria em todo lugar, com poderes mágicos, adivinhando tudo e predizendo o futuro. Mas era "uma **Fada** boa, amiga da humanidade". Que queria ela? "Queria o bem da humanidade"; a garanti? "dos direitos sociais; o pobre, o proletário garantido e respeitado". Queria também a Constituinte e vinha "fazer companhia aos jornais e periódicos liberais".

Outro artigo, as "Cartinhas que **A Fada** achou" e "Variedades" completaram a edição de estréia.

Obediente ao programa traçado, circularam mais duas edições, a 25 de setembro e 2 de outubro, aí terminando a existência do órgão joco-sério, cujo último editoria! criticou desabridamente o bissemanário conservador **A União** (**Bib. Pú. Est. e Coleç. Fern. Pio**).

O BRADO DA INDIGNAÇÃO — Periódico Anti-Zoilo —
Circulou a 3 de setembro de 1850, em formato de 22 x 15,

(1) No registo d'O *Formigão*, à página 233 dos "Anais", escreveu Alfredo de Carvalho que a "extrema virulência" de O'Connel "desagradou aos próprios correligionários liberais, e a publicação terminou com a prisão do redator por abuso da liberdade da imprensa".

— Salvo no tocante à virulência, errou o ilustre bibliógrafo nas suas conclusões. Tanto não desagradou a linguagem panfletária do jornalista, que os chefes liberais se cotizaram, doando-lhe outra tipografia, na qual veio êle a imprimir *O Paladim*, em 1851. A prisão decorreu de simples abuso de autoridade, durando apenas 17 horas.

com 20 páginas de coluna larga, fora a capa, impresso na tipografia do **Diário de Pernambuco**, à rua das Cruzes (nome antigo), D. 3. Trazia sob o título: "...**Lay on, Macduff, / And damn' d he be that cries; / hold enough!**" (Shakspeare), e mais: "Principiemos, **Zoilo**, e maldito seja o que primeiro disser — basta!".

Lia-se, à guisa de Expediente: "Não há um período fixo para aparição do **Brado da Indignação**, de modo que será regulada conforme o pedirem as circunstâncias. Da mesma sorte é indeterminado o número de suas páginas, que terão de variar na proporção das matérias, resultando do aumento ou diminuição delas a devida alteração no preço". Preço do exemplar — 240 réis.

Ocupando três páginas, em tipo corpo 8, batido, o editorial de apresentação ocupou-se da imprensa acadêmica, onde eram "observadas as leis da moralidade, para depois lançar-se **O Zoilo**, redigido por uma fração virulenta do corpo acadêmico de Olinda, uma fração como que gangrenada, a qual por si mesma desprende-se do seu todo"... Aludiu aos "obreiros desta pasquinada, escrita em linguagem hermafrodita", afirmando haver o aparecimento do **Zoilo** provocado grande indignação.

Todos os artigos a seguir, sem assinatura, criticavam, com virulência desmedida, o mencionado jornal e seus redatores, entre eles "um sr. Figueira".

Sem outro assunto senão o ataque sistemático à literatura d'**O Zoilo**, circulou sem data o segundo **Brado da Indignação**, continuando o número de páginas até o total de 40 (**Bib. Nac.**).

O MEDICO DO POVO EM PERNAMBUCO — Órgão de Propaganda Homeopática — Saiu a lume no dia 2 de outubro de 1850, em formato de 31 x 22, com quatro páginas de duas colunas. Abaixo do título, em tórno de uma cruz, trazia as seguintes frases: "**Similia, similibus curantur**". "**Unitas remedii — Doses minimae**". "**Experientia in homini sano**" (Hahnemann). "**Querer é poder**". "**Tout est dans tout**" (Jacolot). "**Caridade sem limites: / Ciência sem privilégios**" (Melo Moraes).

Em coluna dupla, ainda como parte do cabeçalho, rezava o Expediente: "**O Medico do Povo em Pernambuco** (1) é propriedade de seus redatores dr. Sabino Olegário Ludgero Pinho, dr. Alexandre José de Melo Morais e João Vicente Martins, os quais cedem todos os direitos a favor de qualquer pessoa que o queira reimprimir por sua conta integralmente. Publica-se às quartas-feiras e sábados; subscreve-se na tipografia da sra. Viúva Roma — rua da Praia n.º 55 — por 2\$000 o trimestre; não se vendem números avulsos. O abaixo assinado é a pessoa única encarregada de toda a gerência ativa e passiva deste jornal — Francisco Augusto d'Oliveira".

A segunda metade da página de frente foi ocupada por uma carta dirigida ao padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, assinada pelo redator J. V. Martins, que o convidava para uma discussão "acêrca da verdade teórica e prática da homeopatia", alvo de restrições daquele jornalista, pondo-lhe à disposição as colunas do periódico.

Na segunda página, uma "Declaração", assinada pelos redatores, explicava os objetivos da publicação, a constituir-se em cadeia, sendo primeiro da série **O Medico do Povo da Bahia**; segundo, o de Pernambuco, estando programados outros órgãos da mesma espécie para o Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, Lisboa e Pôrto, uma vez que Martins era cirurgião português, fazendo parte do programa "a união, cada vez mais íntima", entre Portugal e o Brasil.

Tôda a demais matéria da edição de estréia constituiu-se de literatura de propaganda homeopática, sendo o jornal distribuído gratuitamente.

Seguiu-se regularmente a vida do periódico, sempre repleto de artigos assinados pelos redatores ou sem assinatura, sem jamais sair do programa propagandístico. Martins repelia as opiniões de Lopes Gama, que continuou discordando da ciência de Hahnemann, através das colunas do **Diario de Pernambuco**, tendo a apoiá-lo o semanário **O Echo**

(1) O diário liberal *A Imprensa* dedicou ao aparecimento do periódico um artigo de página inteira — a primeira — de encômios, terminando por oferecer suas colunas para secundar o debate em prol da extensão dos conhecimentos da homeopatia.

Pernambucano. Este voltou-se, com a máxima virulência, contra o n.º 16 da fôlha homeopática, que fôra demasiado ríspida com o ex-redator d'O Carapuceiro.

A partir do n.º 7, **O Medico do Povo** começou a publicação duma matéria nova: os Estatutos do Gabinete Português de Leitura.

Impresso na Tip. Viúva Roma & Filhos, à rua da Praia n.º 55, menos o n.º 7, que o foi, excepcionalmente, na Tip. Nacional, à rua Direita n.º 5, 2.º andar, a fôlha terminou o primeiro trimestre com o n.º 21, de 24 de dezembro, nêl inserindo o Aviso: "De ora em diante, continua a ser publicado debaixo da direção dos srs. dr. Sabino Olegário Ludgero Pinho e dr. Pedro de Ataíde Lobo Moscoso".

Não obstante o Aviso, tudo indica que a publicação parou aí (**Bib. Púb. Est. e Bib. Nac.**) (2).

O RECREATIVO — Jornal Moral, Crítico e Teatral — Impresso na tipografia da Viúva Roma & Filhos, saiu o primeiro número a 7 de outubro de 1850, em formato de 30 X 22, com seis páginas a duas colunas de 16 cíceros. Preço da assinatura trimestral — 1\$000.

O editorial de apresentação, sob o título "Advertência", levando em consideração que "o teatro é o termômetro infalível da ilustração de um povo", justificou o aparecimento da fôlha, adiantando: "...graças ao desenvolvimento do espírito de sua população e a animação de um govêrno que soube conhecer as suas necessidades e procurou, quanto lhe foi possível, satisfazê-las, a cidade do Recife já hoje possui um teatro".

Tomando sôbre os ombros "a difícil e penosa tarefa de estabelecer uma crítica", acentuou: "Nosso único fim, pois, é recrear e instruir, aperfeiçoando a arte, porque esta, sem a perfeição, sem a crítica, é como um jardim abandonado, o qual, perdendo, de uma a uma, as flôres que o decoram, bem depressa cobre-se de plantas parasitas e bravias. Analisare-

(2) Na Biblioteca Pública do Estado só existe comprovante do n.º 1, único, por sua vez, mencionado nos 'Anais', de A. de Carvalho. Por coincidência, a coleção da Biblioteca Nacional começa com o n.º 2.

mos, sucintamente, tôdas as representações do Teatro Santa Isabel, e não será o menor dos nossos cuidados, a par de nossas observações, a escolha de artigos apropriados e conducentes ao fim que nos propomos”.

Completaram a edição de estréia o artigo “Os Teatros” e um “Comunicado”, de quase quatro páginas, repleto da mais acre censura às crônicas teatrais do médico Joaquim de Aquino Fonseca, inseridas no diário **A Imprensa**.

Só apareceu o n.º 2 no dia 10 de novembro, ainda com seis páginas, para continuar, semanalmente, com apenas quatro. Começou com o artigo “A poesia”, que só prosseguiu no n.º 6 e, apesar do “continuar-se-á”, não teve fim. Além de uma página de poesias sem assinatura, outro “Comunicado” destinava-se novamente, a criticar, com o máximo azedume, o médico Aquino Fonseca. Aconteceu, entretanto, que, ao escrever o tal “Comunicado”, quando já ia na metade das laudas, dois amigos do redator, acercando-se da mesa onde escrevia, lhe asseguraram que o artigo d’**A Imprensa**, sem assinatura, a que estava respondendo, fôra redigido por Antônio Pedro de Figueiredo, o **Cousin fusco**. Não sofreu alteração a catilinária, que continuou, no mesmo diapasão demolidor, mudando tão somente de alvo.

Não fêz outra coisa **O Recreativo**, em suas edições continuadas, senão atacar **A Imprensa** e o seu folhetinista teatral, ao passo que defendia, a tôda altura, o empresário do Teatro Santa Isabel, ao mesmo tempo ator, Germano Francisco de Oliveira.

A partir do n.º 7, duplicou de formato, divulgando o Expediente a seguir: “Subscreve-se para êste periódico a 2\$000 por doze números, saindo uma vez por semana; recebem-se anúncios dos srs. anunciantes a 20 réis por linha, e para os que não o forem a 80 réis, e as repetições à metade do preço estipulado, no largo do Colégio, loja do Livro Azul”.

Começaram aí longos folhetins, assinados por **Arion**, de crítica teatral e, enquanto alguns editoriais focalizavam, em caráter doutrinário, a política partidária, conclamando “uma pernambucanização”, “um só corpo”, outros clamavam contra o diário liberal **A Imprensa**, desferindo, por outro lado, ataques, cada vez mais insólitos, contra o dr.

Joaquim de Aquino Fonseca. Não faltou, porém, uma compensação literária, desde a adoção do nôvo forma'ô: a'ém do seu artigo "Pureza de elocução", Antônio de Rangel Tôrres Bandeira divulgou diferentes produções poéticas, bem como Filadelfo A. Ferreira Lima e Manuel Rodrigues do Passo.

Extinguiu-se a vida d'O **Recreativo** com o n.º 13, datado de 21 de fevereiro de 1851, exatamente quando principiava a segunda série do jornal "que tantas maldições" tinha "sofrido" (**Bib. Púb. Est.**).

A **LIBERDADE** — Entrou em circulação a 14 de novembro de 1850, obedecendo ao formato de 21 x 16, com quatro páginas de duas colunas. Impresso na Tipografia União, trazia, sob o título, os seguintes conceitos de Mr. Bavoux ("Filosofia Política"): "Quando um partido, que abusou do poder, o perde, sua queda é sem remédio. — Todo partido que se mancha em sangue tarde ou cedo o espia e se aniquila para sempre". Preço do exemplar — 20 ré's.

O artigo de abertura não apresentou programa, mas constituiu uma hosana à Liberdade. Seguiram-se dois comentários de observações políticas, em linguagem um tanto arrevezada.

Mais duas edições foram publicadas: a 22 de novembro e 14 de dezembro. Continuou, em melhor estilo, a apologia da Liberdade, terminando com assuntos de natureza militar, em apoio ao Governo Imperia! (**Bib. Púb. Est.**).

O **ARTISTA BRASILEIRO** — **Periódico Político, Liberal e Social** — Surgiu no dia 16 de novembro de 1850, sendo impresso na oficina gráfica d'A **Voz do Brasil**, em papel de côr, formato de 21 x 15, com quatro páginas de coluna larga. Lia-se abaixo do título: "As revoluções, fatais necessidades, inevitáveis intermitências da vida das nações, não se fazem jamais em vão" (Mr. de Lamartine). Assinava-se a 1\$000 por 25 números, pagos adiantadamente, custando o exemplar 40 réis.

O editorial de apresentação, intitulado "Uma palavra ao leitor", focalizou as aspirações democráticas do povo pernambucano, manifestadas em 1817 e 1848, assim arrematando: "...aparece **O Artista Brasileiro** para prestar o seu con-

tingente à obra da reorganização brasileira e, debaixo da bandeira alevantada no campo da guerra — a Constituinte, dizer o que pensa, porque a revolução é política e social, e porque vamos caminhando para o reinado completo da democracia. Os que duvidam esperem pelo tempo”.

Os demais artigos e notas ocuparam-se em alertar os artistas contra o predomínio dos estrangeiros, principalmente portugueses, defendendo princípios de moralidade.

Apesar de tanta disposição, o pequeno órgão não passou do primeiro número (**Bib. Púb. Est.**).

O JAN BIXENTE — Órgão Analítico-Joco-Sério Contra o Charlatanismo Medical — O n.º 1 publicou-se a 16 de dezembro de 1850, em formato de 21 x 15, com quatro páginas. Impresso por José dos Santos Tôrres, sem mencionar tipografia, distribuía-se gratuitamente. Apresentou, sob o título, a seguinte quadra:

“Sabendo o fraco do povo,
O ganhador charlatão
Procura o maravilhoso,
Recorre à Religião”.

Inseriu, como apresentação, um artigo sem título, que encheu, literalmente, a edição, em tipo corpo 7, batido, todo êle de crítica ao homeopata português João Vicente Martins, cognominado **Jan Bixente** (1), um dos redatores do periódico **O Medico do Povo em Pernambuco**.

Aludindo à retirada, por “motivos morais”, do padre Lopes Gama da polêmica que, através do **Diario de Pernambuco**, mantivera com João Vicente Martins, advertiu o redator do **Jan Bixente** encontrar-se pronto para continuá-la. Declarava guerra ao “charlatão”, prometendo fazer um inventário das sandices d’**O Amigo do Povo em Pernambuco**.

(1) Dando as razões do título do jornal, assim se explicou o não identificado redator: do mesmo modo que a denominação de Quixote significava cavaleiro andante; Zollo, o satírico invejoso e desassizado; Messalina, a mulher devassa; Tartufo, o hipócrita, etc., *Jan Bixente* queria dizer: “charlatão e malcriado”.

O cirurgião João Vicente Martins foi o fundador, em 1850, do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco.

Não é que condenasse, absolutamente, a homeopatia, que, como sistema de medicina, continha algumas verdades; condenava, sim, o empirismo do charlatão.

Circulando bissemanalmente, a fôlha continuou, em longos artigos, a criticar “o charlatão Jan Bixente”, chamando-o, inclusive, “Dr. Chikapouff”, “o impostor” e “refinado tratante”.

O n.º 3 saiu, excepcionalmente, com seis páginas, tal a extensão dos comentários redacionais. Começou aí o “Inventário de sandices” d’O Medico do Povo, “obra prima do charlatão Jan Bixente das frascatas e cataratas”. Foram, assim, analisados os artigos do jornal homeopata, frisando o redator, já na última edição:

“...a homeopatia nas mãos da ignorância e do empirismo, a homeopatia exercida como uma mera especulação, ou pechincha, é um insulto às leis, é uma ofensa à razão pública, é um desofôro, é uma pouca vergonha”.

O Jan Bixente finou-se com o n.º 6, de 8 de janeiro de 1851 (Bib. Púb. Est.).



MÉRITO JORNALÍSTICO

Carta do presidente da Ordem dos Velhos Jornalistas, do Rio de Janeiro, GB, ao autor da "História da Imprensa de Pernambuco", datada de 7 de abril de 1969:

"Prezado confrade: Tenho a satisfação de comunicar-lhe que o Conselho do Mérito Jornalístico, organismo criado pelo Dec. 52.206, de 28 de junho de 1963, atendendo proposta formulada pela ORDEM DOS VELHOS JORNALISTAS e por unanimidade de votos, em reunião plena, realizada a 20 de março passado, concedeu-lhe a Medalha do Mérito Jornalístico, no setor História e Biografia.

Funcionou como relator, no processo respectivo, o Conselheiro Dr. Luiz de Castro Sousa, representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de cujo Parecer junto a cópia presente.

Devo observar-lhe que a distinção ora outorgada — a maior existente no Jornalismo brasileiro — embora reconhecida pelo Governo da União, dêle não sofre influência de nenhuma espécie. É prêmio de colegas a colegas, balanceado o valor de cada um.

A imposição das insígnias do Mérito será feita, solenemente, nesta cidade do Rio de Janeiro, no dia 13 de maio, Dia da Imprensa, em local e hora em tempo fixado, ocasião em que conto com a presença do prezado colega.

Felicitando-o, em meu nome e no dos companheiros da ORDEM, pelo êxito alcançado, sirvo-me da ocasião para apresentar-lhe saudações cordiais. — NELSON ALVES, Presidente".

P A R E C E R

"O jornalista e escritor LUIZ DO NASCIMENTO nasceu a 15 de dezembro de 1903, na cidade de Gravatá, Estado de Pernambuco, filho de Manuel do Nascimento de Jesus e de D. Henriqueta Bezerra do Nascimento. Fêz o curso primário na Escola Pública de sua terra natal, tendo ingressado com 14 anos de idade na tipografia do semanário *Gravataense*. Redigiu, depois, em colaboração com outros jovens, pequenos órgãos humorísticos, fazendo, igualmente, a composição e a impressão desses periódicos.

Transferindo-se, definitivamente, para a cidade do Recife, em fins do ano de 1926, iniciou-se nas lides jornalísticas diárias, começando na revisão e depois passando para a redação, tendo trabalhado nos seguintes órgãos: *Jornal do Recife*, *Correio-Jornal*, *Diário da Manhã*, *Diário da Tarde* e *Jornal do Commercio*. Neste último, depois de mais de 30 anos de “batente”, afastou-se, por aposentadoria, em 1964. Colaborou no *Jornal Pequeno*, no vespertino *A Notícia*, na *Folha da Manhã* e continua publicando seus trabalhos, desde 1950, no *Diário de Pernambuco*.

LUIZ DO NASCIMENTO exerceu também atividades na imprensa periódica da capital pernambucana, como redator do *Boletim da Associação Comercial de Pernambuco*, diretor do *Boletim Canavieiro* e do anuário *Presente de Natal*. Foi correspondente de *A Noite* e das revistas *A Noite Ilustrada*, *Vamos Ler* e *Carioca*, publicações do Rio de Janeiro, e da agência telegráfica Associated Press.

Na vida associativa ocupou cargos de direção no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Recife e na Associação da Imprensa de Pernambuco, e participou de vários congressos nacionais de jornalismo.

A paixão pelas letras e pelo jornal fez LUIZ DO NASCIMENTO voltar-se para a pesquisa histórica, em 1952, quando começou a percorrer os acervos das bibliotecas e arquivos, particulares e públicos, tanto de Pernambuco como de outros Estados. Realizou, então, uma obra de fôlego, escrevendo a “História da Imprensa de Pernambuco: 1821-1954”, dividida em quinze volumes, dos quais se encontram publicados três, com os subtítulos: *Diário de Pernambuco*, *Diários do Recife: 1829-1900* e *Diários do Recife: 1901-1954*. Deu a lume, ainda: *Imprensa Periódica Pitoresca de Pernambuco*, 1954, posteriormente incluída no livro *O Jornal Por Dentro e Por Fora*, 1962; *A Imprensa Vitoriana no Século XIX*, 1967; *Um Decênio de Imprensa e Vida*, 1968; *Três Mestres de Direito no “batente” do Jornal*, 1966.

De sua autoria encontram-se prontos para publicação os seguintes outros trabalhos: *Roteiro de Jornalistas Pernambucanos*; *Martirologio do Jornalista Borges da Fonseca*; *O admirável Nascimento Feitosa*; *Dicionário Pernambucano de Pseudônimos* e *Roteiro Jornalístico de Manuel Caitano*.

Para o admirável cronista pernambucano Nilo Pereira, é Luiz do Nascimento “...grande pesquisador, a quem a história do jornalismo deve o que não pode pagar”.

Realmente, o acervo da obra monumental deste jornalista representa trabalho beneditino e da mais alta valia para as letras brasileiras. É a consagração dos homens da pena e a exaltação de um serviço público — a imprensa —, cujo manancial sôbre a evolução de fatos e costumes de nossa gente é material inestimável.

Nas páginas amareladas dos diários, encontram-se gravados eternamente os problemas políticos, os acontecimentos sociais, administrativos e econômicos da velha província, mas os homens que os registraram ficaram totalmente esquecidos e sômente agora ressurgem pelo esforço e perseverança de Luiz do Nascimento, para glorificação do jornalismo brasileiro. Êle escreveu, propositadamente, na introdução do volume II de sua “História da Imprensa de Pernambuco”: “Nestas páginas perpassam nomes que conheceram a glória das letras indígenas, lumina-

res do artigo de fundo e da crônica, do artigo científico e do comentário ligeiro, do conto e da poesia; heróis da reportagem, da notícia e da revisão, além da turma administrativa”.

E, por compreender o valor incalculável da obra de Luiz do Nascimento, a Universidade Federal de Pernambuco resolveu por bem publicá-la na *Imprensa Universitária*, medida que muito enobrece e realça os seus primordiais objetivos na disseminação da cultura pátria.

Luiz do Nascimento, pelo seu trabalho meritório sobre a história da imprensa de Pernambuco, foi agraciado pelo Governo do Estado, a 31 de janeiro de 1963, com a “Medalha Pernambucana do Mérito”, recebendo a láurea pelo então governador Cid Sampaio. Mereceu, igualmente, os prêmios “Cidade do Recife” e da Academia Pernambucana de Letras, ambos de 1964.

É Sócio Efetivo do venerando Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e sócio correspondente dos Institutos Históricos de Igarassu e de Vitória de Santo Antão, e recentemente foi distinguido como sócio correspondente da ORDEM DOS VELHOS JORNALISTAS.

Em face de seus títulos, trabalhos e tódia uma vida devotada ao jornalismo, o candidato Luiz do Nascimento, inscrito na Seção “História e Biografia”, justifica plenamente o seu ingresso na *Ordem da Medalha do Mérito Jornalístico*, cuja concessão representará uma parcela modesta daquela dívida que é ressaltada pelo escritor Nilo Pereira.

À consideração do Colendo Conselho.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1969. — *Luiz de Castro Sousa*, — Conselheiro Relator do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO”

HOMENAGEM DE JORNALISTAS A JORNALISTAS

Sob o título acima, o *Boletim Mensal da Ordem dos Velhos Jornalistas*, do Rio de Janeiro, Gb, noticiou, detalhadamente, a solenidade da imposição da Medalha do Mérito Jornalístico, que ocorreu a 13 de maio de 1969, no Auditório da Associação Brasileira de Imprensa.

Presidiu o ato o confrade Nelson Alves, presidente da Ordem e um dos diretores da revista *Manchete*, presentes todos os membros do Conselho do Mérito, os Velhos e diversas outras personalidades.

Em nome do Conselho e da Ordem, falou o escritor e jornalista Marcos Almir Madeira, presidente do PEN Clube do Brasil, que traçou breve biografia de cada um dos agraciados, salientando suas qualidades jornalísticas.

Agradecendo a homenagem, discursou o jornalista escritor Godofredo Tinoco, o qual definiu o jornal como “o sexto sentido de um povo”, sendo sua alma o jornalista, “o soldado desconhecido da grande cruzada humana”, que “combate e vence; vence pela tenacidade, porque combate pelo bem comum”.

Foram os seguintes os profissionais galardoados com o prêmio máximo da imprensa brasileira:

Carlos Castelo Branco, Rodrigo Soares Júnior, Godofredo Nascentes Tinoco, Antônio Gentil Cordeiro, Zéia Pinho de Rezende Silva, Jaime Ferreira de Vasconcelos, Armando Fay de Azevedo, Flávio Costa e Luiz do Nascimento, de diferentes regiões do país.

Por motivo de saúde, não pôde comparecer o último da lista, representando-o, na solenidade, o jornalista e escritor Joaquim Inojosa.

GRATIDÃO

O agraciado autor da "História da Imprensa de Pernambuco" deixa aqui expressa sua máxima gratidão aos companheiros, mais do que tudo amigos, Belfort de Oliveira, Nelson Alves, Luiz de Castro Sousa e Joaquim Inojosa; à Ordem dos Velhos Jornalistas e ao Conselho do Mérito Jornalístico.

CONSULTAS

- BLAKE, Antônio Vitorino Alves Sacramento — “Dicionário Biográfico Brasileiro” — Tip. Nacional, Rio, 1883.
- BRANDÃO, Ulisses Soares de Carvalho — “A Confederação do Equador” — Oficina Gráfica da Rep. de Pub. Oficiais, Recife, 1924.
- CÂMARA LIMA, Francisco Faelante da — “Maciel Monteiro”, in **A Cultura Acadêmica** — Imprensa Industrial, Recife, 1905.
- CARVALHO, Alfredo de — “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821/1908”. — Tip. **Jornal do Recife**, 1908.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da — “Anais Pernambucanos” — Vol. VIII — Imprensa Oficial, Recife, 1962.
- Enciclopédia e Dicionário Internacional** — W. M. Jackson, Inc., editor — São Paulo.
- FONSECA, Gondin da — “Biografia do Jornalismo Carioca” — Livraria Quaresma, Rio, 1941.
- LIMA Sobrinho, Barbosa — “O problema da Imprensa” — Editôra Alvaro Pinto, Rio, 1923.
- MELO, Antônio Joaquim de — “Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca” — Tip. Mercantil, Recife, 1876.
- MELO, Milton F. de — “A Setembrizada” — Edição da Diretoria de Documentação e Cultura, da Prefeitura Municipal do Recife. Imprensa Oficial, 1951.
- ORTOLAN, M. — “Da Soberania do Povo e dos Princípios do Govêrno Republicano Moderno”, tradução de Antônio Pedro de Figueiredo — Tip. Imparcial, Recife, 1848.
- PERÉA, Romeu — “Os intelectuais carmelitas luso-brasileiros” — Vol. VI — Tip. **A Tribuna**, Recife, 1941.
- Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguêsa** — Edição IX — Editôra Civilização Brasileira, Rio, 1951.
- PERETTI, João — “O Movimento Praieiro” (Ensaio sôbre a revolta de 1848) — Imprensa Oficial, Recife, 1950.

- PINTO, Estêvão — “Figuras do Século Passado”, in **Jornal do Commercio** — Recife, 12/9/1958.
- QUINTAS, Amaro — “O padre Lopes Gama político” — Imprensa Universitária, Recife, 1958.
- RIZZINI, Carlos — “O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil” — Editôra Kosmos, Rio, 1945.
- ROCHA, Leduar de Assis — “Notas sôbre um Higienista Pernambucano do Século XIX” — Imprensa Oficial, Recife, 1955.
- SEGUIER, Jaime de — “Dicionário Prático Ilustrado” — Livraria Chardron, Pôrto, 1928.
- STUDART, Barão de — “Para a história do Jornalismo Cearense” — Tip. Moderna, Fortaleza, 1924.
- VELHO Scbrinho, João Francisco — “Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro” — Rio, 1940.
- VIANA, Hélio — “Contribuição à História da Imprensa Brasileira — 1812/1869” — Imprensa Nacional, Rio, 1945.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abreu, José Vitorino de — 107, 120, 143.
Aguiar, João José Ferreira de — 214, 217, 301.
Aires, Cardoso — 166, 248, 298.
Albuquerque, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de, Visconde de — 133, 134, 140, 142, 143, 144, 147.
Albuquerque, Diogo Velho Cavalcanti de — 325.
Albuquerque, João José de — 335.
Albuquerque, Luiz Cavalcanti de — 108.
Albuquerque, Manuel Clemente Cavalcanti de — 44.
Albuquerque, Manuel Joaquim do Rêgo e — 222, 234.
Albuquerque, Pedro Autran da Mata e — 207, 301, 302.
Albuquerque, Pedro Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de — 48, 108, 109, 112, 134, 247.
Albuquerque, Salvador Henrique de — 325.
Alcoforado, Nuno Guedes — 50, 144.
Almeida, Cipriano José Barata de — 37, 38, 40, 44, 45, 49, 50, 51, 53, 123, 126, 127, 129.
Almeida, Joaquim José de — 48.
Almeida, Tomaz Xavier Garcia de — 34, 56, 70, 74, 218, 221, 228.
Alves, Nelson — 361, 363, 364.
Alves, Pedro Alexandrino — 341.
Andrada e Silva, José Bonifácio Ribeiro de — 28, 50, 64, 65.
Andradas, Os — 52.
Andrade, Manuel de Carvalho Pais de — 38, 39, 43, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 65, 66, 122, 127, 129, 131, 132, 133.
Andrade, R. S. Pais de — 330.
Araújo, José **Oswaldo de** — 16.
Araújo Lima, Pedro de (Marquês de Olinda) — 108, 109, 112.
Azevedo, Armando Fay de — 364.
Azevedo, Francisco Antônio Cezário de — 342.
Azevedo, José Soares de — 100, 156, 250.
Azevedo, Manuel Mendes da Cunha e — 155, 227.
Bandeira, Antônio Rangel de Tôrres — 300, 301, 346, 355.
Bandeira Júnior — 110, 135, 140, 144, 151, 166.
Barbosa, Francisco José de Farias — 59.
Barreto, Francisco Pais (Morgado do Cabo) — 39, 48, 55, 56, 57, 58, 59, 60.
Barreto, Francisco Xavier Pais — 308, 312.
Barreto, João Floripes Dias — 177, 186.
Barreto, Luiz do Rêgo — 19, 20, 21, 22, 23, 26, 29, 30.
Barreto, Padre, Cônego Francisco Ferreira — 28, 42, 71, 74, 153, 154, 214, 237, 247, 327, 338.
Barros, Bento José Fernandes de — 89.
Barros, F. de Araújo — 330.
Bastos, Conselheiro Rodrigues — 213.
Batista, Francisco de Paula — 196, 301.

- Blake, Antônio Vitorino Alves do Sacramento — 300.
 Bocage, Manuel Maria Barbosa du — 242.
 Bolitreau, Francisco Pedro — 262.
 Bonnin, Mr. — 43.
 Bois-Garin, Adolphe Emile de — 79.
 Brandão, Francisco Soares de Carvalho — 64.
 Brant-Points, Marechal Felisberto Caldeira — 56.
 Brito, dom Tomaz de Noronha e — 198.
 Brito, Floriano Correia de — 166, 301, 319.
 Brito, Francisco de Paula — 322.
 Brito, Joaquim Marcelino de — 180, 189, 203.
 Caldas Barbosa, Domingos — 139.
 Câmara, Bernardo José da — 309, 314, 316.
 Camarão, Antônio Filipe — 283.
 Camargo, Vicente Tomaz Pires de Figueiredo — 153.
 Caminha, Antônio Manuel dos Santos — 182, 222, 227, 242, 254, 262, 265, 268, 284, 285.
 Camões, Luiz Vaz de — 35, 53, 67, 121, 145, 170, 234.
 Campos, Monsenhor Joaquim Pinto de — 213, 214, 232, 233, 262, 270, 301, 312, 327, 339, 348, 349.
 Caneca, Frei Joaquim do Amor Divino — 33, 39, 42, 53, 56, 60, 61, 65, 90, 167, 204, 208.
 Cantanhede, P. W. — 330.
 Capibaribe, José Joaquim da Fonseca — 89.
 Carlos, dom — 154.
 Carneiro da Cunha, Francisco João — 207.
 Carreiro, Luiz da Costa **Pôrto** — 223.
 Carvalho, **Alfredo** Álvares **de** — 16, 24, 33, 34, 38, 39, 44, 48, 51, 61, 62, 64, 65, 67, 70, 73, 75, 80, 81, 82, 87, 90, 91, 101, 106, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 124, 127, 128, 129, 130, 136, 138, 141, 144, 149, 152, 158, 159, 167, 170, 182, 191, 193, 199, 203, 210, 223, 226, 229, 235, 237, 240, 244, 247, 259, 260, 261, 264, 271, 277, 294, 295, 296, 304, 306, 310, 313, 321, 325, 330, 331, 335, 336, 337, 350, 353.
 Carvalho, A. L. F. de — 268.
 Carvalho, Francisco Cordeiro de — 339.
 Carvalho, Joaquim Elviro de Moraes — 306, 307.
 Carvalho, José Joaquim de — 43.
 Carvalho, Manuel Inácio de — 125.
 Castelo Branco, Carlos — 364.
 Castilho, Antônio Feliciano de — 348.
 Catanho, Ricardo Fernandes — 19, 20.
 Cavalcanti, Luiz Francisco de Melo — 142.
 Cavalcanti, Manuel Clemente do Rêgo — 39, 56.
 Chaga, Antônio Pereira da — 271, 274.
 Chateaubrinad, Visconde Francisco Renato de — 309.
 Chaves, M. F. — 339.
 Cintra, Manuel Coelho — 223.
 Cochrane, Almirante Lord Thomas John — 43.
 Colaço, Filipe Néri — 313.
 Condorcet, Antônio Nicolau de — 230.
 Cordeiro, Antônio Gentil — 364.
 Cordeiro, Padre João Barbosa — 82, 85, 89, 108, 122, 132, 136, 144, 177, 193.
 Correia, José Lúcio — 108.
 Costa, A. B. Gitirana da — 346.
 Costa, Flávio — 364.
 Costa, Francisco Augusto **Pereira da** — 62, 66, 198.

- Costa, Jerônimo Luiz da — 145.
Costa, José Joaquim Tavares da — 335, 341.
Costa, José Nicolau **Regueira** — 223, 225, 345.
Cousin, Victor — 100, 196, 252.
Coutinho, B. V. — 298, 341.
Crespo, José — 283.
Cunha, Jacinto Manuel Severiano da — 203, 205.
Cunha, João Ferreira da — 26.
Cunha, José Antônio da — 323.
Dácia, Henrique Félix de — 115, 118, 126, 297.
Diniz, Manuel Feliciano Ribeiro — 323.
Diniz, Próspero Ribeiro — 322, 323, 324.
Drumond, Antônio de Meneses Vasconcelos de — 27, 53.
Duarte, José Joaquim F. —
Duarte Júnior, Joaquim F. — 330.
Elísio, Filinto — 132.
Espírito Santo, D. S. do — 228.
Falcão, Antonino José de Miranda — 63, 66, 85, 89, 91, 130, 176, 177, 178.
Faria, José Gonçalves de — 63.
Faria, Manuel Figueiroa de — 137, 142, 144, 145, 159, 160, 170, 172, 179, 186,
192, 194, 195, 202, 210, 217, 248, 306, 310, 321, 324, 325, 330, 347.
Faria, Pinheiro & — 114, 116, 120, 122, 124, 127, 130, 132, 159.
Feijó, **Padre Diogo** Antônio — 131, 133, 152, 154.
Feitosa, Antônio Vicente do **Nascimento** — 250, 299, 305, 307, 340.
Fernandes, Aníbal Gonçalves — 251.
Ferrão, José Carlos Mairink da Silva — 33, 67.
Ferraz, Ângelo Muniz da Silva — 97, 108, 113.
Ferreira, Antônio Afonso — 261, 278, 282.
Ferreira, Domingos Malaquias de Aguiar Pires — 275.
Ferreira, Filipe Néri — 27, 56.
Ferreira, Gervásio Pires — 29, 34, 37, 38, 39, 41, 109, 123, 133.
Ferreira, João Pires — 37.
Ferreira, Luiz Gomes — 142.
Ferreira, Padre Bernardo Luiz — 69.
Ferreira, J. F. — 311.
Figueiredo, Antônio Pedro de — 196, 248, 251, 252, 289, 301, 312, 341, 354.
Figueiredo, José Antônio de — 306, 307.
Figueiredo, José Bento da Cunha e — 207, 301, 302, 345, 346, 347.
Fonseca, Antônio Borges da — 67, 69, 70, 72, 78, 108, 112, 115, 162, 164, 165,
166, 167, 168, 181, 182, 183, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 214, 215, 222, 223,
225, 227, 228, 229, 230, 235, 245, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261,
263, 264, 266, 269, 275, 278, 282, 283, 284, 288, 294, 296, 297, 303, 314, 317,
326, 334, 335, 343.
Fonseca, Filipe Mena Calado da — 24, 44.
Fonseca, Gondin da — 53, 322.
Fonseca, Joaquim de Aquino — 171, 172, 202, 223, 229, 354, 355.
Fonseca, José Matias da — 26.
Fonseca, José Tavares Gomes da — 143.
Fonseca, Padre João Batista da — 51, 62.
Franco, Bernardo de Sousa — 85, 123, 130.
França, Ernesto Ferreira — 214, 220, 225, 244, 246, 247, 250, 254, 256, 260,
262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 289.
França, Estêvão Benedito de — 316, 342.
Freire, Adelino Antônio de Luna — 325.
Freyre, **Gilberto** de Melo — 252.
Galvão, T. C. de Carvalho — 330.

- Gama, Antônio Pinto **Chichorro da** — 182, 191, 206, 212, 213, 214, 215, 216, 219, 220, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 235, 236, 238, 240, 241, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 253, 255, 256, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 289, 295, 303.
- Gama, Bernardo José da (Visconde de Goiana) — 34, 246, 247.
- Gama, Cônego Francisco José Tavares da — 237.
- Gama, José Bernardo Fernandes — 142, 143.
- Gama, Padre-Frei Miguel do Sacramento **Lopes** — 32, 41, 42, 61, 66, 71, 72, 74, 75, 79, 81, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 113, 115, 122, 123, 127, 136, 142, 147, 157, 169, 207, 213, 214, 219, 220, 224, 227, 230, 231, 232, 233, 240, 242, 244, 253, 254, 323, 327, 352, 353.
- Garret, João Batista da Silva Leitão de **Almeida** — 193.
- Gomes, José Eustáquio —
- Gomes, Padre Francisco Agostinho — 51.
- Gomes, Tomé Inácio — 336.
- Gomes, Vicente Ferreira — 188.
- Grego, Padre Leonardo João — 256, 264.
- Guimarães, José Maria da Cunha — 27.
- Henriques, B. J. de Miranda — 143.
- Hipocrates — 172.
- Ibiapina, José Antônio Pereira — 189.
- Inojosa de Andrade, **Joaquim** — 364.
- Inácio, J. J. — 311.
- Ivo Veloso da Silveira, **Pedro** — 309, 314, 316, 320, 326, 343, 349.
- Jackson, W. M. — 24.
- Januária, Princesa — 134, 141, 142, 163, 167.
- Jersey, Antônio Maria O'Connell — 327, 348, 349, 350.
- Jesus, José Gregório de — 128.
- João VI, dom — 22, 23, 36.
- Joinville, Príncipe de —
- José, Padre Manuel — 72.
- Lamartine, Afonso de — 355.
- Lamennais, Feliciano de — 152, 269, 288, 341.
- Leal, José — 115, 325.
- Leão, Francisco de Paula Carneiro — 188, 189.
- Leão, Honório Hermeto Carneiro (Marquês do Paraná) — 180, 197, 251, 292, 305, 307, 308, 309, 315, 316, 320.
- Lima, Filadelfo A. Ferreira — 355.
- Lima, Francisco **Faelante da Câmara** — 223.
- Lima, General José Inácio de **Abreu e** — 121, 280, 285, 293, 299, 314.
- Lima, Geraldo Correia — 212, 218, 223, 229, 235, 238, 240, 244, 246.
- Lima, Luiz Inácio de Andrade — 203.
- Lima Sobrinho, Alexandre José Barbosa — 65.
- Lins, Francisco Xavier Cavalcanti de Moraes — 27.
- Lisboa, Almirante Joaquim Marques (Visconde de Tamandaré) — 324.
- Lisboa, João Soares — 64, 65.
- Lisboa, José da Silva (Visconde de Cairu) — 59.
- Lobato, João Clímaco — 330, 331.
- Loiola, Inácio Bento de — 272, 273, 275, 276, 294, 313, 314, 316, 317, 320, 325, 335, 340, 342, 344, 345, 346, 347.
- Lopes Neto Júnior, Filipe — 122, 123, 143, 189, 299, 314.
- Loudon, João — 171.
- Loureiro, Fernando Trigo de — 323.
- Lucena, Henrique Pereira de, Barão de — 61, 161.
- Mably, Abade — 63, 64, 107.
- Macedo, Francisco Manuel do Rêgo e — 133.

- Macedo, J. A. de — 228.
Macedo, Sérgio Teixeira de — 347.
Machado, Alvares — 206.
Machado, Joaquim **Nunes** — 85, 123, 133, 174, 214, 223, 225, 256, 257, 261, 278, 280, 282, 287, 295, 299, 303, 304, 305, 309, 313, 339, 340.
Madeira, Marcos Almir — 363.
Madeira, **General** Joaquim **Pinto** — 28, 40, 88, 92, 108.
Madureira, Dr. — 177, 178.
Magalhães, João José de Moura — 85.
Magalhães, Rodrigo da Fonseca — 19, 20, 30.
Manuel, Francisco — 114.
Maranhão, Afonso de Albuquerque — 41, 48.
Maranhão, João de Barros Falcão de Albuquerque — 124, 139, 140, 287, 288, 289, 323.
Maricá, Marquês de — 175, 186, 220, 289.
Martins, Capitão Francisco José — 48, 49, 95.
Martins, João Vicente — 352, 356, 357.
Mascarenhas, Tenente-Coronel — 131.
Matias, José — 28.
Mavignier, Simplício Antônio — 171.
Meira, Olinto José — 325, 336.
Melo, Afonso de Albuquerque — 254, 294, 300, 302, 318, 333, 339.
Melo, Antônio Joaquim de — 42, 60, 61, 89, 115, 143, 246, 260, 261.
Melo, Félix Peixoto de Brito e — 163, 214, 261, 305.
Melo, Francisco José de — 27.
Melo, Henrique Macário de Azevedo — 218, 236.
Melo, J. T. A. O. de — 264, 267.
Melo, Jerônimo Macário Figueira de — 336, 351.
Melo, Jerônimo Martiniano **Figueira de** — 214, 233, 308, 312, 313, 314, 320.
Melo, João Batista e — 138.
Melo, José Nepomuceno de — 67, 75, 87, 89, 90, 92, 115, 120, 122, 123, 125, 126, 133, 135, 140, 147, 148, 149, 150, 156, 158.
Melo, Manuel Inácio Bezerra de — 48.
Melo, **Milton** Ferreira de — 192.
Melo, Urbano Sabino Pessoa de — 174, 175, 225, 256, 261, 278, 282, 295.
Mendes, Francisco Borges — 261, 264, 266, 267, 269, 271, 349.
Mendonça, A. Pinheiro de — 346.
Mendonça, José Luiz de — 20.
Mendonça, Padre João Capistrano de — 175, 191, 199, 219, 223, 225, 255, 256, 267, 277, 293.
Milet, Henrique Augusto — 250, 262.
Miranda, José Higino de — 349.
Montarrosos, Fernando Francisco de Aguiar — 27.
Monteiro, Antônio Peregrino Maciel (II Barão de Itamaracá) — 122, 171, 191, 214, 223, 247, 250, 301, 305, 312.
Monteiro, Florêncio José Carneiro — 347.
Monteiro, J. J. — 317.
Monteiro, Joaquim Jorge — 123.
Monteiro, M. Nascimento da C. — 143.
Montenegro, Estêvão de Albuquerque Melo (ver Estêvão Benedito de França).
Montenegro, **Olívio** Bezerra — 94.
Montesquieu, Carlos de Secondat — 124, 198, 246, 260.
Morais, Alexandre José de Melo — 351, 352.
Morais, Antônio Pereira Barroso de — 110.
Moscoso, Pedro de Ataíde Lobo — 353.

- Mota, Padre Vicente Pires da — 216, 275, 280, 282, 288.
 Moura, Manuel Elias de — 306.
 Mulhert, Carlos Eduardo — 307.
 Nabuco de Araújo, **Joaquim** Aurélio Barreto — 120.
 Nabuco **de Araújo** Júnior, José Tomaz — 97, 113, 120, 133, 136, 155, 163, 169,
 191, 199, 200, 202, 214, 215, 233, 301, 308, 312.
 Nascimento, Luiz do — 361, 362, 363.
 Neves, Agostinho da Silva — 143.
 Oliveira, Belfort de — 364.
 Oliveira, Francisco Augusto de — 352.
 Oliveira, Germano Francisco de — 337, 354.
 Ortolon, M. — 341, 343.
 Padilha, Padre José Marinho Falcão — 34, 35, 41, 48, 71, 74.
 Passo, Manuel Rodrigues do — 277, 293, 298, 323, 355.
 Pedro I, dom — 22, 27, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 55, 58, 60, 62,
 64, 71, 73, 75, 80, 88, 90, 95, 111, 114, 115, 119, 120, 121, 126, 127, 131,
 132, 296.
 Pedro II, dom — 80, 99, 102, 124, 134, 142, 157, 163, 164, 173, 175, 188, 189,
 202, 203, 211, 213, 220, 229, 269, 322, 345.
 Pedroso, Pedro da Silva — 39.
 Pegado, Frei Miguel Joaquim — 29.
 Pena, Herculano Ferreira — 184, 276, 291, 299, 303, 305, 308.
 Perdigão, **dom João** da Purificação Marques — 342.
 Peréa, **Frei Romeu** Cortês — 54.
 Pereira, T. F. — 318.
 Pereira, Joaquim Bonifácio — 214, 220, 225, 233, 238.
 Pereira, José Clemente — 197.
 Pereira, Luciano Lopes — 345.
 Pereira, Nilo — 362, 363.
 Pereira, Manuel Bernardo — 346.
 Peretti, **João** de Medeiros — 167, 259, 294.
 Pessoa, L. Q. — 330.
 Pessoa, M. Pinto C. — 337, 339.
 Pessoa, Manuel Camelo — 218, 236.
 Pessoa, Pedro Dornelas — 171.
 Pimentel, Manuel Zeferino — 209, 229, 230, 233, 245.
 Pinches, James — 19, 44.
 Pinheiro, Manuel Rodrigues — 255, 293, 295, 296, 302, 333, 343.
 Pinho, **Sabino** Olegário Ludgero — 347, 352, 353.
 Pinto, Antônio da Costa — 275, 291, 299.
 Pinto, **Estêvão** de Medeiros Ferreira — 150.
 Pio dos Santos, **Fernando** — 16, 73, 106, 260, 321, 336, 350.
 Pires Júnior, Antônio Anes Jácome — 306.
 Portela, Joaquim Pires Machado — 306.
 Portugal, Manuel Ferreira — 27, 28.
 Prado Júnior, Caio — 44.
 Quintanilha Júnior, J. T. S. — 330.
 Quintas, **Amaro** Soares — 232, 233, 251, 252.
 Quintela, Manuel Paulo — 34, 35.
 Ramos, José Ildefonso de Sousa — 327, 343.
 Rangel, Ulisses do Rêgo — 323.
 Rêgo Barros-Cavalcanti, Famílias — 215, 231, 236, 255, 263, 267, 276.
 Rêgo, Frei Bernardino de S. Eufrosina — 327.
 Rêgo Barros, Francisco do (Conde da Boa Vista) — 105, 154, 162, 163, 164,
 168, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 186, 189, 190, 194, 197, 201,
 211, 214, 215, 219, 232, 247, 250, 261, 262, 263, 264, 266, 283.

- Rêgo Barros, José do — 232.
Rêgo Barros, Sebastião do — 247.
Reis, Beroaldo Soares dos — 252, 253.
Rezende, Padre **Venâncio Henrique de** — 34, 36, 37, 38, 58, 62, 121, 312.
Ribeiro, Francisco Antônio — 302.
Rezende Silva, Zéia Pinho de — 364.
Ribeiro, João da Costa — 325, 330.
Ribeiro, José Carlos da Costa — 325.
Ribeiro, José Inácio — 26.
Richardson, Samuel — 170.
Rios, Antônio Carneiro Machado — 283, 284.
Rios, Francisco Carneiro — 129, 222, 234, 235.
Rizzine, **Carlos de Andrade** — 94.
Rocha, Leduar de Assis — 171, 172.
Rodrigues, A. Marques — 316.
Roma & Filhos, Viúva — 311, 315, 318, 319, 321, 322, 327, 328, 331, 333, 336, 337, 352, 353.
Roma, José Inácio Ribeiro — 291, 298.
Roma, Luiz Inácio Ribeiro — 105, 157, 164, 166, 170, 174, 176, 178, 185, 188, 189, 193, 199, 200, 201, 205, 221, 228, 231, 234, 236, 242, 254, 285, 291, 298, 315.
Roma (Umbelina Coelho da Silva), Umbelina — 315, 323, 334.
Sá, João Batista de — 153, 155, 156, 175, 176, 203, 214, 223, 227, 270, 283, 300, 305.
Sá Júnior, J. B. de — 305.
Salas, Ramon — 110.
Saldanha, José da Natividade — 44, 55, 63, 64.
Samico, José Joaquim da Silva — 313.
Sampaio, Cid — 363.
Sand, George — 251.
Santana, J. J. de — 280.
Santiago, Antônio da Silva — 129.
Santos, Feliciano Joaquim dos — 137.
Santos, Francisco Antônio dos — 152.
Santos, Francisco de Paula Gomes dos — 39.
Santos, J. Ferreira dos — 311.
Santos, Leopoldo Luiz dos — 16, 24, 28, 30, 31, 35, 39, 40, 44, 86, 132.
Sarmiento, José Joaquim de Moraes — 171, 172, 301.
Seguier, Jaime de — 24, 331.
Sena, José Bernardino de — 141.
Silva, Antônio Xavier da — 28.
Silva, Caitano Alves da — 309.
Silva, Coronel, General Francisco de Lima e (depois Duque de Caxias) — 66, 67.
Silva, João Ferreira da — 171.
Silva, José Angelo Márcio da — 340, 345.
Silva, M. C. da — 317.
Simões, José Ribeiro — 114.
Sinimbu, João Lins Vieira Cansação de, Visconde de — 108, 122, 123, 132.
Soares, Francisco Antônio — 52.
Soulié, Frederico — 156.
Soares Júnior, Rodrigo — 364.
Sousa, **Hercílio Lupércio de** — 107.
Sousa, João Ferreira de — 261, 266, 287, 316, 319.
Sousa, Luiz de Castro — 361, 363, 364.
Souto-Maior, João de — 23.

- Souto-Maior, Moacir — 106.
Stael, Madame de —
Studart, Barão de — 60.
Tavares, Joaquim Vilela de Castro — 174, 189, 283, 284, 291, 292.
Tavares, Jerônimo Vilela — 56, 71, 73, 174.
Tavares, **Jerônimo Vilela** de Castro — 174, 180, 181, 184, 187, 192, 199, 223, 227, 234, 242, 245, 261, 262, 264, 268, 279, 305, 311, 314, 317.
Tavares, Monsenhor Francisco Muniz — 30, 56, 164, 174, 187, 312.
Távora, Camilo Henrique da Silveira — 349.
Taylor, Comandante João — 56, 57.
Teixeira, Félix Cipriano da Silva — 324.
Teixeira, Manuel de Sousa — 163, 164, 165, 212, 216, 219, 222, 228, 229, 280.
Teresa Cristina, Imperatriz — 209.
Tôrres Homem, Francisco de Sales — 102.
Tôrres, José dos Santos — 198, 214, 227, 260, 265, 270, 283, 289, 303, 356.
Tinoco, Godofredo Nascentes — 363, 364.
Tosta, Manuel Vieira — 291, 292, 305, 307, 308, 313.
Uchoa, Venâncio Bernardino de — 27.
Vasconcelos, **Antônio Vitrúvio** Pinto Bandeira e Acióli de — 61, 330, 336.
Vasconcelos, Francisco de Paula e — 85
Vasconcelos, Jaime Ferreira de — 364.
Vasconcelos, João Antônio de — 296.
Vasconcelos, João Pedro da Cunha — 323.
Vasconcelos, Joaquim José Pinheiro de — 70, 74.
Vauthier, Louis Leger — 177, 249, 262.
Veiga, **Evaristo** Ferreira da — 52, 134.
Velho **Sobrinho**, João Francisco — 167.
Viana, Capitão João Mendes — 51, 52.
Viana, Francisco — 62.
Viana, Francisco José d'**Oliveira** — 252.
Viana, Hélio — 53, 70, 127, 128, 167, 259, 294.
Viana, Manuel Marques — 78, 128, 137, 138, 139, 140, 141, 145, 146, 148, 149, 152.
Vieira, Padre Antônio — 32.
Vilela, João Ferreira — 309, 333.
Vilela, M. A. — 330.
Villemur, Conde de — 303.
Voltaire — 30.
Xavier, Francisco Antônio — 252, 253.

Nascimento, Luiz do

História da imprensa de Pernambuco (1821-1954). 2. ed. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1968—

Vol. II, III e IV editados respectivamente em 1966, 1967 e 1969.

Inclui bibliografia.

Conteúdo. — v. I. Diário de Pernambuco. — v. II. Diários do Recife — 1829-1900. — v. III. Diários do Recife — 1901-1954. — v. IV. Periódicos do Recife — 1821-1850.

I. Imprensa — História — Pernambuco.

655.1834 (C.D.D.)

UFPe.

655.1(813.4) (C.D.U.)

BC 63-901

Fundação Jo
Nascimento,

Historia da
buco: (1821-

07/N244h

Prove que sal
missos devolvendo c
à Biblioteca.

Tópico de Joaquim Inojosa, autor da série de livros "O Movimento Modernista em Pernambuco" (23.7.1968, no *Diário de Pernambuco*):

"Obra de excepcional vulto na história da imprensa brasileira, a "História da Imprensa de Pernambuco" pode classificar-se dentre as obras de caráter definitivo".

Da seção "Livros", por *Acácio* (pseudônimo de J. P. Gastal), no *Correio do Povo*, de Porto Alegre. RGS, edição de 30.7.1968:

"Trabalho de pesquisa idônea e acurada, que demorou anos, através de arquivos e bibliotecas de todo o território pernambucano, o livro de Luiz do Nascimento é uma fonte rica da qual emanam detalhes os mais curiosos da vida de jornais e de jornalistas, como sobre as árduas e constantes disputas nas quais se empenharam as penas mais brilhantes do jornalismo naquela região do Brasil. O III volume da "História da Imprensa de Pernambuco" impõe-se, em especial, pelos conhecimentos que fornece ao leitor, elucidando certos acontecimentos e esclarecendo atitudes de jornalistas de vulto, à sua época mal interpretados. Luiz do Nascimento encarrega-se de, em notas explicativas, pôr as coisas nos seus justos lugares".

Trecho de uma carta de Danton Jobim, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (13.8.1968), ao Governador Nilo Coelho:

"Trabalho de tamanho fôlego e importância iniciou-o Luiz do Nascimento há alguns anos, por conta própria, sujeito a toda sorte de sacrifícios — ele e sua família —, exclusivamente por amor ao seu ofício e devoção à terra natal. Os tomos que de sua obra já vieram a lume honram as letras pátrias. Fiéis às fontes, honestos na interpretação dos fatos, redigidos com apurado gosto, constituem-se em mananciais da imprensa e dos fatos econômicos, políticos e sociais de Pernambuco. É obra portentosa, sem nenhum similar noutra parte do país".

Fundação Joaquim Nabuco 

Nascimento, Luis do

Historia da imprensa de Pernambuco:
(1821-1954)

07/N244h

v. 4

(869/88)

Prove que sabe honrar os seus compromissos devolvendo com pontualidade este livro à Biblioteca.

Modelo N.º 3

